



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA

MAÍRA OLIVEIRA MAIA

PARA ALÉM DA DECADÊNCIA - A “aristocracia do pé no chão” na
Belém de Dalcídio Jurandir.

Belém – PA

2017

MAÍRA OLIVEIRA MAIA

PARA ALÉM DA DECADÊNCIA - A “aristocracia do pé no chão” na Belém de
Dalcídio Jurandir.

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em História sob a orientação da professora doutora Maria de Nazaré Sarges.

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Maria de Nazaré Sarges (orientadora)

IFCH/PPHIST/UFPA

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus

UNIFESP

Prof. Dr. Paulo Jorge Martins Nunes

PPGCLC/UNAMA

Profº Dr. Aldrin Moura Figueiredo

IFCH/PPHIST/UFPA

Profª Dra Franciane Gama Lacerda

IFCH/PPHIST/UFPA

Belém – PA

2017

“Um passo atrás, para poder dar dois à frente”.

Vladimir Litch Lênin

Por trás de uma Tese de Doutorado de uma mãe de família, existe um Grande Marido.

Ao meu, Edgar Monteiro Chagas Jr

AGRADECIMENTOS

Nessa vida eu sou acima de tudo grata, a tudo e a todos que sempre estiveram do meu lado ou proporcionaram uma palavra, um alento, um abraço, uma fonte, uma indicação bibliográfica, um elogio, um debate, uma esperança de que tudo acabaria dando certo. E deu. 20 anos de Federal, termino essa jornada com, possivelmente, o trabalho mais importante da minha vida, que me realizou como historiadora. Devo gratidão a tantos que não caberia neste espaço, mas vou tentar.

Grata sou a professora Maria de Nazaré Sarges, também conhecida como Naná e/ou como “musa da civilização”. Me acolheu no dia da defesa do projeto com um carinho enorme, criou os caminhos para me lembrar naquele dia tenso, mais que o normal porque eu estava grávida de 7 meses, que eu sempre havia sido uma boa aluna. Lutei para ser sua orientanda, talvez a escolha acadêmica mais acertada da minha vida, suguei suas energias e seus doces especiais oferecidos aos orientandos, e fizemos um texto bonito, sobre Belém, essa cidade que ela conhece melhor do que ninguém. Minha eterna gratidão a essa orientadora generosa, minha musa, a força fundamental para os dias difíceis da tese. Naná merece todos os reconhecimentos deste mundo acadêmico.

Minha eterna gratidão aos meus professores da UFPa que me ajudaram a entender a História e me fizeram sempre procurar ser uma professora melhor. Professora Magda Ricci – melhor aula de teoria de todos os tempos –; professor Fernando Arthur – sempre presente nas indicações da revolução comunista –; professora Edilza Fontes, que criou uma especialização lá pelos idos de 2006 que mudou minha forma de me relacionar com a História; Professor Paulo Jorge Watrin, que me apresentou Reich e uma leitura alternativa da história do Brasil; ao professor Geraldo Mártires Coelho, meu orientador do mestrado, mestre dos mestres de todos os que passaram pelo bloco B da UFPa.

Em especial queria destacar minha gratidão ao professor Aldrin Moura Figueiredo, que sempre me indicou os caminhos para continuar com a arte literária, com a História, com os eventos teatrais e com os regimes – apesar dos bolos do Patrick; a

professora Franciane Gama Lacerda, tão linda e tão generosa, que no meio da confusão da minha “desqualificação”, juntou os cacos e criou as possibilidades para que eu pudesse me reerguer e continuasse minha caminhada; e ao professor José Alves de Souza Jr., sempre gentil, disposto, atencioso, dizendo a coisa certa sobre um texto, uma aula, uma postura política. Minha meta de vida, digo sempre em todas as salas que dou aula, é ser a metade deste mestre, militante na vida, em sala, no texto. Generoso indiscriminadamente. Grande, professor Alves é Grande, um homem raro, o professor que eu vou querer sempre ser quando crescer. E sei que jamais crescerei tanto, mas sigo tentando.

Gratidão aos meus colegas de trabalho, que sempre possibilitaram que eu tivesse um tempo a mais, mesmo que apertado, para escrever este estudo: meu diretor de centro Mário Tito Almeida, também conhecido como chefe-master; meu amigo e coordenador, Diego Pereira Santos, meu esteio nesta jornada; meus colegas de curso, Wânia Alexandrino, Luciana Marinho Batista, Leticia Barriga, William Tavares – sempre com uma dica, um apoio, uma referência, umas questões colegiadas, uma ementa melhor construída, etc. É dura nossa caminhada, mas com eles é mais divertida. Grata aos coordenadores do CCHS da UNAMA, que me curtem, me alegram e me disputam, que coisa mais feliz é trabalhar num ambiente assim: as talentosas Fábria Jacqueline, Ana D`arc, Veridiana Pinheiro, Roberta Raiol, Regina Teixeira; e “aos benditos é o fruto”, William Rocha e Thiago Barros. E, especialmente, Fernando Hage, que além das dicas de moda, me socorreu quando a SEDUC deu defeito. Aplausos para os 280 horas da UNAMA.

Quero abrir um parêntese para meu ex-coordenador da UNAMA e amigo Frederik Matos, penso sobre o tamanho da dificuldade que tive em trabalhar tantas horas e ainda conseguir viajar ao Rio Janeiro, por 13 dias, no meio do semestre, lê a bibliografia, separar a documentação, escrever 4 capítulo em janeiro/2017. Sem o Fred isto não teria sido possível. Grata, Fred, por tudo, este trabalho não existiria sem a sua generosidade, os papos, as dicas. És muito além de um excelente profissional, és um ser humano de verdade.

Gratidão ao professor Paulo Jorge Martins Nunes, pelas dicas, pelos papos sobre Dalcídio Jurandir, pela indicação positiva para que a família me recebesse, pela sapiência e pela paciência. Vejo Professor Paulo Nunes neste texto, em diversos lugares, com sua madura e extensa visão sobre a obra de Dalcídio Jurandir, me orientando, mostrando os caminhos, segurando minha mão. Jamais vou esquecer. Que felicidade a minha poder tê-lo nesta banca.

Gratidão a generosa Carmen Gomory Freire Pereira, que abriu as portas da sua casa e confiou em mim, uma desconhecida empolgada, querendo ver, ler e entender todo aquele material manuscrito de “seu Dalcídio” que ela guarda com tanto zelo. Prometi e cumpri. Todo o material que ela me permitiu fotografar utilizei neste estudo, para tentar compreender melhor Dalcídio Jurandir no processo histórico no qual ele atuava ativamente.

Gratidão a tantos que estiveram do meu lado nesta jornada de 4 anos e meio, como meu orientando e bolsista Luis Augusto Barbosa Quaresma que, de maneira eficiente, competente, sensível, e em tempo recorde, levantou parte da minha documentação. Ao meu orientando Guilherme Dias Braga, que embarcou comigo na “rebelião dos roceiros de São Miguel do Guamá”, e na aventura que é compreender Dalcídio Jurandir. Aliás, teria que agradecer a cada aluno, a cada orientando, a cada aula que me faz ser uma professora, uma historiadora e uma pessoa melhor. Sou realizada profissionalmente, hoje mais do que nunca. Gratidão a todos que tornam meus dias melhores.

Gratidão à Seduc – Secretaria de Estado do Pará – na figura da professora Ana Cláudia Serruya Hage, que sempre estendeu a mão e os prazos que para eu pudesse escrever este trabalho. E tantos outros funcionários que lá torcem e vibram por nós, tentando sempre facilitar as coisas para que o tão esperado dia chegue: Kelline Guapa, Pedro, dona Aparecida. Minha gratidão também à Fernanda Moreira, minha amiga, que convenceu o pai, Idalécio Moreira, a me emprestar seu apartamento no Rio de Janeiro, entre a Lapa e a Cinelândia, vizinho da Biblioteca Nacional, fundamental para o levantamento documental deste estudo. Jamais conseguirei agradecer a tantos, por tanto. Como sou uma pessoa de sorte!

Por fim, gratidão a minha família. Não foi um período fácil, cheio de doenças, reformas, mudanças, confusões sem fim, mas eles estavam lá, como sempre estiveram, a facilitar meus estudos e minha vida: minhas tias queridas, relação muito além de sangue, talvez de alma, de outras vidas, e com certeza de muito amor: Wilma Oliveira, Sylvia Oliveira, Maria de Nazaré Oliveira. Aos meus tios, que sempre foram minha referência de moral, educação e inteligência: meu tio-padrinho José Wilson, Jorge Oliveira e Sérgio Oliveira. Não teria conseguido sem a ajuda de todos vocês, além de meus primos, primeiros amigos que temos na vida, Amanda, Lays, Priscila, Wilsinho, Jefferson, Hildinha, Brenda, Luana, toda essa família que vive crescendo e se amparando.

No fim das contas devo agradecer aos meus. Só quando somos mãe percebemos os erros e acertos de nossos pais: eu tive duas mães que erraram e acertaram, e por isso também estou aqui vivendo esse momento: Ana Maria Ribeiro de Oliveira e Dalva Maria Pereira Guimarães; um pai que não mais está aqui, mais imagino o tão grande seria o orgulho e a felicidade dele num dia como o de hoje, Eduardo Maia, que também me ensinou a ser *nerd*, e a tomar aquela cerveja. Grata a eles, sempre.

Não menos importante, meus filhos, meus amores, que sofreram esses 4 anos e meio preteridos pelo filho que teimava em não nascer. Sou a mãe que posso ser, sem culpas, mas com o compromisso de buscar melhorar sempre, errando, acertando e sendo meio neurótica. Helena, minha princesa de Tróia, nunca vou entender como e porque a vida mandou para mim esse ser humano tão especial, talvez para calçar minhas botas e usar minha maquiagem. Meu pequeno bebê da tese, Ernesto, minha alma gêmea, já foi demolidor, hoje é o tesouro da mamãe, esse eu sei porque veio para mim, e a que veio, para mostrar o tamanho da encrenca que é ser mãe de teimosos como nós.

A minha vida foi feita de boas escolhas e sorte, e acredito que a melhor escolha e maior sorte que tive nesta vida foi meu marido, Edgar Monteiro Chagas Jr. “Eu tive sorte de encontrar você”. Obrigada por segurar todos os problemas para que eu pudesse escrever esse trabalho, sou grata ao seu companheirismo e amor, sem fofurisse, mas com a verdade dos que se escolheram, por duas vezes. E que continuam se escolhendo, todos os dias.

Fim de Tese.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo fundamental compreender a cidade de Belém do Pará, nos romances de Dalcídio Jurandir, *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*, problematizando o que o escritor marajoara entendia como “decadência” do fausto nos anos de 1920. Com essa finalidade, trilhamos o seu caminho de vida e as escolhas de Dalcídio Jurandir, desde o movimento modernista em Belém, até sua experiência nos periódicos e na militância política comunista no Rio de Janeiro, momento em que ele se envolvia com o Stalinismo e com o Zhdanovismo, sem abandonar suas raízes e sua promessa de ser sempre o escritor mais simples possível, revelando a Amazônia a partir da sua linhagem, a “aristocracia do pé no chão”.

Palavras chaves: Cidade. Literatura. Política. Fausto. Decadência.

ABSTRACT

This study has as fundamental objective, in the city of Belém of Pará, in the novels written by Dalcídio Jurandir, *Belém of Grão-Pará* and *Passage of the Innocents*, problematizing what Marajoara writer understood as "decadence" of the fausto in the 1920s. To this end, we traced his path of life and the choices of Dalcídio Jurandir, since the modernist movement in Belém, until his experience in the periodicals and communist political militancy in Rio de Janeiro, when he became involved with Stalinism and with Zhdanovism, without abandoning his roots and his promise to always be the simplest writer as possible, revealing the Amazon from his lineage, the "aristocracy of the foot on the ground."

Key Words: City. Literature. Politics. Fausto. Decadence.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	15
PARTE I – DALCÍDIO JURANDIR: LITERATURA, HISTÓRIA, JORNALISMO E ENGAJAMENTO POLÍTICO	32
CAPÍTULO I: DALCÍDIO JURANDIR E O OLHAR DOS INTELLECTUAIS	33
CAPÍTULO II: DALCÍDIO JURANDIR NA CENA DO MODERNISMO EM BELÉM DO PARÁ	51
CAPÍTULO III: DALCÍDIO JURANDIR E A CULTURA POLÍTICA COMUNISTA INTERNACIONAL	80
CAPÍTULO IV: DALCÍDIO JURANDIR, REALISMO SOCIALISTA E MILITANCIA COMUNISTA	113

PARTE II – A CIDADE DE BELÉM DE DALCÍDIO JURANDIR 147

CAPÍTULO I: A SAUDADE DO FAUSTO: A BELÉM DA BELLE ÉPOQUE E DA DECADÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA E NOS ROMANCES MODERNISTAS 148

CAPÍTULO II: A DECADÊNCIA DO FAUSTO E A “ARISTOCRACIA DO PÉ NO CHÃO” NA CIDADE DE BELÉM DE DALCÍDIO JURANDIR 211

CONCLUSÃO: AS CIDADES DE BELÉM DE DALCÍDIO JURANDIR 263

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 270

APRESENTAÇÃO

A paixão pela literatura vem de muito longe, desde os tempos que não sabia se prestava o antigo vestibular para Letras ou História, em meados dos anos 1990. Acabei optando pela segunda, já que tinha uma paixão maior: entender a política brasileira. Esse estudo é de grande importância na minha vida, não pelo título, talvez nem por sua “tão grande qualidade”, mais pelo fato de que encerro meus 20 anos de Universidade Federal do Pará – local onde fui muito feliz – conseguindo casar minhas duas grandes paixões acadêmicas: A política e a literatura. E no ano que celebramos os 100 anos da Revolução Bolchevique na Rússia, nada mais apropriado.

Dalcídio Ramos Jurandir foi mais que uma escolha, sem ele não teria pesquisa, porque jamais conseguiria abrir mão da minha própria vida pessoal para me dedicar a um trabalho que me fazia mais feliz que todo o resto. Foi intenso, foi difícil, às vezes trágico, mas no final das contas, libertador. Acho que finalmente virei historiadora, título que me agrada. Agradeço a Dalcídio Jurandir, um ser humano imenso, como os que me fizeram decidir também por estudar história: Marx, Lênin, Fidel, Ernesto Guevara, João Goulart.

Comecei propondo um projeto de pesquisa no qual faria um debate sobre a “Belém decadente” dos anos de 1920 a partir dos romances dos literatos modernistas. Iniciei por Dalcídio Jurandir e com ele fiquei, até o fim. Ele era grande demais para ter espaço para mais alguém. Eu precisava conhecer sua participação no modernismo em Belém, seus anos de vivência no Rio de Janeiro, sua experiência no “Partidão”, sua viagem à Moscou, o encontro com o mausoléu do Lênin, os anos stalinistas, o realismo socialista. Escutava em eventos, especialmente de letras, considerações como: “*Linha do Parque* é um obra inferior”. Porquê? Eu queria saber. Eu precisava conhecer. E, além, entender como Dalcídio Jurandir, um caboclo pobre do interior do Marajó chegou tão longe, chegou até Lênin. E foi muito maior na literatura do que é reconhecido, até hoje.

A história, essa disciplina que é também a minha vida diária, meu trabalho e meu lazer, é um processo em permanente construção e reconstrução, processo esse marcado por temporalidades e delimitações espaciais. Então, após o momento que me decidi que pesquisaria apenas a perspectiva de Dalcídio Jurandir a respeito da decadência do fausto da cidade de Belém a partir dos romances *Belém do Grão-Pará* (1956) e *Passagem dos Inocentes* (1963) – o que já era um imenso imbróglio – os problemas relatados acima vieram juntos, em bando, e era preciso respondê-los.

Estas inquietações que partiram do presente – levantamento da documentação e discussões acadêmicas – me levaram a investigar os arquivos jornalísticos dos anos em que Dalcídio Jurandir escrevia e militava na imprensa comunista no Rio de Janeiro, e a buscar compreender o motivo da grande maioria dos estudiosos de Dalcídio Jurandir ignorarem e/ou não considerarem relevante a experiência jornalística e política do autor na, então, capital federal para o entendimento de sua obra.

Fundamental para me ajudar a responder minhas inquietações acadêmicas, foi a nora do literato, Carmem Gomory Freire Pereira, que, gentilmente, abriu a porta da sua casa e de toda a documentação manuscrita de Dalcídio Jurandir, em Niterói, Rio de Janeiro. Carmem ficou deveras espantada pelo meu interesse nas anotações, pesquisas e levantamento de campo do “Seu Dalcídio”, como o chama carinhosamente, e também no meu interesse pelo engajamento político dele, e pela viagem a Moscou, que me

encantava particularmente. Estou no texto com minhas escolhas, junto com Dalcídio Jurandir, e devido a generosidade de uma pessoa que na época era uma estranha, hoje uma amiga. Só tenho a agradecer os 13 dias que passei no Rio de Janeiro em outubro de 2016, vivendo de Dalcídio e da urbe maravilhosa.

Mas este estudo fala de outra cidade, Belém do Pará, na primeira metade do século XX, a partir das experiências de Dalcídio Jurandir. O que ele viu, escutou, viveu, sofreu, celebrou, está nos romances, assim como o seu entendimento de história, da história dos cabanos, da história dos roceiros de São Miguel do Guamá, da história da decadência dos que viveram a *bellé époque* na Belém de Antônio Lemos, e dos que não a experienciaram, a sua linhagem, a “aristocracia do pé no chão”.

É ao encontro dessa história diversa e desse ser humano cheio de dimensões plurais que me aventurei neste estudo, durante 4 anos e meio, tentando sempre compreender a arte literária como um dom intrínseco ao literato, porém que ele utilizou como arma na luta por um mundo que ele acreditava que poderia ser melhor, ou menos desigual. Ratifico que entendo Dalcídio Jurandir como um comunista que lutou pela literatura, pela revolução, pelo socialismo, mas, acima de tudo, por oportunidade para “a aristocracia do pé no chão”. E lutou em um período que o mundo mudava, e tendia à esquerda, onde havia, com certeza, mais esperança que nos dias atuais.

INTRODUÇÃO

Foi na solidão da província que o li, mas essa primeira leitura não me deu toda a significação do manifesto. Tive que participar de acontecimentos, respirar o ar do tempo a que me sentia um pouco alheio, fazer aos poucos um balanço crítico de minha própria vida e de tudo que pudesse observar e ler, pensar, sonhar e aceitar a responsabilidade de uma mínima parcela na luta pela liberdade – para melhor compreender, nas linhas simples e densas do Manifesto Comunista, a síntese de idéias [sic], de experiências sociais e de aspirações que ele encerra. Foi a própria vida daí em diante que me deu a compreensão dinâmica do imortal documento [...]. O Manifesto abriu-me o caminho da explicação que eu desejava para uma atenta participação no meu tempo. [...] É claro que a iluminação que vem do Manifesto pode somente ser possível aos que o lêem [sic] e estudam, participando do nosso tempo, aos que vão ao encontro do povo.

“No lugar da antiga sociedade burguesa, com as suas classes e antagonismos de classe, surge uma sociedade onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento para todos”. À base deste tema, exposto no Manifesto, que os fatos vêm transformando em realidade e que o “individualismo independente” nunca soube ou evitou discutir, a literatura terá de

estudar e resolver as suas novas questões, tomar melhor contato com o mundo que se transforma.

Quero no final desta crônica, deixar aqui uma pergunta a um jovem poeta do Norte que me falava de Heidegger: terá lido alguma vez o Manifesto Comunista? Neste não encontraria um fácil encanto, que vem do jogo decorativo das palavras nem o charlatanismo metafísico que aparenta profundidade. [...] Mas o certo é que o pensamento do Manifesto Comunista nunca levou alguém a lançar crianças num forno crematório nem a transformar em sabão a gordura humana, como aconteceu na Alemanha hitlerista, no tempo em que se acreditava na morte do marxismo. É o que não se pode dizer do pensamento de Heidegger, mestre da juventude nazista... E quando alguns falam da “angústia” e na “decadência do tempo”, no prazer do “gratuito” e do “existencial”, quando se acomodam no ceticismo, aceitam o pessimismo como o melhor remédio e criam o ridículo dilema do “imbecil coronel inglês e o comissário político”, esquecem o que milhões de autênticos seres humanos estão criando à luz do Manifesto comunista.

Dalcídio Jurandir.

Dalcídio Ramos Jurandir nasceu no ano de 1909, na vila de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, interior do Pará. Em 1910 se mudou com a família para Cachoeira do Arari, vila também marajoara, onde passou a infância. Durante a infância em Cachoeira frequentou a Escola Mista Estadual, e, em 1921, frequentou o curso primário do professor Francisco Leão. Em 1922, com 13 anos, mudou-se para Belém, para dar continuidade aos estudos. Estudou no Grupo Barão do Rio Branco, concluindo o primário em 1924. Ingressou em 1927 no Ginásio Paes de Carvalho, não chegando a frequentar o terceiro ano¹.

Em 1928 resolveu tentar a sorte da capital federal, o Rio de Janeiro, porém, não tendo como se sustentar, retorna a Belém. Seu amigo, Dr. Rainero Maroja, Intendente Municipal de Gurupá, Baixo Amazonas, nomeou Dalcídio Jurandir Secretário do Tesouro, em outubro de 1929. É quando começa a escrever seu primeiro romance,

¹ Minibiografia sobre Dalcídio Jurandir foi retirada do livro NUNES; PEREIRA; PEREIRA, Dalcídio Jurandir – Romancista da Amazônia (literatura & memória). Belém: Secult, 2006.

Chove nos Campos de Cachoeira. Dalcídio deixa o emprego em 1930 e vai trabalhar em um barracão comercial, na Região das Ilhas, Município de Gurupá. Em 1931 retorna para Belém, onde por indicação de amigos é nomeado, auxiliar de gabinete da interventoria do Estado, além de tornar-se colaborador dos jornais *O Imparcial*, *Crítica* e *Estado do Pará*.

Em setembro de 1932, assume o cargo de arquivista do gabinete da interventoria do Estado. Um mês depois é transferido, como 2º oficial, para a Secretaria da Polícia Civil, mas pede para ser lotado como 2º oficial na Diretoria Geral de Educação e Ensino Público do Estado do Pará, o que ocorreu em 1933. É promovido a primeiro oficial da mesma Diretoria. É também secretário da revista *Escola*. Em 1935 já participava ativamente da vida intelectual da cidade de Belém, escrevendo para as revistas *Guajarina*, *A Semana* e *Pará Ilustrado*, além da amizade com vários intelectuais e jornalistas.

Casou-se com Guiomarina Luzia Freire, em 1935. Nos anos de 1930, Dalcídio Jurandir já expressava ideias de esquerda, e participou do movimento de apoio aos presos políticos que envolveram-se no movimento liderado por Luís Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora, sendo Dalcídio preso em Belém em 1936. Ficou preso por dois meses. Em 1937 é novamente preso devido sua filiação ao Partido Comunista e à Campanha contra o fascismo (3 meses).

Após esse período de maior perseguição política, reassume as suas funções na Diretoria Geral de Educação e Ensino em Belém e intensifica as suas atividades jornalísticas. Em 1939 vai para Oeiras, em Salvarra, na ilha do Marajó, exercendo em comissão o cargo de Inspetor Escolar, mas continua colaborado para as revistas e jornais de Belém. Ao mesmo tempo, Dalcídio escrevia seu romance já citado *Chove nos Campos de Cachoeira*, e *Missuga*, que depois se transforma em *Marajó*. Em 1940, é convidado a trabalhar em Santarém, no Recenseamento. É de conhecimento público a dificuldade que teve em escrever os romances e enviá-los ao concurso “Dom Casmurro” e “Vecchi Editor” no Rio de Janeiro e também a vitória de Dalcídio Jurandir no concurso, que o levou ao Rio de Janeiro, 1941, como veremos adiante. É na capital federal, militando no Partido Comunista e nos periódicos de esquerda, que ele escreve

os seus próximos romances, como os dois analisados neste estudo, *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos inocentes*.

A experiência ordinária² de Dalcídio Jurandir, “ao participar de acontecimentos”, “respirar o ar do tempo³”, ao fazer um balanço crítico de sua própria vida, de tudo o que observava, lia, pensava e sonhava, o fez aceitar a responsabilidade de lutar pela liberdade, e esta luta foi feita de várias maneiras: na sua luta diária pela sobrevivência, já que não se vivia apenas de letras em Belém do Pará – nem na capital da República, o Rio de Janeiro –; na luta pela humanidade e pela liberdade, sendo em função disso preso duas vezes, a primeira em 1936, por haver participado dos movimentos em apoio aos presos da Intentona Comunista que havia ocorrido em 1935, e a segunda em 1937, devido sua filiação ao Partido Comunista e à campanha que empreendeu contra o fascismo.

É esta experiência ordinária que define a literatura para Jurandir e torna o estudo de seus romances fundamentais para que hoje se possa compreender a sociedade paraense da primeira metade do século XX, já que o autor testemunhou este mundo e construiu nos seus romances uma interpretação política da sua experiência testemunhal. É esta interpretação que se irá problematizar neste estudo.

Se, como ensinaram Williams e os ingleses ao renovarem o marxismo, o que valida a função social da cultura ordinária é a experiência pessoal, experiência esta como algo comum a toda a sociedade, então Jurandir, um homem do interior da Amazônia, comum, transformou a experiência ordinária de sua vida cotidiana material

² Experiência Ordinária, segundo Raymond Williams, seria a qualidade determinante do termo cultura, o que definiria a sua função. Esta função da experiência ordinária seria a experiência pessoal das pessoas comuns que produzem a cultura no seu cotidiano, como o literato Jurandir, o que torna o estudo das suas obras relevante para o entendimento da organização de toda uma sociedade, uma vez que a segunda e complementar função dessa cultura ordinária é o fato de ele compartilhar esta experiência ordinária com os demais membros da sociedade – cultura comum. Logo, entender a experiência pessoal do literato é fundamental para compreender a sua percepção sobre a cidade de Belém dos anos 1920. (WILLIAMS, 2015, p.3-28)

³ Referência ao texto citado na abertura da parte I desta tese, “Sobre o centenário do Manifesto Comunista”, artigo de Jurandir encontrado na revista *Literatura*, Rio de Janeiro, ano 3, n.7, jan/fev. 1948. A Revista encontra-se disponível no Acervo Literário da Fundação Casa de Rui Barbosa, nos anos de 1946, 1947 e 1948. O periódico era editado pela Editorial Vitória, que entre 1944 e 1964 foi a editora brasileira comunista mais importante, vinculada diretamente ao Partido Comunista Brasileiro. Esta foi organizada em moldes empresarial, fazendo parte de uma rede de órgãos de divulgação do partido, que incluía jornais, revistas, editoriais e entidades culturais (MAUÉS, 2013, p. 121-122).

em dez romances, conhecidos como o Ciclo do Extremo Norte: *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1947), *Três casas e um rio* (1958), *Belém do Grão-Pará* (1960), *Passagem dos Inocentes* (1963), *Primeira Manhã* (1967), *Ponte do Galo* (1971), *Chão de Lobos* (1976), *Os habitantes* (1976) e *Ribanceira* (1978). Além dos seus poemas póstumos e do romance sobre o extremo sul, *Linha do Parque* (1959), alguns destes romances – como *Chove nos Campos de Cachoeira* e *Belém do Grão-Pará* –, receberam prêmios nacionais importantes.

Nas obras analisadas – *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes* –⁴ percebe-se que a criatividade é algo que o literato compartilha com a sociedade, com o seu mundo, por isso mesmo, a proposta de analisar sua obra parte da visão de que o seu modo de vida e as suas experiências permitem compreender a sua literatura e, desta maneira, a cidade de Belém dos anos 1920.

Em Jurandir, a cultura, como modo de vida e produto artístico (WILLIAMS, 1958), está profundamente imbricada, mostrando que o valor da sua obra de arte está justamente na integração particular da sua experiência plasmada nos romances. A arte de Dalcídio Jurandir não poderia existir sem o modo de vida coletivo do qual ele fazia parte, uma vez que o material do literato e o significado que ele lhe atribui vêm da sua experiência coletiva. Como ele próprio afirma no texto citado na abertura desta tese: “Os fatos transformaram em realidade o que o ‘individualismo independente’ nunca soube ou evitou discutir, logo a literatura terá de estudar e resolver as suas novas questões, tomar melhor contato com o mundo que se transforma”.

Se a definição de cultura para Williams baseia-se na interação entre arte e sociedade, uma arte que não existe desvinculada da experiência social ordinária, a literatura de Dalcídio Jurandir é propícia para tal intento, justamente porque apresenta uma versão da nossa história no século XX, a partir de “um olhar de dentro” desta história, de dentro da história da gente pobre do Marajó, visão aprimorada de um intelectual que fazia malabarismos para sobreviver, e do ser político engajado nas lutas do seu tempo. Jurandir é, então, o elo entre a arte modernista e a vida social ordinária

⁴ Esta tese tem como um dos seus objetivos discutir a percepção de decadência da cidade de Belém no pós-*boom* da economia gomífera, a partir dos romances de Dalcídio Jurandir. Na parte II deste estudo são analisados os dois romances do autor acima citados, nos quais a cidade dos anos 1920 é protagonista.

em Belém do Pará, uma vez que é um artista que compartilhou com toda a geração da época a sua observação da realidade, a sua capacidade de organizar e descrever suas experiências, assim como de transmiti-las.

O que provavelmente o impulsionava era a consciência que tinha da importância da sua experiência e do trabalho de transmissão dessa experiência na arte. Por isso, não se pode separar conteúdo e forma, uma vez que a criatividade enquanto ordinária mostra a arte como uma especificidade de um processo geral de descoberta, criação e comunicação, redefinindo o seu estatuto e encontrando a maneira de ligá-la à vida social (CEVASCO, 2001). Tal ideia pode ser percebida no trecho abaixo citado:

[...] Acabei Três casas e um rio, em que fixei aspectos novos, a decadência da fazenda dos Guedes, mas tudo dentro de uma completa deformação de romance. De forma que nenhum personagem é real no sentido biográfico. Estou cada vez mais convencido de que a ficção é mais verossímil quanto mais inventada, tendo como base a realidade [...]. Sobre os personagens do chalé, há acontecimentos que não se deram, enfim, fiz romance. D. Amélia pode ter alguma aparência com mamãe, mas não é senão D. Amélia. Assim todos. Daí uma amplitude no romance para que seja o início da espécie de saga de quando romances sobre a evolução psicológica de um personagem através de épocas e meios sociais da Amazônia. Trata-se de uma tarefa bastante fatigante e que exige tempo e recursos. Aproveitei alguns fatos do Nunes e o que Flaviano me mandou. Afinal é romance⁵.

Dalcídio Jurandir deixa claro, tanto na citação acima como em suas entrevistas e cartas, que a sua perspectiva é de romancista. Porém, devemos ressaltar que ele utiliza, além de sua memória pessoal a memória histórica da região baseada em pesquisas feitas pessoalmente ou a partir de amigos e parentes, sobre fatos e pessoas que viveram em Belém durante a primeira metade do século XX. Essa memória pessoal e a memória histórica da região amazônica vão dialogar nos romances de Jurandir, transformando-os em “lugares de memória”.

Segundo Pierre Nora (1993), na contemporaneidade não habitamos mais a nossa memória, logo temos uma grande necessidade de lhe consagrar lugares específicos. Porém, esses lugares da memória pertencem ao domínio não só da memória, mas também da história, o que faz com que esses lugares da memória contemporâneos postulem outra história. Os lugares da memória seriam, ao mesmo

⁵ Carta ao Ritacínio (NUNES; PEREIRA; PEREIRA, 2006, p.55).

tempo, materiais, simbólicos e funcionais, e só poderiam existir se tivessem “vontade da memória”, condição primeira e que não pode ser abandonada, caso contrário, todo “objeto digno de lembrança se transformaria em um lugar de memória” (1993, p.22). Posteriormente, haveria um jogo dialético entre memória e história, com a interação de ambas, que levaria a uma sobredeterminação recíproca.

Dessa forma, seguindo o proposto por Nora, uma obra de arte, como os romances literários de Dalcídio Jurandir, teria a “vontade de memória”, já que seria um testemunho “voluntariamente produzido para ser reproduzido como tal” (1993, p.22). Entre a “memória verdadeira” do romancista (definida por Nora como “afetiva e mágica”) e a “memória alçada pela história” (1993, p.9), ou seja, a memória histórica da região amazônica (que seria a representação do passado a partir do discurso crítico segundo o historiador) haveria um jogo dialético, interativo e recíproco. Deste jogo surgiria o Ciclo do Extremo Norte como um lugar de memória sobre a Amazônia, e em especial sobre a cidade de Belém, do Marajó e do Baixo Amazonas paraense.

Com uma pesquisa de caráter transdisciplinar, a historiadora Jacy Alves de Seixas (2004) envolve a literatura de Proust e a filosofia de Bergson, Bachelard e Nietzsche para repensar as relações entre memória e história, e, mais do que isso, para propor um diálogo que possibilite informar a história sobre os procedimentos próprios da memória (nem sempre redutíveis aos métodos historiográficos). Seixas discorda de Nora, quando este afirma que “se ainda habitássemos a nossa memória não haveria a necessidade de lhe consagrar lugares específicos”. Tal discordância surge do fato de o autor desconsiderar um traço fundamental da memória, a “especialização do tempo” (2004, p. 44), traço este que nos é fundamental neste estudo, tanto na compreensão da perspectiva política de Dalcídio Jurandir, como na sua percepção sobre o fausto e a decadência da cidade de Belém.

A memória exprime-se, materializa-se e atualiza-se a partir dos “lugares de memória”, como nos romances que compõem o Ciclo do Extremo Norte. Desta forma, os lugares da memória não representariam, como afirma Nora, a manifestação de uma memória historicizada, mas sim a “irrupção afetiva e simbólica da memória em seu diálogo sempre atual com a história” (SEIXAS, 2004, p.44). É porque Dalcídio Jurandir

ainda habita a sua memória no momento em que escreve o Ciclo do Extremo Norte que os romances podem ser compreendidos como “lugares de memória”. O fato de essa memória ser descontínua e fragmentada, como as experiências da modernidade, não caracteriza uma ausência de memória.

A perspectiva de Seixas vai ao encontro do nosso propósito de análise, uma vez que a historiadora trabalha a memória no plural, ou seja, não se ocupando apenas com a “memória voluntária”, mas também com a “memória involuntária”, afirmando inclusive que ambas existem nos romances do século XX, como nos de Marcel Proust. E é a partir da obra de Proust que a pesquisadora envereda por uma discussão sobre memória voluntária e involuntária. Se o historiador se ocupa apenas com a memória voluntária, afirma Seixas, o mesmo deixará escapar toda a dimensão afetiva e descontínua da vida e das ações humanas, e é exatamente essa dimensão afetiva das ações políticas e literárias de Dalcídio Jurandir que se busca problematizar neste estudo.

Essa faceta involuntária da memória dialoga com diversos e múltiplos tempos, reatualizando as experiências passadas. Essas reatualizações ocorrem em um “instante”, o qual não possui duração maior do que “um relâmpago”, e é por esse motivo que a materialidade da memória nos aparece como algo que “irrompe”, um passado que retorna porque de alguma forma ainda não passou, continua ativo e atual, sendo então retomado, recriado, reatualizado (SEIXAS, 2004, p.49).

Dalcídio Jurandir afirmou, em vários momentos, que buscou “fragmentos de sua memória” para construir a narrativa do Ciclo do Extremo Norte, a partir “do menino que foi, com os pés fincados em Cachoeira do Arari”, e olhando Belém sempre como “casa alheia”, pintando os seus romances com cores de um testemunho histórico de um caboclo marajoara (SEIXAS, 2004, p. 96-97). Sua memória múltipla (voluntária e involuntária) vai dialogar com diversos tempos e espaços – os anos de 1900 em Cachoeira do Arari; a Amazônia cabana de meados do século XIX; a Belém da população pobre da virada do século XIX para o XX; a Belém da *belle époque* lemistada do fausto e do progresso urbano; a Belém da decadência dos anos de 1920; o tempo da sua vivência de funcionário público e romancista no interior do Pará e na capital da Amazônia nos anos de 1930 e 1940 – para reatualizar todas as suas experiências

passadas, que vão irromper recriadas em seus romances do Ciclo, lugares da memória do extremo Norte do Brasil. Como em Proust, a memória em Dalcídio Jurandir opera fusão, recuperando a superposição de tempos múltiplos, justamente porque incorpora o instante e coloca-o na condição de memória, e isto pode ser visto no emprego do discurso indireto livre e dos monólogos que marcam as enunciações do romance dalcidiano.

É Marcel Proust que, segundo Seixas (2004), ao fundir instante e duração, cria esteticamente uma dimensão particular do tempo, que seria “atemporal”, algo que só emerge porque trama todos os tempos descontínuos e assimétricos constitutivos de uma duração. Cabanagem, *belle époque* de Antônio Lemos, decadência do fausto, é este atemporal proustiano que irrompe nas tramas do Ciclo do Extremo Norte analisadas neste estudo, porque tramam todos os tempos descontínuos e assimétricos constitutivos da duração proposta por Dalcídio Jurandir.

A memória em Dalcídio Jurandir é construtiva. Ela age tecendo fios entre personagens, lugares, tempos e acontecimentos, tornando uns mais densos do que os outros. Dalcídio Jurandir, como Proust, reencontra o vivido ao mesmo tempo no passado e no presente e desta maneira recria a sua percepção do real, de uma realidade que se forma na memória e que encontra o seu lugar na sua narrativa. O tempo que ele retoma, seja a cabanagem, a *belle époque* ou a decadência, é um tempo que começa de novo e não se refere apenas ao passado e ao presente, mas também ao futuro e, especialmente, a uma capacidade otimista do autor de acreditar neste futuro e em uma humanidade melhor.

A memória atualiza o passado ao introduzi-lo no presente, porém, esse passado não é único, ele é plural, o que Seixas (2004) chama de “plural de discontinuidades”. Os lugares da memória acoplam-se formando mundos à parte e que são passíveis de serem colocados em comunicação pela memória. Essa memória pode nos levar a lugares diversos – e a narrativa dos romances de Dalcídio Jurandir sobre Belém é um bom exemplo disso –, “viajando” pelos vários tempos e por vários lugares, pelas “cidades” de Belém (Covões de São Brás, Nazaré, Umarizal, etc.), porém esses planos descontínuos e lacunares da memória constroem uma continuidade, algo que é único.

Por isso a autora afirma que a memória “constrói o real muito mais do o que resgata” (SEIXAS, 2004, p.51).

Podemos inferir uma possibilidade de construção do real em Dalcídio Jurandir, a partir de uma passagem do romance *Belém do Grão-Pará*, na qual o narrador, ao descrever o Círio de Nazaré (vivido pelas personagens pobres da trama), apropria-se desta faceta involuntária da memória do escritor, dialogando com tempos diversos e múltiplos. Trata-se da passagem em que a personagem “mãe Ciana” vê quando a procissão da transladação chega à Igreja da Sé, no bairro da Cidade Velha, em Belém, procissão que ocorre na noite anterior ao Círio de Nazaré, uma das maiores festas religiosas do Brasil. Todos esses tempos vistos por personagem mãe Ciana ou que são “sabidos” (memória histórica da região) pelo narrador se reatualizam neste instante de fé e devoção, que irrompe exatamente na chegada da imagem da padroeira de Belém do Pará à Igreja da Sé, retornando todo um passado que continua ativo e atual, reatualizado por Jurandir:

A transladação chegou ao ponto, na Sé, agora escoava-se. A Sé guarda a imagem. Cobria-se de visões do seu passado, a Cidade Velha. Mãe Ciana via o tempo velho chegando. Nasciam de novo, prateando sobre o arvorecer antigo, aqueles igarapés em que índio andou, cabano viu. Ao pé do Castelo, as idosas gurijubas rabeavam. Desembarcavam pagés do salgado, seus cachimbos acesos, os maracás, suas rezas. Das velhas barcas de Portugal pulavam as marujadas. E negros do Mazagão com seus tambores, dentro da Sé, a modo que estrondavam. Mãe Ciana trazia também seus pretos do Araquiçaua, os afogados e desaparecidos tirava do fundo e do invisível, todos eles na Sé, guardando a imagem, falando suas tantas reclamações, seus ais. E os do Guamá, também não? O sono da Cobra Norato debaixo da Sé, a Mãe Ciana escutava (JURANDIR, 2004, p. 284).

Então, ao incorporar o “instante” da chegada da procissão na Igreja da Sé, colocando-o na condição de memória, Jurandir opera fusão, recuperando a superposição dos múltiplos tempos, tempo em que as ruas de Belém eram rios, onde os índios andavam em seus barcos, tempo em que o cabano revolucionário viveu, em que pajés vinham do Salgado para a transladação, em que barcas de Portugal traziam marujas, em que negros escravos tocavam seus tambores dentro da Sé, tempo em que muitas “mães Cianas”, miseráveis e invisíveis, levavam suas dores para suplicar por salvação. Todos esses tempos se superpunham, ao serem fundidos instante e duração, o instante da

transladação e a duração dos múltiplos tempos de *Belém do Grão-Pará*, sendo criada assim esteticamente a dimensão atemporal, que emergiu a partir do momento em que se tramaram todos os tempos descontínuos e assimétricos e simultaneamente construiu-se a sua duração.

Ao reencontrar o vivido no tempo passado de índios, cabanos, marujos, negros escravos, pajés, e no tempo presente dos roceiros do interior do Pará, da cidade de São Miguel do Guamá, Jurandir recria a sua percepção do real, de uma realidade que funde vários tempos e lugares e que se forma em sua memória, encontrando o seu lugar na narrativa. O tempo da transladação de 1922 é um tempo que começa de novo e que se refere não apenas ao passado e ao presente, mas também à possibilidade de um futuro diferente, aberto pela rebelião dos roceiros do interior do Pará. Desta forma, o romance *Belém do Grão-Pará*, e todo o Ciclo do Extremo Norte, é compreendido neste trabalho, também, como um lugar de memória da região.

Dalcídio Jurandir, afirma, certas vezes, que seus romances eram fruto de sua imaginação (ficção), do seu pensamento (ideias relacionadas à sua leitura do mundo) e de seu sangue (experiência de vida no Marajó, em Belém e no mundo) (NUNES; PEREIRA; PEREIRA, 2006, p.50). Tinha o costume de escrever para familiares e amigos da região para colher informações, como fez com seu irmão Ritacínio, em janeiro de 1958, pedindo informações sobre famílias, pessoas e ofícios de Belém e do interior para a construção do romance *Belém do Grão-Pará*:

[...] quero sobretudo notas sobre o seu Augusto Aires e das famílias de Ponta de Pedras e de Cachoeira das quais tenho que tirar algumas personagens em plena elaboração. As notas recebidas servirão para o preto Sebastião que já está em Três casas e aparece nesse terceiro volume. O romance, na Martins, deve aparecer com algum atraso, agora penso que em março [...] Mandeí uma carta pedindo notas e mais notas, debes receber, por estes dias [...] Estou ansioso que tenhas recebido ou vais receber carta que te pede várias coisas ligadas ao romance. Interessa-me do Flaviano [...] aspectos de ruína de famílias [...] os altos e baixos da camada média do interior, em detalhes concretos [...] uma coisa me interessa: é o trabalho das pessoas, os alfaiates, os sapateiros, os carpinteiros – alguns detalhes⁶.

⁶ Ibid., p. 55.

Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1998), muitos trabalhadores manuais praticavam atividades intelectuais, como a dramaturgia e a poesia, embora os sapateiros tivessem sido definidos por muitos historiadores como os mais radicais. O mesmo autor aponta para o Brasil, afirmando que o primeiro anarquista que se tem notícia em nosso país foi um italiano, sapateiro, que vivia numa cidade provinciana do Rio Grande do Sul. Ele também ressalta como primeiro sindicato brasileiro, de inspiração anarquista, uma Associação de Sapateiros de Curitiba. Em Belém, o maior nome do Modernismo dos anos de 1920, o mais admirado entre todos eles pelas gerações posteriores (MENDES, 2006), teria sido um aprendiz de tipógrafo da livraria Moderna: Bruno de Menezes. Foi justamente no período em que sofria castigos corporais impostos pelo seu chefe que o operário teve contato com obras de esquerda, de autores como Tolstói, Gorki, Marx, Engels e autores anarquistas. Sua adesão a esta literatura teria sido algo imediato (FIGUEIREDO, 2011).

Trabalhadores que desenvolvem atividades artesanais são personagens constantes nos romances de Dalcídio Jurandir, por isso o nosso grifo na citação da carta a Ritacínio e a referência a Bruno de Menezes, uma vez que este era declaradamente a maior referência da literatura paraense em Jurandir. E não apenas isto, Mendes (2006, p. 178) chegou a afirmar que o grande e “brilhante” continuador da obra de ficção do Bruno de Menezes foi Dalcídio Jurandir, o qual, assim como Menezes, fez romance realista, engajado e preocupado com as injustiças sociais.

Desta forma, infere-se que ao buscar conhecer as experiências de vida e trabalho dos operários pobres da Amazônia e ao retratá-los como “rebeldes” em seus romances, Jurandir inspirou-se, no caso, em Bruno de Menezes, ao criar a personagem “seu Lício”, em *Belém do Grão-Pará*, que, além de anarquista, operário, rebelde, escrevia em um jornal alternativo no qual o próprio Bruno de Menezes escreveu de fato, “O Semeador”. Era lá que seu Lício “Pipocava palavras contra a Plutocracia: A ralé, a escória, a plebe, os que produzem tudo quanto o mais fazem, menos merecem. O que fazer?” (JURANDIR, 2004, p.397). Em um de seus muitos cadernos pessoais, manuscritos, encontramos anotações referentes ao processo de criação do romance *Belém do Grão-Pará*, que corrobora a nossa inferência acima:

Iracema – a menina de Soure.
 Jornais indicados pelo Bruno.
 O Semeador –
 Cantavam a internacional.
 Ver recortes de Bruno⁷.

Na página seguinte do mesmo caderno, Dalcídio Jurandir faz anotações sobre lavradores falidos que, com fome, decidiram assaltar os comércios e sítios no interior do Estado do Pará. Faz referência a um levante de lavradores de 24 de fevereiro de 1921, na cidade de São Miguel do Guamá, Irituia, Ourê m e Capanema. Encontramos nos jornais da região várias matérias sobre este levante, seguindo as pistas apontadas pelo escritor no caderno pessoal, que, além da data acima mencionada, anotou “5 de junho de 1922; 1924 – Estado do Pará; 1925 – Estado do Pará; 1926 – Estado do Pará⁸”. O caderno, todo manuscrito, é dedicado à criação do romance *Belém do Grão-Pará*, com destaque para a construção da trama dos “bandoleiros” do Guamá. Em suas últimas anotações, Jurandir inicia um novo romance, possivelmente *Passagem dos Inocentes*, uma vez que a anotação final sugere o início desta trama: “marinheiro inglês no porto de Camatecu”.

No romance *Passagem dos Inocentes* (1963), as classes populares também estão protagonizando levantes, e, em meio a uma manifestação contra uma epidemia que ceifava a vida das crianças pobres recém-nascidas, surge a figura de um sapateiro espanhol, com uma perna de pau, gorro preto na mão, acenando para a multidão que reivindicava nas ruas centrais da capital paraense. O sapateiro, ficamos sabendo através de própria multidão, perdeu a perna por um ideal, em um experimento de bombas no Entroncamento. O próprio espanhol, ao discursar para os populares, rememora-os dos tempos de Lemos, quando este intendente havia aumentado o imposto das carroças e os carreiros não aceitaram passivamente, suspendendo os serviços por onze dias. Os soldados da cavalaria lemistista cortaram as orelhas de um carreiro, mas os carreiros se

⁷ Este caderno manuscrito de Dalcídio Jurandir encontra-se no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, nos Documentos Pessoais, código DJ Pi 50. No mesmo caderno existem mais referências ao Bruno de Menezes: “notas sobre Bruno de Menezes, paraense – Bruno não ficou na fronteira em 1914. Pulou a frente e veio para o futuro como uma vanguarda.

⁸ Discussão sobre a rebelião dos roceiros de São Miguel do Guamá no romance *Belém do Grão-Pará* será analisado no capítulo II, da segunda parte deste estudo.

vingaram, matando um soldado, pois o povo tratava as autoridades do mesmo modo como era tratado por elas, isto é, com violência.

A revolução só poderia ser feita por um ideal e com muita coragem, por isso mesmo, após ser deportado, o espanhol perna de pau vociferou: “voltarei porque a revolução avança sempre. Escrevi isto na Comuna do Porto, jornal de que sou correspondente” (JURANDIR, 1963, p. 211-212).

Problemática e Objetivo deste estudo: A cidade de Belém em Dalcídio Jurandir

Este estudo tem como objetivo fundamental compreender a cidade de Belém do Pará nos romances de Dalcídio Jurandir, *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*, problematizando o que o romancista entendia como decadência do fausto nos anos de 1920. O literato, caboclo pobre do interior da Amazônia, veio ainda menino estudar em Belém. Nunca terminou os estudos, o que não fez diferença na criação da sua obra literária. Em Belém, se envolveu no jornalismo, no movimento modernista, teve como grande mestre Bruno de Menezes – o poeta do *Batuque*, o mais admirado pela geração dos anos de 1930 –, militou, foi preso duas vezes, trabalhou pelo interior do Pará, em várias localidades à margem do rio Amazonas, onde viu, viveu, sentiu muita pobreza. Experimentou a pobreza. Esse é o termo talvez, mais importante para entender os romances de Dalcídio Jurandir neste estudo: Experiência⁹. Os romances ganham vida com as suas experiências do interior da Amazônia, na cidade de Belém, na capital federal, mas também na sua crença na revolução, e em um mundo “onde desaparecesse a divisão entre ricos e pobres”.

Porque fazer essa história? Segundo Edward Palmer Thompson os historiadores fazem a história que é significativa para a sua época e porque a história nos ajuda a conhecer quem somos, porque estamos aqui e que possibilidades humanas se

⁹ Conceito utilizado segundo E. P. Thompson, que afirma que os sujeitos sociais experimentam situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e sempre como antagonismos, e, de maneira dialética, utilizam essa experiência em sua consciência e em sua cultura. Para Thompson, é preciso perceber o movimento humano na história, compreender a experiência real de vida das pessoas, o que tentamos fazer ao analisar a experiência de Dalcídio Jurandir plasmada em seus romances. Como essa experiência possibilitou que ele criasse sua compreensão acerca da história da “aristocracia do pé no chão” nos anos de 1920 em Belém do Pará.

manifestam. Escolher compreender a perspectiva da decadência na cidade de Belém nos romances de Dalcídio Jurandir, especialmente em *Belém do Grão-Pará*, foi uma escolha relacionada com a produção acadêmica do tempo presente. Como veremos, é quase um consenso entre os intelectuais que *Belém do Grão-Pará* é o romance da cidade em ruínas, da decadência do fausto dos bons tempos de Antônio Lemos. Era necessário então uma análise sobre a obra, ou as obras (porque também *Passagem dos Inocentes*, embora um romance menos estudado, é entendido desta maneira) que levasse em consideração o movimento do sujeito social Dalcídio Jurandir na história. A pergunta a fazer então era: como alguém que viveu a experiência da “aristocracia do pé no chão” poderia entender Belém dos anos de 1920 como uma cidade decadente, se sua experiência não estava ligada à bela época de Antônio Lemos?

Com esta problemática escolhemos trilhar o caminho experienciado pelo autor quando o mesmo saí de Belém do Pará nos anos de 1940, uma vez que seus romances, ao menos os aqui analisados, foram escritos quando ele já morava na capital federal, o Rio de Janeiro. Embora, como em diversas fontes o literato afirme, também levou consigo a experiência do interior da Amazônia, da “comadre Veríssima, carregada de filhos¹⁰”, dos seringueiros, dos cortadores de timbó, dos pescadores, roceiros, lavradores e lavadeiras. Além da experiência nos subúrbios de Belém, dos grupos escolares, da cidade escura, enlameada, do descaso com os mais necessitados, dos operários, carroceiros, tipógrafos, vendedoras de cheiro, cozinheiras, lavadeiras, ou seja, levou consigo a experiência da “sua humanidade”, os “descendentes da fidalguia cabana”.

A função do intelectual materialista é libertar o presente do passado que o oprime, para salvá-lo de uma história oficial, na qual exista a empatia apenas com o vencedor, já afirmava nos anos de 1940 o filósofo Walter Benjamin, mas também podia ser Dalcídio Jurandir, quando pondera que era preciso “estudar não a história dos compêndios, cheia de nomes e datas. Mas a história interpretada, vista como um rio humano em plena

¹⁰ JURANDIR, Dalcídio. Notas de Viagem à União Soviética: Uma vez à beira do Amazonas – Um verso de Miguel Hernandez – Moscou em festa. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1952, p. 2.

marcha¹¹”. Na história de Belém de Dalcídio Jurandir sua empatia é voltada às classes populares, que conheciam a sua realidade de opressão e luta, mas resistiam e se dedicavam na busca de um bem maior para a sua humanidade. Eram também gigantes, como o povo russo, “verdadeiros gigantes com botas de sete léguas¹²”, mesmo que andassem descalços, por toda a cidade de Belém, dos covões aos palacetes.

Nas suas anotações manuscritas percebemos que sua literatura, sua vida e sua compreensão de história estão sempre ligadas à revolução dos oprimidos. Dessa forma, Dalcídio Jurandir propõe nos seus romances uma perspectiva de história bem diferente da que aprendeu nos Grupos, Liceus e Ginásios de Belém, foi ele um “historiador” que “atizou no passado a centelha da esperança” (BENJAMIN, 2012, p. 11-12) para evitar que o inimigo continuasse a vencer. Foi a experiência ordinária de Dalcídio Jurandir – qualidade determinante do termo cultura, segundo Raymond Williams, e que define a sua função – que o fez compreender a história a partir dos atritos, dos conflitos, da luta de classe. Como ele mesmo afirmou sobre seus romances: “fisquei peixinho ordinário, o que me coube pescar, sorte ou desvalia, na humanidade marajoara¹³”.

O referencial teórico deste estudo é, como o sujeito social analisado, fundamentado no materialismo histórico, em conceitos de E. P. Thompson, como “experiência”, “resistência”, de Raymond Williams como “cultura ordinária”, “cultura comum”, “grupos culturais”, “engajamento” e Walter Benjamin, com a sua compreensão sobre o “progresso burguês”, o tempo dos “*agoras*” e o fazer “explodir o *continuum* da história”. O levantamento documental, em um permanente diálogo com os conceitos, conduzidos pela hipótese de que Dalcídio Jurandir compreendia Belém além da decadência do fausto, criou a lógica deste estudo. Ou desta história. Uma possibilidade de história, porém, mais do que isso, uma história que trás para seu centro o exemplo da experiência de um homem comum, porém com dimensões que não se esgotarão em estudo nenhum.

¹¹ Carta à Divina. Reproduzida por NUNES; PEREIRA; REOLON PREREIRA, 2006, P. 98.

¹² JURANDIR, Dalcídio. Notas de Viagem à União Soviética: Uma vez à beira do Amazonas – Um verso de Miguel Hernandez – Moscou em festa. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1952, p. 2.

¹³ Um escritor no purgatório. **Revista Escrita**, Ano I, nº 6, 1976.

Dessa forma, este estudo se divide em duas partes a nível de organização, porém que se completam pelos motivos elencados acima. A primeira parte, intitulada: **PARTE I – Dalcídio Jurandir: literatura, história, jornalismo e engajamento político**. É dividida em 4 capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado de “A Obra de Dalcídio Jurandir e o olhar dos intelectuais” procurei fazer um debate com os intelectuais que estudam a obra de Dalcídio Jurandir na atualidade, problematizando como estes a entendem, percebendo, inclusive, que estes sempre negligenciavam a experiência política do literato no Rio de Janeiro; além de nos posicionar no debate, especialmente em relação a perspectiva de história do literato. As fontes utilizadas, além da própria bibliografia levantada, foram os dois romances citados acima, cartas, cadernos manuscritos inéditos e artigos em periódicos escritos pelo literato.

No segundo capítulo da parte I deste estudo, procuramos compreender a experiência artística e política de Dalcídio Jurandir compartilhada com o grupo dos novos modernistas de Belém do Pará nos anos de 1930, especialmente o grupo conhecido como os “remediados”, os quais se reuniram em 1938 para escrever a revista *Terra Imatura*. Inferimos que esta experiência foi importante para a construção do senso de responsabilidade e de justiça social de Dalcídio Jurandir, sentimentos vinculados ao seu fazer literário. Nos anos de 1930 e 1940 em Belém do Pará, Dalcídio Jurandir trocou experiência de grupo com Cléo Bernardo, Silvio Braga, Ruy Barata, Francisco Paulo Mendes, Paulo Plínio Abreu, porém, tendo sempre como sua grande referência, um literato mais velho, Bruno de Menezes. As fontes utilizadas foram os jornais da região, os artigos de Dalcídio Jurandir em periódicos diversos e a Revista *Terra Imatura*.

O terceiro capítulo da parte I deste estudo, “Dalcídio Jurandir e a Cultura Política do Comunismo Internacional” objetivou compreender a experiência de Dalcídio Jurandir no Rio de Janeiro, como jornalista vinculado aos periódicos do Partido Comunista, e tendo relações próximas com amigos intelectuais comunistas, como Jorge Amado, Moacir Werneck de Castro, Astrogildo Pereira, Isaak Akcelrud, Graciliano Ramos, Antônio Bulhões, e tantos outros, que se encontravam nas redações dos

periódicos em um período em que houve uma intensa produção comunista no Brasil, relacionado com a abertura dos tempos do pós-segunda guerra mundial. No capítulo, houve a preocupação de perceber alguns dos traços da cultura política comunista internacional nos artigos de Dalcídio Jurandir, além de definir o “tipo de comunismo” com o qual o literato se identificava, relacionado a liderança de Lênin e a revolução bolchevique de 1917. As fontes fundamentais deste estudo foram os artigos de Dalcídio Jurandir publicados nos periódicos da capital federal nos anos de 1950 e os cadernos manuscritos inéditos do autor.

O quarto capítulo da parte I deste estudo, “Dalcídio Jurandir, Realismo Socialista e Militância Comunista”, procuramos compreender o envolvimento do literato com as representações do período Stalinista na área cultural, conhecido como “Zhdanovismo”, além do culto a figura de Stálin nos periódicos comunistas brasileiros. É neste capítulo também que vamos conhecer a sua experiência em Moscou, em uma viagem feita por uma delegação comunista brasileira que contava com 13 operários, 4 juristas, 5 escritores, e médicos, 3 músicos, 2 jornalistas, 1 jovem, 1 comerciante, 3 mulheres, todos, obviamente, filiados ao Partido Comunista Brasileiro. O objetivo da viagem era que os “camaradas” conhecessem de perto a “realidade do mundo socialista” e participassem das festividades do Primeiro de Maio, a grande festa dos “trabalhadores do mundo todo”. Entre os escritores brasileiros, além de Dalcídio Jurandir, estavam Graciliano Ramos, Moacir Werneck de Castro, Palma Neto e Nair Batista. As fontes principais deste capítulo foram as anotações manuscritas do literato em seus cadernos inéditos, o diário de viagem completo, cedido pela nora do literato, Carmem Pereira, também inédito e os artigos publicados na imprensa comunista do Rio de Janeiro.

A segunda parte deste estudo, intitulado: **PARTE II – A cidade de Belém de Dalcídio Jurandir**. Vai buscar relacionar as experiências de vida do literato, rastreadas na parte I deste estudo, com a perspectiva do mesmo sobre Belém nos anos de 1920. Desta forma, dividimos o texto em dois capítulos.

O primeiro capítulo da parte II deste estudo, que tem por título “A saudade do fausto: A Belém da *bellé époque* e da decadência na historiografia e nos romances modernistas”, buscou compreender a cidade de Belém tanto no período do fausto de

Antônio Lemos, especialmente através da historiografia belenense, como no período da “suposta” decadência, os anos de 1920, destacando a historiografia mais atual que estudo o tema assim como a literatura modernista, através de Bruno de Menezes, Eneida de Moraes e De Campos Ribeiro, que, em algumas de suas obras, enfocam o referido o tema.

Dessa forma, o capítulo, em um primeiro momento, faz uma discussão historiográfica, buscando entender o enfoque dado pela historiografia estudada, seus objetivos, a experiência dos sujeitos sociais que compõem a história do fausto e da decadência de cada um dos historiadores selecionados, e também procurou destacar o olhar dos literatos que escreveram suas memórias sobre o período do fausto e da decadência. Em um segundo momento buscamos nos posicionar sobre os anos de 1920, e a construção da ideia de decadência da cidade de Belém, através da historiografia já analisada, e do levantamento dos relatórios dos governadores de província, dos principais jornais da cidade de Belém e da literatura, especialmente dos romances de Dalcídio Jurandir. As fontes utilizadas, além da bibliografia da região, foram os principais jornais de Belém dos anos de 1920, *Folha do Norte*, *A Província do Pará* e *O Estado do Pará* e os relatórios dos governadores do Pará dos anos de 1920.

O segundo capítulo da parte II deste estudo, que tem por título “A decadência do fausto e a ‘aristocracia do pé no chão’ na cidade de Belém de Dalcídio Jurandir”, buscou problematizar como Dalcídio Jurandir compreendia a história do “fausto” e da “decadência” da cidade de Belém através dos romances *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*. Acreditamos que é o capítulo que liga todos os pontos deste estudo, uma vez que não é possível compreender o olhar do autor sobre a história da cidade sem levar em conta a sua experiência nos campos do Marajó, nos subúrbios de Belém, no movimento modernista, nas prisões pela Intentona Comunista, na militância nos periódicos de esquerda da capital federal, na visita a Moscou. Suas experiências de vida e da “aristocracia do pé no chão” se encontram, com a simplicidade dos sábios, nos romances escritos nos anos de 1950. A fonte fundamental do capítulo são os romances, mas também foram utilizados os jornais da região e alguns artigos do literato em periódicos do Rio de Janeiro.

Parte I – Dalcídio Jurandir: literatura, história, jornalismo e engajamento político

Belém, novembro de 1936

Bruno:

Ninguém mais idôneo do que você para falar de Cuia Pitinga, pai de santo da geração de Clóvis de Gusmão e Raymundo Peres. Você continua poeta e cada vez mais novo pelo que há de movimento e de inquietude na sua personalidade. O seu caminho é o caminho de todos nós, seus companheiros nas lutas pelo pão, os velhos conflitos e as angústias interiores, a sede de cultura, o vago anarquismo [...]

O artista queria dar o fora nesta realidade corrosiva e se quintessenciava – é o termo – para ficar numa névoa doirada, como um trecho de Beethoven de que fala Aldous Huxley, no contra-ponto, distanciado e etéreo, no irreal. Não se misturava o sonho com nossa camisa rota, o sapato furado, a falta de 2000 réis para o bonde...

Ernane Vieira, que foi espelho da nossa aventura intelectual na província, acabou morto à fome [...]

Fazer ironia no nosso meio é fazer uma dolorosa caricatura de si mesmo. O ódio é justo, é mais libertação. É preciso acusar e desmontar, praticamente, a farsa e a miséria que negam a arte e a cultura. A província – e aqui se entende, apenas, um sentido literário de província, mas a continuação econômica – arriou sobre nós um peso enorme de tédios, ânsias mórbidas, burocracia, deformações irreparáveis... A cultura virou boemia.

O artista corresponde, hoje, ao interesse da humanidade que ele condensa na sua emoção e no seu pensamento. Bate-se pela marcha da cultura e por um sentido mais alto e mais real da humanidade [...]

Continuamos a lutar pelo pão, mas a arte vem lutar ao nosso lado, compreendendo que o resultado dessa luta depende o seu futuro, a sua maior expressão de liberdade e de vida.

Do seu Dalcídio Jurandir¹⁴.

¹⁴ Documento retirado do livro NUNES; PREREIRA; REOLON PEREIRA. **Dalcídio Jurandir – Romancista da Amazônia. Literatura e Memória**. Belém: SECULT/FCRB/IDJ, 2006, p. 158.

CAPÍTULO I: Dalcídio Jurandir e o olhar dos intelectuais

A produção literária de Dalcídio Jurandir não é apenas uma fonte para a história que revela o contexto da primeira metade do século XX em Belém do Pará, mas é fundamentalmente uma fonte de história na qual se pode recuperar a interpretação da experiência do literato sobre uma Belém supostamente decadente. A proposta é então enfatizar a capacidade da literatura de Jurandir em se apropriar de suas experiências pessoais e de classe, de seus rastros, de fragmentos de memória, e representar seu próprio tempo, como os grandes romancistas do século XIX (GINZBURG, 2007), ou seja, a proposta é historicizar os romances de Dalcídio Jurandir que serão as principais fontes de história deste trabalho, apropriando-se da sua literatura de maneira a “profaná-la” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p.7), enfatizando o autor, a obra, o contexto no qual ele escrevia seus romances.

Sendo a literatura uma interpretação da realidade, buscamos exatamente compreender de que maneira a literatura modernista representa a “decadência” da cidade de Belém dos anos 1920. A perspectiva proposta por Ginzburg (2007) para facilitar a compreensão do historiador a respeito do texto literário leva-nos a pensar na própria relação entre a História e a Literatura a partir das leituras literárias similares deste autor com as de Jurandir. Detido no presídio São José, em 1937, este escreve à esposa sobre livros de Gogol e Dostoiévski, assim afirmando: “sempre se deixa empolgar pela paixão que é sem limites em Dostoiévski. Acabei de ler a novela de Gogol e achei magnífica. Gogol é da mesma linhagem dos Tolstói, Gorki, Dostoiévski”.

Pensamos que as leituras feitas por Jurandir, as quais o influenciaram na construção da perspectiva de história dos seus romances, partem de algumas semelhantes àquelas do historiador Carlos Ginzburg, justamente, de Dostoiévski e, de modo especial, de Tolstói. Ginzburg vai afirmar que a obra de Tolstói foi uma das maiores influências na sua maneira de fazer história (LIMA, 2006). O historiador está se referindo especialmente ao romance *Guerra e Paz* e ao fato de o autor ter abordado a

invasão da Rússia durante as guerras napoleônicas de maneira diferente dos historiadores do final do século XIX, pois ao invés de procurar compreender os feitos dos grandes homens, Tolstói busca recuperar a memória dos homens humildes que se envolveram nas batalhas.

Esta visão do artista, mais preocupado em estudar as reações de suas personagens, sob vários ângulos, buscando conhecer homens de verdade e não heróis, é algo que vai impressionar Ginzburg na busca por uma nova maneira de escrever a história. Ou seja, era preciso dar voz aos populares, e, compreendendo esta perspectiva, ele se opunha a encontrar os populares apenas a partir das grandes séries documentais, como faziam os historiadores ligados à escola dos *Annales*, mas o fazia “resgatando os indivíduos da imensa condescendência da posteridade”, como diria também outro historiador de meados do século XX, especialmente preocupado em dar voz aos que a história calou: Edward Palmer Thompson.

Com os grandes romancistas do século XIX, Ginzburg (1987) aprendeu que era preciso devolver as classes populares o que a história do mesmo século costumava atribuir apenas aos indivíduos singulares e que a “grande” história do século XX atribuía às séries documentais. Era hora de transformar os indivíduos subalternos em protagonistas da história, com nome, sobrenome, sentimentos, ideias e ações. Esta reflexão acerca dos escritos do historiador italiano nos aponta para o que será visto em Dalcídio Jurandir e com Dalcídio Jurandir, seja por ele próprio ou a partir das vozes de seus narradores e das suas personagens, como Alfredo, mãe Ciana, seu Lício, dona Cecé, seu Antonino Emiliano, Isaura, Libânia, etc. Tratam-se de personagens populares organizados em seu próprio mundo, ainda que com limites precisos do seu tempo, da sua cultura e das condições econômicas a que estão submetidos.

Então, Dalcídio Jurandir é “o olhar de dentro” das classes populares. Assim como Menocchio de Ginzburg, que era um camponês singular, Dalcídio também era um caboclo marajoara nada típico, que via na “rua o mar alto das cidades, o rio onde corre a vida mais intensa e onde se colhe na experiência dos homens, a perfídia, a estupidez e a miséria dos homens”. (NUNES; PEREIRA; PEREIRA, 2006, p. 35). Desse modo, a partir das possibilidades abertas por Ginzburg na aproximação entre História e Literatura, problematiza-se não apenas os romances dalcidianos, mas também o próprio

literato, por meio de uma interrogação em que haja uma consciência da história que foi escrita por Jurandir a partir das suas experiências no contexto social ao qual ele se reporta.

É Vicente Salles (2010/2011, p.219-220) quem nos chama atenção justamente para esta problemática, ao afirmar que a obra de Dalcídio Jurandir é baseada na sua longa experiência pessoal, sendo justamente esta experiência o que possibilita ao autor não idealizar seu universo regional, dispensando o pitoresco e o documento que compunham a maioria dos romances regionais. Sua experiência tanto nos campos do Marajó como nos bairros pobres de Belém lhe possibilitaram fazer com autenticidade a “literatura do cotidiano”, mesmo quando se transferiu para o Rio de Janeiro, pois Jurandir descolou-se e fez “com seu chão, que continuará a ser lavrado com muito suor, e a lembrança de sua gente”.

Segundo Salles, não é possível escrever a história social paraense sem o conhecimento da obra de Dalcídio Jurandir. Embora Salles exagere na colocação – já que grande parte da historiografia paraense não se utiliza da obra do autor para discutir o social –, para este trabalho a obra de Jurandir é indispensável, uma vez que buscamos compreender a cidade de Belém a partir da experiência do literato transformada em narrativa em seus romances.

Pensando ainda nesta perspectiva, podemos inferir que os romances de Jurandir, especialmente os analisados neste trabalho, *Belém do Grão-Pará e Passagem dos Inocentes*, são um testemunho sobre “o que milhões de autênticos seres humanos estão criando à luz do Manifesto Comunista”. De forma material e criativa estes “subalternos” faziam história durante este suposto momento de progresso, fausto, civilização e decadência, e o mais interessante de tudo isto: é um argumento vindo de um literato que vivenciou este momento da perspectiva dessas classes populares e que utiliza a sua experiência para narrar ficcionalmente suas histórias, como nos expõe Salles.

Em entrevista à Eneida de Moraes¹⁵, em 1960, ano da edição de *Belém do Grão-Pará*, Jurandir afirmou que todos os seus romances tomam partido e que ele, como escritor, sempre buscou os conflitos, os choques, “os atritos”, não se esquivando, nos romances, do seu compromisso político, já que foi este compromisso que lhe proporcionou a liberdade, algo que na vida atual era muito difícil de conseguir.

Sendo assim, acreditamos que Dalcídio Jurandir tem uma perspectiva de história semelhante à perspectiva de história do filósofo alemão Walter Benjamin, a história vista como um campo aberto de lutas, de conflitos sociais, de “atritos”. Walter Benjamin construiu o seu conceito de história nos anos de 1930, nas suas famosas *Teses sobre o conceito de História*, quando experienciava a ascensão do nazismo na Alemanha. Ao construir seu entendimento sobre como deveria ser escrita a história, expressou o momento presente, compreendido por ele como uma “derrota trágica”, mas também como esperança utópica (esperança no pessimismo organizado do intelecto) de uma revolução “messiânica” que poderia ocorrer a qualquer instante, interrompendo a caminhada do mundo para a catástrofe.

O caminho para a catástrofe, nos diz Benjamin, era apresentado ao mundo pela burguesia com o nome de “progresso”. Desta maneira, o materialismo histórico do filósofo alemão, como do romancista amazônico Dalcídio Jurandir, compreendia a história de maneira diferente da história oficial, que era apenas uma “celebração dos vencedores” da modernidade. Ambos optam por dar voz aos que foram silenciados por esta história pautada em uma narrativa linear, cronológica, de grandes personagens e com foco nos acontecimentos políticos. Era preciso fazer falar as classes sociais oprimidas, e que, embora derrotadas, dedicaram-se no passado a resistir contra a opressão (Tese XII. IN: BENJAMIN, 2012, p.16-17).

Sendo assim, na leitura da história de Walter Benjamin e Dalcídio Jurandir, a luta de classe é o conceito mais importante, uma vez que ao compreendê-la podemos desmascarar a falsa ideia disseminada pela burguesia de que todos estavam integrados ao progresso burguês, um progresso mecânico, automático e acrítico, associado à ideia

¹⁵ Eneida entrevista Dalcídio (transcrição da entrevista publicada na *Folha do Norte* em 23/10/1960). IN: **Asas da Palavra**, vol.3, nº4. Belém: UNAMA, 1996.

de um tempo homogêneo e vazio, indiferente e infinito, sem conflitos nem contradições sociais. A história em Benjamin e Dalcídio é percebida a “contrapelo”, de maneira descontínua, com um tempo preenchido de “agoras”: “A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora (Jetztzeit)” (Tese XIV. IN: BENJAMIN, p.18).

Esses “agoras” seriam um movimento de atualização do passado no presente, que implicaria uma reconstrução da história e, conseqüentemente, do presente. Benjamin (2012, p.18) na Tese XIV exemplifica este movimento com Robespierre, afirmando que Paris seria para o líder jacobino uma Roma renascida, trazida para o presente a partir de “um salto do tigre” em direção ao passado, porém, em uma “arena comandada pela classe dominante”.

Benjamin nos diz que se esse “salto do tigre” se reatualizar “sob o céu livre da história”, ele se torna um salto dialético, como previu Marx, ou seja, uma revolução, revolução esta que fará explodir o *continuum* da História, logo o presente é algo que pode ser parado no tempo e imobilizado de forma a fazer soltar esse *continuum*, cabendo ao intelectual histórico-materialista libertar o presente do passado que o oprime, para salvá-lo de uma história oficial, na qual existe a empatia apenas com o vencedor – como a história feita pelos intelectuais do historicismo alemão –, fazendo com que apenas a história dos vencedores, isto é, a história dos donos do poder no presente, seja contada de maneira triunfal e homogênea.

Desta forma, este intelectual criticado por Benjamin é um servo da ideologia dominante, uma vez que é responsável por disseminá-la para um grande número de pessoas a partir da sua perspectiva de história. Nas palavras de Benjamin: “Aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. Os despojos, como é de praxe, são também levados no cortejo” (BENJAMIN, 2012, TESE VII, p.12).

Aos intelectuais do materialismo histórico se impõem a responsabilidade de construir outra história, com a imagem do passado mais próxima do sujeito social oprimido, rompendo com a tradição historiográfica dos vencedores, possibilitando a explosão do *continuum* no presente, protagonizado pela classe oprimida, visto que,

segundo Dalcídio Jurandir, “só a classe oprimida é revolucionária até o fim¹⁶”. E é isso que o romancista faz ao trazer para o centro dos seus romances os dramas, os “ais” dessa classe. Na perspectiva histórica dos romances de Dalcídio, a empatia do intelectual faz-se em relação aos vencidos, que terão seus “queixumes” alçados ao centro da narrativa, em um *continuum* que rompe com o tempo homogêneo e vazio do progresso mecânico e linear que resultou na catástrofe da decadência dos anos de 1920 em Belém do Pará.

Em *Passagem dos Inocentes* (1963), a empatia do romancista com as classes oprimidas permeia toda a narrativa romanesca, na qual encontraremos críticas à escravidão negra e indígena na Amazônia, à condição de vida de ambas as etnias no tempo presente no Pará, ao desinteresse dos poderes públicos em relação ao saneamento dos bairros mais pobres, ao abandono da saúde pública dos mais necessitados. Há críticas também à própria história que era ensinada nos liceus e ginásios da capital paraense, totalmente discrepante da realidade da maioria da população da região.

Na trama do referido romance, como que cansada daquela situação de omissão dos poderes públicos, de exclusão social e de falência total, a população se reuniu no centro de Belém, na praça da República, ao redor do maior símbolo dos tempos da *belle époque* de Antônio Lemos, para reivindicar uma solução para o caos que se abateu sobre a cidade devido à paralisação do funcionamento do forno da Usina da Cremação, responsável pela incineração do lixo da cidade. Com o forno parado, o lixo se espalhou pelas ruas da cidade de Belém, causando uma “moléstia” nas crianças das classes populares, que os médicos da trama não sabiam diagnosticar. E assim, o romance de Jurandir dá voz aos silenciados pela história da primeira metade do século XX, a partir de suas personagens rebeladas no centro da cidade, reivindicando melhores condições de saneamento e higiene para a periferia, com uma clareza nítida do olhar de quem experienciou esta exclusão. O narrador constrói assim o cenário da trama:

A voz de outra mulher, o tamanco na mão, havia rompido a alça:

¹⁶ Frase escrita por Dalcídio Jurandir em um dos seus cadernos manuscritos, originando possivelmente o romance *Linha do Parque*, visto que em tal manuscrito havia anotações sobre o que seria o realismo socialista, definido como “a revolução na estética burguesa”. O documento encontra-se no Arquivo do Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, com o código DJ PI 307 – anotações manuscritas 1951.

Montões de lixo na cidade. Menos nas ruas dos ricos, nos tapetes, nos salões. Lá nos lindos berços não tem anjo. Tem de se varrer o lixo que por fora é limpo. A mosca que mata as nossas crianças sai de lá deles, choca dentro deles, dos limpos por dentro podres (JURANDIR, 1963, p.202-203 Grifo do autor).

Acreditamos que esta perspectiva de compreensão da história acompanha o romancista durante a criação de todos os seus romances, tanto os do Ciclo do Extremo Norte, como *Linha do Parque*, escrito sob encomenda do Partido Comunista. E sobre essa questão vale reportar-nos a Benedito Nunes, ao nos fazer pensar sobre a experiência e a obra de ficção dalcidiana. O filósofo traz à tona a declaração de Jurandir sobre o fato de o Ciclo do Extremo Norte ser um sonho de sua juventude, sonho que acalentava desde os 20 anos, isto é, o de fazer uma obra em que o pensamento da juventude fosse contemplado (NUNES, 2010-2011, p.67).

Benedito Nunes (2010-2011) acredita que Jurandir conseguiu nos dez romances que compõem o Ciclo concretizar seu sonho de juventude. Porém, ele teria vivido um conflito durante o seu processo criativo: entre o seu sonho de juventude, ou seja, o sonho de construir uma obra do seu pensamento juvenil, e o seu engajamento político nas lutas do seu tempo em prol da liberdade humana e da diminuição e/ou extinção da desigualdade social. Ou seja, segundo o entendimento do filósofo, Dalcídio buscava construir um Ciclo no qual seu pensamento ainda não estivesse tomado pelas questões mais caras ao engajamento político e à causa política.

Este conflito é resolvido, segundo Nunes (2010-2011), quando o literato escreve *Linha do Parque*, momento em que afina a sua narrativa ao realismo socialista prescrito pelo Partido Comunista, deixando seu sonho de juventude para trás e transformando-se em um heterônimo, com personagens totalmente ficcionais, heroificados, que lutavam em nome da causa do Partido. Trata-se, ainda segundo Nunes, de um livro de aventuras, com uma escrita romanesca bem diferente dos romances do Ciclo do Extremo Norte.

Contudo, não compreendemos esta contradição na obra do autor. Também na entrevista concedida à Eneida de Moraes, esta à época repórter literária do *Diário de Notícias*, ele declarou que toda a série de romances que estava escrevendo era parte do desenvolvimento dos temas apresentados e/ou esboçados em *Chove nos campos de Cachoeira*. O autor afirmou que, com a finalidade de chegar até o décimo romance, na

época estava no sexto, há mais de trinta anos vinha recolhendo e acumulando “experiência, anotações, estudos, pesquisas, memória, imaginação, indagação, o faço ou não faço, no sentido da obra”. Mas, se, como sabemos, *Linha do Parque* não faz parte do Ciclo do Extremo Norte, não podemos afirmar que os romances do Ciclo destoam do pensamento político do autor e do seu engajamento nas causas sociais, que é a sua marca desde a mocidade.

É o próprio Dalcídio Jurandir que diz que, em seus romances, não “arredou o pé de suas origens”, tentou representar o seu “pessoal miúdo”, e pôde ir mais fundo nessa representação, pois encontrou “uma filiação ideológica” que lhe dava razão de ser. Eram romances, que, desde sempre, tomavam partido. Nas palavras do próprio autor:

Modéstia à parte, se me coube um pouco o dom de escrever, se não fiquei por lá, pescador, barqueiro, vendedor de açai no Ver-o-Pêso, o pequenino dom eu recebo como um privilégio, uma responsabilidade assumida, para servir aos meus irmãos de igapó e barranca. As poucas letras que me cabem, faço tudo por merecê-las. Entre aquela gente tão sem nada, uma pequena vocação literária é coisa que não se bota fora. Se posso tocar a viola, mesmo de orelha, tenho de tocar com ou por eles. [...] (Nos Romance) eu me prezo honradamente de ser bem parcial [...] Todo romancista não é político? Sempre interessado pelo homem, pelo destino da sociedade, por mil e uma formas ou aspecto da conduta do indivíduo e do homem.¹⁷

Nos anos de 1950, em um artigo publicado em jornal não identificado¹⁸, Dalcídio Jurandir escreveu sobre um “sonho de adolescência”, quando ele e um grupo de amigos “suburbanos” discutiam sobre os caminhos para salvar o Brasil e o Mundo: “pesava em nossos ombros o Brasil, como se carregá-lo fosse responsabilidade unicamente nossa, de jovens suburbanos”. Foi durante as “conspirações” juvenis para salvar o Brasil dos “velhos políticos do Catete” que Dalcídio ouviu falar de Luiz Carlos Prestes e em sua “Coluna”, que havia caminhado pelo sertão “abatendo generais, rompendo cercos, dona da distância e do heroísmo”.

A Coluna Prestes encheu os sonhos do adolescente Jurandir de esperança. O pessimismo que às vezes o acometia em relação ao homem brasileiro foi tomado por

¹⁷ Eneida entrevista Dalcídio (transcrição da entrevista publicada na Folha do Norte em 23/10/1960). IN: **Asas da Palavra**, vol.3, nº4. Belém: UNAMA, 1996, p.33.

¹⁸ O documento encontra-se no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, Pasta 3, Subsérie DJ Político.

uma fé nos “cavaleiros” da coluna que cobriam os sonhos de um Brasil mais justo com uma “realidade crescente”, e à frente de tudo isto estava um homem, que passou a encarnar “nossas ideias, sentimentos, confianças, o desvelo que nossa adolescência sofria pelo Brasil”. Se a coluna foi derrotada, o “caminho que não sonhávamos naquelas noites”, nos diz Jurandir, maior que o sonho adolescente era, então, a possibilidade aberta no presente, com um novo caminho, também guiado por Prestes, à frente do Partido Comunista, o qual fazia ressoar a voz dos oprimidos, e seriam estes oprimidos que fariam “surgir no Brasil os novos tempos” e que seriam os responsáveis por construir “o país que desejaríamos construir outrora apenas com nossos sonhos”.

Carlos Roberto Cardoso Peres, que discutiu o romance *Linha do Parque* em sua dissertação de mestrado (2006), corrobora a nossa concepção. Ele assevera que, embora Dalcídio Jurandir recorra a algumas propostas da estética do realismo socialista para construir tal obra, orientação do Partido Comunista que a havia encomendado ao escritor, não se pode negligenciar o fato de que existia em Jurandir, desde o seu primeiro romance, uma perspectiva política, uma opção por uma literatura engajada, em que a sua concepção de história dava voz aos personagens excluídos da história oficial. Sendo assim a influência das ideias da Revolução Russa (revolução citada, inclusive, no seu primeiro romance, *Chove nos Campos de Cachoeira*) sempre esteve presente em seu pensamento, desde a mocidade (PERES, 2006, p.56-57).

Peres afirma, ao levar em conta as configurações estéticas que compõem *Linha do Parque* e a articulação entre o movimento modernista e o novo sistema cultural brasileiro após 1930, que as perspectivas de vanguarda introduzidas pelos modernistas foram utilizadas por Dalcídio Jurandir para a realização do seu projeto literário, o romance proletário, muito mais do que as orientações do Partido Comunista e do realismo socialista (PERES, 2006, p.40). Possivelmente, foi por este motivo que o livro ficou engavetado pelo Partido Comunista entre os anos de 1955 e 1959. Embora Dalcídio Jurandir tenha afirmado que escreveu o romance entre os anos de 1951 e 1955, a primeira edição só foi publicada em 1959.

Dênis de Moraes (1994) afirma, em estudo sobre a imprensa comunista e o realismo socialista na fase de maior repressão e censura do Partido Comunista em

relação às artes, de 1947 a 1953, que Dalcídio Jurandir teve que mudar, várias vezes, *Linha do Parque* por “inconveniências”, e que uma fonte, Osvaldo Peralva, afirmou que os originais foram devolvidos pelo Partido ao escritor diversas vezes, havendo em uma delas a seguinte nota: “Dalcídio abusa do emprego de e...” (MORAES, 1994, p. 160). Logo, entendemos que tanto o Ciclo do Extremo Norte como o livro *Linha do Parque*, que trata do extremo sul do país, estão ligados ao “sonho de juventude” de Jurandir, que não desvinculou sua arte da luta por um mundo com menos desigualdades sociais, luta esta que também era a do seu partido, o comunista. Como o próprio escritor nos coloca, a sua arte literária apenas sofreu influência do tempo e das suas experiências.

Como Benedito Nunes (2010-2011) acreditamos que no Ciclo há uma relação com a realidade, devido ao permanente vínculo com a sociedade paraense e com o mundo. Um dos principais dados que atestariam esta documentação da realidade seria o fato de o literato sempre primar pela fala das personagens. Nelas, há expressões e nomes regionais peculiares, metamorfoseando a língua portuguesa, que seria o lugar de trabalho do imaginário linguístico que sempre responde a uma realidade humana, social e politicamente dimensionada, a qual se ata e que ingressa nos romances de Jurandir pela fala das personagens, na fabulação da narrativa e no desenvolvimento do romance¹⁹.

Dalcídio Jurandir, ao requalificar sua narrativa a partir da linguagem, ao fazer aderir a voz das personagens à narrativa, permite perceber o mundo de suas personagens, seus sentimentos e aspirações, suas ideias, sua cultura, seu posicionamento no mundo de “Belém”, e é justamente desta maneira também que a história de Alfredo (*alter-ego* do escritor, personagem principal na maioria das narrativas do Ciclo) e sua busca pela cidade como possibilidade de “progresso” individual se desdobram em várias histórias, mostrando o caráter memorialista da obra de Jurandir, como se os seus romances fizessem a crônica de Belém dos anos 1920.

¹⁹ Nos vários cadernos manuscritos de Dalcídio Jurandir, encontramos anotações referentes ao modo de falar da região amazônica e alguns de seus ditados populares, como “a desculpa do amarelão é comer barro”. Estes cadernos encontram-se no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, com o código DJ PI 307. E também na Casa de Cultura Dalcídio Jurandir, em Niterói, aos cuidados da nora do escritor, Carmen Gomory Freire Pereira que, gentilmente, autorizou a autora deste trabalho a acessar e fotografar a documentação.

Salles (2007) apresenta uma perspectiva bem próxima, ao afirmar que a obra de Dalcídio se baseia em uma longa experiência pessoal que permitiu ao escritor fazer com autenticidade a literatura do cotidiano, e não só da cidade de Belém e dos seus bairros pobres, mas também dos campos do Marajó. Tudo o que Jurandir escreve, segundo Salles, parecia verdadeiro e familiar ao próprio literato.

O que abastece os romances do Ciclo do Extremo Norte, para Benedito Nunes, é esta memória de Jurandir, o qual, como Proust, é capaz de mergulhar na sua infância e juventude, fazendo do ciclo romanesco, a partir da personagem central, Alfredo, “o ciclo de Dalcídio, enxerto da introspecção proustiana na árvore frondosa do realismo” (NUNES, 2010-1011, p.73). Uma maneira de se confirmar essa ideia seria o fato de *Belém do Grão-Pará* ser o romance dos Alcântaras, cuja decadência simboliza a decadência da cidade de Belém como um todo, após o fim do “ciclo” da borracha. Esta cidade decadente teria sido aquela vivenciada por Jurandir na década de 1940²⁰.

Ainda nesta perspectiva, ao fazer uma análise das críticas sobre alguns romances de Dalcídio Jurandir, especialmente Marajó, Vidal (2010-2011, p. 120) também nos mostra que a narrativa de Jurandir expõe, na década de 1940, período em que o mundo voltava os olhos para a Amazônia, o drama das vozes que haviam sido silenciadas pela História, como as do ribeirinho, dos canoeiros, dos vaqueiros, dos colhedores de açaí, e indo além do Marajó, dos sapateiros, dos encadernadores, das costureiras, das vendedoras de tacacá, de açaí, das crianças que eram trazidas do interior do estado para trabalhar em casas de família na capital Belém, ou seja, os “subalternos”, os excluídos do progresso. Se os manuais de História oficiais comprometidos com a construção do real os haviam silenciado, nos romances ficcionais de Dalcídio essas vozes pulsavam com uma verossimilhança incrível.

Encontramos também esta mesma perspectiva sobre leitura da História em Dalcídio Jurandir no já mencionado trabalho de Carlos Roberto Cardoso Peres (2006) sobre *Linha do Parque* (1959). Segundo Peres (2006), no romance encomendado pelo

²⁰ Os autores analisados neste estudo entendem o literato a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos do seu curso, a maioria de letras, e geralmente, têm a visão da obra de Dalcídio Jurandir, como um retrato da Belém da decadência – embora nem todos. Amarilis Tupiassu, Benedito Nunes, Paulo Nunes, Elizabete Vidal, Marli Tereza Furtado, Vicente Salles, Willi Bolle, dentre outros, foram consultados, e muito contribuíram para este trabalho.

Partido Comunista, o escritor reforça a posição da margem como lugar alternativo para revelar o que muitas vezes foi considerado supérfluo em narrativas ficcionais e não ficcionais. Com essa finalidade, ofereceu uma leitura do movimento operário no Rio Grande do Sul que valorizou os personagens excluídos das páginas dos livros de história das escolas do Estado nos anos de 1950. Ainda segundo o estudioso, *Linha do Parque* é uma das primeiras obras que abordou de forma abrangente a história do movimento operário a partir do levantamento de fontes importantes e que até hoje foram pouco utilizadas por pesquisadores. Logo, neste estudo, compreendemos que tanto no Ciclo do Extremo Norte, como no livro sobre o Extremo Sul, o literato se propôs a escrever a história como Walter Benjamin a pensou em suas famosas *Teses* (2012), a contrapelo.

Em 1948, em comemoração aos doze números da *Revista Problemas*²¹, revista ligada ao Partido Comunista e que, no ano de 1948, tinha Carlos Marighella como seu diretor-chefe, Dalcídio Jurandir escreveu um longo artigo no qual dissertou sobre a importância da imprensa comunista²² e especificamente da *Revista Problemas*, como veículo para divulgar, entre um maior número possível de pessoas, uma perspectiva da história na qual os oprimidos tivessem voz. No artigo, ao fazer uma crítica da perspectiva de história difundida pelos meios de “propaganda burguesa”, ele estava

²¹ Encontramos vários números da *Revista Problemas* entre 1947 e 1956 disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Porém, o único artigo escrito por Dalcídio Jurandir encontrado na Revista foi o citado acima. **Revista Problemas**, Rio de Janeiro, ano 2, n.14, 1948.

²² Segundo Dênis Moraes, com a redemocratização em 1945, a imprensa partidária tornou-se fator decisivo para a ascensão do PCB legalizado no quadro nacional. Foi essa a fase áurea, com intelectuais de grande prestígio nas redações de jornais comunistas e de grandes tiragens. O partido chegou a ter 8 diários: *Tribuna Popular* (Rio de Janeiro); *Hoje* (São Paulo); *O Momento* (Bahia); *Folha do Povo*, (Pernambuco); *O Democrata* (Ceará); *Tribuna Gaúcha* (Rio Grande do Sul). O Partido também coordenava agências de notícias, tipografia, livrarias e editoras. A linha política editorial era fiel às ideias de Marx e Lênin. IN: MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado – a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. Sobre a função dos órgãos de comunicação comunista para o Partido e seus filiados, Marco Roxo e Mônica Mourão afirmam que estes órgãos eram considerados como um campo privilegiado de aproximação entre teoria e prática das atividades partidárias, como podemos ler no artigo de Dalcídio Jurandir ao definir a importância da *Revista Problemas*. ROXO, Marco; MOURÃO, Mônica. *Jornalismo, Memória e Clientelismo. O pacto entre comunistas e imprensa conservadora no Brasil*. IN: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Minas Gerais: UFMG, 2011.

também fazendo uma crítica à onda de censura e perseguição aos comunistas ocorrida a partir de 1947, quando vários periódicos sofreram violências de todo tipo. Esta onda, consequência da radicalização da guerra fria no Brasil, resultou na cassação do Partido Comunista Brasileiro pelo Tribunal Superior Eleitoral em maio de 1947.

Extensos editoriais e artigos extraídos das obras de Marx e Lênin passaram a dividir espaço com editoriais e apelos à mobilização contra o autoritarismo do governo de Eurico Gaspar Dutra. A *Revista Problemas*, lançadas em 1947, surgiu, então, com o compromisso de divulgar o marxismo, resistindo a onda de censura e perseguição dos anos 1940, mas também com a meta de preparar os leitores para uma nova perspectiva em relação à história do Brasil.

No número de comemoração aos cem mil exemplares distribuídos da *Revista Problemas*, havia artigos também de Luís Carlos Prestes e de russos ligados ao Partido Comunista, como A. Leontiev e Porphirogenis e S. Maximus. Dalcídio Jurandir destacou a importância da imprensa comunista como veículo de resistência aos grupos dominantes do país, que aliados ao imperialismo norte-americano difundiam inverdades a respeito do comunismo e que, o mais grave ainda, “através dos seus aparelhos de publicidade” faziam chegar às “massas” a perspectiva de uma história homogênea e vazia, impedindo com isto a difusão de um pensamento crítico e “democrático no Brasil, utilizando de uma violência indiscriminada e brutal”.

A perspectiva das classes dominantes, nos diz Jurandir, estava disseminada na filosofia, na poesia, nos romances, nos filmes, na pintura e especialmente nos jornais, que utilizavam o “sensacionalismo na deformação dos fatos”. Para que fosse possível romper com o que autor define como “caldeirão ideológico das classes dominantes” seria preciso fortalecer e difundir uma perspectiva de história “que vem do povo, o legado das grandes ideias e das experiências históricas na luta”²³. Essa era a missão dos intelectuais que, como ele, estavam comprometidos com a revolução social e com a difusão de uma perspectiva de história em que o povo tivesse voz, fosse sujeito social da sua própria história.

²³ *Revista Problemas*, Rio de Janeiro, ano 2, n.14, 1948, p.31.

Portanto, o romance de Dalcídio Jurandir era um romance político, sendo assim definido por ele: “meu romance é um romance político. Fui menino de beira do rio, do meio do campo, banhista de Igarapé. Passei a juventude no subúrbio de Belém”²⁴. Um dos objetivos da leitura de seus romances é justamente tentar entender o atrito, o conflito social entre as classes antagônicas, sem perder de vista o fato de o escritor escrever, a partir de sua linhagem, “a aristocracia do pé no chão”, aristocracia esta que, segundo ele, teria nos cabanos sua origem mais nobre²⁵, aristocracia esta que havia sido excluída dos manuais de história das escolas da Amazônia.

As versões de história dos livros didáticos da região amazônica na primeira metade do século XX, que traziam apenas a versão do “vencedor”, isto é, o colonizador branco europeu que, para o bem do progresso e da civilização da Amazônia e do Brasil vinha “apagando” as diferenças étnicas e transformando a sociedade em um *locus* mais homogêneo, são completamente divergentes da perspectiva histórica de Dalcídio Jurandir nos seus romances, os quais ele começou a construir a partir de 1929, embora Dalcídio, possivelmente, tenha estudado a história a partir da versão do vencedor nas escolas de Belém nos anos de 1910 e 1920.

As teses escolares de Theodoro Braga, lançadas em 1915 em comemoração ao tricentenário de Belém (1916), por exemplo, circularam como manuais de história nos liceus e ginásios da Amazônia durante a primeira metade do século XX (FIGUEIREDO, 2001, p.122). Com a queda de Antônio Lemos e a crise nos preços da borracha no mercado internacional, era preciso repensar a Amazônia. Segundo Ricci (2014), entre a crise econômica e a necessidade de uma intervenção política em nível federal para salvar os comerciantes do látex da bancarrota – intervenção que nunca veio –, usou-se uma comemoração patriótica local para apresentar uma obra didática destinada aos professores e alunos das escolas públicas do Estado do Pará. Fazia-se mais do que nunca necessário desenvolver nos docentes e discentes da Amazônia o sentimento de patriotismo regional.

²⁴ **Escrita**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, 1976.

²⁵ É o que o literato afirma nas páginas do romance *Belém do Grão-Pará*.

Theodoro Braga construiu uma nova interpretação da história da Amazônia, porém ainda seguindo o padrão instituído pelos historiadores positivistas e republicanos do final do século XIX e o modelo de ensino do seu antecessor, Arthur Vianna (1898) em seu manual *Pontos de História do Pará 1616-1816*. Theodoro Braga também utilizou grande parte da documentação organizada por Vianna na Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará. Ambos construíram leituras da história da Amazônia com fins políticos, ou seja, disseminar entre a população estudantil os ideais republicanos de civilização, ordenamento, saneamento e progresso (RICCI, 2014, p.22-23). A inovação de Braga, segundo Figueiredo, foi “incluir” o índio e o mestiço como objeto de investigação histórica, porém, tratou-se de uma inclusão para logo em seguida “excluir”, uma vez que estes sujeitos, fora dos padrões de civilização europeus, não poderiam ser protagonistas da história da Amazônia escrita pela “nova historiografia” moderna dos anos de 1910.

Essa historiografia buscou escrever a história nacional, deixando claro o papel e a importância da Amazônia na história do Brasil, a partir de uma seleção metódica do que deveria ser lembrado e do que deveria ser esquecido. Era preciso, então, ter cuidado com a “verdade” e a “fidelidade à memória nacional”, como no caso da questão da escravidão negra na Amazônia, que deveria ser esquecida, uma vez que trouxe inúmeras mazelas ao país e à região; já a colonização portuguesa deveria ser destacada – embora Braga tenha exaltado menos as conquistas dos monarquistas portugueses na região que seu antecessor –, assim como a superioridade racial dos brancos, que de maneira natural e gradual vinham dominando os negros e índios, apagando as diferenças raciais e tornando a Amazônia um espaço mais homogêneo, conseqüentemente, mais harmônico e civilizado, como necessitava o momento presente, ou seja, uma história da Amazônia fundamentada na ideia de progresso e na evolução natural da sociedade (FIGUEIREDO, 2011, p.116).

Esta invisibilidade das classes populares na história da Amazônia, especialmente nos manuais didáticos, perdurou por mais da metade do século XX. A historiadora manauara Leila Margareth Rodrigues Gomes (2014) nos chama atenção para duas obras de Arthur César Ferreira Reis, o livro *História do Amazonas* de 1931 e a *Súmula de*

História do Amazonas de 1956, que serviram durante muitos anos como as principais fontes de estudo de alunos e professores do nosso vizinho Estado do Amazonas. A autora problematiza a perspectiva de Ferreira Reis sobre o movimento abolicionista nos “manuais escolares”, uma vez que de acordo com o autor o movimento ficou nas mãos das elites, tendo os cativos nenhuma participação nesse processo. A abolição para Ferreira Reis foi cunhada a partir do Parlamento, feita de maneira ordeira e sem grandes ameaças às estruturas sociais e econômicas do país. Os escravos foram apenas espectadores e beneficiários deste gesto de bondade da elite brasileira. A população negra não teve, assim, nenhuma influência no processo de abolição da escravidão na Amazônia.

Outra característica destacada pela autora é a afirmativa de que houve uma “ausência” do negro no Amazonas, uma marca da sua historiografia. Inclusive os negros só teriam sido trazidos à Capitania do Amazonas pela Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1755 e 1778. A autora também destaca o empenho do historiador em justificar a colonização portuguesa, uma vez que esta foi pré-requisito à formação da sociedade nacional brasileira, colocando em segundo plano a denúncia da exploração da mão de obra, naturalizando assim o processo de colonização e de escravidão. Ou seja, segundo a autora, nos manuais de história do Amazonas, dominados pela perspectiva de Ferreira Reis, os alunos e professores deveriam ser gratos herdeiros dos colonizadores portugueses. Os índios, quando apareciam, eram caracterizados como “pessoas dignas, responsáveis pelo engrandecimento da Amazônia”, porém, só quando estavam sob o comando do colonizador branco. O negro foi apenas um “mal necessário” (GOMES, 2014, p.290).

Dalcídio Jurandir, porém, constrói nos seus romances uma outra perspectiva de história para a Amazônia, mesmo “sem ter a menor patente do Exército criado por Ovalle, Sérgio Buarque de Hollanda e Manuel Bandeira”²⁶. Em uma das cartas dirigidas a sua amiga Divina, de Goiás, possivelmente escrita em 1954, Jurandir rebatia as críticas da amiga sobre o seu posicionamento político, explicando que as “condições históricas” produzidas pelo sistema capitalista, condições de miséria e opressão,

²⁶ MORAES, Eneida. Belém do Grão-Pará de Dalcídio Jurandir. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1960.

geraram a luta de classe, e esta luta estava levando o mundo, a partir da revolução – o *continuum* da história – ao socialismo, etapa preliminar ao comunismo. Os donos do poder, os vencedores outrora da história, “velhos e caducos”, estavam utilizando os mais baixos expedientes para impedir a irrupção do povo na história, por meio de “calúnias e guerras”. Mas o socialismo, acreditava e afirmava Jurandir, iria triunfar, pois era “a verdade prática que a história nos indicou”.

Dalcídio Jurandir sugeria à Divina que ela procurasse se informar para além da história oficial, dos “compêndios”, com a finalidade de compreender o que de fato ocorria no mundo, sem as deturpações da versão dos vencedores. Nesta nova interpretação da história, ou esta nova história que ele chamou de “história interpretada”, Divina encontraria, na literatura “dos grandes romancistas do século XIX”, os mesmos romancistas que ensinaram ao historiador Carlos Ginzburg que era preciso fazer outra história, na qual as classes populares tivessem voz, mesmo que esta história fosse “micro” e não uma história total, global, como as grandes sínteses do final do século XIX e da primeira metade do século XX. Nas palavras de Dalcídio Jurandir:

É lamentável que não tenhas tempo para ler e estudar, nem mesmo um canto sossegado para isto. Penso que estás desperdiçando tempo precioso, deixando de ler obras tão necessárias como Guerra e Paz, Tolstoi, O vermelho e o negro, de Stendhal, D. Quixote, a série de Balzac, Gorki, Tchecov, Flaubert. Creio que deverias planejar um pequeno curso individual de história, não a história dos compêndios, cheia de nomes e datas. Mas a história interpretada, vista como um rio humano em plena marcha²⁷.

Dalcídio Jurandir propõe uma nova perspectiva de história, tanto para o conhecimento de mundo de sua amiga Divina como para a narrativa dos seus romances, bem diferente daquela presente nos compêndios oficiais. Com essa finalidade compreendemos que ele foi um “historiador” que “atiçou no passado a centelha da esperança”, uma vez que sabia que o inimigo sempre vencida e que era preciso, para a segurança mundial, lutar no presente pelo *continuum* da história (BENJAMIN, 2012, p. 11-12). A sua arte, sua vida e a sua perspectiva histórica estarão sempre ligadas à revolução dos oprimidos, como podemos perceber em suas anotações manuscritas em um dos seus muitos cadernos, criando os romances *Belém do Grão-Pará* e *Linha do*

²⁷ Carta reproduzida por NUNES; PEREIRA; REOLON PEREIRA, 2006, p.98.

Parque (havia referências aos dois romances no caderno de anotações datado com o ano de 1951)²⁸:

A ideologia não penetra imediatamente em nossa cabeça, sem luta tenaz, persistente, organizada. A ideologia marxista-leninista é introduzida na classe operária pelo Partido. A célula da empresa capitalista é a base fundamental da estrutura do Partido. Porque o Partido é do proletariado e o Partido nasce, nasce e se desenvolve e luta na empresa. Porque é nas empresas onde se manifesta a contradição básica do sistema capitalista, isto é, a apropriação individual e a exploração social. Porque é na empresa onde existe e se aguça a luta de classe. As contradições de classe surgem na empresa de modo mais nítido. E a luta de classe é o motor da História. Porque é na empresa onde a classe operária adquire espírito de organização, de vigilância, disciplina e adquire com habilidade e consciência de classe.

É preciso considerar que Jurandir estudou nos liceus e ginásio de Belém, onde teve acesso à perspectiva histórica dos “vencedores”. Em 1922, cursou o terceiro ano elementar no Grupo Barão do Rio Branco, concluindo o primário em 1924. Em 1925, com 16 anos, ingressou no Ginásio Paes de Carvalho. Jurandir, porém, não concluiu o ginásio, sua matrícula foi cancelada em 1927, quando se tornou autodidata (NUNES; PEREIRA; REOLON PEREIRA, 2006, p.29). O cancelamento dos estudos e a opção pelo autodidatismo podem estar ligados a esta perspectiva de história – e também de ensino – imposta nas escolas de Belém nos anos de 1920, completamente desvinculada da realidade da “aristocracia do pé no chão”.

Dalcídio Jurandir vai definir, ainda durante a entrevista que concede à escritora Eneida de Moraes, a visão de mundo que impregna seus romances. Segundo ele, essa perspectiva se inspira na experiência do cotidiano da região, na vida em movimento contraditório e conflitivo, vida esta “precária e miúda, seja, mas que me ajuda a ver homens, coisas, paixões, a história, o cotidiano anônimo, o efêmero, a eternidade”. Nos romances não há objetividade nem imparcialidade, segundo Jurandir, eles são romances como todos os que existiam, políticos, uma vez que seus interesses são os homens, a sociedade, as inúmeras formas e os aspectos da conduta humana. É impossível, afirma ele, para um artista fugir de seu tempo, e alerta sem querer,

²⁸ O documento encontra-se no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, com o código DJ PI 307.

especialmente para os historiadores que têm a pretensão de analisar suas obras: “o que existe é o homem terrestre, temporal como o diabo, e está aí a sua grandeza”.

Nesse sentido, é interessante a análise de Eliel de Souza Figueiredo (2010-2011) sobre a obra de Dalcídio Jurandir e a relação entre a realidade política e a ficção. Segundo o autor, uma vez que a literatura é o espaço estético e intelectual em que as realidades não são dadas, mas criadas, elevada ao nível da discursividade fora da qual jamais poderiam ser apreendidas, acredita que Jurandir se opõe à história pela ficção e, que, ao fazer isto, acaba por integrá-la na narrativa e construí-la a partir da sua perspectiva, superando-a constantemente como “verdade”, obrigando-se a pensar a sua própria experiência. A obra do literato não é a síntese perfeita entre o poético e o político, porém, consegue transpor a verdade da história, reconstruindo-a e narrando-a a partir da sua perspectiva, das suas experiências, da sua visão de mundo, da sua perspectiva de História. Para Figueiredo, Dalcídio Jurandir nunca esteve fora da História, seus romances são um ato social e político, um discurso portador de subjetividade construída sobre a sociedade marajoara, belenense, ou no caso de *Linha do Parque*, sobre a sociedade rio-grandense.

Os romances sociais e políticos de Dalcídio Jurandir discutidos neste estudo, *Belém do Grão-Pará e Passagem dos Inocentes*, foram escritos nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente, momento em que o literato vive no Rio de Janeiro e colabora com inúmeras revistas e jornais da capital federal como jornalista, o que veremos pormenorizadamente nos próximos capítulos. Este é também o período em que a literatura paraense está vivendo a sua fase existencialista, e o mundo filosófico e intelectual está desencantado com a política e os partidos políticos (MAIA, 2007, p. 85-86), descrença essa relacionada aos horrores do holocausto e à decepção com o Socialismo Real que foi implantado na União Soviética com Stalin. Dalcídio Jurandir adverte, como na citação de abertura deste estudo, que “angústia”, “decadência do tempo”, “prazer do existencial” e “ceticismo” geram apenas “mestres da juventude nazista”, e que era preciso acreditar nos homens e na mudança estrutural da qual falou Marx no Manifesto, e ignorar o “charlatanismo metafísico que aparentava profundidade”.

Se as personagens de Dalcídio Jurandir são todas ficcionais, a miséria material e humana desfrutada por elas é o tom não só da experiência de vida e de classe do literato, mas também da experiência das pessoas que não desfrutaram da *belle époque* em Belém do Pará na virada do século XIX para o século XX, mas que conheceram de perto a sua decadência, após a diminuição dos preços da borracha no mercado internacional com a concorrência asiática. Segundo Furtado (2010), Jurandir filia-se à linha dos autores que criaram universos decadentes na década de 1930, como José Lins do Rêgo e seus companheiros de Partido Comunista, Graciliano Ramos e Jorge Amado. Furtado faz um balanço sobre a crítica literária em relação a Dalcídio Jurandir, afirmando que, embora “valorativa”, especialmente quando da publicação de seus romances, se restringiu às “capas, contracapas, prefácios de seus livros e aos jornais²⁹” (FURTADO, 2010, p.14). Poucos foram os estudiosos que optaram por analisar a obra do romancista amazônico. Willi Bolle (2014), professor do departamento de teoria literária e literatura comparada da Universidade de São Paulo, também compartilha deste ponto de vista, destacando que ainda hoje Dalcídio Jurandir não faz parte do cânone nacional da literatura brasileira, uma vez que sua obra não é registrada nas “histórias literárias nacionais”. Paulo Nunes (2007) esclarece que um cânone literário é constituído pela tríade obra, leitores e mercado, tendo a crítica literária um papel fundamental nesse reconhecimento,

²⁹ Concordamos com a perspectiva da autora, uma vez foi possível verificar esta sua perspectiva nos documentos organizados no Acervo Dalcídio Jurandir do Arquivo Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa. A partir da publicação de Marajó, as críticas ao escritor são quase que unânimes em elogiá-lo, embora quase sempre de maneira superficial, com exceção das críticas de amigos e companheiros de grupo de Belém do Pará, como Cléo Bernardo. Seguem os artigos sobre o romancista levantados na Fundação Casa de Rui Barbosa: Série “Produção na Imprensa”, Pasta 1, Subsérie artigos sobre Dalcídio Jurandir, transcritos como estão citados na organização do arquivo: BERNARDO, Cléo. O poema da Terra. Belém, mar.1939, n.8; NÓS e ele. **Terra Imatura**. Belém, abril/jun, 1940, n.12; {somente foto de Dalcídio com legenda}. **DOM CASMURRO**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1940; ALEGRE, Omer Mont. Dalcídio Jurandir, um romancista da Província {jornal não identificado}, S.I., 1940; CARVALHO, José Candido de. Quem é você? Hélio de Almeida. IN: **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1968, p. 94 e 95; {ESQUECIMENTO de Dalcídio Jurandir por parte do Pará}. **O Liberal**, Belém, 14 de agosto de 1970; PINTO, Lúcio Flávio. Meus bilhetes. **A Província do Pará**. Belém, 13 de jul. de 1971; PASSEIO PÚBLICO, Lince do. Por trás do meu pincenê. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1971; PAPI, Luiz F. Garimpo da Linguagem na região dos diamantes. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1971; FRANCO, Nilo. **Província do Pará**. Belém, 05 de abril de 1972; FRANO, Nilo. Aplausos. **A província do Pará**, Belém, 05 de maio 1972. Coluna “A crônica”. PINTO, Lúcio Flávio. Dalcídio Jurandir. **A Província do Pará**. Belém, 30 de agosto de 1972; SANTOS, Abelardo. Um ciclo amazônico. **A Província do Pará**. Belém, 21 de set. 1976; JORGE Amado e DALCÍDIO Jurandir. **A Província do Pará**. 7 de jun. 1977; BANDEIRA, Lúcia. Marajó, o reencontro de Amado com o mundo de Dalcídio. **A Província do Pará**. Belém, 13 jun. 1977; BRAGA, Sérgio. O sal da terra. **Jornal da Mantiqueira**. Minas Gerais, 3 dez. 1978. SANTOS, Abelardo. Dalcídio e o CEC, Belém, 1978 (jornal não identificado); SILVA, Rubens. Dalcídio Jurandir aos 70 anos. **A Província do Pará**. Belém, 10 de jan. 1979. Coluna Plano Geral. SILVA, Rubens. A emoção de Dalcídio Jurandir. **A Província do Pará**, Belém, 23 de jan. de 1979. Coluna “plano Geral”. UMA CARTA de Jorge Amado a Dalcídio Jurandir. **A Província do Pará**. Belém, 25 de mar. 1979. Coluna “Literatura” de Ildefonso Guimarães.

pois influência na difusão da obra entre um maior número de leitores. Porém, a crítica literária brasileira prima por centrar o seu olhar nas obras produzidas no centro sul, devido à região ser o espaço mais rico e desenvolvido do país.

A obra de Dalcídio Jurandir, desde a publicação do seu primeiro e premiado livro *Chove nos Campos de Cachoeira* até a sua morte em 1979, não foi ignorada pela crítica nacional. No entanto, Paulo Nunes acredita que quanto maior forem os estudos sobre o Ciclo do Extremo Norte, mais se evidenciará uma quase total indiferença por parte dos atuais críticos literários em relação à obra do autor. Esta postura da crítica, sugere o professor, pode estar ligada a dois fatores: ao temperamento introspectivo do autor, que o levou a ser identificado em alguns circuitos literários como um ser quase antissocial; e ao fato de muitos dos grandes nomes da historiografia e da crítica literária não terem conhecido a fundo os seus romances (NUNES, 2007, p.17-18).

O professor Willi Bolle utiliza a antologia de Roberto Schwarz, “Os Pobres na Literatura Brasileira”, de 1983, ou seja, após a morte do romancista da Amazônia, para problematizar este desconhecimento da crítica literária sobre a obra de Dalcídio Jurandir. Segundo ele, são problematizados 35 autores, desde o século XVIII até o final do século XX, além das “vozes” de 35 críticos brasileiros. Pois bem, na parte que se refere à “literatura sobre a Amazônia”, Dalcídio Jurandir e todos os outros literatos da Amazônia são ignorados. Sobre a região, afirma Bolle, encontramos apenas dez linhas de comentários sobre Euclides da Cunha e três versos de Augusto dos Anjos, o que leva o professor a reafirmar que a literatura da Amazônia permanece esquecida pela crítica brasileira.

Willi Bolle, porém, coloca-se a tarefa de situar no panorama geral da literatura brasileira a obra de Dalcídio Jurandir e de avaliar qual a sua contribuição específica. Para ele, o Ciclo do Extremo Norte é uma obra fundamental sobre a Amazônia do século XX, pois oferece uma apresentação da sua cultura e da sua história, com destaque para a perspectiva das camadas populares. É também única em termos de amplitude e de fidelidade aos detalhes. Segundo o professor, Dalcídio Jurandir, além de mostrar a persistência de estruturas coloniais na sociedade amazônica do século XX, deixa falar as pessoas das classes populares, residindo neste ponto a especial relevância

do seu projeto literário e político. Ou seja, o escritor, no panorama geral da literatura nacional, ou “na tipologia das estratégias de mediação literária” (BOLLE, 2014, p.81), é um caso raro no Brasil, uma vez que não é apenas um autor que veio do seio das camadas populares, mas também que construiu o Ciclo do Extremo Norte como um espaço para as pessoas do povo se expressarem.

A persistência das estruturas coloniais na sociedade amazônica do século XX, tanto na cidade de Belém como no interior, nas regiões das ilhas marajoaras, é o ponto em comum dos romances do extremo norte, segundo Bolle. Em *Belém do Grão-Pará*, a elite política e econômica, assim como a classe média que vivera a Belém da *belle époque* apenas desejaram renovar esteticamente a cidade, substituindo o padrão colonial português por uma versão mais moderna, copiando o modelo de Paris, então capital do luxo e da moda.

A mentalidade de querer dominar o próprio país como uma Colônia se mantém inalterada. O mesmo pode ser visto, afirma Bolle, em *Marajó*, a partir da análise da exclusão fundiária e da exploração das classes populares despossuídas; e no romance *Três Casas e um Rio*, quando o autor destaca a luta da personagem Alfredo, um adolescente pobre que sai do interior para continuar seus estudos na capital. O que há em comum nos três romances é também o desprezo que as elites da Amazônia têm pela democratização das relações sociais, criando obstáculos até hoje para que isto ocorra. O projeto político e literário de Dalcídio Jurandir era justamente o inverso, nadava contra a corrente do projeto político das elites, da permanência das estruturas coloniais na Amazônia. A luta do literato era por relações sociais democratizantes e por possibilidade de oportunidades para todos. Logo concordamos com a perspectiva de Willi Bolle e voltaremos a destacá-la em outros momentos neste estudo.

A partir dos anos de 1990 do século XX e das primeiras décadas do século XXI, em Belém do Pará, muitos estudos acadêmicos foram e estão sendo feitos sobre o autor e sua obra, alguns inclusive já discutidos neste capítulo, de diferentes perspectivas metodológicas, com destaque para os alunos do curso de letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA) (PRESSLER, 2010). Porém, acreditamos que muitos aspectos da

obra de Dalcídio Jurandir ainda precisam ser problematizados, especialmente o que se refere ao seu engajamento político e aos anos em que o romancista escreve na imprensa comunista no Rio de Janeiro, o que se constituiu em um dos temas deste estudo.

Neste estudo acreditamos que Dalcídio Jurandir, ao criar suas personagens fictícias e seu “universo derruído”, optou por mostrar, sem “populismo”, a decadência e a resistência da região amazônica e da sua aristocracia do pé no chão, causada pela expansão do capitalismo, do progresso, da civilização, sobre sua gente. Logo, as personagens principais dos seus romances são os pobres e decaídos e a cidade de Belém “corroída” no *pós-boom* da economia gomífera (FURTADO, 2010). Suas experiências da “infância proustiana”, da juventude, seus sonhos comunistas, sua militância no Partidão, sua luta pela literatura modernista, pela liberdade humana, suas experiências de grupo, sua experiência no jornalismo em Belém e no Rio de Janeiro, como funcionário público contratado nos interiores do estado do Pará, como romancista não plenamente reconhecido em vida, foram, sem dúvida, “a farinha d’água dos seus beijus³⁰”.

CAPÍTULO II: Dalcídio Jurandir na cena do modernismo em Belém do Pará

Conhecer a cidade de Belém do Pará dos anos após o *boom* do comércio gomífero tendo como interlocutor Dalcídio Jurandir é perceber as contradições, os conflitos, os embates, as lutas, as dores, as estratégias, os amores, os dissabores, mas, acima de tudo,

³⁰ **Escrita**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, 1976.

a esperança que existe em cada uma das suas personagens, tão genuinamente nossas, gente que resistia, embora o progresso e a decadência insistissem em torná-la nos excluídos de uma cidade – ou poderíamos dizer de um mundo – em ruínas.

Seria a Belém dos anos de 1920 de fato um mundo em ruínas (FURTADO, 2010)? Estaríamos vivendo a decadência da *belle époque*, época de fausto e progresso, de civilização e sucesso, momento em que ficamos conhecidos mundialmente como a “Francesinha do Norte”? Estaria a “aristocracia do pé no chão” dalcidiana preocupada com o silêncio do Theatro da Paz? Com a queda dos preços da borracha? Com o fantasma de Antônio Lemos? Será que, ao “respirar o ar do tempo ao qual se sentia alheio”, o literato viu este progresso amazônico e esta decadência generalizada da qual muito ainda se fala hoje na cidade de Belém do Pará no início do século XXI? Ao encontro de respostas a tais questões segue esta tese.

E com essa finalidade não podemos desvincular nem a experiência de vida, nem a experiência política do autor de sua obra sobre a cidade de Belém do Pará. A experiência marajoara de Jurandir – o qual vivera em Cachoeira do Arari uma infância repleta do movimento das águas, do chalé onde sua família morava, dos irmãos com pouca perspectiva de engendrar no *progresso*, da mãe negra e escrava forra, do pai major e Secretário da Intendência Municipal do interior do Pará – está eternizada no seu primeiro romance, *Chove nos campos de Cachoeira* – escrito e reescrito nos anos 1920 e 1930 –, e nos que se seguiram, assim como sua experiência política baseada na leitura marxista do mundo e no seu engajamento no Partido Comunista, como se pode perceber na epígrafe inicial da Parte I deste estudo, quando o literato atribui ao Manifesto de Marx um momento de impacto na sua experiência de vida: “o Manifesto abriu-me o caminho da explicação que eu desejava para uma atenta participação no meu tempo”. Tudo isso nos leva a inferir que foram as experiências individuais e coletivas, a partir do seu modo de vida, o que fez surgir a sua consciência literária.

Neste capítulo objetivamos compreender a experiência artística e política de Dalcídio Jurandir compartilhada com o grupo dos novos modernistas em Belém do Pará nos anos de 1930, especialmente o grupo dos “remediados”, os quais se reuniram em 1938 para escrever a revista *Terra Imatura*. Essa experiência foi importante para a

construção de seu senso de responsabilidade e de justiça social, sentimentos estes que não poderiam estar desvinculados de seu fazer literário.

Havia um sentimento de grupo que unia os literatos paraenses e as gerações modernistas em Belém do Pará nos anos de 1930 a 1940. Essas gerações ficaram conhecidas como a geração do “Peixe Frito”,³¹ 1920, e a geração “remediada”, 1930. Os remediados, contemporâneos a Dalcídio Jurandir, compreendiam o sentido de modernismo como um movimento inovador não apenas na estética literária, mas também na política (MAIA, 2009). Para eles, era preciso tornar-se novo e diferente, subvertendo o que era velho na luta cotidiana contra as desigualdades sociais, em um conflito declarado e permanente contra o autoritarismo do entre guerras, sendo a democracia a bandeira maior de luta.

Intelectuais como Cléo Bernardo, Silvio Braga, Ruy Barata, Francisco Paulo Mendes e Paulo Plínio Abreu faziam parte desta geração, que veio a contar, em meados de 1940, com um grupo mais moço, do qual faziam parte nomes como Max Martins, Benedito Nunes, Haroldo Maranhão, Mário Faustino, Alonso Rocha e Jurandir Bezerra. Arte literária, luta pela democracia e contra as injustiças sociais era o que unia os modernistas paraenses, assim como um desencantamento profundo com a “Revolução de 1930”.

Os intelectuais modernistas foram responsáveis por duras críticas ao regime oligárquico imposto ao país, especialmente após a ascensão de Campos Sales ao poder em 1898. A primeira Constituição republicana consagrou o federalismo inspirado no modelo norte-americano, o que significava que, por meio do liberalismo e do federalismo, os Estados teriam amplamente garantida a sua autonomia, e, formalmente, o nosso regime seria representativo e democrático. Porém, na prática, a história era outra.

³¹ O grupo de intelectuais que se reuniam nos “botecos” do Ver-o-Peso ficou conhecido como “Academia do Peixe Frito”. Eram todos de origem modesta, e discutiam literatura e revolução também nas festas dos subúrbios de Belém, a partir de uma visão popular e engajada da literatura. Entre eles, além de Bruno de Menezes, estavam Paulo de Oliveira, De Campos Ribeiro, Ernani Vieira, Muniz Barreto, Arlindo Ribeiro, Lindolfo Mesquita, Sandoval Lange e Rodrigo Pinagé. Em 1921, do encontro deste grupo do Peixe Frito com os grupos da “Academia ao Ar Livre”, que contavam com intelectuais como Abguar Bastos, Nunes Pereira, Clovis Gusmão, entre outros, surgiu a “Associação dos Novos”, cujo lema era “destruir para criar”, fazendo literatura na mesa do bar, nas redações de jornais, na burocracia do Estado e/ou como professores (FIGUEIREDO, 2001, p. 219-229).

A maioria dos historiadores concorda que, ao invés de um eleitor privilegiado, um grupo seleto deles, os governadores dos principais Estados, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, definiam o candidato presidencial em cada sucessão. Para Mattos (2012), a estabilidade do regime estava nas mãos de oligarquias regionais de peso político proporcional ao tamanho de suas bancadas e das suas potencialidades econômicas. Os Estados grandes eram os que tinham bancadas numerosas e economias relativamente autossuficientes. Eram eles: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os Estados médios tinham igualmente um papel importante na definição das candidaturas presidenciais, apresentando uma das duas condições citadas. Dentre eles, destacavam-se Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os pequenos, sem uma condição ou outra, tornavam-se dependentes do governo federal ou da tutela de Estados vizinhos. Os atores envolvidos nos processos sucessórios limitavam-se aos governadores dos grandes e médios Estados, a alguns parlamentares influentes, ao presidente da República e aos seus ministros, num número médio de 24 pessoas.

Fortalecia-se no Brasil a cultura política nacional que tem no compromisso³² sua característica predominante, a partir de um acordo político no qual o governo federal sustentava os grupos dominantes dos Estados, enquanto estes, em troca, apoiavam a política do presidente da República votando no Congresso em consonância com aquele. Porém, se a política dos Estados criada por Campos Salles formalizou a fraude, isso nunca foi totalmente assumido como desejável, pois as eleições eram um rito necessário, nos afirma Ferreira (1993). Além disso, o equilíbrio entre as oligarquias era bastante fluido, abrindo brechas que muitas vezes emprestavam novos sentidos às disputas eleitorais, fossem elas locais ou nacionais, como podemos perceber a partir da atuação em Belém de grupos ligados a Antônio Lemos e Lauro Sodré nos anos de 1900 e 1910.

³² Cultura Política é entendida como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2014, p. 21). O mesmo autor chama a atenção para o apelo dos sentimentos, da identidade, do imaginário e dos valores culturais que levam grupos sociais a se posicionarem favoráveis a um projeto político. Para ele, na cultura política brasileira predomina a conciliação e o compromisso com um tipo de transformação sem rupturas. O modo como foi implantada a nossa República, com lideranças políticas do velho e do novo regime sendo acomodadas, é um dos muitos exemplos a serem citados.

Durante os anos de 1920, grandes acontecimentos abalaram o país. Só em 1922 é possível citar a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o Movimento Tenentista, a comemoração do centenário da Independência e a sucessão presidencial conturbada que deu posse a Arthur Bernardes. Houve ainda a ampliação dos setores urbanos com o crescimento da classe média, da classe trabalhadora e da diversificação de interesses no interior das próprias elites econômicas. Essas alterações vão servir de estímulo às alterações nos quadros políticos vigente, levando ao questionamento as bases do sistema oligárquico (PINTO, 1998).

Dentro dessa lógica historiográfica, o Pará, desde o fim do período áureo da borracha, pode ser definido como um Estado de pequena grandeza, uma vez que não tinha uma economia autossuficiente e nem uma bancada numerosa, ficando na dependência dos recursos do governo federal. Nos anos de 1920, segundo Coimbra (1982), o Estado estava falido e sem nenhuma possibilidade de resolver a crise econômica, estando todos os seus serviços (judiciário, educação, transporte e saúde) com os pagamentos atrasados havia mais de seis meses. A imprensa oposicionista dos jornais *O Estado do Pará* e *A Província do Pará* noticiava diariamente os problemas do Estado e a corrupção dos governos oligárquicos.

Segundo *O Estado do Pará*³³, no ano de 1922, Belém era uma verdadeira “espelunca”, suas verbas eram mal distribuídas, não havia regularidade, nem algum tipo de critério, nem de fiscalização. Em uma das muitas denúncias, o jornal afirma que a verba arrecadada pela polícia civil “a pretexto da fiscalização do jogo do bicho” era entregue à Santa Casa de Misericórdia, que passava por graves problemas econômicos. Sem desmerecer a importância da entidade, e muito menos da crise econômica pela qual passava o Estado, o articulista afirma que “o que o bom senso condena e que não acha plausível é que se lance mão de recursos ilícitos” que mais do que ajudar na cura dos pacientes era algo que deveria envergonhar o indigente que necessitava da assistência, devido à fonte da qual provinha a “ajuda”.

Ou seja, sem poder contar com recursos do Estado, a entidade beneficente passou a necessitar da ajuda dos policiais corruptos que aceitavam a propina dos

³³ Foram levantadas todas as edições do jornal *O Estado do Pará*, nos anos de 1920 disponíveis na Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR). Existem jornais dos anos 1920, 1921 e 1922.

bicheiros, lembrando que o jogo do bicho era uma atividade ilegal no Brasil dos anos de 1920, pelo menos oficialmente, porém, na prática existia em Belém do Pará com a condescendência dos policiais e de parte da população caridosa da cidade³⁴.

No jornal *A Província do Pará*³⁵, também no ano de 1922, temos notícias sobre a “greve dos peixeiros”³⁶, feita pelos proprietários de canoas geleiras e por peixeiros inconformados com a decisão dos fabricantes de gelo de aumentarem “despropositadamente” o preço do produto. Inclusive o articulista da notícia afirma que apenas dois peixeiros, de origem portuguesa, não entraram em greve, porém, sofreram represália dos grevistas, sendo espancados e torturados, tendo denunciado o crime à polícia. Além dos transtornos causados pela greve dos peixeiros para a população cidadina que necessitava do alimento, percebem-se as rixas pessoais sendo resolvidas na base da violência, como acontecia entre as elites políticas dirigentes.

A utilização da prática da violência é uma das características mais destacadas da cultura brasileira de modo geral, e não só da cultura política, e que independe da classe social. Vale lembrar que durante os quase 400 anos de escravidão os senhores de escravo praticavam a tortura contra os seus cativos de maneira naturalizada. O fim do cativo e o advento da República, nos diz Reis Filho (2015), não extinguiu a prática da tortura. São inúmeros os relatos de prisioneiros comuns e políticos levantados pelo historiador que denunciavam o uso da violência na cadeia. Essa violência naturalizada também era utilizada pelos populares nas rixas contra os “fura-greves”.

Uma matéria que também chama atenção em *A Província do Pará*, ainda no ano de 1922, refere-se ao abandono da cidade pelos poderes públicos, que nada faziam para conter a invasão dos carapanãs em Belém³⁷. O articulista afirma que os que mais sofriam com a praga eram os moradores dos subúrbios de Belém, já que “depois do lusco-fusco não se póde [sic] mais ficar fora do mosqueteiro, tal é a tenacidade com que aquella [sic] praga ataca a sua vítima”. A conclusão do texto aponta para a necessidade

³⁴ O ESTADO DO PARÁ, Belém, PA, 1º jul. 1922.

³⁵ Foram levantadas todas as edições do jornal *A Província do Pará* dos anos de 1920 disponíveis no Centur. Existem jornais dos anos 1920, 1921, 1922, 1923 e 1924.

³⁶ A greve dos Peixeiros. **A Província do Pará**, Belém, 10 mar. 1922.

³⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, PA, 14 mar. 1922.

de retorno aos tempos de Antônio Lemos – mesmo sem citar o nome do famoso intendente dos áureos tempos de Belém, ao afirmar a necessidade de se fazer “o mesmo serviço que foi iniciado pelo grande mestre Oswaldo Cruz, que saudosa memória, e que tão satisfatório resultado ofereceu à população desta capital”, referindo-se ao trabalho de Oswaldo Cruz em Belém contra a febre amarela, em 1910.

Além de condenar o atual poder público municipal, pelo descaso com a população da cidade, em especial com os que moravam nos subúrbios, o articulista se vale da memória social que está sendo construída na região ao reafirmar a grave crise econômica dos anos de 1920 e ao rememorar os tempos saudosos de Lemos, quando o poder público investia no saneamento e no embelezamento da cidade para que não “houvesse o sacrifício de muitas vidas úteis à Pátria”.

Faziam parte do grupo oligárquico responsável por definir as eleições no Pará homens como Apolinário Moreira, Cypriano Santos, Camilo Salgado, Deodoro Mendonça, Cyriaco Gurjão, Abel Chermont, Dyonísio Bentes, Eurico Valle, e o dono do jornal *Folha do Norte*, Paulo Maranhão. Essa vinculação de Paulo Maranhão ao grupo oligárquico nos esclarece em parte as críticas bem mais brandas de seu jornal em relação à crise econômica pela qual passava o Pará nos anos de 1920³⁸.

No ano de 1923, por exemplo, o periódico divulgou algumas matérias e notícias sobre o aumento nos preços da borracha no mercado internacional³⁹, representando “o novo horizonte de esperanças animadoras” no Estado do Pará. Outro destaque do jornalismo da *Folha do Norte* desse ano foram os “tumultos” na cidade, tratados a partir da perspectiva das autoridades municipais. Estas eram eximidas da culpa, uma vez que não podiam prever os distúrbios, mas quando esses aconteciam, rapidamente tomavam conhecimento dos fatos e os resolviam imediatamente, sem danos à vida dos belenenses de bem e ao patrimônio público⁴⁰.

Os intelectuais modernistas da geração anterior a de Dalcídio Jurandir – conhecida como “Peixe Frito”, encabeçada por Bruno de Menezes, e contando também

³⁸ Foram levantadas todas as edições do jornal *Folha do Norte* dos anos de 1920 disponíveis no Centur. Existem jornais dos anos 1920, 1921, 1923 e 1924.

³⁹ Matérias sobre o aumento do preço da borracha nos anos de 1923 no jornal *Folha do Norte*.

⁴⁰ Destaque para os tumultos que aconteceram em vários pontos da cidade de Belém entre os dias 9 e 11 de fevereiro de 1923.

com nomes como Ernani Vieira, Abguar Bastos, Jacques Flores, Paulo de Oliveira, De Campo Ribeiro, dentre outros – vão ter um posicionamento dúbio em relação à cultura política oligárquica do compromisso, do conchavo, da corrupção, da violência, e da impossibilidade de participação nas questões políticas que assolavam o país e o Estado, especialmente. Segundo Figueiredo (2001), o modernismo em Belém se construiu no aprendizado diário da relação dos intelectuais com o cotidiano da cidade e no seu envolvimento com as questões políticas que reverberaram na revista *Belém Nova* (1923), magazine embrionário da nova geração moderna do Pará, o qual contava com a colaboração da geração “passadista” e também com intelectuais de outros Estados.

Nos anos de 1920 as relações entre os modernistas e a política no Pará serão de cooptação e resistência, especialmente durante o governo de Dionysio Bentes (1924-1928). Ele concorreu à eleição estadual e foi eleito por meio da estrutura das oligarquias federais, porém, em seu discurso apresentou uma plataforma política baseada na justiça social, no trabalho, na honestidade e na conciliação. Seus objetivos seriam: reerguer nossa agricultura, incentivar nossos principais produtos (borracha e cacau), revisar a legislação fiscal, sanear as contas do Estado, revisar a legislação de terra para garantir os interesses dos colonos e incentivar a imigração japonesa e nordestina para as zonas rurais do Estado, resolvendo, assim, o problema da mão de obra. E tudo isso evitando novos empréstimos e buscando sempre prestar contas à população por meio, especialmente, da imprensa.

Essas propostas de Bentes foram publicadas no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, e transcritas para o jornal paraense *Folha do Norte*, em 30 de novembro de 1924, e para o jornal *A Província do Pará*, em 4 de dezembro de 1924. Nos primeiros anos do governo Bentes, a revista da intelectualidade modernista, *Belém Nova*, apoiou o governador e a política oligárquica que ele estava inserido em nível nacional, sendo também um veículo de propaganda dessa política.

Percebemos o apoio do editor chefe da revista, Bruno de Menezes, em especial, ao governo oligárquico em artigo no qual critica “a revolta anárquica dos tenentes” contra o governo federal, que colocava em perigo “a ordem, o futuro e a estabilidade da nossa Pátria” ao lançar contingentes de jovens uns contra os outros, comprometendo “a prosperidade e o progresso” do Brasil. Ora, as palavras utilizadas pelo literato para

criticar o movimento tenentista não foram escolhidas sem razão. “Ordem e Progresso” foram palavras imortalizadas pelos positivistas na nossa bandeira e sintetizam o espírito conciliador da elite política brasileira que durante a primeira República se materializou nos arranjos políticos oligárquicos.

O movimento tenentista, entre 1922 e 1927, vivia a sua fase conhecida como “heroica” (LANNA JÚNIOR, 2013), momento em que os tenentes pegaram em armas para lutar contra a oligarquia dominante, que o acusavam de terem corrompido as instituições liberais, como o exército e o judiciário. Apesar do apelo ao discurso liberal, eles sempre se mantiveram fiéis à defesa da ordem e das instituições. A proposta de governo era a moralização política, da qual seriam responsáveis, e, após a revolução, a “entrega” do poder aos políticos que considerassem honestos. Ou seja, seria uma mudança política, um ato revolucionário, mas sem a participação das classes populares, como acontecia na própria república oligárquica.

O movimento tenentista, embora com características militares, foi um movimento predominantemente político, uma vez que pretendia tomar o poder na capital federal, inclusive em articulações com setores civis. Os motivos imediatos que desencadearam o movimento em 1922 foram as cartas falsas, a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do clube militar. Desses acontecimentos surgiu o sentimento de descontentamento e desonra dos militares em relação ao poder instituído, especialmente ao governo de Arthur Bernardes (1922-1926), ao qual fizeram oposição constante na Marcha dos 18 do Forte de Copacabana (1922), no levante em São Paulo (1924), o que refletiu em outras capitais da União, inclusive em Belém, e os feitos da Coluna Prestes a partir de 1925 (LANNA JÚNIOR, 2013).

Com o levante em São Paulo, houve uma importante mobilização da população civil, momento em que os tenentes conquistaram o apoio de estudantes, das classes populares e do operariado, além de alguns políticos civis, inclusive para além do Estado paulista. O movimento tenentista, embora derrotado pelas forças do governo, adquiriu espaço na política nacional, fazendo-se presente em várias regiões do país, e ninguém mais a ele se tornou indiferente. O principal objetivo era destituir Arthur Bernardes, representante máximo da corrupção política do país e maior inimigo dos militares após as “cartas falsas”.

Para Bruno de Menezes, que estava articulado politicamente com a política oligárquica, os militares indisciplinados haviam traído a confiança do Estado, em uma “rebelião subversiva”, uma desordem que feria a pátria. Compartilhando da visão perpetrada pelas oligarquias governistas que buscavam esvaziar o caráter contestatório do movimento, transformando-o apenas em um motim militar, o poeta do batuque sugeria a conciliação, ou seja, que os militares abandonassem as “paixões políticas” e se comprometessem em defender a nação, já que a sua verdadeira função era manter a ordem e a paz nacional. Os que não procedessem dessa forma “deveriam ser expurgados dos quadros do Exército”⁴¹, uma vez que não estavam comprometidos com a ordem e o progresso do Brasil.

O caso da revolta dos tenentes é apenas um dos vários exemplos do apoio da revista *Belém Nova* ao governo de Dionysio Bentes, pelo menos até 1927. Nesses primeiros anos de governo, a revista apoiou irrestritamente Bentes e seu plano para sanear as contas públicas do Estado. Indo além, parte importante da revista foi tomada pela propaganda do Estado e das obras do seu bom-feitor. Segundo Figueiredo (2001), esses primeiros anos de apoio ao governo de Bentes coincidem com o período em que Bruno de Menezes estava à frente da direção da revista. O autor de *Batuque*, devido a questões financeiras, dependia do Estado para se manter, ou seja, o serviço público era algo do qual não poderia abrir mão.

Em uma República na qual o mérito contava muito pouco, para conseguir tal colocação era necessário manter relações de amizade com políticos da terra, e foi desta maneira, por meio de Apollinário Moreira, que Bruno de Menezes, por muitos anos, foi oficial do imposto territorial do Pará. Conseguiu o cargo no ano de inauguração de *Belém Nova*, 1923, período em que governava o Pará Emiliano de Souza Castro (1921-1925), o qual foi também um grande incentivador do grupo dos novos da revista. As revistas de vanguarda eram percebidas pelos políticos como um sinal de civilidade e progresso na educação, logo, era interessante associá-las a sua administração, por isso a prática de cooptação dos intelectuais.

A partir de 1927, porém, as denúncias sobre a corrupção no governo de Dionysio Bentes, por meio do jornal *O Estado do Pará*, vão ganhar uma proporção

⁴¹ BELÉM NOVA. Belém, PA, n.19, ano III, p.s/n, 1926.

jamais vista anteriormente, especialmente no que se refere à questão das concessões de terra do Estado a colonos, associadas à criação e à disseminação da pequena propriedade rural, pauta essa que fazia parte da plataforma política do governador. O problema foi que Bentes, durante o seu governo, distribuiu as terras do Estado para latifundiários, parentes, amigos, correligionários e burocratas do governo, todos envolvidos em irregularidades. Quando os contratos vieram à tona, tiveram uma grande repercussão em todo o país, e na região, por meio dos jornais oposicionistas. Porém, os literatos modernistas continuaram otimistas em relação ao governador, especialmente devido aos projetos do governo relacionados com o transporte ferroviário e o aproveitamento racional da borracha (FIGUEIREDO, 2011).

O apoio da intelectualidade modernista ao governo corrupto de Dionysio Bentes chega ao fim após novas denúncias feitas pelo jornal *O Estado do Pará*, em 1927, momento em que a revista *Belém Nova* tem um novo editor-chefe, Paulo de Oliveira, que rompe com Bentes e se torna inimigo número um de sua administração. Em agosto daquele ano, Paulo de Oliveira é chicoteado em uma emboscada por capangas desconhecidos. No dia seguinte, na primeira página de um dos jornais da oposição, *O Estado do Pará*, havia a denúncia de que o governador era o mandante do atentado ao diretor da *Belém Nova*.

Na edição da revista *Belém Nova*, de 30 de agosto de 1927⁴², encontramos muito mais mundanismo do que arte literária, na figura satirizada de Dionysio Bentes como “admirável atirador”, “Mussolini paraense”, “o novo rei grunther”; e de seu governo, definido como a “nova inquisição”, a “senzala belenense”, representação máxima da “volta da política do cacete”, lembrando, ainda segundo a revista, os tempos de Antônio Lemos em Belém, quando as disputas políticas eram resolvidas por capangas. O artigo, que dias antes fora publicado também em *O Estado do Pará*, foi novamente publicado na revista, assim como a impressionante foto de Paulo de Oliveira com as costas marcadas pelo chicote dos inimigos políticos da revista, ao menos era o que se supunha.

O episódio acirrou as críticas da imprensa e da intelectualidade modernista ao governo de Dionysio Bentes. Este sentimento de descontentamento foi, segundo

⁴² BELÉM NOVA. Belém, PA, n. 73, 1927.

Coimbra (1981), crescendo durante os anos seguintes, e foi fundamental para a “revolução” de 1930 no Pará. Mesmo quando o seu sucessor, Eurico Vale, 1929, tentou corrigir injustiças e fraudes e sanear as contas do Estado, já era tarde, pois havia um clima de descrença, descontentamento e revolta em relação aos governos oligárquicos. (COIMBRA, 1981). As revistas, os jornais e depoimentos dos intelectuais nos levam a corroborar a perspectiva de Coimbra (1981), uma vez que a intelectualidade descontente com a situação política vai apoiar a “revolução” de 1930.

Muitos dos intelectuais, como Abguar Bastos, estão motivados pelas propostas de liberdade e democracia da Aliança Liberal, que, embora tivesse na sua base de sustentação oligarcas situacionistas como os de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, contava com a oposição de vários Estados e facções civis e militares descontentes, ou seja, era uma chapa de composição heterogênea, mas que lançou uma plataforma política baseada no lema “Representação e Justiça”, e que incluía uma reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, voto secreto, moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais; uma integração maior das frações das elites não representadas na estrutura do poder, além dos segmentos da classe média urbana que se desenvolveram em função da expansão econômica; anistia para os tenentes revoltosos dos anos de 1920; proteção ao trabalhador com a promoção de algumas leis – lei de férias e a regulamentação do trabalho de menores e mulheres (FERREIRA; PINTO, 2013, p. 403-404).

Mesmo mobilizando parte do eleitorado, especialmente das cidades mais urbanizadas, a Aliança Liberal perdeu as eleições. Alguns setores que compunham a Aliança não se conformaram e buscaram uma aliança com o movimento tenentista, numa tentativa de intervenção armada, porém havia muitas divergências. O acontecimento que deu força à conspiração revolucionária foi a morte do vice na chapa de Getúlio Vargas, João Pessoa, da Paraíba. Nos meses seguintes, a juventude mineira e gaúcha que formava a Aliança Liberal continuou pressionando os seus pares, especialmente o exército, para um movimento armado.

A Aliança Liberal era dividida por geração e não por ideologia. Havia os quadros mais tradicionais da política e os mais jovens, que tinham iniciado a sua carreira à sombra dos mais velhos. No Rio Grande do Sul essa força política era conhecida como

a Geração de 1907, representada por Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, entre outros. Em Minas, nomes como o de Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos compunham o quadro. Esses políticos mais jovens estavam dispostos a seguir o caminho dos tenentes.

A conspiração estourou em 3 e 8 de outubro de 1930, respectivamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, e, em seguida, se alastrou pelo Nordeste; em todos os lugares, a situação acabou pendendo para os revolucionários. Em 24 de outubro os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite Castro e o Almirante Isaías Noronha deram um golpe de Estado, depondo Washington Luís e tomando o poder. Essa junta militar tentou permanecer no poder, mas foi impedida pela pressão das forças revolucionárias do Sul e das manifestações populares, sendo Getúlio Vargas empossado em novembro de 1930 (FERREIRA; PINTO, 2013). Em Belém, embora os revolucionários não tenham sido vitoriosos, não houve resistência quando da posse de Getúlio Vargas, subindo ao poder no Estado do Pará o tenente Magalhães Barata, interventor nomeado por aquele. Os intelectuais logo iriam se decepcionar com os rumos da “Revolução” feita pelos grupos que compunham a Aliança Liberal.

O golpe de outubro de 1930 foi tratado na historiografia por diferentes vertentes explicativas desde momentos após a sua execução. Embora discordando de Fausto (1970), que vê em 1930 uma revolução e não um golpe de Estado, compartilhamos em parte de sua perspectiva de Estado de compromisso, uma vez que a cultura política brasileira tem por característica fundamental o compromisso, o conchavo político entre as elites que buscam sempre evitar as rupturas drásticas, como as revoluções. Esse também seria mais um argumento para o fato de em 1930 não termos uma revolução, mas sim um golpe.

Em 1930 os conflitos intraoligárquicos foram de fato fortalecidos por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia do café, como afirma Fausto (1970). Porém, após o golpe de Estado, o que percebemos não é um “vazio de poder”, nem a “incapacidade das demais frações de classe para assumir o poder”, mas um rearranjo político de forças na cúpula do poder central, evitando, assim, grandes transformações estruturais que colocassem em xeque o poder da elite política do país.

É claro que esse Estado de compromisso traz transformações importantes, tais como: uma maior centralização política e a subordinação das oligarquias, especialmente a paulista, ao poder central; uma ampliação do intervencionismo do Estado na economia, ao mesmo tempo em que ela é diversificada; um progressivo abandono de fórmulas liberais, apesar do formato que é dado pelo presidente e pelo Congresso Nacional à Constituição de 1934. Já nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas é possível perceber uma aproximação cada vez maior com o modelo autoritário de pensamento e de condução do país.

Esse viés autoritário de Vargas fica explícito com o golpe de 1937. No entanto, como assevera Reis Filho (2014, p. 15) em estudo sobre a cultura política republicana brasileira, na historiografia dos dias atuais, tem-se certo constrangimento em chamar o Estado Novo de Ditadura, no máximo, esse é referido como um regime autoritário. Porém, é preciso enfatizar que o Estado Novo Varguista foi uma Ditadura, um estado de exceção, período em que as leis existentes eram subordinadas à vontade do grupo político que estava no poder. Vargas vai adotar a perseguição e a tortura como política de Estado, especialmente entre as pessoas que se autodenominavam comunistas, como é o caso da literata e jornalista paraense Eneida de Moraes, presa 11 vezes durante a ditadura estadonovista. É também com Vargas, especialmente no período da ditadura do Estado Novo, que veremos o espírito conciliador da elite brasileira se materializando no arranjo político que vai caracterizar toda a nossa história republicana no século XX, a modernização de tipo conservadora.

Se grande parte da sociedade nos anos de 1930 tinha o autoritarismo e a modernização conservadora como reivindicação social, não era o caso da geração modernista “remediada” de Belém do Pará. É o jovem poeta Max Martins⁴³ quem nos diz que foi após 1930 que os intelectuais se integraram de fato no campo da política, pois perceberam que a tal da “revolução” apenas articulou novas e velhas lideranças, não proporcionando nenhuma mudança efetiva na sociedade brasileira relativa aos costumes políticos e à democracia. Depois da desilusão de 1930, os modernistas não foram mais os mesmos, e alguns desses intelectuais optaram por uma oposição política

⁴³ MARTINS, Max. Posição e destino da literatura paraense. **Folha do Norte**. Belém, 7 dez. 1947. Suplemento Arte Literatura, nº 55, p. 3.

ao Estado a partir do engajamento no Partido Comunista, como é o caso de Dalcídio Jurandir e Eneida de Moraes, cuja produção relacionava arte e política para transformar estética e socialmente as condições do povo brasileiro.

Esse foi um movimento não apenas regional, mas também nacional. A segunda geração do modernismo brasileiro buscou tratar em suas obras das questões sociais que mais inquietavam os brasileiros, e muitos deles, como Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos e Jorge Amado, participaram dos debates políticos e ideológicos entre direita e esquerda⁴⁴. Ao reinterpretarem o passado recente do país, eles tentaram construir uma perspectiva do povo brasileiro, ou do que seria este múltiplo povo brasileiro. Por meio das revistas, suplementos literários e romances era feita a crítica aos valores da sociedade patriarcal e oligárquica, identificada com o atraso social e industrial do país (LUCA, 1998). Para muitos intelectuais, a arte passa a ter um objetivo político e social, e nela os artistas vislumbravam o reconhecimento artístico junto com o bem-estar coletivo, que para alguns poderia vir por intermédio de uma revolução como a que ocorreu na Rússia em 1917.

Essa perspectiva também estava presente na renovação historiografia dos anos de 1930 no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda, reconhecido como um historiador modernista, crítico e engajado intelectualmente (DIAS, 1998), escreveu o hoje clássico *Raízes do Brasil* (1937), envolto com as questões políticas do tempo presente, o que acabou por transformar o livro em uma reflexão política do Brasil sempre atual, embora

⁴⁴ Durante os anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, especialmente, no período de “redemocratização” dos partidos políticos no Brasil, entre 1945 e 1947, a orientação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), dos intelectuais comunistas e dos órgãos da imprensa a ele ligados era a política da frente democrática. A revista *Literatura*, fundada por Astrogildo Pereira, em 1946, de linha editorial comunista, mas não sectária, é um bom exemplo disto, aglutinando intelectuais de diferentes matizes, como ficcionistas vinculados ao PCB (Graciliano Ramos, Dalcídio Jurandir e Aníbal Machado) e intelectuais de outros vieses ideológicos, como Octávio Tarquínio de Sousa, Lúcia Miguel-Pereira, Orígenes Lessa, Guilherme Figueiredo e Manuel Bandeira. Porém, quando o clima da Guerra Fria esquentou, a aliança no meio literário se despedaçou. Devido ao projeto de lei que pretendia colocar o PCB na ilegalidade, os intelectuais do partido buscaram consolidar-se à frente da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), porém os intelectuais que não eram comunistas queriam impedir a partidarização da ABDE, principalmente no momento em que o PCB estava sendo estigmatizado perante a opinião pública. Em 1947, vários intelectuais que colaboravam com a revista *Literatura* se desligaram dela, entre eles, Carlos Drummond de Andrade, já afastado do partido Comunista. O embate vai ocorrer durante a eleição para a diretoria da ABDE, em março de 1949, opondo a chapa comunista, encabeçada pelo jurista Homero Pires, à chapa liberal, encabeçada por Afonso Arinos, mas que contava com intelectuais esquerdistas, como Drummond (candidato a primeiro secretário) e Hermes Lima (conselheiro fiscal). Houve um duelo ideológico marcado pelo radicalismo político em ambos os lados que levou a lutas corporais após a vitória da chapa de Arinos, que acabou renunciando em bloco. Após este episódio, grupos intelectuais importantes passaram a compartilhar da fobia aos comunistas, como Manuel Bandeira, que afirmou, após o conflito, que via os comunistas com bons olhos, até conhecer a política criminoso que eles praticavam (MORAES, 1994, p. 136-142).

estivesse projetado para ser mais uma das sínteses modernistas que buscavam explicar o país.

Segundo Candido (2010), uma das grandes características do modernismo brasileiro foi o ensaio, desde a crônica polêmica até o longo ensaio histórico e sociológico que incorporou o modernismo ao pensamento nacional, por meio de intelectuais como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Ronald de Carvalho e Sérgio Buarque de Holanda. A partir de 1930, como consequência da “Revolução”, esta tendência se aprimorou, e ao lado dos grandes romances neonaturalistas e de inspiração popular, visando aos dramas dos menos favorecidos das cidades e especialmente do campo, o ensaio histórico sociológico foi o grande destaque da segunda geração modernista.

Além de Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil*, Candido (2010) destaca Gilberto Freyre em *Casa-grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Nordeste*; e Caio Prado Júnior, com a sua interpretação materialista do Brasil em *Evolução Política do Brasil*. Na ficção e nos ensaios históricos e sociológicos houve, nos anos de 1930, uma intensa pesquisa e interpretação do país. Era o ardor modernista de conhecer o Brasil, em um momento em que o movimento estava amadurecido, quando “fundiram-se a libertação do academicismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário; as tendências da educação política e da reforma social” (CANDIDO, 2010, p. 132).

Em *Raízes do Brasil*, ao tentar compreender o passado a partir das condições e contradições políticas do tempo presente, Sérgio Buarque de Holanda nos diz que o historiador deveria se empenhar em desvendar no passado forças de transformação que pudessem indicar os caminhos para libertar-se dele. Era preciso libertar-se, especialmente dos costumes políticos que obstaculizavam uma verdadeira mudança no país, uma vez que a alteração na forma de governo de Monarquia para República não modificou as principais características da cultura política brasileira, como o nepotismo e os conchavos pessoais, que impediam a proliferação de relações sociais novas, libertas do julgo do passado.

Se por um lado as cidades se urbanizavam, por outro, o Estado ainda estava preso a princípios ditatoriais, uma vez que a nossa democracia era uma farsa, importada por uma aristocracia rural que a acomodou aos seus privilégios e não pretendia abrir mão

deles, pois cada vez mais ficava clara a opção por reformas políticas das elites dirigentes do país que reforçavam as nossas tradições coloniais, ao invés de desencadear mudanças de fato (HOLANDA, 1995). Ou seja, um dos objetivos do historiador ao buscar desvendar o passado a partir do primado do engajamento era redefinir o conceito de cidadania brasileira, estendendo-a para toda a população, democratizando-a. Era, então, preciso ampliar a noção de cidadania para uma diversidade de sujeitos sociais, que durante muito tempo não figuraram nas obras de história.

Na visão materialista de Caio Prado Júnior, a questão da cidadania brasileira também ganha destaque. Antes mesmo de sua síntese ensaística sobre o Brasil de 1933, em “Evolução Política do Brasil”, o intelectual, engajado nas lutas de seu tempo, participou da mobilização contra a oligarquia do café quando ainda era estudante universitário do curso de Direito em São Paulo. Ele fez parte da oposição paulista que se concentrou no Partido Democrático, surgido em 1926, em oposição ao Partido Republicano Paulista, advogando o fim das práticas oligárquicas e clientelistas e defendendo uma nova atitude frente à questão social.

Após a Revolução de 1930, Caio Prado Júnior se decepciona com o Partido Democrático e a Aliança Liberal, e passa a procurar um caminho no qual houvesse um compromisso maior com a participação popular e a universalização da cidadania. Segundo Martinez (2008), entre 1931 e 1933, ele se ressocializa cultural e politicamente com o estudo do marxismo e da militância no movimento comunista e passa, então, a buscar um percurso que viabilizasse a realização das ideias comunistas no Brasil por meio de uma prática política orientada de maneira racional, o que reverbera na redação de “Evolução Política do Brasil”, editada pelo próprio autor em 1933.

“Evolução Política do Brasil”, considerada como uma das sínteses ensaísticas mais importantes dos anos de 1930, busca recuperar o significado dos movimentos sociais da primeira metade do século XIX, analisando-os como uma luta confusa e desorganizada das classes inferiores pela cidadania que havia sido negada pelo Estado Imperial por meio de suas instituições políticas e jurídicas. Embora as massas populares rebeldes não apresentassem um programa político organizado, estavam lutando pela melhoria de suas condições de vida e pela possibilidade de participarem do processo político do país. Entretanto, em alguns movimentos, como a Cabanagem no Pará, único

no qual as camadas inferiores da população conseguiram ocupar o poder por um ano, era possível verificar propostas de superação das desigualdades sociais, embora sendo ainda muito abstratas.

O autor estava, assim, chamando a atenção para os problemas do seu tempo presente, para a possibilidade de construção da cidadania e de uma política alternativa ao que vivenciava no Brasil dos anos de 1930, por meio da participação independente e efetiva das massas populares, sem a “manipulação” da “classe proprietária” e da “classe média” e/ou do Estado. Decepcionado com os rumos da “revolução de 1930”, entendia que as alianças eram sempre ruins para as classes populares, uma vez que, após a participação nas revoluções, elas eram traídas e aliadas do poder (PRADO JÚNIOR, 2012).

Segundo Lumatti (2007), no momento em que Caio Prado Júnior escrevia “Evolução Política do Brasil”, eram raros os trabalhos na historiografia mundial que tinham como objeto a história dos movimentos sociais ou dos trabalhadores a partir de uma análise feita de “baixo para cima”. Ele inova ao apresentar as massas populares em sua composição étnica (índios, negros e mestiços) e social (escravos, forros, homens livres pobres e agregados), buscando fazer deles os protagonistas da história social brasileira por meio da atenção dada aos padrões de vida e experiência dos homens pobres, seus costumes e tradições. Embora mantivesse o ponto de vista institucional, pois era ainda o que predominava nos anos de 1930, Prado Júnior o relativizava ao descrever as revoltas precárias do ponto de vista organizacional, próximo do vocabulário da revolução francesa e marcada pelo caudilhismo. “Caio Prado Júnior oscila entre a atenção aos movimentos desorganizados e sua crítica de uma perspectiva institucional” (LUMATTI, 2007, p. 116).

Em Belém do Pará, também em busca desta renovação estética, social e política, Cléo Bernardo e Silvio Braga vão reunir a jovem intelectualidade paraense, conhecida como “remediada”, na revista *Terra Imatura*, em 1938. Esses intelectuais eram um grupo que tinha como bandeira principal a democracia, discutindo os novos rumos da arte moderna associados à transformação da cultura política no Brasil e no mundo. Temas como liberdade, nazismo, fascismo, intolerância, e um caminho autônomo para o desenvolvimento social e econômico da região eram as pautas mais recorrentes. A

revista deveria ser o meio para instigar a mocidade paraense a se unir a eles a fim de transformar as condições sociais e culturais de Belém, do Brasil e do mundo.

Na luta pela transformação estética na arte, pela liberdade, pela democracia, pela possibilidade de escolher viver em um mundo com menos injustiça social, os literatos estavam indignados com o momento político regional, nacional e mundial em que viviam, mas acreditavam na luta da juventude a qual, unida, e “com determinação frente aos caducos da arte e da política”, que deveriam ser combatidos com “deterfon em punho”, poderia modificar as condições do meio, assim nos dizia o jovem poeta Max Martins. A revista ampliou e desenvolveu a literatura local, sendo uma das produções de destaque do movimento literário paraense.

A revista *Terra Imatura* deve ser compreendida, fundamentalmente, como um dos meios encontrados por essa mocidade para lutar em prol de uma transformação na arte e na sociedade, contando com uma grande equipe responsável pela sua edição, engajada nas lutas de seu tempo. Nesta estavam: Clóvis Ferro Costa, Carlos Eduardo da Rocha, José Maria Mendes Pereira, Ruy Guilherme Paranatinga Barata, José Augusto Teles, Raul Newton Campbell Penna, Fernando Guilhon, Alberto Soares do Vale Guimarães, Sylvio Braga, Juracy Costa, Augusto da Rocha, Flávio Maroja, Fernando Manuel Veiga dos Santos e Dalcídio Jurandir. No início, o periódico se chamava *Revista do Estudante*, uma vez que tinha o seguinte objetivo: “os estudantes da Amazônia, cerrando fileiras ao nosso lado, [...] mostrem que a sua vontade de vitória deve crescer subir, ir à luz, para tornar-se uma realidade brasileira”.

A luta começaria por meio das páginas da revista, que era o mesário dos estudantes do Pará e se espalharia para o Brasil e para o mundo, aglutinando todos na luta contra as injustiças sociais e o cerceamento das liberdades individuais. *Terra Imatura* era “a vontade de lutar por um mundo melhor para todos os cidadãos, por um Brasil mais nosso, por uma Amazônia mais ajustada”. A substituição do nome *Revista do Estudante* foi uma forma que a mocidade do “mesário” encontrou para homenagear Alfredo Ladislau, “o poeta encantado da planície”, e seu único livro, *Terra Imatura*, de 1921.

TERRA IMATURA é a Terra Verde de Eneida. O verde é a esperança. A esperança é a mocidade. A mocidade é o Brasil. Por isso TERRA IMATURA, surgindo entre as promessas e a juventude, tem que ser com a ajuda de Deus, a revistado Brasil. [...] Que Alfredo Ladislau lá

no céu, olhe com amôr [sic] nossa iniciativa e peça a Cristo para derramar sobre a TERRA IMATURA, sua e nossa, uma benção de vida, para que não morra nunca, nunca mais, pois assim ela será a realização de tantos sonhos belos como a vitória régia – símbolo da beleza [sic] para nós que exaltamos a vida, vivendo no “reino das mulheres sem lei” – o paraíso verde das Icamiabas⁴⁵.

Eidorfe Moreira, no prefácio da segunda edição de 1925, afirmou que o livro, hoje um clássico, buscou conhecer a Amazônia sem os ufanismos românticos e os preconceitos do determinismo geográfico, contribuindo de maneira decisiva para a formação da intelectualidade dos anos de 1920. No primeiro capítulo da obra, também intitulada *Terra Imatura*, compreendemos o sentido da imaturidade da nossa região para Ladislau, ou seja, haveria na Amazônia um grande desequilíbrio que necessitava ser resolvido: a vastidão geográfica precisava ser desbravada, maturada, para um “proveitoso disciplinamento das culturas eficientes” (LADISLAU, 2008, p. 31).

Segundo Ladislau (2008, p. 37), a causa desse “desaproveitamento das riquezas amazônicas” estava na administração política do Estado, e, principalmente, no poder nacional e nos seus programas ineficientes para a realidade da Amazônia. Para o autor, o Extremo Norte nunca existiu para os estadistas brasileiros, que administravam o país do Sul e que não conheciam as necessidades de nossa região.

Conforme Ladislau (2008), era necessário – já que não havia para o Norte a proteção e o investimento dos poderes centrais – desapegar da borracha decadente, esquecer o passado e nos convencer de que o futuro da Amazônia estava no cultivo racional da região a partir da pecuária e da lavoura e na exploração das riquezas naturais proporcionadas pela floresta. No jornal *Folha do Norte*⁴⁶, no ano de 1923, o autor escreve um pequeno texto sobre uma “sensível alta” nos preços da borracha, que passou a alimentar as esperanças de muitos amazônidas, depois do “cyclone [sic] destruidor das mais sólidas fortunas das que estavam envolvidas no negócio da borracha”, condenando veementemente que se direcionassem braços da agricultura para o extrativismo da borracha (LADISLAU, 2008, p. 38).

⁴⁵ TERRA IMATURA. Belém, PA, n. 2, 1938.

⁴⁶ LADISLAU, Alfredo. A alta da borracha. **Folha do Norte**, Belém, 11 fev. 1924.

Acreditava ele que a Amazônia seria desbravada e explorada pela força dos próprios brasileiros, uma vez que a nossa inteligência, quando bem orientada, era capaz de grandes feitos, assim como o nosso povo, quando se propunha a querer algo com fervor. A inteligência brasileira e o povo brasileiro de maneira geral começavam a adquirir, nos anos de 1920, “uma consciência de si mesmo” (LADISLAU, 2008, p. 38).

Essa “consciência de si mesmo” sobre os problemas da região é muito do que vai ser desvelado pelos modernistas de 1938 reunidos na revista *Terra Imatura*. A proposta era revelar a Amazônia para ela própria, para o Brasil e para o mundo, na mesma perspectiva de Ladislau, sem buscar explicações na nossa “fraqueza de raça”, nem na “idade juvenil da terra”, mas almejando compreender a região a partir de questões históricas e propondo soluções junto à mocidade que despertava em busca de condições melhores para se viver no extremo norte do país. É o que nos diz seu editor chefe, Cléo Bernardo (1939, p.)⁴⁷:

É preciso que haja a correspondência do sentimento, da emoção, da cultura, da existência integral e profunda na compreensão sincera das coletividades, para que haja a expressão singular e magnífica do bem comum. Assim, é justo que se brade por uma outra Amazônia de homens mais amazônicos – que compreendam Huxley o recuo e o avanço do eu social, olhando o meio não como paisagem dos olhos e sim do espírito, a motivar a mudança melhor e mais humana da natureza pelo aproveitamento preciso das forças orgânicas naturais, facilitando a segurança fundamental do interesse honesto do grupo humano, administrado por uma ordem econômico-social que fôsse [sic] assegurada pela justiça eqüitativa [sic] das possibilidades. Esta sim seria a poesia da Amazônia. A poesia da realidade seu boto, cobra-grande e extasiamento, onde o caboclo viveria a unidade histórica do seu destino verdadeiro e antifantasia, vigorado pelo homem de visão da Capital ou do Interior, que deixava de ser pinteira de classe, de categoria, medalhão, obra de fachada, para ser monumento público, estrada larga, saúde, economia orientada, por um futuro mais promissor, mais nosso.

Buscando um “futuro mais promissor” para a Amazônia, a partir do qual se conhecesse a necessidade do caboclo da cidade e do interior, abandonando as visões fantasiosas e preconceituosas a respeito desse homem, orientando as políticas públicas para o bem-estar comum, a equipe responsável pela edição da revista *Terra*

⁴⁷ BERNARDO, Cléo. Agora. *Terra Imatura*, Belém, n.10, s/p, 1939.

Imatura se reunia para construção do mesário. O grupo também contava com a colaboração furtiva de vários jovens intelectuais, dos quais a mocidade regular responsável pela realização do “mesário” pedia apenas que escrevessem com simplicidade, uma vez que a forma que eles intentavam para a revista era uma escrita acessível a todas as classes sociais, já que a sua função primordial era a mobilização do povo.

Eles também não se responsabilizavam pelas opiniões de seus colaboradores, pois a proposta maior da revista era o “ideal maior que ligava a mocidade paraense” em 1938, e o que fazia a sua “originalidade” era que houvesse democracia entre eles. Ao assinar seus artigos, cada um era responsável pelo seu posicionamento frente aos acontecimentos da região, do Brasil e do mundo. Nessa perspectiva, é interessante notar a participação na revista de Pedro Pomar⁴⁸, destacado líder do Partido Comunista Brasileiro, responsável em Belém por reunir os estudantes e fazer a ponte entre os intelectuais modernistas e o partido. Seu filho, o historiador Wladimir Pomar, em suas memórias, nos relata que teve a oportunidade de testemunhar muitas conversas entre o “Partidão”, na pessoa de seu pai, e modernistas paraenses, como Dalcídio Jurandir e Abguar Bastos, além de importantes figuras do modernismo nacional, como Graciliano Ramos⁴⁹.

Terra Imatura reunia, dessa maneira, a “mocidade mais festejada do Pará”, cheia de novas ideias que brotavam da inquietude de uma geração intelectual insatisfeita com o rumo que tomava o mundo nos anos de 1930. Esse descontentamento unia os “imatuross” a cada edição colocada nas ruas, uma vez que cada publicação era uma batalha vencida na luta que eles travavam diariamente para editar a revista, luta esta que significava para eles a sua própria vida.

A revista era a realização palpável da geração de Cléo Bernardo, surgida do “espírito boêmio” da inteligência moderna. Esta geração rompe com a política de cooptação e compromisso com os poderes públicos do Estado. É Dalcídio Jurandir

⁴⁸ POMAR, Pedro. A marcha de Hitler sobre Roma. **Terra Imatura**, Belém, n. 5, s/p, 1938.

⁴⁹ POMAR, Wladimir. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por e-mail, em abr. 2009.

quem nos diz que os verdadeiros artistas da terra, em 1939, se negavam a “sangrar o tesouro” do Estado, ficando eles só no “Peixe Frito” (NUNES, 2006, p. 42).

Os intelectuais da terra não viviam apenas das letras, obviamente, tendo, grande parte deles que fazer malabarismos para sobreviver em funções como a que Jurandir exerceu, de inspetor escolar no interior do Pará. Outros, mais remediados, não necessitavam mais da influência e dos recursos do Estado para colocar nas ruas a revista da mocidade modernista, mas também enfrentavam dificuldades, muitas vezes tendo que financiar o intento com seus próprios recursos.

A revista *Terra Imatura* além de debater os problemas da região, propondo novas possibilidades, foi também uma das formas encontradas pela mocidade paraense de lutar contra o autoritarismo do Estado brasileiro e denunciar os crimes das ditaduras do mundo todo. Segundo o historiador Hobsbawm (1998), o governo Vargas fazia parte de algo maior, de uma mudança de valores que assolou o mundo após a Primeira Guerra Mundial, ou como ele prefere, durante a “era da catástrofe”. Nesse período, o liberalismo e todo o seu arsenal de ideias – compromisso com um governo constitucional, assembleias representativas eleitas livremente, garantia do domínio da lei e da liberdade individual, e a crença na razão, na ciência, na educação, no progresso humano e na modernidade – fizeram uma retirada da cena mundial.

Em 1944, apenas doze países de um total global de sessenta e cinco ainda tinham governos constitucionais, e a ameaça às democracias liberais vinha apenas e exclusivamente da direita. Eram governos que, após a ascensão de Mussolini na Itália e a implantação do fascismo, ficaram conhecidos como direita totalitária. Essa direita representava uma ameaça ao governo constitucional e uma ameaça ideológica ao liberalismo, o que não significa dizer que todos os regimes que derrubaram os liberais eram fascistas, mas o fascismo – e a sua forma alemã, o nazismo – deu à direita internacional uma confiança jamais vista antes, na década de 1930 era a “onda do futuro”.

Todas as forças de direita antiliberais eram contra a revolução social dos trabalhadores, mas o historiador faz uma exceção aos golpes militares que instalaram ditadores na América Latina, pois esses não tinham, *a priori*, uma definição política.

No caso do Brasil, embora Vargas tenha dado indícios de seu autoritarismo durante os primeiros anos de seu governo, só vemos de fato a implantação da ditadura após o golpe do Estado Novo.

Bernardo (1938) nos chama atenção para a “ambição que imperava na alma dos líderes mundiais do século XX” e que fez nascerem as barbaridades cometidas por eles, “porque o século XX é o tempo do direito da força contra a consciência do direito”. É o tempo em que é racional matar em nome da igualdade (Stalin na Rússia), acabar com a liberdade em nome da expansão do país (Mussolini na Itália), perseguir as minorias em nome da lei (Hitler na Alemanha). E tudo isso é apresentado ao mundo como civilização, nos diz atônito o diretor da revista, Cléo Bernardo. Ainda havia leis que pregavam que essa humanidade irracional e violenta, diante da humanidade que a tudo isso presenciava e se calava, permissivamente (representada na Liga das Nações), estava rumando ao progresso, à perfeição humana, à evolução racial. Era de fato o século que reivindicava pelo autoritarismo e aplaudia a barbárie.

Bernardo (1938) abre o segundo “mesário” da revista *Terra Imatura* com um artigo propondo “a democracia como cura para a alma doente do século XX”. Tratava-se de uma democracia na qual as pessoas pudessem ter acesso às diversas ideologias que moviam o mundo, escolhendo a partir de suas afinidades, de seus valores e tradições, qual delas seguir, pois só assim teríamos “a verdadeira democracia”. Em todos os números disponíveis da revista encontramos essa compreensão nos artigos de intelectuais de várias ideologias – socialista, comunistas, liberais – todos juntos nas páginas da *Terra Imatura*, em nome da democracia política e ideológica, da liberdade de expressão e, acima de tudo, de um mundo melhor onde não houvesse mais “a obra nefasta das ditaduras”:

A democracia, com todas as suas falhas e crises, é preferível a essas ditaduras, onde o homem é obrigado a esquecer a sua independência moral porque a predominância do materialismo é reconhecida pelo Estado sobre a finalidade espiritual do indivíduo. Seria ideal para todos os povos, para todas as nações, se a democracia fosse mais ação do que palavra, mais sentimento do que talento, mais bom do que mal. A democracia que estabelece o seu postulado, pelo aniquilamento da obrigação, criasse o fundamento da compreensão ideológica; esta seria a verdadeira democracia: a democracia da consciência, a

democracia da compreensão, a democracia da afirmação educacional (BERNARDO, 1938, s/p.).

Aqueles intelectuais paraenses lutavam em prol de algo que a cultura política do século XX desprezava: a democracia. Independentemente de essa cultura política ser fascista, comunista ou liberal, a grande reivindicação do século XX pela elite política e por uma grande parcela da sociedade foi o autoritário e não a democracia⁵⁰, logo, compreendemos os intelectuais que escreviam na revista, como seu próprio editor chefe, Cléo Bernardo, como um grupo intelectual e político à frente de seu tempo. Os intelectuais paraenses foram pioneiros não apenas dentro do movimento artístico, mas também do movimento político pela democracia. De maneira consciente e combativa, usando a arma que tinham, a revista literária⁵¹, buscaram romper com a cultura política nacional, conservadora e autoritária, mobilizando “a mocidade” para que juntos pudessem implementar uma nova maneira de fazer política no Brasil, democraticamente.

A cultura política, segundo Motta (2014), só pode existir na média e longa duração, logo, essa cultura política conservadora e autoritária que predominava nos anos de 1930 era uma continuidade histórica do nosso modo de fazer política que persiste até hoje. Este conceito utilizado por Motta, do qual nos apropriamos aqui, refere-se aos novos estudos em História Política dos anos de 1980-1990, os quais resultaram na coletânea “Por uma história política”, de René Rémond. Além do organizador, vários historiadores contribuíram para o debate, com destaque para os franceses S. Berstein e J. F. Sirinelle. Os autores em destaque vão enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, privilegiando a pluralidade de culturas políticas que rivalizam entre si.

⁵⁰ Quadrant (2010), em um pequeno balanço historiográfico sobre as ditaduras no Brasil e na América Latina, afirma que durante os anos de 1980, quando grande parte dos países latino-americanos estava lutando pela sua redemocratização, com destaque para o Brasil, houve uma superestimação das aspirações democráticas do povo latino. Ao confrontarmos a grande base de sustentação social da experiência autoritária no Brasil e na América Latina, percebemos que o autoritarismo, e não a democracia, foi de fato a grande reivindicação social do século XX.

⁵¹ Jornais e revistas são fundamentais para a divulgação e disseminação dos valores das diferentes subculturas políticas em disputa no interior do espaço nacional, especialmente os ligados às grandes tradições como o liberalismo, o socialismo e o comunismo (MOTTA, 2014).

Motta (2014), ao se apropriar do termo, vai adaptá-lo à realidade brasileira, afirmando que existem algumas opções para trabalhar com o conceito em questão: usando-o no formato plural, designando culturas políticas dividindo o mesmo espaço social; na perspectiva de uso no singular, referindo-se à cultura política de cada grupo social; e na possibilidade que acreditamos mais se adequar à realidade do momento brasileiro em questão, ou seja, cultura política designando a coletividade nacional, uma cultura política conservadora tradicionalista que predominava no Brasil, mas que convivía com subculturas políticas que disputavam o espaço nacional.

No Brasil da primeira metade do século XX existiam vários tipos de subculturas políticas que rivalizavam entre si, com destaque para a liberal, a socialista e a comunista. Durante os anos de 1930, 1940 e 1950, predominou a cultura política conservadora e autoritária, porém, com a sua clássica peculiaridade nacional, o compromisso, o conchavo e a não ruptura, conhecida no senso comum como “o jeitinho brasileiro”. A intelectualidade modernista de Belém do Pará estava à frente do seu tempo, justamente porque buscava romper com essa cultura política autoritária e que tinha no compromisso sua mais destacada característica.

Embora partilhassem de subculturas políticas diversas – já que Dalcídio Jurandir era declaradamente comunista, Cléo Bernardo e Silvio Braga, simpatizantes do socialismo, Abguar Bastos, um liberal com tendências esquerdistas –, eles partilhavam valores que os uniam enquanto grupo, valores como a luta política pela democracia, pela liberdade, pela valorização da arte literária, por uma “Amazônia mais amazônica”, por justiça e avanço social (MAIA, 2009).

Dalcídio Jurandir, ao terminar a segunda versão de *Chove nos Campos de Cachoeira*, em 1939, em Salvaterra, arquipélago do Marajó, onde exercia o cargo de Inspetor Escolar – embora continuasse colaborando para a revista *Terra Imatura* e para os jornais de Belém –, escreve para o amigo Nunes Pereira⁵², insistindo no fato de que os intelectuais da terra precisavam ter cada vez mais o “sentimento de camaradagem”, “de unidade contra os inimigos da cultura, da inteligência”. Os intelectuais seriam os “heróis da terra” ou uma espécie de heróis que estavam unidos para lutar “pela

⁵² Carta de Dalcídio Jurandir a Nunes Pereira In: NUNES, Benedito (Org.). **Dalcídio Jurandir, Romancista da Amazônia: Literatura e Memória**. Belém: SECULT/FCRB/IDJ, 2006. p. 40-41.

dignidade de todas as forças criadoras”. Na mesma carta, ainda afirma: “Cléo é um jovem animador. Gosto muito dele”.

Os intelectuais se viam enquanto grupo porque partilhavam de afeição pessoal, de valores estéticos e de experiências comuns na então capital da Amazônia, e foram essas experiências comuns, artísticas e políticas que foram capazes de fazer com que a geração remediada apresentasse um novo estilo – diferente da geração do “Peixe Frito” –, mais explicitamente envolvido com as questões políticas e sociais da região e do mundo, e que se eternizou nos romances e nas páginas da revista *Terra Imatura*, embora nem todos os integrantes do grupo tivessem a mesma formação e posição social.

Dalcídio Jurandir nos diz, em momento posterior, no prefácio de seu primeiro e premiado romance *Chove nos campos de Cachoeira*⁵³, que, embora grande parte dos novíssimos viesse de famílias mais remediadas, eles estavam como ele e como os outros intelectuais da geração do “Peixe Frito”, “fechados na Província, isolados, boicotados, negados”. E, referindo-se à “Terra Imatura, a nossa pobre e querida revista fundada pelo meu amigo Cléo Bernardo”, destaca a luta que o editor-chefe, junto com Sílvio Braga, Ruy Barata, Ribamar de Moura, Stélio Maroja, Francisco Paulo Mendes, Machado Coelho, Cecil Meira, Daniel Coelho de Souza, Mário Couto, travava para colocar a revista nas bancas. Cada edição dessa era um sinal de esperança para as letras em Belém e para a democracia no Brasil e no mundo:

Um dos dias mais interessantes em nossa carreira é quando a Imatura sai. Cêdo [sic] os “imatuross” estão firmes no posto... É uma reunião geral. No ar há sensação de alegria, espontânea, incontida, jovial. Todos nós nos abraçamos radiantes. – “Mais uma vitória!” – “Um número a mais!”. E não podemos conter o riso álaçre de júbilo. A conversa torna-se viva, movimentada⁵⁴.

O prêmio recebido por Dalcídio Jurandir, primeiro lugar por *Chove nos campos de Cachoeira*, no concurso realizado pelo jornal *Dom Casmurro* e pela Editora Vecchi, do Rio de Janeiro, foi saudado pelos “imatuross” como uma vitória do grupo dos intelectuais do Norte contra o fato de serem ignorados no restante do país e na própria

⁵³ JURANDIR, Dalcídio. Prefácio da primeira edição de *Chove nos Campos de Cachoeira*. In: NUNES, Benedito (Org.). **Dalcídio Jurandir, Romancista da Amazônia: Literatura e Memória**. Belém: SECULT/FCRB/IDJ, 2006. p. 43.

⁵⁴ TERRA IMATURA. Belém, PA, n. 5, 1938.

região, onde ainda eram vistos pelos passadistas da Academia Paraense de Letras como “cretinos, analfabetos, pobres diabos⁵⁵”:

Para nós isso significa muito. Quer dizer que vamos, através desse passo do Dalcídio, marcando a nossa presença diante dessa inquietação de sensibilidade e pensamento que nós sofremos. Pois é terrível a tristeza das coisas que não se realizaram. Que se perderam, inúteis, inúteis...

Assim, essa nossa resposta aos que não acreditam em nós – vale como a primeira vingança da nossa inteligência àqueles que negam o nosso instante, o nosso momento, o nosso hoje. Resposta dos moços que ainda não se prostituíram, porque tudo, um dia, será mais claro, mais doce, mais humano⁵⁶.

É interessante fazer um parêntese nesta receptiva comemoração do livro premiado de Dalcídio Jurandir. Entre os recortes de diversos jornais encontrados no acervo do Arquivo Museu da Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa⁵⁷, percebemos o quanto a crítica nacional dividiu-se na hora de premiá-lo, e tinha dúvidas se ele seria realmente um “grande romancista” ou “apenas uma promessa”. Muitos afirmaram que ele “não sabia escrever”, outros que “escrevia apenas poemas”, nos informa Achilles Lima, em jornal não identificado, sobre o sucesso do seu conterrâneo. Ele também informa sobre as dúvidas que pairavam sobre o autor em relação à crítica nacional.

Segundo o crítico, ainda era cedo para falar sobre *Chove nos campos de Cachoeira*: “o sucesso recente e o barulho que causou podem influir lamentavelmente em qualquer arremedo de crítica que se faça”. Mesmo assim Achilles Lima critica o modo de escrever “modernista” de Jurandir, caracterizado como “errôneo e de mau

⁵⁵ “Bilhete a Dalcídio Jurandir”, de Mário Couto, publicado na revista *A Semana*, em 3 de agosto de 1940. Mário Couto, pessoalmente, esteve com Jurandir na obstinada e bem-sucedida tentativa de mandar o romance *Chove nos Campos de Cachoeira* para o concurso no Rio de Janeiro, após uma vaquinha dos amigos e intelectuais da terra, que contou com Paulo Mendes, Stélio Maroja, Jorge Malcher, Barandier da Cunha e Osvaldo Viana (NUNES, 2006, p. 43).

⁵⁶ TERRA IMATURA. Belém, PA, n. 12, 1940.

⁵⁷ Os recortes de jornais sobre o prêmio recebido por Dalcídio Jurandir encontram-se na Pasta 2 – Sobre Dalcídio Jurandir, Série “Livro-Caixa”. Essa série tem esse nome devido ser um antigo livro-caixa com folhas numeradas, possivelmente organizado pelo próprio Dalcídio Jurandir. Há um total de 67 documentos (65 recortes de jornais, 1 documento da série correspondência e 1 documento da série diversos). Foram encontrados colados ao livro-caixa principalmente documentos da série Pim, ou seja, “recortes de jornais sobre Dalcídio Jurandir”, de 1940 a 1948, a respeito da conquista do prêmio Dom Casmurro (em 1940) e críticas sobre os três primeiros livros – *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1948) e *Três Casas e um Rio* (1958).

gosto”, mas também assume que, apesar desta escrita, há momentos em que aparecem no livro “verdadeiros poemas”. A crítica de Lima envereda fundamentalmente pelo enredo do livro, o qual o faz concluir que o mesmo “choca” por “ser tirado da vida” que muitas vezes é “feia e suja”.

A crítica de Achilles Lima, como de muitos outros⁵⁸, sobretudo de críticos nacionais renomados à época, nos leva a inferir que o prêmio foi de grande importância não apenas para o escritor Dalcídio Jurandir, mas também para a região como um todo, e especialmente para o grupo da revista *Terra Imatura*, embora, mesmo na região, se duvidasse do talento de um do filho da terra, que era visto de maneira “desconfiada”, possivelmente por estar à margem dos grandes intelectuais do Sudeste. É ainda Achilles Lima que assim nos coloca, no início de sua crítica: “não acreditava no sucesso de Dalcídio. Talvez porque Dalcídio esteja presente conosco. Talvez pela ideia sempre grandiosa que se faça dos escritores”. Era difícil, até mesmo para os conterrâneos, perceber a grandiosidade de um caboclo marajoara de pés no chão.

⁵⁸ Críticas sobre *Chove nos Campos de Cachoeira* coladas ao Livro-Caixa de Dalcídio Jurandir, encontrado no Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, Pasta 2 – Sobre Dalcídio Jurandir. Seguem as referências de todas as críticas da maneira como foram catalogadas pela instituição: LEVIHALL. Estilo e arte em Chove nos campos de Cachoeira. [jornal não identificado, S.I., 5 de out. 1941]. (f.92 do livro caixa); MOREIRA, Álvaro. Chove nos campos de Cachoeira. [jornal não identificado, S.I., 1941]. (f.92 do livro caixa); CHOVE nos campos de Cachoeira – de Dalcídio Jurandir. A Gazeta, São Paulo, 1941. (f.92 do livro caixa); CRITICANDO o livro de Dalcídio Jurandir. Folha Vespertina, Belém, 14 de nov. 1941. (f.92 do livro caixa); CHOVE nos campos de Cachoeira. [jornal não identificado, S.I., 1941]. (f.93 do livro caixa); CHOVE nos campos de Cachoeira e a entrega do prêmio Vecchi-Dom Casmurro. [jornal não identificado], 30 de agosto de 1941. (f.93 do livro caixa); COUTO, Mário. Um romance segue para o concurso. [jornal não identificado, Belém], 26 de out. 1940. (f.96 do livro caixa). CHOVE nos campos de Cachoeira achava-se à venda nas livrarias [jornal não identificado]. Belém, 16 de setembro de 1941. (f.96 do livro caixa); VEM AÍ o Chove nos campos de Cachoeira. [jornal não identificado]. Belém, [16 de setembro de 1941]. (f.96 do livro caixa); COELHO, Machado. Chove nos campos de Cachoeira. [jornal não identificado], Belém, 1941. (f.96 do livro caixa); CERQUEIRA, Ernesto. Livros novos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 de set, 1941. (f.97 do livro caixa); BRAGA, Newton. Uma voz da província. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, [1941]. (f.97 do livro caixa); MEIRA, Cecil. Um grande romance [jornal não identificado, SI, 1941]. (f.97 do livro caixa); MARIZ, Romeu. Os romances da hora. [jornal não identificado, Belém, 28 de setembro de 1941]. (f.98 do livro caixa); CASTRO, Joaquim Serrão de. O verdadeiro sentido da marcha avante da Literatura moderna, jornal de Cametá, [1941?]. (f. 98 do livro caixa); GUAJARINO, Osmar. Chove nos campos de Cachoeira. [jornal não identificado, Belém], 16 de out. de 1941. (f. 101 do livro caixa); MONTÁLEGRE, Omer. Chove nos campos de Cachoeira. A gazeta de São Paulo, 1941. (f.101 do livro caixa); IVO, Ledo. De Combray à Ilha de Marajó. Planalto, Rio de Janeiro, [1941?]. (f. 107 do livro caixa); CHOVE nos campos de Cachoeira – O grande livro de Dalcídio Jurandir foi ontem lançado à publicidade no Rio de Janeiro. O Estado do Pará, Belém, 26 de agosto de 1941. (f.107 do livro caixa); BERNARDO, Cleo. Faltava nos campos de Cachoeira a sombra de Eutanázio andando. [Especial para Dom Casmurro, Rio de Janeiro, O Estado do Pará, Belém, A Tarde, Manaus, 1941]. (f.109 do livro caixa).

Com a publicação de *Marajó*, pela editora José Olímpio, em 1947, a postura duvidosa da crítica em relação a Dalcídio Jurandir começa a esvaír-se⁵⁹. Brito Broca utiliza o romance *Marajó* para criticar a própria crítica que recentemente havia afirmado que os conhecidos romances regionalistas tinham esgotado suas temáticas na ficção nacional. Ao contrapô-los, Broca afirma que os romancistas do Norte e do Nordeste ainda não haviam fixado todos os aspectos “essenciais e característicos” das mazelas e belezas de suas regiões. E utiliza o segundo romance de Dalcídio Jurandir para ratificar seu argumento:

Com o seu romance “Marajó” (Livreria José Olímpio Editora), Dalcídio Jurandir vem mostrar hoje o que é possível ainda sacar de dramático, de original, de típico e humano, da região nortenha do Brasil. Filho da grande ilha da foz do Amazonas, o jovem escritor fez dela o seu domínio próprio e muito bem delimitado na geografia das letras brasileiras. “Chove nos campos de Cachoeira” foi por assim dizer a primeira província conquistada, conquista ousada, talvez ainda não muito bem consolidada; com “Marajó” o autor está evidentemente na posse definitiva desse território literário⁶⁰.

Tal crítica ratifica nossa perspectiva de que Dalcídio Jurandir vai se firmando, especialmente a partir do segundo romance, e entre os críticos literários da época, como o maior romancista vivo do Norte, apesar da dificuldade do Sul em compreender a Amazônia. Brito Broca nos diz ainda que o ambiente amazônico era apresentado com um caráter “estranho e exótico” para os homens do Sul, porém, Dalcídio Jurandir conseguia algo que só os grandes ficcionistas eram capazes, isto é, fazer sentir o “ímpeto envolvente” da atmosfera marajoara e a “profunda humanidade” da gente nativa.

Aliás, essa perspectiva do Marajó como um mundo “estranho”, e de Dalcídio Jurandir como um profundo conhecedor dos problemas sociais da sua região, mas também como um grande analista da psicologia dos personagens – o que pode ser

⁵⁹ Críticas sobre *Marajó* coladas ao Livro-Caixa de Dalcídio Jurandir, encontrado no Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, Pasta 2 – Sobre Dalcídio Jurandir, corroboram esta perspectiva analítica: DOMINGUES, Octávio. Uma ficção cheia de realidade. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1947; CASTRO, Moacir Werneck de. No mundo de Marajó. Leitura, Rio de Janeiro, dez.1947. (f.111 do livro caixa); MAROJA, Rainero. Marajó. Folha do Norte, Belém, 23 de nove.1947. Suplemento. (f.111 do livro caixa); MEIRA, Cecil. Um grande romance. [jornal não identificado] 1947. (f.97 do livro caixa); MOTTA FILHO, Cândido. Marajó. [jornal não identificado], 1947. (f.114 do livro caixa); COSTA, Américo de Oliveira. Terra e gente de Marajó. Diário de Natal, Natal, 18 de abr. 1948. (f.116 e f.117 do livro caixa).

⁶⁰ Crítica sobre *Marajó* coladas ao Livro-Caixa de Dalcídio Jurandir, encontrado no Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, Pasta 2 – Sobre Dalcídio Jurandir, BROCA, Brito. A Província do Pará, Belém, 1947. (f.115 do livro-caixa).

atestado pelo uso, em seus romances, de monólogos interiores e discurso livre indireto – é recorrente em várias críticas sobre o Marajó, que é visto como um cenário “gigantesco e dominador”, o qual “esmaga todas as criaturas, afoga-as na sua grandeza dramática, tornando-as humildes e fracas. Nessa luta entre os personagens e o ambiente, o romancista emerge, em toda a sua grandeza⁶¹”. E a “grandeza” de Dalcídio Jurandir vai partir para o Sudeste, buscando novas possibilidades de reconhecimento e de luta por um mundo menos desigual.

Sobre os “imatuross” e o período em que a revista *Terra Imatura* circulou em Belém do Pará (1938-1942), anos, como já referido, de ditadura do Estado Novo, Nunes (2001) nos diz que a posição contraditória do governo Vargas, que por um lado abafava as inquietações dos literatos e censurava as rebeldias políticas, e por outro não se posicionava a favor das ditaduras fascista, mantendo boas relações com as democracias liberais, fortalecia a luta política do grupo que atuava no periódico e, dessa maneira, os valores que compartilhava. Essa luta foi intensificada em 1942, quando o Brasil passou a integrar o bloco dos aliados contra as potências do eixo (Alemanha, Itália e Japão). Assim, não tardou para que os literatos da revista abrissem uma frente de oposição contra a ditadura de Vargas. A edição nº 10 da revista, de setembro de 1939, é toda dedicada à Segunda Guerra Mundial.

Após a Segunda Guerra Mundial, em Belém do Pará, literatos mais moços e desencantados com o mundo e com a política vieram se juntar à geração remediada de Dalcídio Jurandir, que já não vivia mais na cidade. Os novíssimos se reuniram para escrever semanalmente o *Suplemento Literário Arte-Literatura* (1946-1951) da *Folha do Norte*, figurando entre eles nomes como: Haroldo Maranhão, Benedito Nunes, Max Martins, Alonso Rocha, Cauby Cruz, Floriano Jaime e Mário Faustino.

⁶¹ Crítica sobre *Marajó* coladas ao Livro-Caixa de Dalcídio Jurandir, encontrado no Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, Pasta 2 – Sobre Dalcídio Jurandir. A REVELAÇÃO de um mundo estranho. [jornal não identificado, S.I., 1947] (1947).

CAPÍTULO III: Dalcídio Jurandir e a Cultura Política Comunista Internacional

Dalcídio Ramos Jurandir, no Rio de Janeiro, é um jornalista vinculado ao Partido Comunista, tem relações próximas com amigos intelectuais comunistas e escreve em jornais ligados ao “Partidão” que, por sua vez, tem vínculos diretos com o Partido Comunista da URSS. Essas informações levam este estudo a acreditar que as experiências de vida, de trabalho jornalístico e de grupo do literato no Rio de Janeiro influenciaram na construção de seus romances durante o decênio de 1950/1960, momento em que ele criava *Linha do Parque*, *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*. Em cadernos manuscritos encontrados no acervo do literato na Fundação Casa de Rui Barbosa e na Casa de Cultura Dalcídio Jurandir, personagens e histórias

dos três romances se misturam, levando-nos a inferir que Jurandir os estava criando ao mesmo tempo.

Como discutido nos capítulos anteriores, este estudo acredita que o Ciclo do Extremo Norte, “sonho de juventude” do literato, sempre esteve vinculado ao seu “sonho de adolescência”, ou seja, à causa política e social de luta pelos oprimidos, pelos “suburbanos”. Os sujeitos sociais que constroem a história política, como Dalcídio Jurandir, são representantes de interesses plurais próprios à realidade humana. O homem, o sujeito social Dalcídio, mesclava em um só o literato, o jornalista e o comunista militante, engajado nas lutas sociais do seu tempo. Se a literatura era uma arma, não podemos desvincular a produção romanesca e a militância por um mundo onde “não houvesse mais a exploração do homem pelo homem⁶²”, uma vez que esta era um tema recorrente em todos os seus romances. É ao encontro dessa história diversa e desse ser humano cheio de dimensões plurais que vamos nos aventurar neste e nos próximos capítulos deste estudo.

O primeiro livro de Dalcídio Jurandir, *Chove nos Campos de Cachoeira*, além do prêmio da Casa Editora Vencchi, cinco contos de réis, leva o escritor ao Rio de Janeiro, uma vez que o interventor do Pará, José Malcher, concede ao literato passagens e ajuda de custo para residir na capital federal durante dois meses. Foi uma partida sem volta, embora Jurandir tenha encontrado grandes dificuldades financeiras no Rio de Janeiro. A maior parte da obra do escritor marajoara foi desenvolvida a partir de então, especialmente a jornalística e os romances.

O meio com o qual se sustentava era o trabalho intenso como jornalista, mas cabe notar que a maioria absoluta dos periódicos nos quais escrevia tinha ligações diretas com o Partido Comunista, ou eram jornais com tendência à esquerda⁶³, o que nos leva a

⁶² Referência à citação de abertura desta parte da tese, sobre o Centenário do Manifesto Comunista, de 1948.

⁶³ Na pesquisa realizada no Acervo Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu da Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, não encontramos nenhum periódico ao qual o jornalista Dalcídio Jurandir estivesse vinculado que não tivesse um posicionamento político vinculado à esquerda, por isso a inferência acima. O mesmo ocorreu também na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, onde encontramos artigos do literato nos jornais *Imprensa Popular*, *Voz Operária*, e nas Revistas *Problemas*, *Literatura*, *Fundamentos* e *Para Todos* – na qual inclusive, Dalcídio Jurandir era “diretor responsável” e “redator - chefe”. Todos estes periódicos eram ligados ao Partido Comunista Brasileiro.

concluir que Dalcídio Jurandir, nos anos de jornalismo no Rio de Janeiro, compartilhou muita das suas experiências artísticas, jornalísticas, políticas e pessoais com o grupo de amigos que militavam no Partido Comunista, inclusive sendo este grupo o que lhe abriu as portas da capital federal para a produção artística e jornalística premiada com *Chove nos Campos de Cachoeira*.

Em 1942, Dalcídio Jurandir já escrevia no jornal *O Radical* (ligado diretamente ao Partido Comunista); em 1943 se torna redator do jornal comunista *Diretrizes*. Em 1944 este é fechado, e Jurandir começa a trabalhar no SESP (Serviço Especial de Segurança Pública), no qual redige textos para programas de educação sanitária, junto com colegas do Partido Comunista, como Moacir Werneck de Castro, Rubem Braga e Armênio Guedes. Nesse mesmo período colabora com jornais com uma linha editorial mais à esquerda, como *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*, além da revista *Leitura*. (NUNES; PEREIRA; REOLON PEREIRA, 2006). De 1945 a 1947, compunha o conselho editorial do jornal comunista *Tribuna Popular*, junto com Carlos Drummond de Andrade, Álvaro Moreyra, Aydano de Couto Ferraz e Pedro Motta Lima.

Durante este período de redemocratização do país a imprensa partidária foi fator decisivo para a ascensão do PCB, numa fase em que o Partido contou com intelectuais de prestígio nas suas redações e em que os exemplares dos diversos jornais se esgotavam nas bancas. A política editorial, embora fosse fiel às ideias de Lênin, inovou no Brasil com novas secções, em algumas delas havia a relação entre arte e política. As secções eram: a internacional, o movimento sindical, esportes e os suplementos literários. O *Tribuna Popular* trazia ao lado do cabeçalho uma máxima dos comunistas brasileiros de então: “Unidade, Democracia e Progresso” (MORAES, 1994).

Em 1947, o Partido Comunista, junto com todos os seus periódicos, foi colocado na ilegalidade. Como forma de resistência, o jornal *Tribuna Popular* passou a se chamar *Imprensa Popular*, vigorando até 1959. Desde a fundação do Partido Comunista em 1922, acreditava-se na tradição de que era necessário ter um órgão que divulgasse suas posições políticas perante aos acontecimentos do Brasil e do Mundo e a doutrina marxista-leninista. Para os dirigentes do Partido, a partir de jornais, revistas e suplementos, seria possível a difusão da cultura política comunista e assim, por meio da

propaganda e da agitação política, formar-se-iam novos quadros para o “Partidão”. A base da doutrina dessa imprensa comunista está nos escritos de Lênin do início do século XX, em que há a combinação das atividades do pensador militante com as de jornalista, e mais tarde com a do líder do Estado comunista soviético (MORAES, 1994). Ora, esse era o *script* que todo militante comunista e jornalista queria encenar, e no Brasil não era diferente.

A imprensa comunista no Brasil pôde circular livremente em poucos períodos, como durante aquele de redemocratização, logo após o fim da ditadura do Estado Novo de Vargas, entre 1945-1947, e durante os governos de Juscelino Kubistchek e João Goulart (1956-1964), embora o Partido continuasse oficialmente na ilegalidade. Mesmo podendo circular livremente entre os anos de governo JK e Jango, é importante lembrar que as nossas elites, e especialmente os proprietários dos meios de comunicação da grande imprensa, eram extremamente anticomunistas, levando a uma onda de propaganda na imprensa entre 1959-1964, que foi um dos vetores para o golpe civil militar, que institucionalizou uma ditadura no Brasil, como discutido por Sá Motta em sua Tese de doutorado, publicada em 2001.

Essa imprensa jornalística brasileira que seguia os passos de Lênin buscava, além da propaganda política e ideológica, educar e manter uma coesão interna entre os membros do Partido Comunista. Durante o período de redemocratização do país, houve III Conferência Nacional do PCB (1946), na qual definiram que era preciso melhorar o nível político e técnico dos jornais, já que a imprensa era o elemento mais importante de atividade do partido e, conseqüentemente, da sua propaganda política. A partir de 1947, com a nova posição política do Brasil do presidente Dutra em relação à guerra fria, houve vários tipos de perseguição aos comunistas, sofrendo os periódicos violências de todo o tipo (MORAES, 1994).

Além da *Imprensa Popular*, que resistia contra o autoritarismo dos anos de guerra fria, o PCB contou clandestinamente com o jornal *Voz Operária*, que se tornou órgão do Comitê Central do PCB após a cassação do Partido pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1947. Neste jornal clandestino eram publicados artigos extraídos das obras de Marx e

Lênin, além de editoriais que clamavam por uma mobilização popular contra o autoritarismo do presidente Dutra (MORAES, 1994).

Ainda em 1947 foi lançada a revista *Problemas*, com o compromisso de divulgar a teoria marxista, leninista e stalinista. Dalcídio Jurandir, assíduo na *Voz Operária*, era admirador da revista *Problemas*, na qual escreveu um artigo qualificando-a, em 1948, como a única revista de fato pensante no período em questão, e também como um espaço em que era possível obter um curso de marxismo-leninismo⁶⁴. Segundo o literato, a meta da revista era preparar o leitor para lutar contra “as velhas coisas que pesam em nosso espírito e que são a ferrugem das velhas armas ideológicas do inimigo que devemos transferir para o museu”, construindo no presente uma nova maneira de compreensão da história⁶⁵.

A Revista *Problemas* tinha como subtítulo *Revista Mensal de Cultura Política*, porém com um entendimento do conceito “cultura política” diferente do que está sendo trabalhado neste estudo. A categoria cultura política foi sendo construída, como vimos em capítulo anterior, ao longo do século XX, por intelectuais de diversos ramos das ciências humanas, porém seus primeiros formuladores se inspiraram em autores como Alexis de Tocqueville, no livro *Democracia na América* (1935).

A ideia fundamental do texto é que a força da organização política norte-americana tinha relação com os hábitos e costumes do povo americano, povo já bem desenvolvido culturalmente, por isso mesmo suas instituições eram fortes. Ao longo do século XX, esta perspectiva foi desenvolvida por cientistas sociais, que elaboraram e desenvolveram o argumento de “que o funcionamento dos sistemas políticos dependia de fatores culturais”. Ou seja, em seus usos iniciais, o conceito partia da perspectiva de

⁶⁴ Rio de Janeiro. **Revista Problemas**, n°14, s/p, outubro de 1948.

⁶⁵ Com a finalidade de compreender o posicionamento político e literário de Dalcídio Jurandir no momento em que ele escrevia *Belém do Grão-Pará e Passagem dos Inocentes*, ou seja, entre o final de 1940 e o final de 1950, foram analisados os artigos do literato nos jornais *Voz Operária* (1949- 1953; 1958 e 1959), *Imprensa Popular* (1951-1959), disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; a *Revista Problemas* (1947-1956), disponível na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro; a *Revista Literatura* (1946-1948), disponível no acervo literário da Fundação Casa de Rui Barbosa; a *Revista Para Todos* (1956-1958), disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

que alguns povos possuíam cultura política por serem mais avançados culturalmente do que outros (MOTTA, 2014, p.15).

O Brasil seria, nos anos de 1940-1950, um povo com ausência de cultura política, logo seria necessário desenvolvê-la. Segundo Sá Motta (2014), foi essa a intenção do governo de Getúlio Vargas ao criar a revista *Cultura Política* durante o Estado Novo (1941-1945). Era preciso construir uma cultura política para a nação brasileira, uma vez que esta ainda vivia em um estágio infantil, sendo incapaz de se autogovernar. É interessante perceber que, com o fim do Estado Novo e da sua revista, é o Partido Comunista Brasileiro que se apropria do termo, ao adotá-lo como subtítulo da revista *Problemas* (1947-1956). A revista, com clara intenção de atuar na formação e disseminação de uma cultura política comunista no país, tinha o mesmo entendimento dos ideólogos do Estado Novo sobre a infantilidade do povo brasileiro em relação à cultura política.

Tanto na Revista *Problemas* como nos demais periódicos comunistas analisados neste estudo a partir dos artigos de Jurandir, fica evidente a tentativa de doutrinação das “massas”, forjando uma cultura política comunista junto ao que eles acreditavam ser um povo ainda inculto, com a perspectiva de salvá-lo do imperialismo *yankee* – no Brasil materializado nos governos Dutra-Vargas (1945-1954) – e da ignorância. Esse posicionamento do periódico se intensifica justamente a partir de 1948, quando o PCB procurou se adequar às diretrizes stalinistas de Stalin, e se mostra como resistência ao fato de o Partido Comunista Brasileiro ter sido posto na ilegalidade pelo governo Dutra, tendo seus parlamentares o mandato cassado em janeiro de 1948.

Ainda no ano de 1948, é importante mencionar, mais uma vez, o artigo de Dalcídio Jurandir em outra revista ligada ao Partido Comunista Brasileiro, a revista *Literatura*. O artigo que trata *Sobre o Centenário do Manifesto Comunista* e que foi escolhido como citação de abertura deste estudo merece destaque por nos colocar frente à compreensão de história de Jurandir, vinculada à ação humana no tempo presente.

Jurandir inicia o artigo destacando a força da leitura do *Manifesto Comunista* sobre ele. Leu várias vezes, mas só o compreendeu de fato quando se envolveu nas lutas do seu tempo, quando pôde vivenciar o que o Manifesto apontava e aceitou a

responsabilidade social na luta pela liberdade dos oprimidos. Sendo um documento que tem como característica principal impelir os homens à ação, só foi possível compreender a sua dimensão quando colocou em prática muito do que lá estava eternizado. Assim revela o escritor: “O Manifesto abriu-me o caminho da explicação que eu desejava e foi reconstruindo em mim uma confiança na vida e nos homens para uma atenta participação no meu tempo”.

Segundo o historiador marxista Eric Hobsbawm (2011), é muito difícil não se deixar envolver pela convicção na vitória do proletariado contida no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels em 1848, embora o panfleto tenha sido um documento escrito para um determinado e específico momento da história. Essa convicção na vitória do proletariado aparecia na obra a partir de frases breves, da força intelectual de Marx e Engels, e com uma estilística que Hobsbawm (2011, p.105) define como “assombrosa”. É escrito em frases “lapidares” que se transformaram em “aforismos inesquecíveis”, que se tornaram conhecidos além do mundo da política, como o citado por Jurandir: “Proletários de todos os países, uni-vos!”.

Marx e Engels, embora tivessem clareza que o *Manifesto* era um documento que buscava analisar um determinado momento da história e lembrassem isto aos leitores, facilitaram a sua publicação em 1848 com poucos esclarecimentos. A partir de 1880 o texto conquista o mundo, disseminado pela ascensão dos novos partidos operários, nos quais a influência marxista cresce bastante, apesar de nenhuma dessas organizações se denominarem “Partido Comunista” até a revolução russa de 1917.

O *Manifesto* foi lançado em 30 línguas e em centenas de edições, sendo sua maior área de influência a Europa, especialmente o “cinturão central”, que vai da França até a Rússia. O público-leitor do documento era, principalmente, os proletários filiados a partidos de esquerda, pelo menos até a revolução de 1917 na Rússia, com destaque para os que trabalhavam como tipógrafos, uma vez que tinham mais acesso às publicações. A partir da terceira internacional (1919-1943) passou-se a se esperar que todos os membros do partido compreendessem a teoria marxista e que os seus líderes fossem teóricos importantes como Lênin, uma vez que todas as decisões políticas passaram a

ser justificadas com base em análises marxistas de Marx, Engels, Lênin e Stalin (HOBSBAWM, 2011).

Com as definições da Terceira Internacional, a circulação do *Manifesto* cresceu bastante, tendo algumas edições baratas, como a inglesa de 1932, descrita como a maior edição de massa da história. O prestígio da obra cresceu além da ação política, uma vez que um importante país passou a se declarar representante da ideologia marxista. O texto passou a adquirir também uma importância científica, começando a figurar no currículo das universidades, que se expandiram intensamente após a Segunda Guerra Mundial, encontrando assim o marxismo um público bastante entusiasmado. É após a Segunda Guerra também que os países comunistas do Ocidente vão se fortalecer como nunca, já que a URSS termina a guerra como uma das duas grandes potências mundiais. No ano do centenário do *Manifesto Comunista* este era publicado por editoras comunistas ou de esquerda, em grandes tiragens, e também por editoras comerciais, inclusive no Brasil (HOBSBAWM, 2011).

No Brasil, as primeiras edições encontradas do *Manifesto* eram de editoras espanholas, sendo a primeira versão brasileira datada de 1924, realizada pela editora do Partido Comunista Brasileiro, com uma tiragem de apenas 2.000 exemplares. É só a partir dos anos de 1930-1940 que há uma intensificação das publicações marxistas, sendo importante notar que tal obra continuava a ser um documento de extrema importância, uma vez que muitos militantes apontavam a leitura do panfleto como um dos fatores de sua filiação ao Partido (SECCO, 2013).

Dalcídio Jurandir também foi tomado pelo *Manifesto*, mas não fez uma leitura determinista deste, como muitos militantes que seguiram a perspectiva de que o desenvolvimento do capitalismo geraria naturalmente um proletariado revolucionário que o derrubaria implementando uma sociedade comunista. O *Manifesto Comunista* para Jurandir era um recurso de esperança, que só podia ser compreendido à luz da ação nas lutas do seu tempo. Por isso, para o escritor, a maior contribuição do documento vinha da sua “norma de ação” e do seu “conceito ético”, fundamentais para a revolução socialista. Sem a ação humana, não haveria a revolução, uma vez que a “iluminação que vem do Manifesto” só é capaz de atingir as pessoas que o “lêem e estudam, que

participam do nosso tempo, os que vão ao encontro do povo”. E essa era a prática de Dalcídio Jurandir, na vida e nas letras. Se na essência do *Manifesto* estava a mudança histórica, ela só poderia se dar no tempo presente a partir da prática social, com uma ação coletiva, da qual participariam operários, camponeses e intelectuais⁶⁶.

Segundo Jurandir, as ideias marxistas no tempo presente são representadas pelo Partido de Lênin e Stalin, que assimilou e enriqueceu de maneira revolucionária a herança do pensamento humano, relacionando filosofia com ação, uma vez que converteu a política (ação) em pensamento científico (filosofia), abrindo possibilidade para que todos os ramos do conhecimento humano fossem valorizados e exercessem papel fundamental para a humanidade. Dessa maneira, o Partido, segundo Jurandir “a vanguarda da classe operária”, é o intérprete das ideias e das aspirações de toda humanidade, que tem por meta aumentar o seu poder sobre a natureza, com a finalidade de possibilitar a felicidade de todos⁶⁷.

A partir dos artigos veiculados na imprensa comunista brasileira, Dalcídio Jurandir reitera sua fé na força do Partido, buscando esclarecer as consciências por meio das ideias e das ações, uma vez que só o Partido era capaz de interpretar os verdadeiros anseios do povo ou da “massa” – termo bastante utilizado pelo escritor. Este posicionamento de Jurandir, possivelmente, está relacionado, como apontou Hobsbawm, com o fortalecimento do comunismo no pós-segunda guerra em nível mundial, embora o Partido Comunismo, mesmo no pós-guerra, não tenha se tornado um Partido de “massa” no Brasil, apesar do seu notório crescimento⁶⁸.

⁶⁶ **Imprensa Popular**, O Congresso, 7 de setembro de 1952. s/p.

⁶⁷ **Imprensa Popular**, O Congresso, 7 de setembro de 1952. s/p

⁶⁸ Segundo Moraes (1994, p. 132-133), o Partido Comunista Brasileiro surgiu como a grande novidade do pós-guerra no Brasil, beneficiado pelo carisma de Prestes e pelo prestígio adquirido pela URSS no conflito contra Hitler, ao lutar pelas democracias do mundo todo. A ideia de que o mundo poderia ser repensado em bases mais justas estimulou o ingresso em massa no Partido Comunista de intelectuais, operários e estudantes. Houve assim um grande crescimento do PCB, que, de três mil membros em abril de 1945, passou para cerca de duzentos mil em 1947. Prestes foi eleito senador pelo distrito federal, com 14 deputados na câmara, entre eles Jorge Amado, e em nível estadual o partido conseguiu eleger 46 deputados em 15 estados brasileiros, além de conquistar a maioria na câmara de vereadores do Rio de Janeiro e de outras cidades. Dessa forma passa a ser o quarto maior partido do país, perdendo para o PSD, UDN e PTB.

É importante notar também que todo esse discurso sobre a força e o crescimento do comunismo no mundo e no Brasil está relacionado com a linha editorial dos jornais ligados ao Partidão, os quais tinham por objetivo divulgar suas posições doutrinárias, e a “fé” no poder das ideias e da ação do Partido era uma delas. O jornal era um meio de agitação, propaganda e de formação de quadros para o Partido Comunista. Essa “fé” na URSS e no Partido Comunista, tão recorrente nos artigos de Dalcídio Jurandir, deu origem a um tipo de religião política que atraía devotos ardentes (MOTTA, 2011, p.23), e que, muitas vezes, foi um obstáculo a uma análise coerente das reais condições de uma revolução comunista no Brasil.

Esses “devotos ardentes”, como Dalcídio Jurandir, podem também ser definidos como os “revolucionários profissionais” de Lênin, que tinham um papel de liderança na revolução comunista e na hegemonia cultural do partido. O conceito de hegemonia cultural em Lênin incluía tanto o significado restrito de direção política da sociedade por uma classe, como um significado mais amplo, o de influência, ou seja, a ideia de uma classe que fosse capaz de alcançar seus objetivos a partir da ação que exercia na direção intelectual e moral da sociedade, e não apenas pelo uso da coerção. Porém, o que determinava de fato para o líder russo a opção por um dentre os dois significados a ser privilegiado na prática social para enfrentar as contingências políticas do momento eram as escolhas dos dirigentes bolcheviques. A vanguarda do partido saberia qual a linha que o partido deveria tomar: um uso prático restrito ou mais amplo do conceito de hegemonia (BIAGIO, 2010).

Lênin chegou a esse conceito a partir da análise da sociedade da Rússia no início do século XX. Segundo ele, a Rússia era um país atrasado culturalmente, baseado em relações agrárias, pré-modernas, em que não havia uma hegemonia cultural, diferente do que ocorria em outros países europeus. Por isso era necessário que o Partido Bolchevique, o partido do proletariado, interviesse para transformar essa sociedade ainda primitiva em uma sociedade civilizada, na qual explodiria a luta de classe e a hegemonia cultural das massas. Ou seja, era preciso que o Partido “inculcasse” de fora para dentro a “consciência” política num proletariado incapaz de se subtrair à influência

do “primitivismo” e do “asiatismo” e que combatesse os operários que lutassem apenas por ganhos econômicos para a sua classe (BIAGIO, 2010, p. 90-92).

Esta classe operária deveria ser educada por um “revolucionário profissional”, dotado de grande conhecimento intelectual a ser transmitido à classe operária a fim de promover a sua educação política; e também com capacidade de fazer alianças com outros estratos da sociedade, para possibilitar ao proletariado exercer seu papel de vanguarda e assim fosse reconhecido pelos outros setores sociais. Dessa maneira, o domínio do proletariado, intermediado pelo “revolucionário profissional”, não se daria apenas a partir da força, mas também a partir da política e da cultura, uma vez que os demais estratos sociais seriam convencidos de que tal classe seria capaz de guiar a luta por emancipação de toda a sociedade explorada. Certamente esse revolucionário profissional – vanguarda da vanguarda – deveria provir da elite culta da sociedade russa e combater a influência exercida em todos os outros estratos sociais da ideologia burguesa.

Possivelmente, Dalcídio Jurandir compartilhava dessas ideias e percebia-se, assim como o grupo do qual fazia parte – o grupo de intelectuais do Partido Comunista, com nomes como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Nelson Werneck de Castro, Astrogildo Pereira, Emílio Corrêra Guerra, Osvaldo Peralva, Diógenes Arruda, dentre outros – com a responsabilidade de operar como um facilitador junto ao povo das ideias de Marx e Lênin, para salvar as massas da confusão dos valores burgueses, valores sem moralidade, pois baseados apenas “no dinheiro e na guerra, onde a ciência e a arte eram apenas capricho de homens sórdidos, traficantes de ideias e assassinos do povo”⁶⁹.

Essas ideias e esses valores compartilhados faziam parte da cultura política comunista internacional no Brasil, que transcendeu os limites das organizações partidárias. A adesão ao comunismo não se restringiu à identidade ideológica ou à defesa dos interesses de uma classe, estendendo-se a fatores de ordem cultural, como sentimentos, identidades e valores. Segundo Motta (2011, p.18-19), na cultura partidária do PCB circulava um ditado popular sobre as motivações que levavam as pessoas a aderirem ao comunismo, que se resumiam em três: o cérebro, o estômago e o coração.

⁶⁹ JURANDIR, Dalcídio. **Imprensa Popular**, “O Congresso”, Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1952.

Tal ditado pode ser assim compreendido: alguns militantes aderiam ao Partido pela argumentação teórica e filosófica (cérebro), outros, devido às necessidades materiais, identificavam-se com o comunismo na esperança de verem sua situação se transformar (estômago), e havia os que eram tocados pela esquerda devido a sua sensibilidade em relação à causa dos excluídos (coração). Sendo assim, podemos compreender a adesão ao comunismo de Dalcídio Jurandir como uma junção dos três fatores, considerando a sua situação financeira, sua adesão à teoria marxista de maneira racional e sua sensibilidade com a causa dos excluídos sociais.

Sua sensibilidade com a causa dos excluídos sociais, porém, sobressai-se dentre os três fatores acima apontados, uma vez que esteve presente em todos os seus romances, mesmo que não se possa dizer que tenha aderido às normatizações da literatura russa de estética marxista-leninista, que ficou conhecida como Realismo Socialista nos anos de 1930. E é justamente esta sensibilidade que é compreendida como a chave da cultura política, ou seja, a influência de sentimentos, do imaginário, dos valores culturais, da identidade com o Outro. Há sim uma escolha racional, mas é preciso considerar em Jurandir que os elementos culturais explicam a força da sua adesão ao comunismo. Se ele escolheu, como dito acima, o caminho do comunismo influenciado pela combinação dos três fatores, há de se destacar a sensibilidade, ou o coração do romancista ao optar pela luta diária pela revolução mundial num país como o Brasil, com uma imensa massa de iletrados.

É possível perceber este posicionamento de Dalcídio Jurandir no artigo a seguir, sobre a caridade de senhoras e do governo da cidade do Rio de Janeiro, motivada pela celebração do Natal de 1952:

Nestes últimos dias, para festejar o Natal, senhoras e o governo resolveram entregar algumas esmolas a uma multidão de meninos, mães, velhas e desempregados. A primeira fila que vimos, no Leblon, parecia caminhar sobre o nosso próprio coração. Doía-nos ver irmãos brasileiros naquela condição de miséria, tristeza e orfandade. Doía-nos vê-los submetidos a tamanha humilhação. As mães com a saia suja, despenteadas, suarentas e tristes, o rosto magro e pálido, mal continham as crianças descalças e maltrapilhas que esperavam a demorada e ridícula migalha [...] E a velha fome deixava a sua marca naquelas faces ardidas, suadas, comidas pelo sofrimento. Trabalhos de casa, esperas de salário, moléstia, falta de remédio, crianças morrendo, meninos na rua vendendo amendoim ou tomando o caminho da perdição – quantas consumações para uma mãe, quantas

agonias na família! Toda uma favela ali na forma de gente, vozes, gestos, prantos das crianças sem leite, barulho dos meninos impacientes e queixas, esperanças esmagadas daquelas mulheres submetidas a uma fila que nos envergonhava, porque era o nosso povo, éramos nós brasileiros pisados, ultrajados e humilhados⁷⁰.

O comunismo com o qual Dalcídio Jurandir se identifica é aquele que tem como modelo a revolução bolchevique de 1917, a liderança de Lênin, e que constituiu a base da cultura política comunista do século XX, mesmo que tenham surgido no decorrer dos anos de 1950/1960 disputas e críticas em relação aos rumos da URSS, especialmente sob a direção de Josef Stalin. Embora originária do socialismo científico de Marx surgido no século XIX, a revolução mundial de 1917⁷¹ permitiu a constituição de uma nova tradição comunista.

No Brasil, essa cultura política comunista inspirou a formação do PCB e seus militantes, muito dos quais eram intelectuais como Jurandir, que se percebiam como os melhores intérpretes do comunismo no país e dos anseios da “massa” miserável. Essa miséria era causada, como aponta o escritor no artigo acima, por um governo corrupto e por uma elite envolvida com o capital norte-americano, gerando um país com imensas

⁷⁰ JURANDIR, Dalcídio. Por Esta Razão, Grande Prestes. **A Voz Operária**, 03 de janeiro de 1953, p.2.

⁷¹É Hobsbawm (1994) quem define a Revolução Russa como Revolução Mundial, uma vez que deu ao mundo uma possibilidade de sociedade alternativa à sociedade capitalista, além de influenciar os movimentos revolucionários e de libertação no século XX (como a descolonização africana), a formação da esquerda moderna. Também proporcionou a possibilidade de modificar a própria cara do capitalismo, que passou a aceitar partidos que não eram tão radicais como os bolcheviques, assim como incentivou reformas no próprio sistema capitalista com o objetivo de evitar a revolução. Justamente por ter sido tão fundamental para o século XX, o tempo de vida nascido com o Estado soviético após a revolução coincide com o tempo do “breve século XX”. Após a Revolução Mundial de Outubro, a política internacional passou a ser entendida como uma luta entre a velha ordem capitalista e a nova ordem nascida das entranhas da revolução social que seria levada a cabo pela URSS e pelo comunismo internacional. Além de todos esses motivos, os revolucionários russos e os comunistas do mundo todo viam esta revolução como um acontecimento muito mais ecumênico do que nacional. Para Lênin e os camaradas bolcheviques, por exemplo, a Revolução havia sido feita com a finalidade da emancipação mundial dos povos de todo o mundo e não apenas do povo russo. Esse projeto de emancipação mundial, segundo Raymond Williams (2013), foi a grande herança da revolução russa de 1917, porém foi também a sua grande tragédia, já que não apenas na Rússia, mas em qualquer processo emancipatório, o terror se faz necessário (como aconteceu durante a Revolução Francesa). Mas isto não significa dizer que o terror tivesse que, necessariamente, se institucionalizar, como ocorreu com na época de Stalin, apenas que, nos anos de 1920, ele era necessário para que a nova ordem social fosse implantada. Hobsbawm também corrobora esta perspectiva e afirma que o governo bolchevique só sobreviveu à paz punitiva com a Alemanha em Brest-Litowsk e à guerra civil, derrotando o Exército branco, justamente porque tinha um instrumento único de poder, o Partido Comunista, centralizado e disciplinado, e que não se intimidava em praticar o terror com a finalidade de construir a nova ordem social.

filas de “desgraçados” que se amontoavam em “pau de araras”, nas estações de metrô, nos trens, nos porões dos navios, lutando por um trabalho, por uma oportunidade, “um pão, uma gota de leite para as crianças esqueléticas”. Contra o que Jurandir chama de “secular martírio do povo brasileiro”, ele propunha junto com o seu partido uma nova sociedade na qual haveria a superação da miséria material e intelectual.

É possível perceber alguns dos traços da cultura política comunista internacional apontada por Motta (2011, p.21-28) nos artigos que Dalcídio Jurandir escrevia na *Imprensa Comunista*. O principal deles é, obviamente, a convicção filosófica marxista como a base de seus valores, suas crenças e representações, principalmente a crença na razão, na ciência e no progresso. Esses seriam os fundamentos para a construção de uma sociedade socialista, em que os homens seriam libertados das forças do atraso e da exploração, superando a miséria e a ignorância, surgindo assim um novo homem.

Outro traço importante dessa cultura política comunista internacional é a defesa da União Soviética como o embrião da futura organização social da humanidade. Para Dalcídio Jurandir, se a França, até o final do século XIX, era o local onde os liberais, patriotas e republicanos brasileiros iam buscar inspiração para as lutas de seu tempo – como abolição e a república –, ratificando os ideais progressistas de liberdade, igualdade e fraternidade; no século XX, os ideais progressistas vinham da URSS⁷².

Os que professavam as ideias russas, segundo o escritor, estavam à frente das grandes lutas patrióticas pela independência da nação brasileira do imperialismo *yankee* – a luta contra o imperialismo norte-americano é outro traço da cultura política internacional recorrente nos artigos de Dalcídio Jurandir –, pelo bem-estar do povo, pelo progresso e pela cultura. Para ele, os que se posicionavam contra a URSS se “transformaram em lacaios dos imperialistas estrangeiros”, e no Brasil eles eram, em 1952, os ministros de Vargas, os industriais, os fazendeiros, os donos dos grandes jornais que eram seguidos por “um bando de achacadores, defalquistas, policiais, negociatas oficiais e diplomatas”. Todos estes, no Brasil, eram responsáveis pelos defalques, pelas negociatas, apropriações indevidas, ou seja, eram todos

⁷² JURANDIR, Dalcídio. Sois Contra ou a Favor da União Soviética. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1952. s/p.

comprovadamente corruptos e “inimigos do povo”. Esta ideia de “inimigos do povo” é também outra apropriação da cultura política comunista internacional, encontrada recorrentemente em Jurandir.

O que seria a defesa do “internacionalismo” segundo a cultura política comunista, em oposição ao ideário nacionalista, considerado típico da sociedade burguesa, pois significa a superioridade de uma nação sobre a outra, no artigo de Jurandir transforma-se em uma apropriação nacionalista, em um nacionalismo no sentido de se lutar pelos interesses do Brasil contra o imperialismo norte-americano. O autor constrói um sentido próprio para a defesa do internacionalismo e da URSS aliado ao que ele entende como nacionalismo brasileiro, uma vez que, segundo ele, todos os que atuavam contra o Brasil – e ele cita Dutra, Vargas, o ex-ministro Correa e Castro, o ministro das relações exteriores que assinou o rompimento das relações diplomáticas com a URSS, Raul Fernandes, além dos já citados empresários e fazendeiros – eram corruptos e entreguistas, dilapidadores do bem comum e, ao mesmo tempo, inimigos da URSS, professando diariamente um anticomunismo exacerbado. São também eles: “O Bouças, todos os testas de ferro das companhias estrangeiras, e os Robertos Marinhos, os Châteaubriands, Bittencourds, Wainess, Lacerdas”.

Dessa forma, os que estavam ao lado da URSS também estavam ao lado do Brasil, da defesa da nação, da paz, da liberdade e da democracia, ou seja, estavam ao lado do socialismo, eram coerentes com a época em que viviam, a “época de Lênin e Stalin”. Conciliando o que parecia inconciliável, Jurandir nos coloca que lutar pela URSS era lutar pelo Brasil, defender a época do socialismo era defender Lênin e Stalin, e aqui mais uma característica da cultura política comunista internacional: o culto dos heróis da causa comunista. Nos artigos de Jurandir, Stalin, muito mais do que o líder da revolução bolchevique, Lênin, é a grande referência de construto do socialismo no século XX, e é também o modelo de revolucionário e de estadista a ser seguido.

Este posicionamento do escritor faz parte das transformações ocorridas no Partido Comunista após a Segunda Guerra Mundial, estando relacionado com o crescimento e fortalecimento do comunismo e das ideias marxistas-leninistas no mundo, e com a famosa *stalinização* das diretrizes do Partido segundo os desígnios do camarada

máximo, o que vai reverberar no PCB, nos intelectuais filiados ao Partido e na cultural política comunista internacional. Em 1948, Dalcídio Jurandir escreveu uma pequena biografia de Stalin dedicada às massas camponesas, com edição da editorial Vitória, maior editora comunista em atividade no Brasil à época.

No jornal *Voz Operária*⁷³, em artigo dedicado a divulgar a comemoração do aniversário de Stalin pelos intelectuais brasileiros, o articulista destaca, dentre nomes como Candido Portinari, Clovis Graciano, Carlos Scliar, Jorge Madaur, Osvaldino Marques, Rossini Camargo Guarnieri, Aydano do Couto Ferraz e Carréra Guerra, o escritor do Norte, Dalcídio Jurandir, parabenizando-o pela iniciativa de escrever uma obra com a intenção de divulgar e popularizar a vida e produção de Stalin. E assim descreve o texto de Jurandir:

Um trabalho em linguagem simples, de grande força poética, que contribuirá bastante para esclarecer as massas camponesas, através da vida do maior dirigente mundial da classe operária, sobre o caminho de lutas que têm que seguir para a sua libertação da exploração feudal. Este é um exemplo digno de ser tomado por outros intelectuais progressistas, que desejam dias de paz, liberdade e progresso para o nosso povo.

É importante apontar também que a cultura política comunista internacional teve muitos de seus elementos adaptados e reinterpretados pelos comunistas brasileiros. Não só no discurso de Dalcídio Jurandir, mas também nos artigos de intelectuais e militantes que escreviam nos periódicos da imprensa comunista, é possível perceber que temas como a indisposição com a Igreja Católica e a libertação feminina eram raramente tratados. Nos poucos casos em que encontramos referências de Dalcídio Jurandir sobre os temas, eram compreendidos a partir de um dos traços mais marcantes da cultura política brasileira, a conciliação, da mesma maneira como o escritor articulou o internacionalismo e a defesa a todo custo da URSS com a defesa nacionalista do Brasil.

Sabemos que após a Revolução bolchevique o Estado Soviético legalizou o direito das mulheres ao aborto e ao divórcio e as estimulou a trabalhar e a estudar, com o propósito de que gozassem de mais autonomia. Além disso, houve investimento em creches e cozinhas coletivas com a finalidade de libertá-las do serviço doméstico

⁷³ **Voz Operária**, “Os intelectuais brasileiros e o aniversário de Stalin”, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1949, s/p.

(MOTTA, 2002). Se para os anticomunistas brasileiros isso significa a destruição da família, uma vez que o esteio da família burguesa era a mulher “do lar”, para o PCB a libertação feminina desta condição era uma pauta que deveria ser debatida com urgência, mas com cuidado.

Em 1956 houve uma Conferência nacional do PCB para tratar especificamente dos problemas da condição de submissão feminina no Brasil. Temas como a prostituição e o comércio de meninas semiescravidadas que vinham do interior para as cidades “doadas” pelos pais para serem “criadas” por famílias de classe média foram colocados na pauta de discussão. A conclusão da Conferência foi resumida, no artigo de Jurandir, por um informe de Prestes, que apontava a urgência em se tratar a condição feminina no país. Dizia o informe:

A situação da mulher brasileira é de terrível atraso. Milhões de mulheres são mantidas no analfabetismo e privadas dos mais elementares direitos políticos, não podem votar nem ser votadas. Pesam sobre a mulher discriminações econômicas, políticas, sociais e jurídicas, preconceitos e costumes bárbaros que levam a considerá-las como um ser inferior⁷⁴.

Para Jurandir era urgente mudar a perspectiva em relação à mulher, porém isso só ocorreria com uma mudança cultural completa, com a constituição de um novo homem, em um novo regime político e econômico. No Brasil dos anos de 1950, diz o escritor, os homens e as mulheres haviam naturalizado ideias como “mulher é o sexo frágil”, “mulher não nasceu para a política”, “mulher é a rainha do lar”, “mulher nasceu apenas para procriar”. Essas ideias foram naturalizadas devido ao sistema econômico e cultural do qual fazíamos parte, que disseminou a cultura patriarcal, transformando as pessoas em “ignorantes”, “medrosos” e “supersticiosos”.

Política, para Dalcídio Jurandir, é sim coisa de mulher, uma vez que esta fazia política todos os dias em vários momentos do seu cotidiano: na relação com o sexo oposto, na feira, na escola dos filhos, nos hospitais, na luta contra a carestia da vida, etc. Era dever do Partido Comunista apoiar as mulheres para que outro caminho fosse lhes possibilitado, visão bem diferente da perspectiva presente nas caricaturas impostas pelos anticomunistas sobre aquelas que se envolvem em política.

⁷⁴ JURANDIR, Dalcídio. Política e Mulher. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1956.

Segundo Jurandir, os anticomunistas apontavam que as mulheres que se envolviam em política eram “comunistas” “estranhas às demais, viragos, monstros sectários, independentes, que com um compendio debaixo do braço, uma briga com a polícia e um cigarro na boca, se supõem líderes de massa”. Porém, essa visão caricaturada da mulher que se envolvia em política não era a proposta do Partido Comunista Brasileiro. Adaptando o discurso à realidade de um país católico e patriarcal, o escritor descreve o que seria a proposta da política do PCB para as mulheres do Brasil: “Vida simples, igual as demais, pouco preocupada em ser heroína e mártir, naturalmente empenhada em servir como irmã, mãe, esposa, noiva e amiga, a uma causa que lhe desperta o coração e liberta a inteligência⁷⁵”.

Esse foi o único artigo de Dalcídio Jurandir encontrado na imprensa comunista no qual ele falava especificamente da situação feminina. Se o escritor denuncia a situação de opressão em que as mulheres vivem no Brasil, de maneira bastante incisiva, não faz da mesma maneira ao propor uma nova perspectiva para esta mulher liberta do jugo da opressão patriarcal. De maneira vaga e imprecisa fala em uma mulher empenhada em uma “outra causa”, além do seu papel habitual de “irmã, esposa, noiva, mãe e amiga”. As conquistas sociais obtidas pelas mulheres comunistas da URSS não são mencionadas, muito menos o caminho que os comunistas brasileiros seguiriam para solucionar o que Jurandir assim denomina: “atraso de milhões, e que atraso secular, valha-nos Deus!”.

A referência a Deus e a não discussão de temas como aborto e divórcio são estratégias típicas do caminho encontrado pelos comunistas brasileiros para dissociar sua imagem do ateísmo e da “destruição da família”. O comunismo foi o maior inimigo da Igreja Católica no século XX, devido ao medo que a instituição tinha de que a doutrina ateia conquistasse os trabalhadores do mundo todo, também pelo fato desta questionar os fundamentos básicos do catolicismo, uma vez que o comunismo não era apenas um programa de revolução social e econômica, mas também um sistema de crenças que fazia concorrência com a religião, já que era uma alternativa para explicar o mundo, propondo uma nova moral, a moral do homem socialista (MOTTA, p.20).

⁷⁵ JURANDIR, Dalcídio. Política e Mulher. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1956.

Essa doutrina comunista, segundo Motta (2002, p.21-23), opunha-se aos postulados básicos da Igreja católica: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a violenta luta de classe em oposição ao amor e à caridade; pretendia substituir a moral cristã e destruir a família; defendia a igualdade absoluta contra a hierarquia e a ordem embasadas em Deus. Se o comunismo triunfasse no mundo, a Igreja necessariamente seria destruída.

Quando se deu a revolução bolchevique na Rússia, o medo se intensificou assim como a disposição da Igreja em pregar contra o comunismo. Os bolcheviques, alegando que os católicos estavam praticando atos contrarrevolucionários, passaram a perseguir a instituição, executando vários religiosos, fechando os templos, buscando eliminar a influência da religião na Rússia.

A resposta da Igreja mais enfática contra o comunismo veio em 1937, com a Encíclica Papal editada pelo Papa Pio XI. A encíclica enfatizou o combate contra os comunistas, vistos como os grandes inimigos da fé cristã. Contra os maus, isto é, os identificados com o pensamento de Marx e com a experiência russa, deveriam se unir os bons, os cristãos do mundo todo, uma vez que aqueles tinham por objetivo exterminar a comunidade cristã. A partir de então, o posicionamento anticomunista da Igreja Católica vai ser um dos vetores mais importante da disseminação de equívocos sobre a experiência soviética e sobre a doutrina comunista.

No Brasil veremos várias manifestações para preservar a Igreja de uma infiltração comunista, inclusive vários líderes desta vão escrever obras anticomunistas e terão colunas na grande imprensa para difundir o que seria este “comunismo ateu”. Em contrapartida, o PCB, que como vimos vai ter um relativo crescimento após 1945, manterá uma estratégia de dissociar a sua imagem do ateísmo, buscando conciliar o que parecia irreconciliável para a cultura comunista internacional, comunismo e catolicismo. Esta é uma das peculiaridades do comunismo brasileiro. Como as questões sobre o comportamento feminino estão indissociáveis do catolicismo, já que para a Igreja a mulher é o alicerce da família, é compreensível o fato de que Jurandir não tenha debatido temas polêmicos como divórcio, aborto, igualdade de oportunidade no trabalho e a liberdade em relação às convenções da família burguesa e da religião católica.

Um dos raros artigos em que Jurandir trata sobre religião é intitulado “Carta a Uma Católica Militante⁷⁶” – esta possivelmente endereçada a sua amiga Divina, de Goiás, pois encontramos algumas cartas e anotações manuscritas do escritor⁷⁷ com o mesmo teor referindo-se a ela, discutindo a impossibilidade da amizade entre os dois devido ao fato de o literato ser um militante comunista e ela uma militante católica. O autor inicia o artigo com uma afirmativa da militante católica: “O teu Partido é contra a minha fé. Estamos em campos opostos”. A partir desta máxima Dalcídio Jurandir vai se empenhar em desconstruir a oposição entre a fé católica e o programa do Partido Comunista Brasileiro, inclusive apontando que, embora este tenha como filosofia o marxismo-leninismo, não é necessário aderi-la para apoiá-lo.

Sobre a ideia de que filosoficamente uma militante católica, idealista, jamais concordaria com um militante comunista nas discussões sobre a existência ou não de Deus, Jurandir argumenta que no tempo em que vivem existem discussões mais urgentes nas quais eles deveriam empregar seu esforço e seu tempo, sem que as convicções filosóficas fossem sacrificadas. É exatamente por isso que o Programa do Partido Comunista Brasileiro não ataca a atividade religiosa, nem mesmo a coloca como questão central, muito pelo contrário, o Programa é a favor da liberdade de todos os cultos. Comunistas e católicos militantes como eles dois deveriam ser amigos, pois estavam do mesmo lado no campo da política, uma vez que ambos se preocupavam com as desigualdades sociais brasileiras, com a necessidade de transformações democráticas e progressistas na estrutura econômica e social do país, não defendendo interesses pessoais escusos, mas sim da maioria.

O literato esclarece que os comunistas militantes como ele tinham alguns inimigos, mas estes inimigos eram bem diferentes dela e da sua fé católica: “você não tem latifúndios, não faz parte de grupos econômicos norte-americanos, não participa dos

⁷⁶ O documento encontra-se no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, Pasta 3, Subsérie DJ Político, apenas com a data: Rio de Janeiro, 18 de março de 1954. Não consta em que jornal foi publicado.

⁷⁷ Cartas e referências manuscritas à Divina foram encontradas no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, nos Documentos Pessoais, código DJ Pi 50.

roubos e escândalos do governo”. Dessa forma, no Brasil, segundo Dalcídio, os inimigos dos comunistas eram os mesmos inimigos da pátria, ou seja, os latifundiários, os grandes grupos econômicos, o imperialismo norte-americano, o governo corrupto de Vargas. Os católicos, embora lutassem com um distintivo diferente daquele dos comunistas, poderiam ser companheiros na luta por um país menos desigual. Era preciso apenas que tivessem coragem para problematizar as questões sociais e para ver além do que lhes era mostrado⁷⁸. E assim Jurandir concilia os comunistas e os católicos no Brasil dos anos de 1950, transformando em algo positivo as suas divergências no campo filosófico:

Eu, com meu distintivo da foice e do martelo e você, com a sua cruz, podemos juntos lutar amplamente pela independência de nossa pátria. Quando passamos ao campo prático da luta política, quando examinamos mil e um problemas que formam o conjunto da grande e sagrada questão nacional para o Brasil, vemos que as nossas divergências se apagaram. No campo ideológico, podemos discutir, você, por seu caráter, sua formação, tudo fará para defender a sua fé, eu, tudo farei para defender as minhas ideias, com o calor e a intransigência de minha convicção. Isto é bom para que nos conheçamos, tornando nítido aquilo que pode nos separar e mais nítido e profundo aquilo que pode nos unir. Você, católica essencialmente honesta, e eu comunista, chegamos à mesma conclusão de que o regime atual brasileiro deve mudar, que os grupos dominantes são um bando de traidores e desavergonhados e que o Deus deles não pode ser o Deus a que você consagra a sua fé e a sua vida de militante.

O personalismo – a construção de uma forte identificação da nação muito mais com um líder do que com um projeto político e com as instituições políticas –, outra característica da cultura política brasileira, também foi uma característica específica dos nossos comunistas. O comunismo no Brasil passou a ter uma relativa expressão popular quando encontrou o seu líder forte e carismático, Luís Carlos Prestes, o “cavaleiro da esperança”, imagem que segundo Motta (2011, p. 30) transcendeu o próprio Partido. O mito de Prestes vai apelar aos sentimentos de muitos, inclusive de Jurandir, mobilizando imagens como o “mártir”, o “homem abnegado⁷⁹”, “a perfeita pureza”, “a palavra que

⁷⁸ Em uma das cartas à Divina, Jurandir sugere que ela planejasse um “pequeno curso individual de história”, mas não de história oficial, dos “compêndios”, que priorizavam os grandes acontecimentos e as datas, mas a nova história, a história interpretada. Carta encontrada no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, nos Documentos Pessoais, código DJ Pi 50.

⁷⁹ JURANDIR, Dalcídio. O Sonho, o Cavaleiro e A Marcha de sua Coluna. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1954.

nunca mentiu”, “o juramento que nunca foi traído⁸⁰”, “O grande patriota brasileiro”, “a estrela que clareou o Brasil⁸¹”. Essa é a razão dos diversos artigos de Dalcídio Jurandir e dos demais militantes comunistas sobre Prestes, e da força da palavra do “cavaleiro da esperança” no Partido Comunista Brasileiro. Segundo Jurandir:

É longo o secular martírio do povo, as diárias e incontáveis aflições que escutamos em nosso coração e crescem e rompem em luta, em raiva e revolta porque há um limite para essa dor, um ponto final para essa miséria, um caminho para tudo isso se transformar em esperança. E quando pronunciamos a palavra esperança, logo nos vem o teu nome, Cavaleiro⁸².

Nos artigos de Dalcídio Jurandir, veiculados na imprensa comunista, Prestes é saudado como “o Cavaleiro”, um mártir que suportou as piores provações que um militante poderia suportar. Segundo o escritor, Prestes foi perseguido, julgado, condenado a dez anos de prisão, teve a esposa assassinada, foi separado de sua filha, teve seus companheiros torturados, mas suportou tudo sem negar quem era e muito menos a filiação ideológica ao Partido Comunista.

Dessa forma, Prestes se torna uma espécie de santo onipresente cultuado por muitos devotos. Tais devotos, a partir de suas palavras e ações, despertam do jugo capitalista, apesar de toda a campanha midiática para denegrir a imagem do “Cavaleiro da esperança”, e assim rezam por Prestes: “A toda hora, um trabalhador, que desperta da ilusão e vê a sua miséria crescendo, exclama: Sim, Prestes é quem tem razão⁸³”. Ele é considerado um santo que anima os militantes comunistas nas horas mais difíceis e incertas da batalha contra o sistema capitalista, nos momentos em que “as inquietudes pessoais teimam em desanimá-los” da batalha mais importante de suas vidas, é nele e no seu exemplo que os militantes pensam. O exemplo de Prestes não os deixa desanimar,

⁸⁰ JURANDIR, Dalcídio. Por Esta Razão, Grande Prestes. **A Voz Operária**, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1953, p.2.

⁸¹ JURANDIR, Dalcídio. Saudamos de coração a Prestes. **A Voz Operária**, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1953.

⁸² JURANDIR, Dalcídio. Por Esta Razão, Grande Prestes. **A Voz Operária**, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1953, p. 2.

⁸³ JURANDIR, Dalcídio. Por Esta Razão, Grande Prestes. **A Voz Operária**, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1953, p. 2.

está sempre presente, mesmo que ele esteja ausente, e renovava a fé pelo Brasil. E como em uma oração, Jurandir finaliza o artigo, com fervor e devoção:

Por ondes estejas, onde vás, pesando e lutando, sempre presente cavaleiro, sempre presente onde haja uma luta e uma casa pobre, à tua volta está o que há de mais puro e humano de nosso povo, comandante⁸⁴!

A partir de 1947, a política do Partido Comunista Brasileiro que primou pela frente ampla, ou seja, por uma coligação com as correntes liberais e progressistas, vai modificar-se devido à nova conjuntura mundial da Guerra fria. Em nível internacional há a militarização da sociedade russa por Stalin e a separação dos dois mundos pela cortina de ferro. A primeira manifestação da Guerra fria pelo lado soviético ocorreu com a criação do Kominform, o Escritório de Informações dos Partidos Comunistas, que sucedeu a Internacional Comunista. No informe dos PCs europeus, Andrei Zhdanov vai afirmar que o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos e irreconciliáveis, o imperialista e antidemocrático, liderado pelos EUA, e o anti-imperialista e democrático, liderado pela URSS e pelo camarada Stalin (MORAES, 1994, p.120).

Josef Stalin sempre defendeu um partido único, que deveria ser construído como uma fortaleza, e suas portas só se abriam aos que fossem dignos de militar no Partido. A escalada de Stalin a ditador caminha junto e faz parte do mesmo movimento histórico que transforma o Partido Comunista da União Soviética em intérprete da vontade coletiva da nação. O Partido deveria, então, se apoiar em uma teoria social que traduzisse completamente as necessidades da vida material do povo e que fosse capaz de mobilizar as grandes massas populares e de organizá-las no Partido Comunista. Este partido único, hierárquico e autoritário, monopolizava o poder do Estado, operando uma economia central e impondo, oficialmente, uma única ideologia aos habitantes da URSS, o marxismo-leninismo (HOBSBAWM, 1998, p, 366-367).

No Brasil, o crescimento do Partido Comunista nas urnas após a redemocratização de 1945 vai agravar as tensões de uma sociedade com uma elite política extremamente anticomunista. Alegando que o partido tinha vínculos orgânicos com o movimento

⁸⁴ JURANDIR, Dalcídio. Por Esta Razão, Grande Prestes. **A Voz Operária**, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1953, p. 2.

comunista internacional, o governo de Dutra instaura em 1947 um processo no TSE para suspender o registro do Partido Comunista Brasileiro. A cassação é aprovada e o partido é posto na ilegalidade, junto com os órgãos e a imprensa comunista. Em janeiro de 1948 seus parlamentares são sumariamente cassados. É o momento em que o Partido abandona totalmente a política da frente democrática, radicalizando seu discurso, e pregando a luta armada pela deposição do governo Dutra. Essa guinada à esquerda, como vimos, é acompanhada do endurecimento político da URSS. É o momento da instalação da dependência teórica e política do Partido Comunista Brasileiro ao Partido Comunista da URSS (MORAES, 1994, p.134-135).

É no famoso “Manifesto de agosto de 1950”, escrito por Luís Carlos Prestes, que os integrantes do Partido Comunista Brasileiro, obedecendo às novas diretrizes do comunismo internacional e estando revoltados com a postura do governo brasileiro de alinhamento ao bloco capitalista mundial, passaram a pregar a luta armada, que deveria ser empreendida por um exército popular de libertação nacional; a nacionalização dos bancos, dos serviços públicos e das empresas industriais e comerciais monopolistas; além do confisco dos latifúndios sem indenização. No documento, acreditava-se que a maioria esmagadora da nação brasileira concordaria com um programa que sintetizava “as aspirações que eram de todos” e que oferecia a todos os cidadãos os “verdadeiros democratas e patriotas”, uma perspectiva de liberdade, de paz, de independência e de progresso para o Brasil⁸⁵.

Este Manifesto foi saudado por Dalcídio Jurandir um ano depois, em 1951⁸⁶, em um artigo do periódico *Imprensa Popular*, no qual o escritor afirmava que chegaria o dia em que agosto passaria a ser conhecido como “o mês do manifesto”, e não mais como o “mês do desgosto”, como no dito popular, uma vez que no manifesto podíamos compreender a inevitabilidade do processo histórico brasileiro que se daria a partir da revolução comunista que implantaria no Brasil um governo democrático e popular sob a

⁸⁵ PRESTES, Luís Carlos. “Manifesto de agosto de 1950”. Citado por MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado – imprensa comunista e realismo socialista no Brasil (1947-1953)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p.135.

⁸⁶ JURANDIR, Dalcídio. **Imprensa Popular**, “Data do Manifesto”, Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1951, s/p.

direção do proletariado. Porém, isso só seria possível graças à ação, no tempo presente, dele e dos seus companheiros de partido, que, diariamente estavam envolvidos com o trabalho junto às classes populares para explicar as diretrizes adotadas pelo partido com “confiança”, “paciência” e “dedicação”. Aliás, segundo Jurandir, esses três ingredientes eram indispensáveis para o militante comunista, haja vista que não era fácil o trabalho junto ao povo, deixando subentendida a dificuldade em “incutir” nas “massas” incultas a cultura política comunista⁸⁷.

Dessa maneira, os periódicos *Voz Operária* e *Imprensa Popular* vão seguir as proposições radicalizadas do Manifesto de Agosto redigido por Prestes, e da cultura política stalinista, assumindo o compromisso de ajudar os oprimidos a se libertarem da miséria, da ignorância, da sujeição ao imperialismo norte-americano, da possibilidade de uma guerra, e na luta contra os “inimigos do povo” brasileiro, corruptos, que praticavam diária e impunemente crimes contra o povo.

A queda dos banqueiros a fazendeiros, a expulsão dos gringos [...], a defesa da paz, a direção da classe operária. Esse o único e inevitável caminho. Fora dele é Getúlio, isto é, mais miséria e mais dor [...] Fora desse caminho é Getúlio que continuou Dutra e este por sua vez já havia continuado Getúlio, e Getúlio em 15 anos não fizera mais do que seguir os demais governos, sempre contra o povo⁸⁸.

Dalcídio Jurandir⁸⁹ escreve no jornal *Imprensa Popular* que sem a influência do PCB também a arte literária do Brasil não poderia mais florescer. Era preciso que tivessem “lutas, heróis, mártires, ideias, sentimentos”, pois só desta maneira seria possível a criação de grandes obras literárias, assim como a atualização e a defesa de nossa cultura. Jurandir viaja para a União Soviética no mesmo ano em que escreve este e vários outros artigos, junto com uma delegação brasileira de escritores e partidários do comunismo, entre eles Graciliano Ramos e Moacir Werneck de Castro, com a finalidade de conhecer de perto a realidade do mundo socialista.

⁸⁷ Em vários artigos jornalísticos podemos perceber que Dalcídio Jurandir optava por reportagens jornalísticas que lhe possibilitavam ir ao encontro do povo, como nos morros do Rio de Janeiro, e da classe operária do Rio Grande do Sul, tanto como repórter da *Imprensa Popular* como da *Voz Operária*.

⁸⁸ JURANDIR, Dalcídio. **Imprensa Popular**, “Data do Manifesto”, Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1951, s/p.

⁸⁹ JURANDIR, Dalcídio. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 25 de março de 1952, s/p.

Logo, inferimos que a necessária “a atualização e defesa de nossa cultura” apontada pelo jornalista Dalcídio Jurandir refere-se aos padrões de desenvolvimento social e cultural que encontrou na cidade de Moscou. Tão impressionado ficou que escreveu um diário de viagem para registrar sua passagem pelo que chamava de “novo mundo”, que incluiu, além de Moscou, Amsterdam, Praga, Varsóvia, Minsk. Para Dalcídio Jurandir, neste novo mundo, os elementos que representavam a exploração do homem pelo homem haviam desaparecido. Eram eles:

Meretrício, as *boites* da elite, os grupos exploradores e esbanjadores de luxo, a requintada camada do desperdício e do parasitismo, a imprensa sensacionalista e corrompida, os bancos e os escritórios da especulação, a loteria, os sem-trabalho, os analfabetos, a ausência de escolas, hospitais, os bairros da miséria e da fome, o contraste vergonhoso entre a riqueza e a miséria, o artifício das vitrines capitalistas sobre as chagas da necessidade e da luta pela vida de milhões [...] ⁹⁰

Vale destacar, dessa maneira, a posição contrária e de ataque do PCB, a partir dos periódicos comunistas, ao governo de Getúlio Vargas (1950-1954) que sucedeu Dutra, não funcionando o argumento de que Vargas demonstrava maiores preocupações com o social neste segundo governo, e um destacado interesse de cunho nacionalista, como a defesa do petróleo. Ele era materialização dos interesses *yankees* no Brasil, não apresentando diferença em relação ao governo de Dutra. Moraes (1994, p. 64) chama a atenção para o dia do suicídio do presidente, 24 de agosto de 1954, quando a *Imprensa Popular* estampou a manchete “abaixo ao governo de traição nacional de Vargas”. O tom da imprensa comunista se modifica, porém, após as imensas manifestações populares de comoção com o suicídio do presidente, passando a exaltar suas virtudes nacionalistas.

Durante os anos de 1950, como repórter da *Imprensa Popular*, Dalcídio Jurandir viaja também para o Rio Grande do Sul, onde fez pesquisas sobre o movimento operário do porto do Rio Grande que serviu como fonte para o seu livro *Linha do Parque*, escrito

⁹⁰ Os organizadores do livro *Dalcídio Jurandir – romancista da Amazônia* atribuíram às anotações de Dalcídio sobre a sua viagem a URSS em 1952 o título de Diário de Moscou. O diário completo, também com esse título, datilografado pelo escritor (há apenas 4 laudas manuscritas), encontra-se na Fundação Casa de Rui Barbosa, no acervo Dalcídio Jurandir. Recebemos a autorização de fotografá-lo pelos herdeiros do autor com a finalidade única de utilizá-lo nesta Tese. O texto será problematizado no capítulo posteriormente, junto com um conjunto de artigos sobre a viagem encontrados no periódico *Imprensa Popular*, nos meses de setembro a dezembro de 1952.

entre 1951-1955, único que não fez parte do Ciclo do Extremo Norte, uma vez que é um livro encomendado pelo Partido Comunista. Muitos artigos do literato sobre o Rio Grande do Sul e seus trabalhadores operários são editados pelos jornais *Voz Operária* e *Imprensa Popular* no período acima mencionado. Vale destacar também que a viagem a Moscou ocorreu enquanto escrevia o livro *Linha do Parque*⁹¹.

Jurandir também participa ativamente das discussões a respeito de cultura, como no Congresso Continental de Cultura do Chile, ocorrido em 1953. Jorge Amado, em nome da secretaria do Congresso, vai lhe pedir ajuda, críticas e sugestões para a execução dos acordos realizados durante o encontro do Chile. A partir da divulgação do que ficou acordado neste encontro em jornais e rádios, e do envio a organizações de intelectuais, a personalidade das artes e das ciências e a professores, tinha-se o objetivo de iniciar um movimento cultural de alcance continental (NUNES; PEREIRA; REOLON PEREIRA, 2006, p.53-54).

A flexibilização do ideário do Partido Comunista Brasileiro ocorre após a morte de Stalin, mais precisamente no IV Congresso do PCB, ocorrido entre dezembro de 1954 e fevereiro de 1955. As novas orientações, especialmente contra a luta armada, precisaram mais uma vez ser divulgadas, conhecidas e compreendidas pelas massas. Os jornais seriam os veículos de divulgação do novo ideário, inclusive a nova recomendação de Prestes era de que à frente destes jornais estivessem “direções responsáveis”, com uma ideologia firme, “capaz de aplicar a política do partido aos fatos concretos de cada dia”. As massas deveriam ter a notícia devidamente “explicada”, e, antes mesmo de perguntarem, as suas dúvidas deveriam ser respondidas pelos articulistas. Era função da imprensa comunista, segundo “o cavaleiro da esperança”, saber o momento de armar e o momento de desarmar o povo, convencendo-o do que era o melhor (MORAES, 1994, p. 69-72).

Em 1956 vai ocorrer o XX Congresso do PCUS na URSS, quando tem início, a partir das denuncia de Nikita Krushev, o processo que ficou conhecido como a “desestalinização” do Partido Comunista da União Soviética. O objetivo era liquidar

⁹¹ Como mencionado anteriormente, inferimos que Jurandir escrevia não apenas *Linha do Parque* de maneira isolada, mas também *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*, já que anotações avulsas sobre os três livros foram encontradas em seus cadernos manuscritos.

completamente o esquema de campos de concentração, restabelecer a participação material dos agricultores na economia coletiva, cessando o terro com a limitação dos poderes e da influência dos organismos de repressão. No campo da cultura e da ideologia, buscou-se corrigir as distorções dos tempos de Stalin, com a condenação total do culto a sua personalidade e a tentativa de uma certa ampliação da democracia política no Partido e na sociedade de modo geral (MEDVEDEV, 1986).

Com a divulgação do relatório de Krushev, à revelia da direção do PCB, militantes e intelectuais dão início a um debate na imprensa partidária, com críticas ao sectarismo, ao dogmatismo, a censura da produção cultural, a transposição do realismo socialista para nossa literatura, ao culto à personalidade de Stalin e Prestes, e especialmente, à falta de democracia interna após o *Manifesto de 1950*. Devido ao debate caloroso na imprensa, a direção do PCB faz uma autocrítica reconhecendo os erros cometidos e as deformações ideológicas. (SEGATTO, 2013). Intelectuais como Dalcídio Jurandir, Jorge Amado, Moacir Werneck de Castro, Astrogildo Pereira, Isaak Akcelrud, Adolfo Nunes, Antônio Bulhões, Anita Moreira, entre outros, participaram dos debates e autocríticas, especialmente relacionadas ao culto à personalidade⁹².

Sobre as denúncias de Krushev, Dalcídio Jurandir vai se posicionar a favor de debater, na imprensa comunista, o relatório secreto sobre os crimes de Stalin, o qual afirma ter lido diversas vezes, com “repugnância e cólera⁹³”. Nos artigos, percebe-se a preocupação do escritor com a sua ética jornalística, ou seja, a busca de esclarecer que não mentiu, não agiu de má-fé, quando elogiou o líder soviético e seus feitos. Arrepende-se de ter colocado as obrigações com o Partido acima de seu senso crítico,

⁹² JURANDIR, Dalcídio. “Notas”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 11 de março de 1956, s/p; JURANDIR, Dalcídio. “Política e Mulher”. **Imprensa Popular**, 9 de junho de 1956, s/p; JURANDIR, Dalcídio. “Ofensivas”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1956; JURANDIR, Dalcídio. “Uma discussão que está em todas as cabeças”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1956, s/p; NUNES, Adolfo. “Aprofundar a discussão e torna-la objetiva”. **Imprensa Popular**, 9 de outubro de 1956, s/p; AMADO, Jorge. “Os equívocos do culto à personalidade” **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1956, s/p; CASTRO, Nelson Werneck. “Culto à personalidade e a mordada”. **Imprensa Popular**, 10 de outubro de 1956. BULÕES, Antônio. “Discussão Ampla, Completa e Livre”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1956, s/p. MOREIRA, Anita. “Encontrar o caminho brasileiro”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1956; PEREIRA, Astrogildo. “Desapeço ao trabalho Intelectual”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1956, s/p.

⁹³ JURANDIR, Dalcídio. “Amor ao Povo”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1956, s/p.

pois ao invés de ter investigado mais a fundo o que, muitas vezes, lhe parecia incompatível com o regime soviético, preferiu calar. Este equívoco, a opção pelo dogmatismo, o levou ao “culto pífio” ao invés de agir de maneira inteligente e revolucionária. Seu maior arrependimento, porém, relacionava-se com os problemas que os comunistas tiveram na ABDN (Associação Brasileira dos Escritores), por não respeitar os intelectuais que discordavam de suas perspectivas, especialmente relacionadas com zhdanovismo.

Apesar dos debates na imprensa comunista, e das autocriticas que Dalcídio Jurandir fará, sua certeza de que a melhor opção para o mundo era o comunismo não será abalada. Para o escritor, houve erros e insuficiências na realização do socialismo na URSS, perspectiva, aliás, que ele já havia apontado nos seus artigos sobre a viagem à Moscou em 1952⁹⁴, onde chama atenção para o fato de que se vivia um processo de transição na sociedade soviética, onde ainda era possível verificar desnível social. Entretanto, era preciso não esquecer o significado “universal” da Revolução de Outubro na Rússia, e que ela foi responsável por possibilitar um novo caminho, um novo mundo, para os homens. Seus artigos do ano de 1956 na *Imprensa Popular* vão se dividir entre autocriticas ao dogmatismo e ao culto personalista do período stalinista, e a defesa da URSS contra o anticomunismo exacerbado de homens como José Lins do Rêgo⁹⁵ e Chateaubriand⁹⁶.

Como consequência destes debates acalorados, houve crises e contestações dentro do PCB. O grupo de intelectuais e militantes que tinham iniciado os debates na imprensa comunista propunha uma renovação total, e era liderado por Agildo Barata. Este grupo acabou sendo expulso do Partido. No extremo oposto, havia um grupo conservador que se recusava a fazer autocritica e a se submeter a qualquer tipo de mudança, nomes como Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabóis, compunham o grupo, que acabou sendo isolado. No centro, havia um grupo, composto pela maioria de

⁹⁴ Discussão sobre a viagem do escritor à URSS foi feita no capítulo IV.

⁹⁵ JURANDIR, Dalcídio. “Opressão e Shakespeare”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1956, s/p.

⁹⁶ JURANDIR, Dalcídio. “Realejo e Europa Livre”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1956, s/p.

militantes e intelectuais, que buscava implementar mudanças renovadoras no Partido, mas sem romper de forma radical com o passado (SEGATTO, 2013).

Devido ao posicionamento de autocríticas, mas também de defesa do Partido Comunista e da URSS, possivelmente Dalcídio Jurandir fazia parte do grupo de centro, que foi responsável por formalizar as mudanças partidárias no documento que ficou conhecido como *Declaração de março de 1958*, sendo consolidadas em outro documento, *Resolução*, do V Congresso em 1960. (SEGATTO, 2013). Ambos documentos ratificaram o novo projeto político do PCB, que acabou por conservar muito dos traços fundamentais anteriores, todavia, abandonando o radicalismo dos tempos de Stalin. A perspectiva marxista-leninista passou a ser fundamentada na concepção de etapas para se chegar à revolução, que deveria ser empreendida por uma frente única e democrática – composta pelo proletariado, trabalhadores rurais, pequena burguesia, burguesia nacional – na qual a classe operária, organizada e dirigida por sua vanguarda – o Partido – deveria ser a grande liderança.

Seguindo a perspectiva de etapas para se chegar a revolução brasileira, a linha do partido passou a adotar a luta pela instauração de um governo nacionalista e democrático, o que levou a apoiar, mesmo que juridicamente ilegal, sem registro eleitoral, os governos de Juscelino Kubsticheck (1956-1960) e de João Goulart (1961-1964). Dalcídio Jurandir chegou a se referir ao governo de JK, em 1956, como um “novo governo⁹⁷”, de um “grande tempo”, depositando nele esperança de um progresso humano, diferente do que vinha acontecendo até então no Brasil, já que “os bandos de corvos” haviam sido vencidos nas urnas. E apelava ao presidente para que a “lei de segurança nacional” contra os comunistas fosse revogada, uma vez que era urgente e necessário que homens como Prestes tivessem possibilidade de voltar aos debates políticos no Brasil. Se não há mais nos artigos o culto ao “cavaleiro da esperança”, Dalcídio Jurandir continuava a depositar nele seu “sonho de adolescência”, de um Brasil sob um governo onde não mais tivesse a exploração do homem pelo homem.

⁹⁷ JURANDIR, Dalcídio. “Tempo Grande”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 02 de março de 1956. s/p.

CAPÍTULO IV: Dalcídio Jurandir, Realismo Socialista e Militância Comunista

Seguramente perdidos deveriam estar aqueles comunistas que imaginaram possível levar a cabo – sem erros, sem recuos, sem repetidas reelaborações de trabalhos incompletos ou mal realizados – um “feito” de grandeza histórico-mundial, como a construção dos fundamentos da economia socialista (particularmente em um país de pequenos camponeses). Em vez disso, não estão perdidos (e com toda probabilidade não o estarão jamais) os comunistas que não se deixam levar nem pelas ilusões, nem pelo desencorajamento, mas que conservam a força e a elasticidade do próprio organismo para

“recomeçar do início”, mais uma vez, a marchar em direção a um objetivo difícilimo⁹⁸.

Vladimir Lênin.

Os intelectuais comunistas que escreviam nos periódicos ligados ao Partido Comunista Brasileiro não tinham a responsabilidade de criar os princípios da instituição, bem ao contrário, tinham que praticar a disciplina, adequando-se aos princípios do Partido Comunista da URSS e divulgando-os, a partir da imprensa, para as “massas”. De 1946 até o golpe civil-militar de 1964, a imprensa comunista vai seguir à risca a cartilha de Moscou, tendo os intelectuais, como Dalcídio Jurandir, a responsabilidade de reforçar as diretrizes do Partido de Lênin e Stalin no Brasil. Com essa finalidade, os comunistas brasileiros que escreviam nos periódicos precisavam divulgar mensagens positivas sobre a URSS, para que os leitores dos jornais se transformassem em militantes em nome da causa da revolução social.

O intelectual militante comunista era responsável por articular as principais ideias do marxismo-leninismo em termos simplificados nos periódicos, já que os trabalhadores brasileiros tinham, em média, uma baixa escolarização no Brasil (SÁ MOTTA, 2005, p. 350). Deste intelectual, o Partido exigia também o máximo de disciplina e o mínimo de crítica possível, e é exatamente este posicionamento que encontramos nos artigos de Dalcídio Jurandir, o que nos leva a inferir que o escritor era um homem do partido, comprometido com a causa da revolução social comunista. Se os seus romances, escritos entre 1946 e 1964, não estavam alinhados ao realismo socialista e às diretrizes *zhdanovistas*⁹⁹, como jornalista Dalcídio Jurandir estava militando nos periódicos da imprensa comunista a favor das novas orientações do Partido para a revolução social e para a arte literária.

Literatura Brasileira & Realismo Socialista (1947-1954)

⁹⁸ LÊNIN, Vladimir. Obras. Vol. 33, p. 186, citado por GERRATANA, Valentino. Stalin, Lênin e o marxismo-leninismo. IN: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**, vol. IX. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 255.

⁹⁹ O romance *Linha do Parque*, encomendado pelo Partido Comunista Brasileiro, escrito entre 1951–1954, foi a única tentativa de Dalcídio Jurandir de adequar a sua arte à estética do realismo socialista nos anos que predominaram o patrulhamento ideológico do *zhdanovismo*.

A representação do stalinismo na área cultural ficou conhecida como *zdhanovismo*. Segundo Vittorio Strada (1987), é fundamental que se compreenda este como uma evolução regressiva do realismo socialista, atentando-se sempre para o fato de que, embora tenha sido a fórmula política e literária de todo o período stalinista e pós-stalinista, é um equívoco não apontar o retrocesso que provocou. É preciso atentar também para o fato de que as duas fases da cultura stalinista, em particular na literatura, devem ser percebidas e estudadas como parte da história da cultura e da literatura marxista mundial – na qual Dalcídio Jurandir se enquadra –, e não apenas soviética.

O realismo socialista nasceu oficialmente no Congresso dos Escritores da URSS em 1934, não apenas como um instrumento de poder, mas também como um ideal de libertação da arte burguesa, e, aos olhos de muitos intelectuais do mundo todo, conservou essa dupla natureza. Para alguns, mesmo com o *zdhanovismo*, essa crença perdura, mas perde o seu entusiasmo inicial, típico dos debates acalorados das ideias de Marx e Lênin nos anos de 1920 na Rússia. Ainda segundo Strada (1987, p.157), muitos dos que continuaram crendo na face libertária do realismo socialista, nos anos regressivos do *zdhanovismo*, ou eram “crentes” demais ou agiam com má fé.

O realismo socialista foi introduzido no Brasil em 1947, após o congresso de fundação do Kominform (Escritório de Informações dos Partidos Comunistas), que marcou a disciplinarização dos Partidos Comunistas pela nova postura militarizada de Stalin, ou seja, houve uma militarização não só da sociedade russa, mas também dos Partidos Comunistas ligados a Moscou. Foi estabelecida uma frente na qual numerosas batalhas deveriam ser travadas, substituindo os comandantes que não soubessem honrar a causa comunista e investigando de maneira contínua as influências externas. Stalin vai utilizar exageradamente metáforas militares, que se manifestam de maneira plena na literatura com a intervenção de Zhdanov (MÁREK, 1986).

Toda obra literária bem realizada era comparada a uma batalha vencida ou a um sucesso obtido na frente econômica; toda diretiva pela produção aparecia como uma diretiva em favor “da educação da alma humana”; e o conceito de “frente filosófica” era ligado à “ideia de uma tropa organizada de filósofos combativos, dotados daquele perfeito equipamento que é a teoria marxista, que empreendem uma vasta ofensiva contra as ideologias inimigas das nações estrangeiras, contra os resquícios da ideologia burguesa que sobrevivem na

consciência dos cidadãos soviéticos, em nosso país”, que mobilizam todas as reservas, etc. (MÁREK, 1986, p.274-275).

O Partido Comunista Brasileiro e os periódicos ligados a ele vão orientar a sua linha editorial para as prescrições de Moscou. Essas prescrições coincidiam com o momento delicado pelo qual o Partido passava, posto na ilegalidade com a justificativa de ligações com o movimento comunista internacional, e tendo o mandato de seus deputados cassados. Dessa forma, o PCB vai estabelecer uma rede de conexões entre os seus periódicos, em que as ideias de Zhdanov vão se destacar, especialmente aquelas que denunciavam o imperialismo yankee; que proclamavam a luta pela defesa da paz mundial, sendo Stalin o seu maior representante; que afirmavam a importância do Partido Comunista como a vanguarda da luta do povo pela libertação da opressão capitalista, pela defesa ideológica de uma nova arte e pela implantação do socialismo.

Todos estes temas, que já faziam parte da cultura política comunista internacional no Brasil, terão seu discurso radicalizado nos anos do *zhdanovismo* e serão exaustivamente debatidos por Dalcídio Jurandir e pelo grupo que, com ele, permanece no PCB, apesar dos rigores do momento. A justificativa, segundo o próprio Dalcídio, era que só com os periódicos comunistas era possível se contrapor aos grupos que dominavam o país junto com o imperialismo norte-americano, que faziam funcionar a publicidade burguesa para tentar impedir que o pensamento democrático atingisse “as grandes massas¹⁰⁰”.

Esse é também o momento em que ganha destaque maior, na imprensa comunista nacional, a figura de Stalin. Segundo Jurandir¹⁰¹, era urgente e necessária a interpretação deste pelos “escritores democráticos”, pois dessa maneira estariam ajudando a criar uma nova consciência no homem, como fez Gorki na URSS, com o romance “A mãe”. Aliás, Gorki, referência constante nos escritos de Jurandir, é um dos maiores “padrinhos” do realismo socialista, responsável por sua manifestação mais ambiciosa, “a de constituir o coroamento do desenvolvimento literário mundial e de

¹⁰⁰ JURANDIR, Dalcídio. As lições de Stalin aos Escritores e Artistas. **A Voz Operária**. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1950.

¹⁰¹ JURANDIR, Dalcídio. As lições de Stalin aos Escritores e Artistas. **A Voz Operária**. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1950.

oferecer uma solução humanística para a crise da cultura europeia em uma perspectiva revolucionária internacional” (STRADA, 1987, p. 193).

No I Congresso dos Escritores Soviéticos, em 1934, Gorki analisou os vários séculos de literatura russa até aquele ano, buscando uma linha “secreta” da história da cultura até chegar à revolução bolchevique e ao realismo socialista, conferindo-lhes uma legitimação histórica universal superior. De maneira similar fez Dalcídio Jurandir em seus artigos sobre a literatura brasileira e os literatos que buscaram discutir as questões sociais do país democraticamente, apontando uma linha de sucessão que vinha desde Gregório de Mattos Guerra, passando por Castro Alves, Euclides da Cunha e Lima Barreto, intensificando-se com a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, o grande responsável pela revolução cultural da literatura brasileira ao introduzir as ideias de Marx e Lênin, as quais que se intensificaram a partir de 1930, quando a literatura brasileira, afinal, toma outro caminho, o caminho do romance de cunho social.

Nasce o Partido, a propaganda e a agitação das ideias comunistas, a divulgação, sobretudo a presença numa sexta parte do mundo e nas cabeças de milhões de pessoas da República Soviética tomam corpo no Brasil, influem na vida cultural, passam a ser um assunto inevitável e dominante a partir de 1930. Daí em diante os primeiros resultados da influência revolucionária nas letras começam a aparecer. A nossa literatura toma um novo caminho¹⁰².

Sendo assim, segundo Dalcídio Jurandir¹⁰³, a grande revolução cultural que ocorreu no Brasil em 1922 não é fruto da semana de Arte Moderna de São Paulo, mas sim da fundação do PCB. O Partido vai oferecer aos pesquisadores – e ele inclui historiadores, críticos literários e romancistas – uma interpretação nova da realidade brasileira, nova porque era democrática e revolucionária. Antes de 1922, essas ideias haviam chamado a atenção de alguns estudiosos brasileiros, como que em um movimento de “pré-literatura social”, tendo no livro os *Sertões* e em Euclides da Cunha o melhor exemplar dos precedentes desta literatura definida por Jurandir como “progressista” e “profundamente brasileira”, uma vez que a participação popular era

¹⁰² JURANDIR, Dalcídio. “Notas Sobre a Influência do P.C.B. em Nossa Literatura”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 25 de março de 1952, s/p.

¹⁰³ JURANDIR, Dalcídio. “Notas Sobre a influência do P.C.B em nossa Literatura”. **Imprensa Popular**. 25 de março de 1952, s/p.

“vigorosa”, o povo do sertão, envolvido nas lutas do seu tempo, desafiou a classe dominante latifundiária em busca de “uma vida livre e mais humana¹⁰⁴”.

Para Jurandir, os *Sertões* era um livro “poderoso”, uma vez que era, ao mesmo tempo, um poema, um romance e uma reportagem jornalística “genial” sobre a luta do povo camponês. Interessante também é a observação feita por Dalcídio Jurandir, de que essa linha social dos escritores da nossa literatura não era seguida pelos historiadores, que não discutiam a “cultura popular democrática”.

Possivelmente, para Dalcídio Jurandir compreender democraticamente a história da cultura brasileira era ter uma perspectiva histórica a partir do olhar das classes populares. Se as diretrizes do realismo socialista e das ideias de Marx e Lênin não foram adequadas aos seus romances do Ciclo do Extremo Norte – e, como vimos, nem mesmo ao seu romance encomendado pelo Partido Comunista, *Linha do Parque*, pelo menos não da maneira pela qual o PCB exigia nos primeiros anos de 1950 – o olhar das classes populares, a perspectiva de mundo desta classe, suas lutas diárias pela sobrevivência e as estratégias de resistência a opressão foram, desde o primeiro romance do escritor, o tema central do seu ciclo, a história da sua humanidade, a aristocracia do pé no chão.

Em *Belém do Grão-Pará*, romance que Jurandir escreve nos anos de 1950, a resistência à opressão da aristocracia do pé no chão está representada pela rebelião dos roceiros do interior do Pará, na cidade de São Miguel do Guamá – bem diferente do centro urbano da cidade de Belém que havia passado pelo processo de modernização, durante o apogeu dos preços da borracha no mercado internacional. Viviam-se, na trama, o momento em que este centro belemita e a antiga “burguesia” da borracha passavam por um processo de decadência, motivado não apenas pelas mudas de borracha que foram enviadas para a Ásia, mas também pelo “esbanjamento” da classe abastada e ao mau uso dos recursos públicos. Já o que motivava a “aristocracia do pé no chão” a se rebelar por meio da rebelião dos roceiros do interior era a fome, gerada pelas péssimas

¹⁰⁴ Em um texto no jornal *Voz Operária*, três anos antes, Jurandir trata desse mesmo assunto. Os dois textos se completam, proporcionando uma compreensão mais clara do entendimento do literato sobre a literatura brasileira de cunho social. In: **Voz Operária**, “A Nossa Literatura e o 27 de novembro”, 26 de novembro de 1949, s/p.

condições de vida da população pobre do Pará nos anos de 1920, consequência das diversas gestões administrativas que negligenciavam a população periférica.

É no exemplo da revolução cabana de meados do século XIX que os roceiros de São Miguel do Guamá encontraram o caminho, a inspiração, o aprendizado que fortalecia no tempo presente a sua rebelião a fim de que houvesse “a desagregação das coisas” (JURANDIR, 2004, p. 410). Dalcídio Jurandir, o “cronista” que astuciosamente denunciava as mazelas de sua época (BENJAMIN, 2012, TESE 3, p.10), vai arrancar do passado cabano a esperança do presente da cidade de Belém em ruínas, como uma “recordação que relampeja como um clarão no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2012, TESE 6, p. 11). Nascia, assim, uma nova possibilidade para a cidade de Belém, a partir da humanidade oprimida e faminta do Guamá, que tinha a oportunidade de redimir os cabanos, milhares de homens e mulheres anônimos que haviam sido condenados à obscuridade e ao silêncio, inclusive pela própria historiografia criticada por Jurandir.

Ao trazer a cabanagem para o presente, o literato fala em nome dos que a história havia calado, no próprio passado cabano, na *belle époque* lemista, na decadência (leia-se a década de 1920) e nos anos em que ele elabora o romance. A construção da literatura de cunho social e democrática deveria abordar as classes populares como sujeitos da sua própria história, capazes de desagregar o sistema capitalista, construindo um novo, com novas oportunidades. Somente escrevendo a história a contrapelo seria possível mostrar para “as massas” os oprimidos, a aristocracia do pé no chão, a sua importância social, a força da sua ação para a mudança histórica.

Nos artigos vinculados à imprensa comunista sobre a literatura brasileira, Jurandir afirma que essa literatura de cunho social e democrática, que descende da Revolução de Outubro de 1917 e das ideias de Marx e Lênin, vai chegar ao sertão alagoano nos anos de 1930 a partir de Graciliano Ramos. Este, segundo Jurandir, chegou a afirmar que se tornou escritor “à luz do que se passava na Rússia”, sendo sua literatura vinculada à revolução mundial. A fundação do Partido Comunista Brasileiro também é uma consequência da revolução bolchevique, da agitação e da propaganda comunista que se disseminou no mundo todo. Os ideais da revolução russa de 1917 se materializaram no

Brasil com o PCB, fazendo, como já foi dito, uma revolução cultural que se intensifica a partir de 1930, quando, sob essa influência, a nossa literatura toma um outro caminho, o caminho do romance de cunho social e democrático, também definido por ele como progressista.

Esse romance de cunho social foi influenciado, nos anos de 1930, pelas lutas do povo em prol da solução dos problemas fundamentais do país, estando o proletariado à frente, já que é também o momento em que as ideias do marxismo-leninismo se disseminam entre eles. Algumas obras importantes dessa época refletem o aspecto da nova realidade brasileira, como podemos ver a partir da produção do já citado Graciliano Ramos, de Jorge Amado, José Lins do Rego – a quem Jurandir faz uma ressalva, afirmando que este havia “dado uma guinada para os últimos redutos da reação” – Dionísio Machado, Erico Veríssimo, Ciro Martins, e “muitos outros”. Essa germinação revolucionária entre o povo e a intelectualidade vai explodir no movimento da Intentona Comunista de 1935, nomeado por Jurandir como “Insurreição Nacional Libertadora”, uma revolução democrática que buscava libertar o país do jugo do imperialismo yankee.

De 1935 em diante toda a força revolucionária que veio no bojo da Intentona Comunista conduziu essa linhagem social da nossa literatura para a criação de novas obras que não só refletiam a nossa realidade, como também ajudavam o povo brasileiro no caminho da vitória contra o imperialismo. E isto se intensifica quando a URSS passa a oferecer o exemplo de uma nova arte, “rica de uma nova humanidade¹⁰⁵”, que Jurandir nomeia de “ciência estética soviética”, produto direto da revolução socialista, que mostrou o caminho que os intelectuais brasileiros, já envolvidos com a literatura de cunho social e progressista, deveriam seguir na busca de uma literatura cada vez mais “combativa, poderosa na imaginação e na esperança”, ou seja, o caminho orientado pelo realismo socialista, e assim conclui: “Os escritores brasileiros saberão realizar o que o

¹⁰⁵ JURANDIR, Dalcídio. “A Nossa Literatura e o 27 de novembro”. **Voz Operária**, 26 de novembro de 1949, s/p.

povo espera e que possuirá, para a sua cultura e a sua felicidade, criando a grande literatura brasileira”¹⁰⁶.

Para Dalcídio Jurandir, os escritores deviam a Stalin o novo entendimento da função social da arte e do seu papel para a construção de um novo homem: “devemos a Stalin a definição clássica: os escritores são os engenheiros da alma humana¹⁰⁷”. Eram os escritores, construtores da alma humana, a “vanguarda da vanguarda do Partido”, os grandes responsáveis por “ensinar” a cultura comunista, “verdadeiramente democrática”, ao povo. Com essa finalidade, os escritores russos haviam transformado os operários, a antiga classe oprimida e explorada, em personagens, nos novos heróis do mundo, sendo esse o caminho da nova criação literária e artística apontada por Stalin, e era por meio desta lição que os escritores tinham a possibilidade de agir com a finalidade de mudar o mundo.

Entre as diversas lições de Stalin, havia uma que, segundo Dalcídio Jurandir, era a maior de todas: “o capital mais precioso é o homem”. Partindo desta máxima, construiu-se, na URSS, um novo humanismo, utilizando os romances para mostrar a vida dos verdadeiros heróis da sociedade soviética, os operários. Os escritores do mundo todo precisavam aprender esta lição da experiência social e artística soviética, fazendo dos que lutavam diariamente pela sobrevivência e pela mudança da velha ordem capitalista os heróis da história da literatura social e democrática.

Porém, para que esta contribuição fosse compreendida e utilizada pelos intelectuais progressistas no Brasil, Dalcídio Jurandir aponta para a necessidade de, primeiramente, estes se predisporem a conhecer a fundo a realidade do povo brasileiro, realidade da qual viviam distanciados, tendo apenas conhecimentos fruto de “achismos”, “espontaneísmos”¹⁰⁸, não compreendendo de fato a dimensão do significado dos movimentos sociais e das manifestações artísticas e culturais deste

¹⁰⁶ JURANDIR, Dalcídio. “A Nossa Literatura e o 27 de novembro”. **Voz Operária**. 26 de novembro de 1949, s/p.

¹⁰⁷ JURANDIR, Dalcídio. As lições de Stalin aos Escritores e Artistas. **A Voz Operária**. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1950. s/p.

¹⁰⁸ JURANDIR, Dalcídio. O PROGRAMA – Um Novo Rumo Para os Intelectuais. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1954, p. 1-4.

povo. Sendo assim, o grande problema dos intelectuais brasileiros era o fato de desconhecerem o seu povo, e, enquanto isto persistisse, jamais poderiam ser os porta-vozes dos anseios da população, o que contribuía para enfraquecer o projeto de revolução comunista no Brasil.

A literatura soviética era o modelo a ser seguido por ser uma literatura revolucionária e democrática, e por inaugurar um novo humanismo. Esta transformação só foi possível porque os intelectuais soviéticos conheceram a fundo a realidade dos homens-heróis responsáveis pela revolução de Outubro, que foram capazes de transformar a vida deles e dos que o rodeavam, triunfando nas grandes tarefas dadas pelo Partido para a construção do socialismo, passando a gozar de uma psicologia que não girava mais em torno do dinheiro e da exploração do homem pelo homem. Assim também fez a mulher bolchevique, que conquistou o seu lugar na sociedade socialista, muito além do que lhe era permitido nas sociedades capitalistas. Segundo Jurandir, tudo isso foi conquistado na mais completa harmonia, uma vez que na sociedade construída por Stalin o desejo supremo de todos era a felicidade dos seus semelhantes, tendo como objetivo constante a paz mundial. Nas palavras do escritor:

Stalin nos guia na criação da nova literatura: o ensinamento sobre a política de quadros do Partido aplica-se perfeitamente em nosso trabalho literário, no estudo da realidade e do novo homem, o homem comunista¹⁰⁹.

Dalcídio Jurandir prescreve os remédios zdhanovistas para a nova literatura humanista. O novo provinha das conquistas das classes trabalhadoras, em que seus mais destacados representantes eram transformados em heróis pelos escritores que tinham aprendido com Stalin, e não antes dele, a aplicar o método do realismo socialista na literatura e na arte de modo geral. Inferimos, desta maneira, que Jurandir conhecia as duas fases do método, apontando em seus artigos as inovações lhe trazidas por Stalin com o zdhanovismo, que chegou ao Brasil no final dos anos de 1940.

Este posicionamento de Dalcídio Jurandir nos artigos da imprensa comunista relaciona-se com a perspectiva tomada pelo Partido Comunista Brasileiro, especialmente a partir do Manifesto de Agosto de 1950, escrito por Luís Carlos Prestes.

¹⁰⁹ JURANDIR, Dalcídio. O PROGRAMA – Um Novo Rumo Para os Intelectuais. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1954, p. 1-4.

Nesse momento o Partido se define em sua plataforma, como já apontado, pela luta armada e pela oposição à política de alianças, bem como pela tomada de poder da noite para o dia, por um grupo de “iluminados”, os intelectuais do Partido, que sabiam melhor do que os trabalhadores incultos o que era certo para eles. Em 1953, no periódico *Imprensa Popular*¹¹⁰, Dalcídio Jurandir reitera a importância de seguir as resoluções do Comitê Nacional do PCB, uma vez que era a partir de suas diretrizes que os militantes teriam a confiança na revolução fortalecida, assim como a vontade de lutar pelos anseios e pelas esperanças do povo brasileiro, afirmando que, embora o PCB permanecesse na ilegalidade, no Brasil daquele ano, ele se encontrava à frente de todas as lutas populares e do despertar da classe operária pela opção revolucionária.

A análise de Jurandir sobre a realidade brasileira de 1953 e a força do PCB relaciona-se, possivelmente, com a intensificação das greves dos operários nesse ano, especialmente em São Paulo, que acabaram por tomar as ruas, tendo em alguns comunistas, como Antonio Chamoro, uma liderança de destaque. Entre março e abril de 1953, ocorreu uma das greves mais importantes da história do Brasil republicano, a greve dos 300 mil, iniciada na fábrica de tecidos Matarazzo, alastrando-se para outras categorias, como as de metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. As reivindicações relacionavam-se com o aumento da carestia de vida, o que sensibilizou parte da grande imprensa e da opinião pública. Durante esta greve as antigas direções sindicais, ainda remanescentes da estrutura “pelega” do primeiro governo Vargas, perdiam o papel de protagonistas do movimento, surgindo novas lideranças operárias até então desconhecidas. É o momento em que de fato os comunistas se fortalecem no campo sindical, embora no campo eleitoral continuassem enfraquecidos (NEGRO; SILVA, 2013).

Se no cenário sindical brasileiro o PCB vinha se fortalecendo, entre a intelectualidade do país a realidade era outra. A introdução das ideias zhdanovistas, o sectarismo do Partido e o Manifesto de Agosto de 1950 fizeram com que vários intelectuais desertassem das fileiras da militância do Partido Comunista Brasileiro devido à coerção ideológica, uma vez que aqueles que não se adequassem às novas

¹¹⁰ JURANDIR, Dalcídio. Presença e Direção do PCB. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1953.

normas seriam acusados de “burgueses”. A partir de então, segundo a imprensa comunista brasileira e os artigos de Jurandir nela veiculados, havia dois campos ideológicos e culturais: de um lado, o campo da burguesia imperialista, cosmopolita, decadente, desmoralizado, retrógado e negativo; do outro lado, o campo do realismo socialista, revolucionário e democrático. Na nova perspectiva artística orientada por Stalin e Zhdanov não havia o contraste dialético que primava pela mudança social a partir da argumentação e do diálogo, mas sim o contraste entre o bem e o mal. O outro é assim o inimigo a eliminar, a excluir, não a convencer.

Segundo Moraes (1994, p.203), vários intelectuais do PCB adequaram a sua arte literária ao realismo socialista devido à insegurança “nos instantes de aguçamento de combate”. Acreditamos que esta insegurança se aliava também ao enrijecimento da política brasileira nos anos de governo Dutra, ao crescimento do anticomunismo na grande imprensa brasileira, e ao fato do Partido, que havia tido uma expressiva vitória nas urnas em 1945, ter sido posto na ilegalidade. Os comunistas haviam sido traídos pelos seus antigos aliados da “política de alianças”, era então a hora de lutar contra os inimigos traidores, sem exceção, e de maneira inflexiva. Questionar as ordens do Partido Comunista só iria servir para fortalecer o imperialismo yankee e a arte decadente da burguesia. Era hora de mostrar fidelidade às diretrizes do novo Programa do Partido comunista para arte:

O programa do PCB traça para os intelectuais um caminho novo, preciso, seguro, que lhes proporciona condições para o conhecimento e o estudo da vida nacional e lhe dá perspectiva sobre os problemas específicos da cultura [...] é um programa revolucionário e patriótico, em defesa da paz, das liberdades, da independência nacional. Na análise das condições concretas do país, o Programa nos mostra a opressão norte-americana no domínio da cultura brasileira. Diz sucintamente: “Por intermédio da imprensa, do rádio, da literatura e da arte, reduzidos a instrumentos de colonização, procuram os agentes americanos liquidar as mais caras tradições de nosso povo e da cultura nacional¹¹¹.

No artigo acima citado, Dalcídio Jurandir concorda e ratifica o programa do Partido Comunista Brasileiro, porém também nos coloca, mais uma vez, que era preciso que os intelectuais se engajassem de fato na busca de conhecer a realidade do povo

¹¹¹ JURANDIR, Dalcídio. O PROGRAMA – Um Novo Rumo Para os Intelectuais. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1954, p. 1-4.

brasileiro, uma vez que sem este conhecimento profundo a influência deles na vida daquele nunca seria significativa, comprometendo os ensinamentos para uma possível revolução social. Segundo o escritor, apenas os intelectuais que se encontravam ligados ao Partido Comunista tinham esta preocupação e esta possibilidade, uma vez que eram orientados pelas ideias científicas de Marx, que foram colocadas em prática pela ação de homens como Lênin e Stalin, e que sintetizavam o que havia de mais justo na história das ideias e da ação humana.

Todas as boas ideias e todos os intelectuais de bem tinham um só caminho, estavam em um só lado, o lado dos bolcheviques, o lado do povo, estavam escrevendo romances sobre o que este pensou e criou para aumentar seu poder sobre a natureza, possibilitando a felicidade dos mais humildes. Os outros intelectuais que escolheram o caminho dos ideais do imperialismo yankee constituíam ideias confusas, valores ultrapassados, baseados no dinheiro, na ambição e na guerra, em que a ciência e a arte eram apenas caprichos de intelectuais “sórdidos”.

No ano de 1953, o Editorial Vitória da editora comunista mais importante do país, editora Vitória, lança a coleção “Romances do Povo¹¹²”. Para dirigir a coleção foi chamado Jorge Amado, o mais popular dos escritores comunistas brasileiros, e um dos mais importantes escritores do romance de cunho social e democrático do país, segundo Dalcídio Jurandir. Com a intenção de reunir a “vanguarda” do romance literário “progressista” mundial e nacional, “identificado com as lutas e tradições nacionais de nosso povo”, o gerente da editora, Benito Papi, anunciou a coleção no jornal *Imprensa Popular*, explicando que a proposta era lançar um romance por mês, tendo já confirmado os nomes de Boris Polevoi, Alina Paim, James Amado e Dalcídio Jurandir, com o romance “Companheiros”. A partir de edições baratas, a intenção da editora do PCB era disseminar a cultura política comunista entre um maior número de leitores

¹¹² UMA AUDACIOSA INICIATIVA NO TERRENO CULTURAL. A “Editorial Vitória” abre novas oportunidades aos autores nacionais. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1953.

brasileiros. Dos vinte livros que saíram pela coleção romances do povo¹¹³, entre 1953 e 1956, doze eram de autores soviéticos e obedeciam às diretrizes do realismo socialista dos anos do *zhdanovismo*.

Dalcídio Jurandir, ao comentar dois desses romances, “Um Homem de Verdade”, de Boris Polevoi, e “Assim foi temperado o Aço”, de Nicolay Ostroyky¹¹⁴, nos esclarece que ambos são de extrema importância, porque conseguem transformar em imagens, pela primeira vez, a ação, as características e os sentimentos inteiramente novos surgidos na Rússia após a revolução bolchevique. No método utilizado para construir os romances, os escritores buscaram perceber o essencial da realidade soviética, transformando-a em imagens. Jurandir chama atenção para o fato de que “imagem” não é “fotografia”, ou seja, o conteúdo do romance é algo inventado, porém dentro das condições exigidas pelas leis do gênero artístico.

Dentre estas leis, existe uma, a verdade do romance ou a “única verdade da ficção”, que diz que o autor deve saber colocar dentro das “fantasias, das condições próprias da fábula, da invenção romanesca” a verdade dos sentimentos e das ações do homem, o que fizeram com primor os escritores russos Polevoi e Ostroyky. O que Dalcídio Jurandir entendia como essencial desta época na Rússia traduzida em imagens pelos autores, nós podemos sintetizar em uma única frase: o herói soviético, revolucionário, cheio de qualidades, era agora o homem comum.

¹¹³ Os “Romances do Povo” que saíram pela Editorial Vitória foram: Um Homem de Verdade (vol.1), de Boris Polevoi; Assim Foi Temperado o Aço, de Nicolay Ostrovky (vol.2); A Lã e a Neve, de Ferreira de Castro (vol.3); O Grande Norte, de Tikhon Siomuchkin (vol.4); Donos do Orvalho, de Jacques Roumain (vol.5); Tchapaiev, de Dmitri Furmanov (vol.6); A Colheita, de Galina Nikolaieva (vol.6); A Tempestade, vol. I, de Ilya Ehreburg (vol. 8); A Tempestade, vol. I, de Ilya Ehreburg (vol. 9); Espártaco, de Howard Fast (vol.10); A Hora Próxima, de Alina Paim (vol.11); A Felicidade, de Piotr Pavlenko (vol.12); A Estada, de Volokolamsk, de Alexandr Bek (vol.13); A Tragédia de Sacco e Vanzetti, de Howard Fast (vol. 14); Primeiras Alegrias, de Fédin Konstantin (vol.15); A Torrente de Ferro, de Alexandr Serafimovitch (vol.16), Sol Sobre o Rio Sangkan, de Ling Ting (vol.17); Coolie, de Mulk Anand (vol.18); Os Mortos Permanecem Jovens, de Anna Seghers (vol. 19); Terra e Sangue, de Mikhail Cholokhv (vol.20). Informações retiradas do artigo de MAUÉS, 2013, p. 139-143.

¹¹⁴ JURANDIR, Dalcídio. Romances. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1954, p. 1 e 4.

Encontramos alguns artigos de Dalcídio Jurandir no qual o escritor discute outros romances da literatura russa editados na coleção *Romances do Povo*¹¹⁵. Porém, o romance *Companheiros* do autor, anunciado pelo gerente da editora Vitória, Papi, nunca fora editado, não configurando nenhum romance de Jurandir na coleção acima mencionada. Embora assíduo defensor das “lições de Stalin” nas obras de artes, como na citação acima, o literato não conseguiu adaptar seu romance encomendado pelo PCB às diretrizes estéticas do *zhdanovismo*¹¹⁶. Como mencionado em capítulo anterior, sabemos que *Linha do Parque*, o romance proletário encomendado pelo partido a Dalcídio Jurandir, foi várias vezes devolvido pelo PCB, por nele haver “inconveniências”, sendo permitida sua publicação somente em 1959, período em que as ideias de Zhdanov já não exerciam mais patrulhamento ideológico na arte comunista.

Dalcídio Jurandir acreditava na possibilidade de uma nova arte, uma arte descendente das ideias revolucionárias do marxismo-leninismo, que chegou ao Brasil com a fundação do Partido Comunista em 1922, radicada de vez com a geração do romance de cunho social e progressista dos anos de 1930 e impulsionada pela força revolucionária da “Insurreição Nacional Libertadora”, em 1935. Inferimos que, embora em alguns artigos Dalcídio defendesse arduamente as novas diretrizes do Partido para a arte literária, na prática o realismo socialista que buscou imprimir tinha vínculos estritos com a história da literatura brasileira traçada por ele, com uma arte nacional de características realistas, que deveria ser “continuada, ampliada e aprofundada”, e a qual só poderia ser compreendida com “as supremas conquistas da cultura precedente”,

¹¹⁵ Outros artigos nos quais Dalcídio Jurandir discute o romance literário no ano de 1954 e que foram analisados nesta pesquisa são: JURANDIR, Dalcídio. O PROGRAMA – Um novo Rumo Para os Intelectuais. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1954; JURANDIR, Dalcídio. Literatura: O Romance em 1954. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1954; JURANDIR, Dalcídio. Romances. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1954; JURANDIR, Dalcídio. Conflitos e personagens no Romance. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1954.

¹¹⁶ Segundo Moraes, um dos censores literários mais destacados e “truculentos” do PCB foi Diógenes Arruda, que modificou personagens de Jorge Amado, impediu que romances de Alina Paim fossem levados à URSS para serem traduzidos ao russo, ridicularizou muitos intelectuais do PCB, além de tentar influenciar para que manuscritos inéditos de Graciliano Ramos não fossem editados (MORAES, 1994, p. 159). O objetivo, claro, era fixar o ideário *zhdanovistas* entre a intelectualidade do PCB. Este ideário tinha como características a denúncia da cultura burguesa decadente, a recusa do formalismo estético, a filiação intelectual à política revolucionária, a defesa do marxismo-leninismo como doutrina de libertação dos povos, a superioridade da URSS em todos os domínios sociais, a submissão dos escritores e artistas não comunistas à ordem dominante, e o Partido como principal força na defesa ideológica de uma nova arte.

apoiando-se na “experiência acumulada por toda a humanidade¹¹⁷”, com ênfase na maior de todas essas experiências, a revolução de Outubro de 1917.

Os intelectuais responsáveis por esta arte realista deveriam ir ao encontro dos oprimidos, conhecendo a fundo a realidade do povo brasileiro, compreendendo-a com a finalidade de escrever uma arte de baixo para cima, engajada, em que o povo tivesse a possibilidade de se encontrar. Seria uma arte com o objetivo de “desagregar as coisas”, colocando abaixo os valores da “velha cultural feudal-burguesa¹¹⁸”, e do “decadentismo pequeno-burguês”, do capital, que transformava tudo em mercadoria, inclusive a própria arte. Era uma arte democrática, que traria para o centro da história a aristocracia do pé no chão, mostrando uma faceta da realidade social que não figurava nos compêndios de história do Brasil.

Se nos artigos da imprensa comunista Jurandir advogou pelas “lições de Stalin”, introduzidas na literatura pelo *zhdanovismo*, na construção dos seus romances nos anos de 1950 – e aqui nos referimos especificamente a *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes* –, ele introduziu apenas uma lição, a de que o capital mais precioso desta vida era o homem, em todas as suas dimensões. Mesmo quando se aventurou a escrever o romance encomendado, *Linha do Parque*, determinado a colocar em prática as orientações do realismo socialista, o fez com a ressalva de que para se construir uma imagem realista do povo brasileiro, do Norte ao Sul do Brasil, era preciso conhecer profundamente a experiência humana deste povo, uma vez que “um romance verdadeiro¹¹⁹” precisaria de quatro ingredientes indispensáveis: forma, conteúdo, experiência humana e talento.

¹¹⁷ Em um dos seus cadernos manuscritos encontrados no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, Dalcídio Jurandir esboça o que compreendia sobre realismo socialista, em uma perspectiva adaptada ao seu entendimento de literatura brasileira como exposto acima, afirmando que este tinha vínculos estritos com “as supremas conquistas da cultura precedente” e que se apoiava na “experiência acumulada por toda a humanidade”. “O papel da consciência socialista. A revolução na estética. O realismo socialista nasceu no processo de luta de libertação do povo comum. Aqui no Brasil, à medida que cresce a luta, mais clara e profunda são as razões para aceitar o realismo socialista. Ligar nossa arte ao realismo socialista. Continuar, ampliar e aprofundar as tradições realistas da nossa literatura”. O documento tem por referência o Acervo de Dalcídio Jurandir, Produção Intelectual, DJ Pi 307.

¹¹⁸ JURANDIR, Dalcídio. O PROGRAMA – Um Novo Rumo Para os Intelectuais. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1954, p. 1-4.

¹¹⁹ JURANDIR, Dalcídio. Romances. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1954, p.1-4.

Para Dalcídio Jurandir o capital mais precioso do Brasil eram os homens, os milhares de miseráveis anônimos que tiveram as injustiças sociais pelas quais passavam denunciadas nos romances do escritor de maneira realista, embora ele sempre enfatizasse que o que fazia era ficção, e que suas histórias e personagens eram todos inventados¹²⁰. A lição de que “o capital mais precioso é o homem” havia aprendido há muito tempo, bem antes de Stalin, desde quando vivia nos Campos de Cachoeira do Arari, no Pará, mas que nos anos do stalinismo tendeu a atribuir ao líder russo. Possivelmente, isso se relacione não só com os valores que compartilhava com o grupo do PCB no Rio de Janeiro, mas também com a experiência vivenciada por ele na viagem a Moscou, onde encontrou um “novo mundo” e uma “nova humanidade”, pautada em valores bem diferentes dos que experienciava no seu cotidiano.

A Experiência em Moscou, em 1952

Dalcídio Jurandir ao escrever sobre o quadro doloroso da situação brasileira sob a “opressão imperialista americana”, especialmente no aspecto cultural, com a possibilidade do aniquilamento total das raízes da cultura popular, nos coloca que somente o caminho revolucionário proposto pelo Programa do PCB, na primeira metade dos anos de 1950, com um conhecimento maduro da realidade brasileira, poderia resolver a atual situação de descaso, degeneração e opressão.

Um rápido e insuficiente quadro das dificuldades e reivindicações da cultura brasileira, apresentado nas intervenções, depoimentos, informes, no Congresso dos Intelectuais, indica o estado de penúria, estancamento e desordem da nossa vida cultural. Desde o estudo de nosso folclore, dos elementos culturais negros e indígenas, até as atividades no campo da música e da filosofia, a situação é desoladora. Sente-se até a falta de um simples livro básico, ou de um instrumento de música em um conservatório, a ausência de verbas ou de um melhor estímulo no recolhimento de peças de arte popular, como se verificou em Gotas. A instrução pública, base da cultura, é um espetáculo que já não se precisa de comentários. Se formos examinar os quadros existentes na instrução pública, é fácil observar a falta de recursos, a desordem geral e a quase indigência do professor, sobretudo no interior do país. Os cientistas, os médicos, os artistas plásticos, os trabalhadores do cinema e do teatro, os músicos e os escritores estão cheios de depoimentos mostrando as condições dolorosas da sua atividade¹²¹.

¹²⁰ JURANDIR, Dalcídio. Romances. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1954, p.1-4.

¹²¹ JURANDIR, Dalcídio. O PROGRAMA – Um Novo Rumo Para os Intelectuais. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1954, p. 1-4.

Um novo modelo de sociedade e de homem Dalcídio Jurandir conhece de perto, em 1952, na viagem que fez ao “novo mundo¹²²”, Moscou, Rússia socialista, sob o governo de Josef Stalin. Foi junto com uma delegação brasileira que contava com 13 operários, 4 juristas, 5 escritores, 2 médicos, 3 músicos, 2 jornalistas, 1 jovem, 1 comerciante e 3 mulheres, todos filiados ao Partido Comunista Brasileiro, e que foram a Moscou para conhecer de perto a realidade do mundo socialista e participar das festividades do primeiro de maio¹²³. Entre os escritores brasileiros, além de Dalcídio Jurandir, estavam Graciliano Ramos (presidente da ABDN), Moacir Werneck de Castro, Palma Neto (membro da ABDN da Bahia), Nair Batista (poetiza). A delegação brasileira de escritores foi recepcionada por uma delegação russa, que ficou responsável por apresentar Moscou e as novidades do mundo socialista aos brasileiros.

Um dos eventos de destaque foi o encontro dos nossos intelectuais com a *União dos Escritores Soviéticos*, evento que durou cerca de cinco horas e que ocorreu em um ambiente de “cordial amizade¹²⁴”, segundo o articulista da *Imprensa Popular*. A recepção contou com palestra de renomados escritores russos, como Boris Polevoi e Ajalev. Graciliano Ramos manifestou-se afirmando que fazia muito tempo que os membros da delegação brasileira sonhavam em visitar a URSS e se encontrar com os escritores soviéticos. Já Dalcídio Jurandir disse que os escritores russos eram conhecidos do público brasileiro, especialmente Tolstoi e Gorki, e que os escritores “progressistas” do Brasil buscavam utilizar nos seus romances a experiência dos escritores soviéticos, procurando chegar cada vez mais próximo da realidade do povo, refletindo-a em suas obras, que incluía a cultura, as manifestações e as lutas cotidianas da população contra o imperialismo, por um futuro melhor.

¹²² Expressão utilizada por Dalcídio Jurandir no diário de viagem ao se referir a Moscou. O diário completo encontra-se na Fundação casa de Rui Barbosa, no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, no Acervo de Dalcídio Jurandir, com o código DJ Pi 308. O diário é relativamente pequeno, contendo 6 laudas datilografadas e 4 manuscritas. A parte manuscrita está com uma compreensão difícil, possivelmente pelo agravamento do parckson.

¹²³ Fazia parte da delegação Abel Chermont (presidente da delegação), João Pereira Sampaio, Sinval Palmeira, Graciliano Ramos, Arnaldo Estrela, Mauricio Yacovino, Moacir Werneck de Castro, Marcelino Serrano, Palma Neto, Cristina Joffily, Dr. Ilha, Eloisa Ramos, Nair Batista, Eliseu Alves de Oliveira, dr. Murilo Pacheco, Freitas Nobre e mais 17 pessoas. Informações encontradas no jornal *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1952.

¹²⁴ Recepcionada a Delegação Brasileira Pela União dos Escritores Soviéticos. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1952.s/p.

Durante a viagem, Dalcídio Jurandir manda mensagens pelo rádio, diretamente de Moscou, que são publicadas no jornal *Imprensa Popular*¹²⁵. Ele também escreveu um diário que teve algumas de suas folhas editadas no livro em sua homenagem, em Belém, no ano de 2006, *Dalcídio Jurandir: Romancista da Amazônia*, organizado por Benedito Nunes, Ruy Pereira e Soraia Reolon Pereira¹²⁶. Sobre a viagem a Moscou, Dalcídio Jurandir irá escrever também uma coluna no periódico *Imprensa Popular*, intitulada de “Notas de Viagem à URSS”. Deste a pesquisadora teve acesso a 20 artigos, publicados a

¹²⁵ JURANDIR, Dalcídio. Fala de Moscou Dalcídio Jurandir: Tudo fará este povo em defesa do gênero humano, da cultura e da paz. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1952.s/p. JURANDIR, Dalcídio. Visita a uma casa de crianças na URSS. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1952. s/p.

¹²⁶ Tivemos acesso ao diário completo, que pudemos fotografar e ler com a autorização da nora do escritor, Carmen Gomory Freire Pereira, com a única finalidade de analisá-lo neste tópico da tese.

partir do dia 12 de agosto de 1952 até o dia 14 de setembro de 1952¹²⁷. Na documentação, como um todo, não há contradições. O que Dalcídio Jurandir relata via rádio, o que escreve no seu diário de viagem e o que publica no jornal *Imprensa Popular* são as mesmas impressões sobre a URSS, com uma perspectiva positiva, que muitas vezes beirava ao ufanismo, em relação aos feitos da Revolução Bolchevique,

¹²⁷ Na verdade, a coluna “Notas de Viagem à União Soviética” teve início com artigos de Moacir Werneck de Castro, em 30 de junho de 1952. Dalcídio Jurandir dá continuidade as “impressões” de viagem nos artigos que seguem: JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Todos os caminhos levam a Moscou – Londres, uma senhora triste e humilhada – Belém do Pará sobre Tchecoslováquia – Os passageiros invisíveis. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Vida noturna – Uma nova alegria – O riso largo e triunfante de Moscou. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A herança de Tretiakov – A vista dos camponeses – O museu e o visitante – O ícone e a camponesa. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Flores que a primavera faz com a mão do povo – Um cinema, os jovens e uma comparação – Os problemas de um povo e a solução da cadeira estofada. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A exclamação do poeta e a alegria da URSS – Um jogo de futebol no estádio Dínamo – Joga o Flamengo em Moscou. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Nem desordem nem rigor militar – Cenas de rua – Calçadas de Moscou. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A técnica e o homem soviético – A grande e a leve indústria – A época sonhada por Leonardo da Vinci é a época de Lênin e Stalin. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Juventude e Teatro – A menina chorou pelas meninas do Brasil – Domésticas. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Uma vez à beira do Amazonas – Um verso de Miguel Hernandez – Moscou em festa **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A caminho da Praça vermelha – De nossas bancadas. E assim durou a festa a noite inteira. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Um orfanato em Moscou – Uma chácara de crianças – Um compromisso com elas: lutar pela paz. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Moscou em várias cenas – Um porto – Moscou e sua paixão pela leitura. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: No mausoléu – um segundo de contemplação – vale a pena ser uma criatura humana. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1952, p. 2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Uma festa com um mágico e um bailado urânico – Os élos do Brasil e da Índia... – A vitória do semi-deus. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Primeiras anotações – Curiosidades – A “revolta” e a “opressão”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Porque a cultura – os georgianos cantam – Tbilice, ou as fontes quentes. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A revolução conservadora. Um museu em Tbilice – A pré-história e o socialismo face a face. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Os retratos – Uma estrada idílica – As palavras de Fuchik – A cidade fiel ao seu bem amado – Praga mais bela ainda. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Um coração que mudou – Casa de Chá mal assombrada – O Exército é um brinquedo de criança – Um jantar e um nome constante. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1952, p.2.

embora também chame atenção para o fato de que se vivia na Rússia um período de transição a uma sociedade sem classe, ou seja, a uma sociedade comunista.

Posicionamento diferente encontramos em Graciliano Ramos, companheiro de Partido e de viagem à União Soviética, e um dos escritores mais admirados e reverenciados por Jurandir, em vários artigos, como o grande mestre da literatura social e progressista brasileira. Segundo Moraes (p 1994, p. 206-207), Graciliano Ramos não cedeu à pressão dos anos do zhdanovismo no Brasil, a integridade estética de sua arte permaneceu intacta, sempre se equilibrando entre a fidelidade filosófica ao partido e a firme recusa ao patrulhamento. Em alguns momentos manifestou seu desprezo pela literatura partidária e pelo realismo socialista, chegando a afirmar que os livros que obedeciam a esta estética não eram literatura.

Graciliano criticou Jorge Amado em 1935 pelo livro *Suor*, sem colocar em dúvida a competência e o talento do escritor. A crítica se deu pelo fato de o livro ser o que chamou de “panfletário”, uma vez em que neste as pessoas pobres adotavam fórmulas de resistência prescritas por militantes comunistas. Rebateu a assertiva de Jorge Amado de que o romance moderno iria suprimir o personagem em favor da “fábrica, do engenho, da cidade inteira”, afirmando que se isso acontecesse, a obra literária perderia toda a sua profundidade, uma vez que a análise introspectiva desapareceria. Sobre a arte literária, em entrevista, Graciliano Ramos afirmou que não havia possibilidade de esta existir fora da vida, a qual era a fonte de inspiração do escritor, porém ele não admitia literatura coagida para elogiar, sem liberdade artística, uma vez que o conformismo excluía, necessariamente, a arte.

Durante a visita à URSS, ainda segundo Moraes (1994, p. 210-211), os assistentes do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) se irritaram com Graciliano Ramos, pois este indagava constantemente sobre aspectos do cotidiano soviético, desconfiando dos relatos ufanistas dos guias. Ao regressar ao Brasil, ele também escreveu, como Jurandir, um diário sobre as impressões bastante favoráveis da viagem, o qual intitulou de *Viagem*, porém, diferente de Dalcídio, se permitiu algumas críticas, tais como aos muitos postos policiais que existiam em todas as esquinas da cidade de Moscou e a marcha regular dos cidadãos ao túmulo de Lênin – marcha esta que acontecia duas

vezes por semana, vivenciada e rememorada com entusiasmo por Jurandir em diversos artigos¹²⁸ e no seu diário de viagem.

O Partido Comunista Brasileiro, após a morte de Graciliano Ramos em 20 de março de 1953, tentou vetar a publicação de *Viagem*, alegando que contrariava as diretrizes do Partido. Porém, não obteve sucesso. O livro foi editado, assim como *Memórias do Cárcere*, que em várias passagens desagradava ao PCB. Como retaliação, a imprensa comunista teria silenciado a respeito dos livros e da morte do escritor. Porém, encontramos um artigo de Dalcídio Jurandir na imprensa comunista, em 24 de dezembro de 1953¹²⁹ – após a morte de Graciliano e a edição de *Memórias do Cárcere* – no qual ele o defende de críticas feitas por Augusto Frederico Schmidt, o que nos possibilita argumentar que Dalcídio não fez coro com os membros do Partido Comunista, que buscaram boicotar a figura e a obra daquele; e que, embora membro disciplinado e atuante, nem sempre esteve de acordo com as orientações determinadas pelo Partido Comunista Brasileiro.

Se o historiador se propõem a problematizar a História escrita por ele tendo sempre como referência a ideia de que seu compromisso é com a compreensão dos homens no tempo, proposta por Marc Bloch (2001), inferimos que, mesmo discordando da perspectiva positiva de Dalcídio Jurandir ao modelo de socialismo imposto por Stalin à URSS, acreditamos que Dalcídio como jornalista não mentiu, não agiu de má-fé, e

¹²⁸ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Uma vez à beira do Amazonas – Um verso de Miguel Hernandez – Moscou em festa. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A caminho da Praça vermelha – De nossas bancadas. E assim durou a festa a noite inteira. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1952, p.2. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: No mausoléu – um segundo de contemplação – vale a pena ser uma criatura humana. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1952, p. 2. Especificamente este último artigo, Dalcídio Jurandir dedica-o à experiência única que viveu ao contemplar, frente a frente, o rosto de Lênin: “é mesmo como se recordássemos instantes, cenas, encontros, em que tivéssemos falado com ele, ouvido sua palavra, seus conselhos, suas decisões. Diante dele, parávamos num segundo, pois tínhamos que circular sempre, olhando-o fixamente ou perturbados, naquele silêncio em que só era possível escutar toda a sua vida e sua obra, a sua revolução e os séculos que ele anunciou, belos e livres”. Para Dalcídio Jurandir, a experiência de visitar o mausoléu de Lênin foi algo que lhe deu a certeza que “valia a pena ser uma criatura vivia”. Por isso e pela recorrente citação ao mausoléu do líder bolchevique, acreditamos que o escritor acabou por generalizar a importância da experiência por ele vivenciada, a todos os demais seres humanos, tendo dificuldade de olhar as filas recorrentes de visitação de maneira crítica. Para ele, Lênin foi um homem capaz de se transformar e de transformar o mundo, deixando como herança uma terra e um povo livre, logo, as filas ao mausoléu para contemplar seu corpo eram compreensíveis dada a grandeza da figura de Lenin.

¹²⁹ JURANDIR, Dalcídio. Árvore de Natal para os filhos dos encarcerados. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1953.

muito menos inventou o que viu naquela terra que ele acreditava ser a origem da futura sociedade comunista.

Dalcídio Jurandir, caboclo pobre do miserável interior da Amazônia, experienciou um mundo bem diferente do que estava acostumado no Brasil, que ele conhecia de perto, de dentro. Tudo o que viu na URSS e descreveu foi com os olhos de sua experiência de menino pobre do Marajó – menino de beira de rio, como costumava dizer em entrevistas –, de escritor que fazia malabarismos para sobreviver na capital paraense e na capital federal, do jornalista que ia bem perto dos mais necessitados para entender seus dramas, suas necessidades, seus “ais”. Vivia em uma sociedade na qual as oportunidades eram para poucos, e os direitos de fato eram exercidos por privilegiados.

Por isso, acreditamos ser de fundamental importância iniciar esta análise por um dos artigos da coluna “Notas de Viagem à União Soviética”, que nos possibilita compreender a dimensão do que foi a experiência de Dalcídio Jurandir no “mundo novo”, o mundo socialista, lugar onde as pessoas tinham acesso aos direitos básicos, sendo de responsabilidade do Estado assegurar estes direitos.

Uma vez, em Gurupá, vila à margem do Amazonas, cheia de muita pobreza e abandono, minha comadre, Veríssima, viúva carregada de filhos, me perguntou o que era isso que se falava tanto: – “A Rússia... O comunismo”. Na salazinha da palhoça, havia seringueiros, antigos cortadores de timbó, pescadores, lavadeiras de roupas à beira do rio, uma roça mal à mal dando farinha. Eram como crianças esperando uma história que poderia ser feia, muito triste ou maravilhosa. Então desejei o dom de um contador de histórias maravilhosas para lhe contar a mais maravilhosa de todas, que era a história da revolução russa, a história daquele verdadeiro gigante com botas de sete léguas o povo russo, caminhando para uma vida com que desapareceria a divisão entre ricos e pobres, porque pobres e ricos deixariam de existir para sempre. [...]. Conteí-lhes como pude, e eles escutavam, num silêncio atento, como se escutassem uma lenda. Na verdade, a Rússia me parecia tão longe. Moscou se cobria de uma distância esplêndida, mas inacessível, o comunismo tinha o misto de feitiçaria e de outro mundo. Aqueles homens e mulheres mergulhados em tamanha pobreza, tão oprimidos, faziam um esforço quase doloroso para entender o que dizia eu, não porque fossem difíceis minhas palavras, mas pelo incrível da história.

Não esqueço aqueles instantes na vila à margem do Amazonas. Diante dos meus ouvintes, prometi a mim mesmo trabalhar para ser mais simples e estudar para conhecer a verdade e contar-lhes depois a minha história com maior desembaraço e singeleza. Grande ambição minha. Porque a

simplicidade, como todos sabem, é a mais difícil das coisas, na vida, na arte e no trabalho¹³⁰.

É preciso ter sensibilidade para compreender o que foi a experiência de visitar a URSS para este escritor marajoara que, com simplicidade, digna dos grandes, acreditou e militou toda a vida por um mundo onde desaparecesse a divisão entre ricos e pobres. Logo, a questão da militância comunista do autor é algo que também precisa ser problematizada. Ao escrever as “notas de viagem”, ao levar a sua experiência de viagem para os jornais da imprensa comunista, Dalcídio Jurandir acreditava que estava se dirigindo ao povo brasileiro, especialmente aos operários, uma vez que militava em um Partido que julgava ser uma organização operária de vanguarda, que tinha a missão histórica de conduzir o povo à redenção a partir da revolução. Conseqüentemente era preciso divulgar mensagens positivas da “Pátria dos Trabalhadores¹³¹”, como era definida a URSS pelos militantes comunistas, de maneira simples e elogiosa, tendo por finalidade a construção de uma sólida rede de militantes e simpatizantes da causa política.

A comemoração do primeiro de maio na URSS, possivelmente o evento que mais o marcou no período em que esteve em Moscou¹³² – evento citado por ele no rádio, no diário e em vários artigos vinculados ao jornal *Imprensa Popular* – é caracterizado como o grande triunfo de todos os trabalhadores do mundo, de todos os períodos históricos, contra a miséria e a opressão secular. Desde os servos medievais, aos africanos que foram trazidos para serem escravos na América, aos seringueiros explorados na Amazônia, aos trabalhadores assassinados por festejar o primeiro de maio no Rio de Janeiro, estavam todos sendo vingados naquela comemoração, naquela

¹³⁰ JURANDIR, Dalcídio. Notas de Viagem à União Soviética: Uma vez à beira do Amazonas – Um verso de Miguel Hernandez – Moscou em festa. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1952, p.2.

¹³¹ Ao analisar os periódicos da imprensa comunista do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2005) afirmou que os comunistas viam a União Soviética como a Pátria dos Trabalhadores, o modelo a ser seguido e o lugar sagrado a ser defendido. Dalcídio Jurandir não foge à regra apontada por Sá Motta.

¹³² Em um dos artigos vinculados ao jornal *Imprensa Popular*, percebe-se que a participação da delegação brasileira, e das demais, no evento de primeiro de maio na URSS, era o objetivo mais importante da viagem. Jurandir conta que, como “delegados fraternais”, ele, o grupo brasileiro e as demais delegações tiveram a honra de assistir à festa ao lado do mausoléu de Lênin, em frente ao Kremlin. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: No mausoléu – um segundo de contemplação – vale a pena ser uma criatura humana. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1952, p. 2.

apoteose da Praça Vermelha, no momento mais esperado por ele, Dalcídio Jurandir, e pelos operários do mundo todo: o momento em que o trabalho havia triunfado sobre a exploração do homem pelo homem.

É claro que toda a pomposa organização do evento contribuiu para a percepção do escritor e para o relato emocionado que fez, meses depois, no periódico comunista. É importante observar que, como a delegação brasileira, existiam delegações comunistas do mundo inteiro, logo o evento precisava estar à altura da grandeza da revolução que libertou os trabalhadores da opressão, como queria fazer crer o Estado soviético. O primeiro de maio em Moscou, com bandeiras, retratos, estandartes, cartazes dos líderes bolcheviques, parada militar, desfile civil, a Praça Vermelha tomada por uma multidão de jovens, operários, estudantes, soldados, mulheres, “dançando e cantando felizes”, teve seu ápice no surgimento da figura que era o símbolo máximo da liberdade humana e da paz mundial para os militantes comunistas em 1952, Josef Stalin, pelo menos era exatamente desta maneira que Dalcídio Jurandir o descrevia em seus artigos editados na imprensa comunista.

O líder soviético surgiu para a multidão, segundo Jurandir, no final do evento, ao cair da tarde, com um “ar paternal e amoroso de mestre e amigo¹³³”, para saudá-los. Se Moscou era a mãe de todos os homens livres do mundo, de todos os tempos – como afirmou o escritor, lembrando Tolstoi –, Stalin, sem dúvida, era o responsável pela paternidade, uma vez que teria sido devido as suas escolhas que o socialismo havia triunfado na URSS após a morte de Lênin.

Dalcídio Jurandir tinha clareza que ainda havia classes sociais na URSS, que ainda existiam desigualdades, porém, segundo ele, não mais servidão¹³⁴. Desta forma, ao ser perguntado por um leitor do jornal *Imprensa Popular* se existiam empregadas domésticas na URSS, ele vai responder que sim, utilizando o exemplo de um dos

¹³³ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: No mausoléu – um segundo de contemplação – vale a pena ser uma criatura humana. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1952, p. 2.

¹³⁴ Um dos vários exemplos que ele utiliza são as empregadas domésticas. Ele afirma que existem, porém, diferentemente do Brasil, onde elas são “criadas”, na Rússia socialista as empregadas são sindicalizadas, têm assegurados todos os direitos de um trabalhador comum, além de exercerem suas funções em casas de famílias que entendem o trabalho, qualquer que fosse ele, como algo honrado. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à União Soviética: Juventude e teatro – A menina chorou pelas meninas do Brasil – Domésticas. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1952, p.2.

intérpretes da delegação soviética concedido à delegação brasileira, o qual havia lhe contado que possuía os serviços de uma empregada doméstica em sua casa e que esta, inclusive, estava de férias, com vencimentos integrais¹³⁵.

Todavia, ao invés de criticar os desníveis sociais na URSS sob a liderança Stalin e o fato de, mesmo após 45 anos de Revolução Bolchevique, as classes sociais ainda existirem, Jurandir optou por comparar a situação do trabalho doméstico na URSS e no Brasil, onde as domésticas eram tratadas como “servas”, chegando a afirmar que, se o entendimento do trabalho doméstico que o leitor do jornal tinha era o trabalho doméstico brasileiro, sob condições patriarcais, então o trabalho doméstico não existia na URSS.

Dalcídio Jurandir, possivelmente, conseguiu informações sobre o trabalho doméstico na URSS com o membro da delegação soviética, este designado pelo PCUS para “mostrar” os benefícios do Estado socialista. O funcionário do Partido lhe informou que as empregadas eram sindicalizadas e que gozavam de todos os direitos e de um auxílio alimentação. Dispondo destas informações, o literato concluiu que o nível social destas na URSS lhes possibilitava ter consciência da importância do seu trabalho, da sua responsabilidade social com a revolução dos seus direitos e “vantagens”. Assim, chegou a afirmar no periódico comunista que era uma “vantagem” ser doméstica na União Soviética, se comparado à situação brasileira, sendo os direitos sociais da classe “vantagens” concedidas pelo generoso Estado de Stalin.

Nos artigos escritos no periódico comunista, Dalcídio Jurandir, um militante comunista que via a União Soviética como o modelo a ser seguido, como a grande mãe-pátria dos trabalhadores, optou por compará-la ao Brasil, a pátria madrasta, lugar do capitalismo mais selvagem, pois deixava-se oprimir pelo capital norte-americano. Nas primeiras impressões em seu diário de viagem, a capital Moscou já havia sido percebida por ele como o “novo mundo”, o que ele ratifica nos artigos do jornal *Imprensa*

¹³⁵ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Juventude e teatro – A menina chorou pelas meninas do Brasil – Domésticas. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1952, p.2.

Popular, ao afirmar que se vivia na capital soviética uma nova época, “a época sonhada por Leonardo da Vinci e por Goethe, a época de Lenin e Stalin¹³⁶”.

Esta nova época significava para o escritor uma época de oportunidades, na qual crianças e jovens não tinham a obrigatoriedade ao trabalho para sobreviver, muito pelo contrário, viviam em um local onde desfrutavam de cinema, teatro, museu, circo, orfanato, futebol, educação, saúde, vestimenta, tudo custeado pelo Estado. O espaço da cidade era organizado, disciplinado, limpo, salubre, feito para todos. O novo homem tinha uma nova relação com o trabalho, que não mais o oprimia, porque não visava ao lucro, nem à exploração comercial, mas a realizações igualitárias¹³⁷, e é justamente a isto que Dalcídio Jurandir atribui o fato de o povo soviético ser um povo verdadeiramente livre¹³⁸, logo vivenciando um regime, compreendido pelo escritor, como “verdadeiramente democrático”. Ou seja, quando ele define a União Soviética como uma pátria democrática, um local onde se exerce a “verdadeira democracia”, a sua análise se relacionada com a perspectiva do trabalho, que segundo ele era livre, voltado a realizações que geravam riquezas a todos os soviéticos de maneira igualitária.

A questão do trabalho é, sem dúvida, o tema mais recorrente nos artigos do jornal *Imprensa Popular* sobre as impressões de Dalcídio Jurandir em relação ao mundo socialista. Possivelmente, com a finalidade de que as suas impressões a respeito da URSS atingissem um público o mais amplo possível, o escritor construiu um discurso simples, utilizando exemplos do cotidiano e comparações com a situação brasileira, optando por analisar o socialismo ou o seu estágio implementado na Rússia da maneira menos crítica e mais elogiosa possível.

¹³⁶JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à União Soviética: a técnica e o homem soviético – A grande e a leve indústria – A época sonhada por Leonardo da Vinci é a época de Lênin e Stalin. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952, p.2.

¹³⁷JURANDIR, Dalcídio. Notas de Viagem à União Soviética: Flores que a primavera fez com a mão do povo – um cinema, dos jovens e uma comparação – Os problemas de um povo e a solução da cadeira estofada. **Imprensa popular**. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1952, p.2.

¹³⁸JURANDIR, Dalcídio. Notas de Viagem à União Soviética: Nem desordem nem rigor militar – Cenas de rua – Calçadas de Moscou. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1952, p.2.

Havia uma perspectiva central nas suas análises – que muitas vezes soava como uma lição aos leitores do jornal¹³⁹ –, a perspectiva de que o povo soviético era uma nação com uma força gigante, que foi capaz de fazer os maiores sacrifícios pela maior de todas as revoluções, com a intenção nobre de acabar com a diferença entre ricos e pobres. Como recompensa, adquiriu um dom especial, a vontade de trabalhar. Este dom não era divino – embora em vários momentos Jurandir associe os líderes bolcheviques e o povo soviético a poderes sobre-humanos –, ligava-se ao fato de a revolução de outubro ter proporcionado uma nova relação do povo russo com o trabalho, que passou a ser prazeroso, porque livre da exploração do homem pelo homem. Além disso, a existência da sociedade soviética exigia que formas de bem-estar social fossem constantemente aprimoradas, para que o sonho de todos os russos, a sociedade igualitária comunista, fosse realizado.

No diário de viagem, nas mensagens de rádio e nos artigos de Dalcídio Jurandir publicados pelo jornal *Imprensa Popular*, todas as nacionalidades soviéticas, sem dissidências, todos os homens e mulheres que compunham a URSS estavam unidos com uma única finalidade, acabar com as desigualdades sociais que persistiam em solo soviético, a partir do trabalho, e todo trabalho era fundamental para este intento, sob a liderança e orientação de Stalin. Esta liderança, não só de Stalin, mas também da vanguarda do Partido Comunista, era imprescindível, pois quando este povo heroico descansava ou se divertia, havia “luz nas janelas do Kremlin durante a noite. Ali trabalha Stalin. Ali trabalham grandes homens¹⁴⁰”.

Este culto à figura de Stalin já era conhecido nos escritos de Dalcídio Jurandir e dos intelectuais brasileiros responsáveis por escrever nos periódicos da imprensa comunista. Foi disseminado pelo PCUS, que nos anos de governo stalinista procurou substituir a fé cristã do povo russo por um conjunto de cerimônias ritualizadas de devoção aos líderes bolcheviques de grande pomposidade – sendo a maior delas a

¹³⁹ Não podemos esquecer que Dalcídio Jurandir e o PCB acreditavam que tinham como missão histórica concretizar a revolução comunista no Brasil, e para isso necessitavam de adeptos à causa, sendo os periódicos um dos meios mais importantes de divulgação e convencimento.

¹⁴⁰ JURANDIR, Dalcídio. Notas de Viagem à União Soviética: Vida Noturna – Uma Nova Alegria – O riso largo e triunfante de Moscou. **Imprensa popular**. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1952, p.2.

construção do mausoléu de Lênin e o encorajamento às peregrinações para visitação do seu corpo –, que eram uma espécie de liturgia secularizada. As fronteiras do país tornaram-se sagradas, os decretos do governo eram mandamentos, o antigo sistema de ritual e as crenças populares foram sendo substituídos pelo culto ao Estado secular, diretamente atrelado ao culto a Stalin (LEWIN, 1986, p. 230-231). Para Dalcídio Jurandir, bem antes de presenciar as luzes acesas do Kremlin, Stalin já era o grande homem, inf lvel, representante da paz, de um novo humanismo, o único capaz de levar o mundo a uma sociedade sem desigualdade social.

Nos artigos de viagem, o literato buscou, de maneira simples, em linguagem própria para atingir jovens e adultos de todos os níveis de escolaridade, explicar as desigualdades de classe ainda existentes na URSS como uma consequência da fase de transi o do socialismo ao comunismo¹⁴¹, mas apontando, recorrentemente, que existiam diferenças entre os dois estágios sociais, distanciando-se de Stalin, que utilizava os termos socialismo e comunismo praticamente como sin nimos. Embora este último tenha afirmado que a sociedade socialista seria a primeira fase do comunismo, tal diferencia o era apenas didática, já que na prática, no entendimento do líder soviético, a sociedade socialista também deveria ser uma sociedade sem classes, e ela poderia se dar em apenas um único país.

Para Stalin, construir as bases econômicas do socialismo significava criar condi es de produ o e distribui o capazes de levar direta e imediatamente   elimina o das classes sociais e das desigualdades. Em 1936, no relatório sobre o projeto da nova constitui o da URSS, ele anunciou que a grande meta, a sociedade sem classe, havia sido atingida. Ou seja, ao perceber o quanto difícil seria a constru o de uma sociedade sem classes sociais, recorreu a uma nova teoria, ou a um remendo teórico, e proclamou como socialismo aquilo que já existia na URSS (GERRATANA, 1987).

¹⁴¹ Embora Dalcídio Jurandir afirme que todo trabalho era digno e valorizado na URSS, e que todos os trabalhadores se percebiam como livres e por isso eram “felizes” no trabalho que não os oprimia, ele relata que ainda havia diferenças de classe e de salários, sendo isto t pico do desenvolvimento da sociedade socialista. Além do exemplo das domésticas citado acima, ele aponta também os casos das mulheres e homens “garis”, que trabalhavam na limpeza das ruas de Moscou. JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem   URSS: Nem desordem nem rigor militar – Cenas de rua – Calçadas de Moscou. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1952, p.2.

É digno de notar que a análise de Jurandir a respeito do trabalho na URSS se resumia à cidade de Moscou – embora nos artigos ele generalizasse a análise para a URSS como um todo, incluindo todas as nacionalidades que a compunham, e também o campo – e fundamentalmente ao que lhe foi apresentado pela delegação do PCUS, lembrando que o que lhe fora exposto, ele compreendia a partir da sua própria experiência e do que acreditava ser melhor para os povos do mundo todo. Partindo desta perspectiva, Dalcídio Jurandir chegou a afirmar que a revolução proletária era uma revolução também conservadora¹⁴², uma vez que ao mesmo tempo em que transformava, substituía e plantava o novo, ela também conservava tradições culturais e patrimônios históricos, e foi justamente isso que acreditava ter visto na URSS.

Segundo o escritor, as tradições culturais e os patrimônios históricos de cada nacionalidade que compunha a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foram conservados pela revolução bolchevique, em museus e galerias, para que os novos homens do presente não perdessem suas ligações com o passado e soubessem valorizar de maneira crítica a beleza de uma obra de arte¹⁴³. Para ele, valorizar a obra de maneira crítica seria o mesmo que população soviética compreender a arte, na atualidade, pela importância do trabalho de quem a criou, já que a beleza de uma obra residia neste. Por exemplo, ao olhar as pinturas religiosas antigas, que já haviam sido ícones do sagrado para diversas nacionalidades russas, o aspecto de adoração religiosa deveria ser ignorado. O que deveria prevalecer era o entendimento do trabalho do artista na construção da arte, geralmente o espelho de uma determinada época, que deveria ser conservado, nos museus e nas galerias, como uma lembrança.

Em nome do trabalho livre, que visava à geração de riquezas de forma justa, Dalcídio Jurandir vai justificar e ratificar a opção de Stalin pelos planos quinquenais¹⁴⁴

¹⁴²JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A revolução conservadora. Um museu em Tbilice – A pré-história e o socialismo face a face. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952, p. 2.

¹⁴³ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A herança de Tretiakov – A vista dos camponeses – O museu e o visitante – O ícone e a camponesa. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952, p.2.

¹⁴⁴ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Flores que a primavera faz com a mão do povo – Um cinema, os jovens e uma comparação – Os problemas de um povo e a solução da cadeira estofada. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1952, p.2.

e pela indústria pesada¹⁴⁵, que estava gerando transformações igualitárias e organizadas na URSS, a partir da mecanização do campo, da exploração das minas, da instalação de centrais elétricas, de estradas de ferro, acelerando a passagem da sociedade socialista à sociedade comunista. Stalin, segundo Jurandir, estava certo quando optou pela grande indústria. O resultado dessa escolha, o escritor via e vivia diariamente naqueles dias em Moscou: na exposição de máquinas instaladas pela indústria soviética, nas diversas Universidades e no Canal Volga-Don, que estendeu as plantações pelos desertos e fez desaparecer as estepes, as secas, o mau clima, a fome, a miséria.

Tal indústria, que nasceu com novos métodos de produtividade, afirma Dalcídio Jurandir, teve um crescimento rápido devido ao fato de todos os recursos estarem nas mãos do Estado e de este ser guiado por “um partido verdadeiramente revolucionário¹⁴⁶”, o que possibilitou que os homens comuns, os novos heróis da vida e da arte soviética, pudessem trabalhar de maneira livre, construindo com suas mãos um novo tempo, baseado em um novo humanismo. Esta opção fez com que a humanidade descobrisse uma nova lei do desenvolvimento histórico¹⁴⁷, baseado em um progresso harmonioso, capaz de abolir, em um prazo não tão longo, as contradições e desigualdades sociais de séculos.

Dalcídio Jurandir compreendia o Partido Comunista como a liderança fundamental na efetivação dos planos quinquenais, sendo de responsabilidade deste a grande missão histórica de dirigir a sociedade soviética na transição que levava ao comunismo. Nos periódicos da imprensa comunista, o escritor descrevia o Partido como infalível, o guardião da sabedoria e da verdade absoluta, só este, guiado por Stalin, sabia de fato como chegar até o futuro igualitário.

¹⁴⁵ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A técnica e o homem soviético – A grande e a leve indústria – A época sonhada por Leonardo da Vinci é a época de Lênin e Stalin. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952, p.2.

¹⁴⁶ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: No mausoléu – um segundo de contemplação – vale a pena ser uma criatura humana. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1952, p. 2.

¹⁴⁷ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A revolução conservadora. Um museu em Tbilice – A pré-história e o socialismo face a face. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952, p. 2.

Para os militantes comunistas como Dalcídio Jurandir, Stalin não era um ditador, muito menos entendiam o seu governo como autocrático, baseado em um Estado burocrático e contraposto a uma camada camponesa socialmente homogênea e comunitária, como definido nos dias atuais pela historiografia (LEWIN, 1986). O PCUS, adorado pelos comunistas brasileiros, desde o primeiro plano quinquenal, assumiu a autoridade suprema no que se refere às decisões econômicas, perdendo sua perspectiva revolucionária no sentido de ouvir as massas, passando a ter a função de guiar estas em campanhas favoráveis à planificação, uma vez que apenas o “Estado operário”, com os seus especialistas em planificação, não seria suficiente para alcançar o socialismo. Só o Partido seria capaz de impor os objetivos “heroicos” e difundi-los entre as massas, garantindo a organização e a disciplina. (MCNEAL, 1986, p. 243-244). É com esta perspectiva heroica, propagada pelo PCUS, que Dalcídio Jurandir vai compreender o Partido, os líderes e o operário bolchevique como aqueles que são capazes de enfrentar e vencer quaisquer dificuldades.

O Partido Comunista da URSS era o centro de poder do Estado Soviético, e foi a partir dele que Stalin pôde impor suas opções políticas, utilizando-o como instrumento para mobilizar a população a seu favor, inclusive os militantes comunistas do mundo todo. As campanhas em prol do rápido crescimento da indústria, da imagem do líder e da “santificação” do Estado levadas a cabo pelo PCUS foram fundamentais para mascarar a liquidação da democracia no Estado e dentro do próprio Partido, além do aumento da burocratização – com a criação das “castas”, ignoradas por Dalcídio Jurandir –, do crescente desnível social, das gulags e das relações quase servis no campo.

Marx e Engels afirmavam que a primeira e mais importante superestrutura da base socialista devia ser um Estado Socialista autenticamente democrático, que levasse à extinção gradual da burocracia e, finalmente, do próprio Estado. Assim também pensava Lênin, entretanto, durante o cerco das potências capitalistas ao Estado soviético, ele acabou optando por reforçar este último. Com Stalin, a ideologia caminhou no sentido contrário, de apologia ao Estado, tomando forma e força a teoria de que este era o

representante dos interesses de toda a sociedade e sabia como derrotar as castas burocráticas que porventura se formassem (HEGEDÜS, 1986).

Na prática, o que o líder fez foi liquidar toda e qualquer possibilidade de democracia dentro do Estado Soviético e do Partido Comunista, criando um poderoso e autoritário aparelho burocrático de governo e de poder, que não pode ser considerado, segundo a teoria marxista-leninista, como a superestrutura socialista de uma base socialista. No interior do aparelho do Estado Soviético, com o tempo, os órgãos repressivos adquiriram uma importância e uma influência muito maior do que órgãos do próprio Partido Comunista, levando muitos historiadores europeus a definir o Stalinismo como um Estado Policial Repressivo (LEWIN, 1986, p.139); (MEDVEDEV, 1986, p.79).

Segundo Moshe Lewin (1986), em estudo com objetivo de conceitualizar o stalinismo, os planos quinquenais de Stalin foram um ataque direto e destruidor contra os camponeses – na época denominados de kolkhozios e já vistos como aliados dos operários –, a partir da coletivização forçada e da luta contra a mentalidade do mujique – antigo camponês –, com objetivo de lhes impor novas formas de vida e de trabalho. A industrialização baseada na indústria de base, acelerada, pulando etapas importantes de desenvolvimento, projetou novas cidades e ampliou as já existentes, como Moscou, em que foi necessário treinar novos e importantes estratos profissionais – técnicos, cientistas, operários especializados e administradores –, tendo resultados positivos, como os vistos por Dalcídio Jurandir em sua viagem. Em contrapartida, fez crescer enormemente o aparelho do Estado e a burocracia. Aquele tinha, junto com o PCUS, a função de disciplinar, doutrinar e impor pela força as novas diretrizes econômicas aos operários e aos kolkhozianos.

Houve de fato um grande desenvolvimento na vida econômica, social e cultural das cidades soviéticas, porém, esse desenvolvimento foi acompanhado da regressão da agricultura devido ao processo de coletivização. Esta coletivização foi empreendida porque Stalin entendia que havia, no interior das massas camponesas, um estrato particular de “super-mujiques”, conhecidos como kulaks. Segundo Lewin (1986, p.224), estes camponeses eram um grupo remediado, produtores livres capazes de contar com o

trabalho dos membros da própria família e de alguns empregados assalariados. Detinham uma superfície pequena de terra e alguns animais (geralmente, duas ou três vacas, dois ou três cavalos) para uma família de dez pessoas – em média. Para, Stalin, porém, eles eram uma classe capitalista que precisava ser eliminada para que a URSS pudesse entrar na era do comunismo. Mais uma vez, o líder manipula a ideologia, afirmando que o grande inimigo para a realização do comunismo eram os kulaks.

Ainda segundo os autores acima mencionados, o que aconteceu especificamente com os Kulaks e o processo de coletivização em seu conjunto foram extremamente prejudiciais para a URSS, pois levaram à imposição a agricultores que tinham o hábito de agir em escala reduzida, sem disporem de instrumentos técnicos e de quadros adequados, de uma nova maneira de lidar com a terra, para qual não estavam preparados, pois não haviam atravessado as fases adequadas de produção. Além disso, eles tinham uma mentalidade baseada em um sistema de crenças religiosas, um cristianismo especificamente rural, caracterizado por práticas mágicas e supersticiosas, as quais vão ser desconstruídas de maneira difusa, uma vez que as transformações no campo levaram à migração de milhões de camponeses para as cidades, tendo início um processo que Lewin chamou de desruralização e de “desculturamento” (1986, p. 227).

O autor define o termo “desculturamento” como o desenraizamento sofrido pelos camponeses que perderam seus antigos valores e modelos culturais sem adquirir novos, em um contexto em que a propaganda stalinista era aplicada com linguagens e slogans banais, elementares, perniciosos, acompanhados de violência e terror político. Medvedev (1986) chama atenção para o fato de, mais uma vez, Stalin “degenerar” de maneira grave a teoria marxista-leninista, lembrando que em 1922 Lênin havia dito que a cooperação entre os interesses pessoais camponeses precisava ser combinado, harmoniosamente, com os interesses coletivos das cooperativas e de toda a sociedade. Entretanto, as fazendas coletivas estatais propostas por Stalin não tinham absolutamente nada a ver com as fazendas socialista difundidas por Lênin.

Na coletivização forçada, milhões de camponeses trabalhavam de graça, conseguindo sobreviver somente porque cultivavam parcelas de alimentos para o seu próprio sustento. As fazendas eram socialistas apenas na propaganda, pois a realidade

camponesa era marcada pela volta de distorcidos laços semifeudais, o que, segundo o autor, “se conjugava com uma espécie de residência forçada por causa do sistema de passaportes e do controle da moradia” (MEDEVEDEV, 1986, p.80). Além das relações de trabalho semifeudais no campo, não podemos esquecer que com Stalin surgiram as gulags¹⁴⁸, empresas industriais nas quais o trabalho de milhões de prisioneiros fez ressurgir, em meio ao socialismo real, relações de trabalho escravistas.

Mas não é esta a situação apresentada por Dalcídio Jurandir quando se refere aos camponeses da URSS em alguns artigos veiculados no periódico *Imprensa Popular*. Embora não tenha experienciado a vida campestre soviética, ele os cita em várias passagens. Ele relata o encontro com delegações de “kolkozianos¹⁴⁹” que vinham conhecer as novidades da cidade na própria cidade de Moscou, encontros esses nas galerias, nos museus, cinemas, circos. Isso para Jurandir significava que o Estado Socialista possibilitava aos mesmos uma vida melhor no interior, com as fazendas coletivas, e também o acesso à cultura nas cidades. Quando vai à Geórgia, uma das Repúblicas Soviéticas que ele afirma ser uma república industrial e camponesa, é o momento em que descreve a transformação na agricultura empreendida por Stalin, porém, fica latente que o escritor não visitou de fato as fazendas estatais ou conversou com os camponeses que nelas viviam. Suas informações foram colhidas pela delegação do PCUS, que lhe contou detalhes sobre a “revolução” na agricultura:

A agricultura, com seus kolkoses magníficos, com 166 centrais elétricas, produz trigo, milho, centeio, chá, fumo, plantas para a obtenção de essências, vinho, frutas, etc. 2.350 kolkozoes são servidos pelas Estações e Parques de Máquinas. Trabalho de represas, irrigação, aproveitamento de terra estão sendo feitas. Dentro de sete anos deve construir-se mais de 60 grandes canais de irrigação [...] Antes da revolução não havia indústria, nem cultura de tabaco e de trigo, nem máquinas agrícolas. Era um país dominado por príncipes, senhores de terras, pelo atraso e pelo analfabetismo. Em trinta anos a Geórgia progrediu trezentos¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Sobre as Gulags não foi encontrada qualquer referência de Dalcídio Jurandir em nenhum documento levantado.

¹⁴⁹ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A herança de Tretiakov – A vista dos camponeses – O museu e o visitante – O ícone e a camponesa. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952, p.2.

¹⁵⁰ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: Primeiras anotações – Curiosidades – A “revolta” e a “opressão”. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1952, p.2.

Se é possível compreender algumas análises positivas de Dalcídio Jurandir sobre os avanços da URSS no aspecto econômico, social e cultural – especialmente em relação à educação –, a perspectiva sobre o campesinato é completamente equivocada, possivelmente por se basear em depoimentos dos funcionários do PCUS e não por uma análise *in loco*. A historiografia consultada¹⁵¹ é unânime em afirmar que a história de sucesso da URSS nos anos de Stalin não inclui a agricultura. Este, definido como um ditador cruel, impôs uma política implacável, baseada em uma industrialização rápida, utilizando o terror e a propaganda como arma. A propaganda stalinista divulgava a necessidade de sacrifícios, como no período de guerra, para se chegar a sociedade igualitária. Em troca, o Estado deu ao povo trabalho, comida, roupa, habitação, aluguéis, pensões, assistência médica, educação, ou seja, supriu as necessidades básicas, tendo assim Stalin gozado de um expressivo apoio popular, porém, não entre o campesinato.

Os avanços econômicos e sociais foram baseados na exploração dos camponeses, que foram transformados, mais uma vez, em servos presos a terra. A política de coletivização compulsória em fazendas estatais foi desastrosa, e não um avanço social como coloca Dalcídio Jurandir, uma vez que produziu uma queda no nível de vida dos camponeses, anulando suas conquistas sociais anteriores. A imposição do trabalho gratuito e do método de pagamento somente no final de cada ano, com medidas imprevisíveis, provocou uma profunda insatisfação entre os camponeses, que não tinham mais uma posição social clara no Estado Soviético, como nos tempos da NEP (nova Política Econômica) de Lênin.

¹⁵¹GERRATANA, Valentino. Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo. IN: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**, vol. IX. São Paulo: Paz e Terra, 1987; HEGEDŰS, András. A Construção do Socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica. IN: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**, vol. VII. São Paulo: Paz e Terra, 1986; HOBSBAWM, Eric. O Socialismo Real. **A Era dos Extremos** – o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; LEWIN, Moshe. Para uma conceituação do stalinismo. IN: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**, vol. VII. São Paulo: Paz e Terra, 1986; MCNEAL, Robert. As instituições da Rússia de Stalin. IN: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**, vol. VII. São Paulo: Paz e Terra, 1986; MEDVEDEV, Roi A. O socialismo em um só país. IN: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**, vol. VII. São Paulo: Paz e Terra, 1986; MÁREK, Franz. Sobre a estrutura mental de Stalin. IN: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**, vol. VII. São Paulo: Paz e Terra, 1986; STRADA, Vittorio. Do “realismo socialista” ao zhdanovismo. IN: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**, vol. IX. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Era correta a afirmativa de Gorki de que “a revolução encontrou os camponeses russos sujeitos ainda às condições de vida do século dezessete¹⁵²”, sendo equivocada a conclusão de Dalcídio Jurandir de que, com a mecanização do campo e com a criação das fazendas estatais, a revolução bolchevique havia superado a situação de “atraso”, “servidão” e “tristeza” no campo soviético. As lições que ficaram de Stalin, bem diferentes de sua máxima, “o capital mais precioso é o homem”, foram equívocos da interpretação do marxismo-leninismo, que em nome de um Super-Estado, do culto à personalidade do líder e do Partido infalível, perseguiu, violou, massacrou e atormentou pessoas comuns na URSS e comunistas do mundo todo, por quem e para quem a revolução bolchevique havia sido feita. Os soviéticos não eram homens de aço, como costumavam ser definidos nos romances zhdanovistas, eram pessoas comuns, como as da “salazinha de palhoça” em Gurupá, no Marajó, por quem Dalcídio Jurandir militou e escreveu por toda a vida. Eram pessoas que acreditaram que um dia poderiam viver em um mundo onde não mais existiriam ricos e pobres.

A partir de 1956, com o processo que ficou conhecido como desestalinização, os militantes do Partido Comunista Brasileiro, especialmente a partir da imprensa popular – como chamavam os periódicos vinculados ao PCB – vão debater, de maneira franca, como visto no capítulo anterior, seus posicionamentos intransigentes nos anos do zhdanovismo, do culto a Stalin e da filiação acrítica ao Partido.

¹⁵² JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à URSS: A exclamação do poeta e a alegria da URSS – Um jogo de futebol no estádio Dínamo – Joga o Flamengo em Moscou. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1952, p.2.

Parte II – A cidade de Belém de Dalcídio Jurandir

Em Belém do Pará, depois de um comício no Bairro da Pedreira, fui caminhando pela rua escura, coisa comum nessa cidade sem iluminação pública. O povo escoava-se pelas travessas e bêcos sempre escuros. Gente da maior pobreza, das velhas roupas cerzidas, sapatos gasto, o estômago a dar horas. Curioso, procurei ouvir o que algumas mulheres iam conversando ao longo da rua batida de escuridão. Eram como fantasmas, indistintos, sumidos, a pular poças de lama, Tateando na treva. Iam embora para as suas palhoças enterradas no extremo da rua suburbana. Uma das mulheres falava:

– Gostei do comício porque não maltrata. Isso de puxar os passados dos outros... dizer insultos... A gente precisa saber das coisas.

Eram as mulheres do povo, as anônimas, as comuns, as que não parecem pesar na velha balança da história.

Dalcídio Jurandir¹⁵³.

¹⁵³ JURANDIR, Dalcídio. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1955.

CAPÍTULO I – A saudade do fausto: A Belém da *Belle époque* e da decadência na Historiografia e nos romances modernistas

Nos anos de 1990, em Belém do Pará, a professora da Universidade Federal do Pará, Maria de Nazaré Sarges, dialogava com a Historiografia brasileira, a qual à época estava estudando as cidades que, no final do século XIX e início do século XX, haviam sofrido o impacto das remodelações segundo o discurso do progresso e da modernização. Desse diálogo e do levantamento documental sobre o período em Belém do Pará, surgiu a dissertação *Belém: riquezas produzindo a Belle époque (1870-1912)*, trabalho que abriu caminho para muitos debates historiográficos e pesquisas aos arquivos sobre a cidade de Belém.

Segundo Sarges¹⁵⁴, até os anos de 1990, sabia-se que alguns estudiosos da cidade de Belém falavam sobre o período, sempre a enfatizar e a exaltar a administração do intendente Antônio Lemos, sem, entretanto, buscar problematizar o conteúdo político e ideológico do discurso de modernização, perspectiva esta inovadora, proposta pela estudiosa. Desta forma, tendo como marco o trabalho da autora, muitos outros estudos vieram buscando compreender o período sob diversos aspectos.

A segunda parte desta tese se insere nas “expedições” iniciadas pela pesquisadora Sarges, e objetiva ser mais um dos frutos do trabalho sobre a cidade de Belém iniciado por ela. Com esta finalidade, a proposta deste capítulo é fazer um balanço historiográfico sobre o fausto *bellepoqueano* e, principalmente, sobre o outro lado desta história, isto é, a construção da ideia de decadência da cidade de Belém nos anos de

¹⁵⁴ SARGES, Maria de Nazaré. **Notas da Autora (1ª e 2ª edições)**. Belém: riquezas produzindo a *Belle époque*. 3ª edição. Belém: Paka-Tatu, 2010.

1920, período (re) construído por Dalcídio Jurandir nos dois romances analisados neste texto, *Belém do Grão Pará* e *Passagem dos Inocentes*.

As obras historiográficas selecionadas discorrem sobre a cidade de Belém e foram escritas depois do trabalho de Sarges; discutem, sob vários aspectos, a “*Belle époque*” e a “decadência”. Nesse contexto, é digno ressaltar também o fato de vários historiadores da região utilizarem o romance *Belém do Grão-Pará* para ratificar a decadência da cidade de Belém nos anos de 1920, sem, entretanto, de fato compreender a perspectiva histórica que norteia a obra de Dalcídio Jurandir – intento do segundo capítulo desta parte da Tese. O fato de algumas personagens, e até mesmo o narrador do romance, apontarem para o aspecto decadente de alguns prédios do centro da cidade e da falência da família Alcântara com a queda do “Velho” Senador Lemos não transforma o romance de Jurandir em um documento histórico que colabore para a construção da ideia de decadência da cidade de Belém.

Sabemos que na historiografia local houve a opção pelo estudo do período em que Belém passa pela modernização, pelo saneamento e pelo embelezamento segundo os padrões europeus, o qual ficou conhecido, inclusive no senso comum, como *Belle époque*. Porém, isso não significava que o outro lado da modernização não existisse, ou que os autores a desconhecessem. O foco nos estudos sobre a cidade na virada do século XIX para o XX e no processo de modernização foi resultado de escolhas historiográficas de seus autores, mas de fato acabou contribuindo para disseminar a ideia de que houve um período de fausto e um período de decadência, os anos de 1920, anos pouco estudados pela historiografia local na atualidade e ignorados pela Historiografia clássica¹⁵⁵

Estudos como os de Roberto Santos (1980) e Barbara Weinstein (1993), que objetivavam compreender o apogeu da economia gomífera e sua crise após o transporte das sementes da *hevea brasiliensis* em 1876 para o Jardim Botânico de *Kew* e sua bem-sucedida aclimação no Ceilão, tiveram sua narrativa construída a partir da apresentação de um quadro de derrocada econômica entre os anos finais de 1900 e toda

¹⁵⁵ Encontramos poucos estudos que focalizam a cidade nos anos de 1920, mas todos serão debatidos neste capítulo, a saber: PENTEADO (1968); FIGUEIREDO (2001); SPINOSA (2005); CORRÊA (2010); CARNEIRO (2011).

a década de 1910, cujo marco cronológico final é o ano de 1920. Deste modo, nenhum dos dois trabalhos – clássicos na historiografia paraense sobre o período em debate – avançam até os anos da década de 1920, embora apontem para o estado de decadência em que se encontrava a cidade de Belém.

Segundo Santos (1980), o efeito da crise gomífera foi, não apenas para Belém, mas também para a Amazônia como um todo, um “cataclisma”, um “massacre”, com fechamento de seringais, falência de casas aviadoras, prejuízos ao Banco do Brasil, com a redução da renda interna da região, em 1915, a um terço do que era em 1910. Entretanto, na Amazônia, no momento do grande “massacre”, ninguém parou para medir a extensão do desastre (p.237-238).

Sobre o impacto na cidade de Belém especificamente, Santos não dispõe de descrições pormenorizadas, mas aponta para o aumento do desemprego após 1908 e da inflação dos produtos alimentícios; para a concentração de desocupados na cidade e para a paralisação quase completa da frota fluvial. Infere uma possível escassez de alimentos e uma crise de fome que, supostamente, atingiu parte da população, assim como o agravamento dos problemas sanitários.

Com dados mais específicos, Santos (1980) também narra o colapso financeiro do Estado do Pará, que tinha uma receita em 1910 de 20.225 contos, reduzida para 5.517 em 1920. Consequentemente, a despesa pública foi diminuída na mesma proporção, o que gerou déficit orçamentário nestes anos. Assim, a política adotada foi a da contenção das despesas internas ao máximo, devido à grande desorganização das finanças e do crédito doméstico. Para o autor, a crise foi importante por trazer à luz a grande desordem que existia nas finanças do Pará, antes mesmo da própria crise, além do “cataclisma” nas receitas e no déficit público (p. 240-257).

A decadência da economia da Amazônia, ainda conforme Santos, atingiu seu pior ano em 1915. Após este ano houve seu prolongamento até os anos de 1920. Tal queda é caracterizada por uma aguda contração da atividade econômica, pelo descontrole das finanças públicas, pela incompetência dos órgãos da União em intervir no caos que se abateu sobre a região e pela penúria geral da população, que, apesar dos graves problemas vivenciados, por sorte, não se insurgiu contra o Estado, possivelmente porque já era pobre antes do colapso da economia da borracha. A população foi atingida

pelo colapso, porém não com a mesma violência sofrida pela elite envolvida com os negócios de comercialização da borracha (p.278).

No Pará, o medo dos motins populares – alguns motins, os quais o autor chama de “parciais”, ocorreram, como o que colocou fogo no prédio do jornal *A Província do Pará* e contribuiu para a expulsão de Antônio Lemos – conduziu os dirigentes do Estado a investirem em zonas agrícolas, como fez o governador do Estado Enéas Martins – que assumiu o mandato após a saída de João Coelho, em um grande acordo entre “lemistas” (seguidores do intendente Antônio Lemos) e “lauristas” (seguidores do governador Lauro Sodré) – com a zona bragantina, afim de melhorar o abastecimento de alimentos para a região e conter a inflação; além de realizarem uma articulação com os pecuaristas do Marajó, com o objetivo de melhorar o abastecimento de carne para a capital.

A historiadora Bárbara Weinstein (1993, p.285) corrobora a perspectiva de Santos, chamando atenção para o aumento espantoso da safra de algodão no final da década de 1910, um produto dos esforços e escolhas de Enéas Martins “nos anos mais difíceis da decadência” (WEINSTEIN, 1993, p.280), e para a expansão da pecuária como fonte de renda estável, embora não tão lucrativa quanto a borracha. Durante os anos de 1910, enquanto inúmeras casas comerciais quebravam, a pecuária se mantinha firme e próspera, conclui Weinstein, destacando famílias tradicionais e bem-sucedidas, como os Lobato, Pombo e Bezerra.

Da ótica de Santos (1908), apesar dessas iniciativas, a cidade de Belém vivia a sua decadência, isso porque a indústria reduzia o volume de empregos, os funcionários públicos tinham seus vencimentos atrasados, os negociantes não tinham seus créditos pagos pelo Estado, a mão de obra popular vivia de “bico”, sem emprego fixo, além disso vários sacrifícios foram impostos à população para que o Estado pudesse cumprir com seus compromissos junto aos credores estrangeiros, e assim facilitar a obtenção de novos empréstimos. Estes foram conseguidos, e assim “um momento de alívio permitiu tornar menos desconfortável a situação dramática das classes urbanas” (SANTOS, 1980, p.279).

Todavia, a economia continuava a “convalescer” até os anos de 1920. Segundo Santos, com exceção da produção animal, todos os setores se achavam fracos e sem

melhores perspectivas. Até os resultados da Zona Bragantina foram desastrosos: “uma produção final medíocre, fruto de um solo espoliado pelo desmatamento e práticas predatórias” (SANTOS, 1980, p.279).

Apesar do declínio econômico, a cidade de Belém tinha uma vantagem sobre as demais cidades da Amazônia: a sua posição geográfica. Esta posição fazia com que exercesse a função de entreposto comercial da Amazônia, com serviços de expedição dos produtos exportáveis e de distribuição intrarregional de mercadorias. Os negócios com o Brasil e o exterior dependiam fundamentalmente de Belém, o que fez com que, durante o declínio da atividade gomífera, alguns interesses dos comerciantes acreanos e amazonenses ficassem subordinados aos interesses do mercado de Belém (p.280).

Dessa forma, o estudo de Santos, ao focalizar o aspecto econômico da decadência da economia da borracha na Amazônia e suas consequências, contribuiu para disseminar a ideia de colapso econômico nos anos de 1910, de um “cataclisma”, de um “massacre”, mas ao mesmo tempo deixa brechas para pensarmos em alternativas que foram criadas, inclusive pelo próprio Estado, para sanar ou amenizar os problemas advindos com a crise econômica da borracha. A própria importância de Belém, como o grande entreposto comercial da Amazônia, ressaltada pelo autor, possivelmente contribuiu para amenizar a crise que se abateu sobre a cidade. O estudo do autor se encerra no ano de 1920, porém ele afirma que a economia segue na “convalescência”, ou seja, mesmo sem dados que fundamentem sua assertiva, sugere que a decadência econômica de Belém continua seu curso nos anos de 1920, e assim contribuiu para a construção historiográfica da ideia de uma Belém decadente.

A historiadora Barbara Weinstein, (1993) em estudo clássico e indispensável para a historiografia da Amazônia, também discute o que chama de “longa decadência”. Segundo a autora, a grande crise de 1910, diferente das crises anteriores, foi uma síncope, que quebrou a economia da borracha na Amazônia de maneira irreversível. Em 1911, um ano após o declínio, o Pará estava lutando apenas para conseguir atender as suas necessidades básicas. O Estado, como apontou também Santos, fechou os cinco anos seguintes em déficit orçamentário.

No setor privado, as maiores casas aviadoras lutavam para sobreviver ao “cataclisma”, conseqüentemente, as elites recorreram ao governo federal em busca de

auxílio. Porém, os diversos projetos para defender a economia da borracha não foram aprovados pelo Congresso Federal, sendo todos os recursos vetados e todas as propostas concretas de plantio ou valorização desaprovadas. Logo, a elite de comerciantes abandonada pelo governo federal e impossibilitada de obter apoio da administração estadual, que estava cheia de dívidas, viu-se às voltas com seus próprios recursos à medida que a economia entrava em total decadência. Os aviadores, conclui Weinstein, que foram os primeiros a lucrarem com os resultados da expansão da borracha, foram também os primeiros a sofrerem com o impacto da sua decadência.

Nesse período de decadência da comercialização do látex, a autora aponta para a onda de falências que atinge o Pará a partir de 1910. Embora não disponha de dados financeiros completos relativos aos anos de 1910-1915, afirma ser possível, a partir das revistas e dos jornais da época, ilustrar o tamanho da catástrofe que se abateu sobre o Pará e que reverberou no Banco do Brasil, no Banco do Pará e no Banco Comercial do Pará, assim como nas inúmeras casas aviadoras. As poucas firmas que conseguiram escapar da falência sofreram uma redução drástica no seu capital de giro. Os jornais da época, por exemplo, dedicam páginas inteiras sobre os leilões de joias, seringais e vapores.

Weinstein (1993) destaca, utilizando um artigo do ano de 1915 do periódico *Folha do Norte*, que havia em Belém mais de três mil casas desocupadas, depois de mais de uma década de escassez de moradia. Ela conclui que a crise “profunda e prolongada”, pela qual passava a comunidade mercantil no Pará, era inegável, porém, é preciso atentar-se para o fato de que destaca a falência de uma elite, falência essa ocasionada pela desvalorização da borracha no comércio internacional devido à concorrência das plantações asiáticas. A estudiosa vai além e diz que muitos são os indícios da decadência da comunidade aviadora do Pará, porém são raras as informações sobre o que realmente aconteceu a cada um dos comerciantes que “quebraram” com o colapso. Ela infere que, muito provavelmente, a maioria permaneceu em Belém, vivendo em condições modestas e participando de alguma atividade no comércio local.

Sendo assim, para Barbara Weinstein, a crise econômica de 1910 foi uma “quebra” brutal no setor de exportação da Amazônia, e isto é algo que historiograficamente não se tem como contestar. A partir de dados estatísticos, assevera

que em 1920 as exportações da borracha chegaram a um décimo das exportações de 1910. Em 1921, a castanha-do-pará ultrapassa a borracha como produto de exportação mais valioso do Pará. Ou seja, a decadência ou a “quebra” econômica do estado para a autora está relacionada ao comércio de exportação do látex e aos comerciantes que se beneficiavam desta exportação. Em nenhum momento ela generaliza a decadência, afirmando que houve um declínio da Amazônia como um todo ou da cidade de Belém especificamente.

A estudiosa também chama atenção para o fato de que durante o “fausto” o Pará não sofreu nenhum tipo de transformação social ou econômica significativa em consequência da expansão da borracha, que fosse capaz de romper com a estrutura política e econômica do Estado. É claro que mudanças ocorreram no decurso do período de setenta anos durante os quais a borracha foi o principal produto de exportação da Amazônia, e a autora não nega isso, mas destaca que a região saiu do período da borracha dominada ainda por um sistema de produção que se assemelhava aos modelos coloniais de exploração econômica e ao conjunto hierárquico de relações sociais que não representava um distanciamento da estrutura de classe tradicional.

Sobre a decadência na cidade de Belém, Weinstein (1993), especificamente, ao analisar o censo de 1920, destaca a diminuição da população em 40 mil habitantes; as consequências da crise para a classe média constituída por funcionários públicos e pequenos profissionais que dependiam do Estado, estes, segundo ela, os mais afetados pela crise, uma vez que os governos estaduais e municipais passaram a falhar, cada vez mais, com o cumprimento dos pagamentos. Ela infere que possivelmente a situação da classe trabalhadora se deteriorou, já que as oportunidades na área portuária de Belém diminuíram consideravelmente, como também já havia apontado Santos. Para a autora, o colapso da economia gomífera aumentou a pobreza na cidade de Belém, uma vez que parte da população urbana passou a ser formada por antigos seringueiros que haviam migrado para cidade em busca de trabalho, sendo estes extremamente pobres.

Mas a cidade de Belém não viveu uma decadência generalizada. Belém era uma cidade com 236.402 habitantes, o que significa que havia uma grande demanda por bens agrícolas e industriais, mesmo em períodos como os anos de 1910, de menor prosperidade. Se parte dos negócios comerciais no Pará entrou em colapso junto com a

economia da borracha, as casas importadoras especializadas em maquinaria, ferragens, armas, remédios, e gêneros de primeira necessidade continuaram relativamente bem-sucedidas. Por outro lado, o setor industrial se beneficiou com o início da decadência, já que a redução das importações ajudou a diminuir a concorrência pelos artigos que vinham de fora (WEINSTEIN, 1993, p. 269).

Weinstein afirma que muitas indústrias em Belém prosperaram no decorrer dos anos de 1920, porém nenhuma mudança estrutural ou mesmo qualitativa ocorreu na indústria local. A colocação da autora nos é de suma importância, uma vez que corrobora o nosso entendimento de que certos setores da sociedade belemita não viveram os anos de decadência da economia gomífera; e de que esta não foi algo indiscriminado ou generalizado. Mesmo que o processo de industrialização não tenha progredido, e a industrialização no Pará tenha sido “sem brilho” (SANTOS, 1980, p. 279), não alterando estruturalmente a economia da região, é importante destacar que o grupo envolvido com a atividade industrial não vivenciou os anos de decadência econômica, assim como os pecuaristas do Marajó, já mencionados acima. Para Weinstein, por mais grave que tenha sido a decadência, “os relatos que descrevem a região como tendo entrado em total agonia exageram a extensão da calamidade” (WEINSTEIN, 1993, p.286).

Desta forma, acreditamos que não seja possível negar a crise econômica pela qual a Amazônia passou, que gerou consequências para o Estado do Pará, impondo sérios limites à vitalidade econômica, o que levou, inclusive, a uma gradual diminuição nas oportunidades de trabalho no serviço público e nas profissões liberais no decorrer dos anos de 1920 e 1930 – atingindo a “classe média de Belém¹⁵⁶” –, porém, a crise precisa ser relativizada justamente pelo fato de Belém ser um centro urbano e um importante entreposto comercial.

A historiadora Franciane Gama Lacerda (2010) irá problematizar uma outra face dos tempos áureos da atividade econômica da extração do látex no Pará, a saber: a experiência de alguns migrantes cearenses que aportaram em Belém entre 1889 e 1916, deslocando-se, posteriormente, para vários lugares do Estado. A autora optou pelo

¹⁵⁶ Octávio Meira narra em seu livro de memória *Memórias do Quase Ontem* (1975) as dificuldades pelas quais passou a sua família com a crise da borracha. Seu pai, funcionário público, tinha constantemente seu salário atrasado.

recorte de 1889 a 1916, por ser o período de apogeu da produção gomífera aliado ao projeto de civilização que passa a ser implementado com a proclamação da República em 1889, pautado no ideário de progresso e modernização.

Lacerda, assim como Sarges (2010) já havia feito, destaca a importância da construção de um Estado dito civilizado, que representasse a ordem e o progresso que a República brasileira pretendia edificar. No Pará esse projeto se expressou a partir do embelezamento e da urbanização da capital paraense, na higienização, na disciplina, no controle do espaço urbano, na construção da Estrada de Ferro de Bragança, na preocupação com a agricultura, com a criação de núcleos coloniais e no incentivo à vinda de imigrantes estrangeiros, como ocorreu em outros estados da Federação. Este é o momento em que comerciantes da borracha experimentam um grande crescimento econômico, e é este crescimento que atrai inúmeros cearenses para a região Amazônica, uma vez que o Ceará vivia crises políticas, declínio da produção agrícola e enormes secas (LACERDA, 2010, pp. 16-17).

Ao tratar especificamente da experiência dos migrantes cearenses na cidade de Belém – os que residiam e os que periodicamente desciam para a cidade –, Lacerda problematiza o fato de estes cearenses, e da população citadina em geral, conviverem com espaços que representavam a modernização e com espaços onde as ações do desenvolvimento urbano passavam longe. Esses espaços eram áreas conhecidas como Marco da Léguas, a área do Souza à Bandeira Branca, o ramal do Utinga e da Travessa Lomas Valentina, os bairros da Pedreira, Canudos e Jurunas. Eram lugares onde viviam a população mais pobre, considerados áreas insalubres e foco de doenças como o impaludismo.

Logo, a autora destaca que, se por um lado Belém se remodelava, por outro os seus problemas de infraestrutura continuavam graves, elencando vários deles, como: a água da chuva que continuava a inundar a cidade, provocando o transbordamento dos rios e igarapés, e que invadia o comércio, ruas e casas; o problema constante do abastecimento de água, que apenas era desfrutada, em 1900, pelos indivíduos com mais privilégios socialmente, enquanto a maioria da população ainda utilizava a água de poços e das fontes públicas; as dificuldades de iluminar todas as ruas da cidade de Belém com a luz elétrica em 1910; a carestia da cidade e a falta de emprego que levou

muitos pobres à mendicância; além da própria situação dos migrantes cearenses que viviam em Belém com enormes dificuldades no período do fausto, muitas vezes na indigência, o que incomodava os moradores mais abastados e as autoridades locais. Muitos desses migrantes foram mandados de volta ao Ceará.

Dessa forma, Lacerda, ao analisar a experiência dos migrantes pobres durante o período do fausto gomífero, destaca que os moradores de Belém conviviam com práticas e costumes considerados civilizados, como os bondes, as praças arborizadas, o teatro e o cinema, ao mesmo tempo em que conviviam com as consequências desta modernização. A autora também nota, com base na observação de processos crimes e reclamações publicados em periódicos da cidade, como o jornal *Folha do Norte*, que, especialmente para as classes populares, Belém era uma cidade perigosa. Vários foram os delitos por ela analisados, que terminaram na Chefatura de Polícia. Os lugares mais propícios para estes delitos eram as tavernas e os bares suburbanos, localizados em ruas mal iluminadas, frequentados por trabalhadores, inclusive cearenses, mas também por prostitutas, gatunos, assassinos.

O texto da autora, fundamentado em fontes de jornais e processos crimes, nos lembrou o romance de Márcio Souza, *Galvez, O Imperador do Acre* (1977), que, ao descrever Belém do período do fausto através da personagem Galvez, remete-nos a um lado pouco conhecido da *Belle époque* paraense:

1898, uma noite de julho em Belém do Pará. Começo a contar do meio da minha vida e já estou com 39 anos. Na memória vem um luar derramando um brilho fosco. O Ver – o – Peso é uma silhueta, o mercado popular sempre movimentado, e naquela madrugada as ruas estão mortas. Os lampiões elétricos atraem centenas de borboletas que voam e caem no chão como granizo mole. Da baía de Guajará vem uma brisa que arrefece o calor e reúne o cheiro da vazante com o mofo e o odor de estiva. Aquela zona, que recende a camarú e paurosa, é uma parte imunda da cidade, cheia de lama e lixo podre. Nas ruas que dão acesso ao mercado, a luz é precária e o movimento não é grande. Alguns boêmios transitam e eu estou bem acomodado em uma alcova. Pelo menos assim eu pensava (SOUZA, 1977, p.17).

Ao lado da Belém urbanizada e civilizada da época áurea da borracha, existia a “outra cidade”, a Belém do mercado popular do Ver-o-Peso, imunda, mal iluminada, fedida, descrita pela personagem Galvez. Essa Belém não surgiu com a “decadência” da borracha no mercado internacional, ela existia e fazia parte das contradições sociais de uma capital que se urbanizava a partir de um projeto excludente. Segundo Maria de

Nazaré Sarges (2002), o projeto urbano de Lemos era um projeto político que buscava, além do ordenamento do centro da cidade, do embelezamento, do saneamento, civilizar a população pobre, que ele compreendia como tendo costumes bárbaros e atrasados e como sendo responsável pela quebra das regras estabelecidas pelo poder público.

A historiadora, também biógrafa do “Velho” intendente, nome mais lembrado no processo de remodelação da cidade, esclarece que, apesar do discurso de Lemos de cuidar dos desamparados – o que fez através da conclusão do Hospital da Santa Casa, do Asilo da Mediocidade e do Orfanato Municipal –, ele menosprezava as camadas inferiores (SARGES, 2002, p. 142). As suas obras filantrópicas tiveram um caráter elitista, com a finalidade de controlar e vigiar a população. Aliás, segundo a autora, a relação do Estado, na figura de Antônio Lemos, com os populares era de repressão, controle, vigilância e também de negociação e concessão. Era prática da intendência lemistista, por exemplo, ceder a banda dos bombeiros para determinados festejos populares, assim como esses festejos ocorriam porque eram licenciados pela própria intendência, para que os populares pudessem utilizar as ruas com segurança, assim como outras providências que eram tomadas para o sucesso das festas.

Entretanto, nem sempre os acordos eram possíveis. Muitas pessoas sobreviviam na cidade de Belém enfrentando a polícia e resistindo aos códigos de postura municipal, que restringiam o uso do espaço urbano. Segundo Letícia Souto Pantoja (2005), o “populacho” que enfrentava a guarda urbana era o que mais incomodava o Poder Público e a Imprensa. É bom destacar que a imprensa da cidade de Belém, mesmo a que fazia oposição a Antônio Lemos e às suas “megalomanias”, estava de acordo com o ordenamento civilizacional de seu projeto saneador – a historiadora pesquisou os jornais *Diário de Notícias*, *O Democrata*, *O Pará*, *A República*, *Folha do Norte*. Para a imprensa, ser civilizado era ser elegante na forma de se vestir e agir, sempre de maneira ordeira e comedida; era importante também o gosto pelo trabalho e a valorização da família nuclear, além de ter um modo de vida cosmopolita, sempre usufruindo das conquistas da modernidade.

Segundo Pantoja (2005), os lugares onde era possível perceber a circulação de pessoas que viviam conforme o modelo de modernidade proposto por Antônio Lemos e pelos jornais eram bastante restritos, e se concentravam no centro da capital paraense.

Era um universo que procurava se diferenciar a partir do consumo de objetos importados e do luxo nos trajes, uma vez que o grau de civilidade e elegância dos indivíduos também era medido pela sua capacidade financeira e pelo bom gosto em adquirir produtos e serviços que não poderiam ser utilizados pela imensa maioria da população.

Apesar do discusso jornalístico voltado à propaganda da civilização e da modernidade de Belém, nos mesmos jornais é possível encontrar a presença de outros segmentos sociais que circulavam pela cidade, mas que não desfrutavam dos espaços de requinte e luxo. Eram os trabalhadores pobres urbanos, imigrantes europeus, migrantes nordestinos, cafetinas, meretrizes, ébrios, lavadeiras, ambulantes, carroceiros, estivadores, mendigos, pessoas que ocupavam não apenas as ruas do centro da cidade remodelada, mas que se apropriavam dos espaços privados para conseguir moradia barata nos cortiços, hotéis, instâncias e vilas (PANTOJA, 2005, p. 118).

A cidade de Belém da virada do século XIX para o século XX não pode ser descrita apenas como “moderna”, “bela”, “civilizada”. Sarges, Lacerda e também Pantoja – guardadas as especificidades de suas propostas de trabalho – chamam atenção para o fato de que, ao lado dos símbolos da modernidade e da elite que deles desfrutava, havia uma população complexa, múltipla. As experiências cotidianas desta população, segundo Pantoja, estavam presentes nos espaços sociais que se remodelavam e/ou no seu entorno. Essas pessoas descumpriam os códigos de postura, porque acreditavam que não estavam erradas ao ocuparem a orla de Belém em dias de calor, tomando banhos em lugares considerados proibidos; e ao fazerem festas em noite de luar, com rodas de samba, carimbó, forros ou assuadas nos fins de semana em cortiços e vilas onde moravam.

Na visão de Pantoja, para as camadas populares, a cidade era seu espaço de vida e sobrevivência, por isso mesmo frequentavam, sem nenhum pudor, as praças, ruas, becos, casas, onde iam para se divertir, beber, encontrar amores, fazer negócios e até resolver querelas com vizinhos. Não viam isso como uma afronta ou um perigo à ordem pública (PANTOJA, 2005, p. 139-140).

Nos códigos de Postura, porém, havia um outro entendimento. Para os gestores da cidade e também para a imprensa, as práticas de sociabilidade e os divertimentos

populares eram compreendidos como espaços perigosos, foco de doenças, vícios e criminalidade. Por isso, os divertimentos mais comuns entre as classes populares, como o samba, o batuque, a tocada de tambor, o forró e o carimbó, eram proibidos pela legislação municipal desde 1880, quando se publicou o Código de Posturas para a Câmara Municipal de Belém. Segundo o código, a diversão dos populares nada mais era do que barulho, desordem, vandalismo. Importante a observação de Pantoja, ao contrapor duas fontes, os processos crimes aos jornais, percebendo que os frequentadores dos “batuques” eram, geralmente, trabalhadores e sujeitos com ocupações definidas e não “desocupados” como tentava fazer crer os jornais da época.

Além do controle sobre a circulação dos espaços públicos da cidade, era preciso também controlar a vida privada da população. Sendo assim, os cortiços passaram a ser assunto prioritário das discussões do poder público e da imprensa local. Estes eram uma ameaça à salubridade e também à moral da sociedade belemita, uma vez que seriam um antro de sujeira física e criminalidade, além de esteticamente serem considerados inadequados ao novo padrão arquitetônico estabelecido pela modernidade. No Código de Postura de 1900, houve a proibição absoluta da construção dos cortiços, justificada pelo caráter insalubre, deflagrador de moléstias, e pelo ajuntamento de pessoas de moral duvidosa, o que fazia desses espaços antros de violências. A imprensa apoiou tenazmente a demolição dos antigos cortiços, utilizando o discurso da moral, da salubridade e do embelezamento da cidade (PANTOJA, 2005, p. 172).

Pantoja percebe na documentação que, entre 1905 e 1910, várias Vilas vão surgindo na cidade de Belém, compreendidas por ela como uma estratégia da população de burlar a legislação municipal, uma vez que as condições sanitárias das casas não diferiam em quase nada dos antigos cortiços. Ela cita algumas dessas vilas: Vila Pombo (Avenida Generalíssimo Deodoro, próximo da Boaventura da Silva), Vila União (Travessa 22 de Junho), Vila Corôa (Bairro do Umarizal) e Vila Téta (em frente ao Museu Emílio Goeld).

A proximidade dessas Vilas com o centro modernizado e embelezado de Belém incomodava os gestores, a elite e os jornais, que recorrentemente denunciavam a população insalubre (PANTOJA, 2005, p. 193). Ou seja, a autora argumenta que, sob o nome de “Vilas”, diversos cortiços conviviam com as largas avenidas recém-

inauguradas de Belém, com suas vias urbanizadas para o conforto de quem podia pagar. Os proprietários destas Vilas procuravam ocultar a existência do interior insubre das casas, erguendo as suas fachadas em cimento, embora o interior continuasse a ser de madeira ou taipa.

O centro da cidade mostrado nos Relatórios do Conselho Municipal e no *Álbum de Belém* não é o mesmo encontrado pela historiadora nos processos crimes e matérias jornalísticas. De acordo com Pantoja, os casarões das famílias mais abastadas conviviam com velhos prédios “encortiçados” no centro da cidade. Muitos imóveis recém-construídos tinham uma fachada dentro dos padrões da intendência, porém escondiam no seu interior quartos insalubres e com uma pluralidade de inquilinos que alugavam esse lugares devido à localização e por não serem alvos da fiscalização sanitária.

Antônio Lemos, no relatório municipal de 1897-1902, reclamou da dificuldade de modernizar a cidade de Belém. O intendente afirmava que, apesar das tentativas de remodelar as Avenidas 15 de Agosto e Ferreira Pena, com a demolição de vários prédios e a compra de tantos outros, ainda existiam muitas construções “velhas”, “sujas”, “provisórias”, que precisavam ser demolidas ou remodeladas, uma vez que contrastavam com a beleza da Praça da República (COIMBRA, 2014, p. 126-127).

Além do aspecto sujo de suas habitações, os moradores das Vilas e cortiços tinham um comportamento público inapropriado, segundo os novos parâmetros de civilidade que se deseja impor. Utilizavam a rua não apenas para a circulação, mas também para conversar, comer, brincar e brigar. Segundo o discurso da imprensa, as famílias de bem viviam acuadas, obrigadas a se retirarem de suas janelas para não ouvirem as conversas imorais. Assim, conforme Pantoja, na Belém da virada do século XIX para o século XX, a moralidade e imoralidade eram vizinhas, muitas vezes compartilhando ruas, janelas e calçadas, que eram territórios de conflito entre valores e modos de viver (PANTOJA, 2005, p. 193). Os pobres utilizavam a rua, desta forma, não apenas para transitar ou trabalhar, mas também para se divertir, porém suas práticas transgrediam as normas municipais de ocupação do espaço público.

Nesse sentido, Pantoja concluiu que não se pode afirmar que houve a consolidação da chamada *Belle époque* em Belém, especialmente considerando-se as

peculiaridades da realidade regional e em contraposição aos processos de reformas urbanas que ocorreram em cidades como Paris, Londres, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, no mesmo período. Segundo a historiadora é mais coerente afirmar que em Belém foram construídas diversas microtemporalidades e territorialidades, todas inseridas num quadro espacial comum, o quadro da cidade atravessada pelas tentativas do poder público de fazer um remodelamento arquitetônico e social.

Tais construções emergiram das experiências cotidianas de variados sujeitos sociais, ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e mestiços, nacionais e estrangeiros. Foram esses indivíduos que experienciaram o ambiente citadino, mergulhando em todas as suas inquietações e possibilidades. Portanto, a autora vislumbra inúmeras “Beléns”, dentro de uma mesma cidade geográfica, onde as sensibilidades urbanas se multiplicavam de modo concomitante ao processo de tessitura das experiências sociais diárias de lazer, trabalho, afetividade e moradia, vividas por diferentes grupos sociais (PANTOJA, 2005, p.338-339).

Todavia, parte da historiografia não está de acordo com as conclusões de Pantoja. Para Geraldo Mártires Coelho não há como negar a *Belle époque* em Belém, entendida como a manifestação e a representação da cultura burguesa que se mundializava a partir de 1850 (COELHO, 2011, p. 148-149). Para o historiador, que analisa o período do fausto em Belém a partir da história cultural, a *Belle époque* foi um processo complexo de relações culturais, sociais, mentais, materiais e políticas desenvolvido no interior da cultura burguesa do capitalismo, que então vivia a segunda revolução industrial, tecnológica e científica, firmando-se no mundo como um todo. Os sujeitos sociais emergiam das novas condições sociais e econômicas que dominavam o mundo do capital, logo a *Belle époque* significava:

linguagens, gostos, atitudes, estéticas, sociabilidade, construídos em escalas diferenciadas nos espaços hegemônicos da cultura burguesa, reproduzindo-se em escala planetária também nas condições e formas de agir, em tempos que abrigavam o proclamado triunfo do Progresso e da sua homologia, a Civilização (COELHO, 2011, p. 141).

O que Coelho quer nos dizer é que a “mitologia” da *Belle époque* foi forte o suficiente para construir representações e mundializá-las. De Paris, no final do século

XIX, espalharam-se para o resto do mundo, em maior ou menor escala, os valores e os rituais burgueses, os mecanismos e os comportamentos de sociabilidade. Diferente de Pantoja (2005), o historiador afirma que o fato de Belém e Manaus terem topografias sociais e físicas distintas de Paris não impediu que essas cidades se integrassem ao circuito mundial da cultura burguesa. Pelos canais que circulavam o capital, os bens de produção e a mercadoria, circulava também o discurso do progresso e da civilização que foi assumido pelos intelectuais em Belém, homens como Humberto de Campos, Paulino de Brito, Theodoro Rodrigues, João Lúcio de Azevedo, Augusto Montenegro, Justo Chermont, Eustáquio de Azevedo, os quais se sentiam como sujeitos de uma cultura moderna, cosmopolita. Foram homens que viveram a realidade do látex, dos tempos faustosos, e que deixaram registros expressivos que exaltavam o que vivenciaram a partir da imprensa, especialmente nos jornais *Folha do Norte* e *A Província do Pará*.

Segundo Geraldo Mártires Coelho, a cultura é o nível simbólico das relações concretas das sociedades entre si, e é por isso mesmo que é possível perceber o atrelamento dos homens de letras de Belém às matrizes do pensamento europeu e às ideias de progresso e civilização. Isso fica mais evidente durante a intendência de Antônio Lemos, quando o centro de Belém, concretamente, passou a ser dominado por um arquitetura refinada, elegante, eclética, em construções que imitavam as europeias. O cenário estava posto, e os atores sociais, os intelectuais – que pensavam ciência e literatura a partir dos paradigmas vindos da Europa –, estavam atuando e vivendo a sua *Belle époque*. É desta forma que a *Belle époque* de Belém “firma suas imagens, expende seus mitos, enraíza as suas legendas” (COELHO, 2011, p. 164).

Geraldo Mártires Coelho, em nenhum momento, afirma que todos viviam nesta Belém da *Belle époque*. O historiador tem o cuidado de destacar que, como na Paris de Baudelaire, na Belém da borracha os miseráveis também “cortavam as avenidas”. O novo modelo de viver da burguesia no final do século XIX, caracterizado pelo culto às artes e à indumentária, assim como ao ordenamento, saneamento e planejamento da cidade, tinha também como característica o encobrimento da pobreza e da mendicância. Mesmo com a presença incômoda dos pobres, a elite da *Belle époque* e o Estado investiram no sentido de reservar os centros das cidades para si. Passados os anos de

outro da *Belle époque* de Belém, na memória da e sobre a cidade, os miseráveis foram resgatados para a “Idade de Ouro”, suas mazelas esquecidas, a memória de um pequeno grupo de intelectuais se transformando em História, reforçada pelos monumentos herdados do período do fausto.

A professora Marinilce Oliveira Coelho (2005) destaca dois literatos da primeira geração do modernismo paraense que não perceberam a virada o século XIX para o XX apenas como um período de esplendor, luxo e progresso, o cronista De Campos Ribeiro e o poeta Bruno de Menezes. Porém, Coelho também utiliza ambos os literatos, para fundamentar a “desolação da modernidade vivida pelos habitantes” de Belém nos anos de 1920. Ou seja, segundo a autora, ambos os intelectuais conseguiram perceber as contradições do projeto urbanístico da modernidade, ao mesmo tempo em que compreenderam os anos de 1920 como anos de decadência da cidade de Belém e da construção de uma saudade de um fausto perdido para sempre.

Segundo a professora, citando o livro *Gostosa Belém de Outrora*, de De Campos Ribeiro, e o poema *Belém, cidade que teve um passado*, de Bruno de Menezes, entre 1920 e 1930, “a decadência econômica era visível na paisagem da capital paraense, onde inúmeros estabelecimentos comerciais e famílias abastadas mudavam-se para outros Estados” (COELHO, 2005, p. 40). Para tal afirmativa, a autora fundamenta-se também no estudo de geografia urbana de Antônio Rocha Penteado, que aponta para uma estagnação urbana na cidade de Belém entre os anos de 1920 e 1940, e será discutido mais adiante.

Concordamos com Marinilce Coelho quando esta afirma que De Campos Ribeiro e Bruno de Menezes observaram e criticaram as contradições do projeto de modernização da cidade de Belém. Todavia, justamente por isto, não partilhamos da ideia de que haja, por parte dos literatos, a idealização de um fausto perdido, nem da compreensão dos anos de 1920 como período de decadência da cidade.

De Campos Ribeiro, em seu livro *Gostosa Belém de Outrora* (2005), escrito nos anos de 1960, rememora o cotidiano de Belém durante as três primeiras décadas do século XX, inspirado em fatos que viu e viveu da meninice à adolescência. O literato centra a sua narrativa, de fato, na cidade marginal, em oposição à cidade da *Belle*

époque, destacando os tipos excluídos dos refinados teatros, cafés, das lojas e livrarias. O olhar do autor é o de quem viu a transformação da cidade, o surgimento dos espaços de sociabilidade burguesa, mas experienciando uma outra realidade, a do “peixe-frito” do Ver-O-Peso. A sua narrativa também apresenta, em vários momentos, o encontro desses dois mundos, dessas duas cidades.

Um bom exemplo do encontro e da mistura destes “dois mundos” podemos ler quando De Campos Ribeiro rememora a figura do açougueiro português, seu Chico. Em suas memórias ele o descreve como indivíduo culto, que sabe conversar sobre arte, literatura, política internacional, e que frequentou, “no ‘bom tempo’ das companhias líricas vindas ao Pará, o Teatro da Paz”. Seu Chico era fã de ópera e sabia até mesmo cantar algumas, ao mesmo tempo em que tinha predileção pelas “coisas de nosso folclore”, especialmente o boi-bumbá, do qual muitas vezes participou exercendo o importante papel de padre nos festejos populares (DE CAMPOS RIBEIRO, 2005, pp. 40-42).

Escrevendo sobre a avenida Independências antes de 1930, De Campo Ribeiro nos relata que era uma “rua de duas faces”, pois compunha dois tipos de vendas, de dia podia até ser caracterizada como um feira, mas durante a noite a realidade era outra. Embora destaque a sujeira do local, em nenhum momento o literato menciona a decadência ou um aspecto de cidade e/ou rua decadente. A Independência, dos anos de 1920, era uma rua tomada pelos populares, que comercializavam, durante o dia, de quitutes a passarinhos:

De dia, refinamentos urbanos, tranqüila e comodamente, ombreavam com quitandas de variadas mercâncias, chamarilho de mósca à beira da calçada. A ninguém arrepiava a presença de tabuleiros de guloseimas de feitura nordestina, manipulados ninguém sabia por quem, lá para os lados de “Canudos”, então quase circunscrito à avenida “Ceará”. Nem a ausência total de rudimentar higiene nos carrinhos de bucheiros à entrada mesmo da “Vila Teta”, enchendo o ar de emanções nauseosas: ou os sujos mercadeiros de passarinhos aboletados junto ao gradil do “Museu” (DE CAMPO RIBEIRO, 2005, p.121).

À noite, o tipo de venda era outro, por isso “rua de duas faces”. Após o apito das 21 horas do Utinga, surgiam, entre a 22 de Junho e a Castelo, as “vendedoras do amor”. Mulheres, algumas adolescentes, que falavam alto, muitas vezes alteradas, enciumadas

de algum amante. Tinham todas a mesma história, casa com muita gente, miséria e a proposta de um comerciante que lhes ofereciam uma vida melhor na capital. Belém atraía, era a cidade urbanizada, a metrópole da Amazônia, embora não se vivesse mais o fausto lealista. As “vendedoras do amor” vinham de Bragança, Vizeu, Timboteua, Igarapé-Açu e até mesmo do Maranhão, em busca “do sonho de melhoria”. Os fregueses eram, geralmente, populares, como policiais, bombeiros, motorneiros, condutores de bondes (DE CAMPOS RIBEIRO, 2005, p.122).

Dando continuidade à crônica das noites na Avenida Independência, De Campos Ribeiro narra que em frente ao Museu Emílio Goeldi, quase chegando à travessa 3 de Maio, a Avenida Independência mudava mais uma vez a sua face, o que nos leva a concluir que, na verdade, era uma rua de “três faces”. Havia dois cafés muito famosos, o “Café do Buraco” e o “Café do Frederico”. O Café do Buraco “situava-se abaixo no nível da rua e tinha frequência menos espantável que os demais”. O café do Frederico era o ponto de reunião da boemia e de poetas do modernismo paraense, que o frequentavam porque ali se encontrava sempre Ernani Vieira, “o mais fecundo de quantos aedos já possuiu o Pará”.

Era no Café do Frederico que Ernani Vieira declamava em primeira mão os versos que depois eram publicados nas revistas *A Semana* e *Belém Nova*. A plateia, formada também pelas “vendedoras do amor”, emocionava-se ao ouvir os versos dos literatos paraenses. “Aquele mundo, tão baixo na sua condição social, altava-se naqueles sucessos pela presença dos poetas” (DE CAMPO RIBEIRO, 2005, p. 123).

Segundo Marinilce Coelho (2005, p. 39), a decadência da cidade de Belém serviu de inspiração para Bruno de Menezes no poema *Belém, cidade que teve um passado*¹⁵⁷, escrito em 1944. Mas na verdade, o poeta do batuque evoca a “Belém do fausto” e suas “ vaidades que se foram”: jardins, praças, alegrias, luzes de candelabros, transportes modernos e todo “o conforto natural da civilização”, em tom de crítica. Afirma que a cidade de Belém – possivelmente a sua elite e os gestores – praticaram uma “ingenuidade burguesa” e acreditaram que apenas decorá-la com os símbolos da modernidade seria o suficiente para solucionar todos os seus problemas eternamente.

¹⁵⁷ O poema é de janeiro de 1944 e pode ser encontrado no volume I das Obras Completas, organizado pela Secult, em 1993. MENEZES, Bruno de. **Obras completas** – Lendo o Pará, 14. Obra Poética, vol. 1. Belém: Secult, 1993, pp. 488-490.

Para o modernista Bruno de Menezes, a culpa é de Belém, ou seja, da elite que conduziu a sua urbanização, esquecendo a natureza belemita, orlada pelas águas dos rios. Ele nos diz que a “Belém do fausto” deu as costas para os pobres, para os poetas e para o rio, “esquecendo o teu destino”, numa crítica ao tipo de urbanização que foi conduzido pelo Estado na virada do século XIX para o século XX.

É importante destacar que, durante muito tempo, moradores, visitantes, intelectuais e jornalistas retrataram a elite paraense como presunçosa, corrupta, apenas dada a lucros especulativos, sem se preocupar com investimentos mais duradouros. As testemunhas da decadência econômica do látex, como o próprio Bruno de Menezes, e depois destas testemunhas, os historiadores, como Enresto Cruz (1973), vão fazer diversas críticas à “cegueira” da elite local em relação ao progresso no cultivo da borracha.

Para Barbara Weinstein (1993), acusações como essas subestimam a perspicácia da elite local e a grande dificuldade de encontrar na Amazônia um solo propício para o cultivo da seringueira. Além disso, conforme a estudiosa, não devemos entender “a elite” como um bloco homogêneo, sem levar em conta a variedade de seus recursos, interesses e ideologias. Se a comunidade de comerciantes ignorou o cultivo por décadas, a elite tradicional lamentou, desde as décadas iniciais da expansão, o fato de a região depender da seringa silvestre.

Bruno de Menezes, escrevendo nos anos da Segunda Guerra Mundial, faz referência em seu poema aos aviões que cortavam o céu da urbe e aos turistas “belicosos”; se o poeta fala em “saudade do que se foi” e em “lembranças do passado”, não quer dizer que esteja celebrando o fausto do início do século, porém ele também não afirma que Belém era uma cidade decadente. O poeta faz uma crítica social ao “propósito apenas decorativo” da modernização desta, e com muita clareza declara que “ele mesmo e a cidade” eram apenas dois “provincianos”, a província das grandes metrópoles do capitalismo, “burlados no entusiasmo da nossa esperança”. Bruno de Menezes, leitor de obras de esquerda desde a mocidade, percebia as contradições que o desenvolvimento do capitalismo impunha em regiões como a Amazônia, limitando o tipo de “progresso” a ser implementado.

Mesmo em nível federal, a Amazônia, nem durante o *boom* do comércio gomífero, adquiriu o equivalente peso ou a importância política de São Paulo e Minas Gerais, embora as exportações de borracha tenham aumentado substancialmente o montante de moedas estrangeiras que circulavam em todo o Brasil. A economia da borracha não criou novos mercados para bens de consumo nacionais, entretanto chegou a corresponder a 40% do total das exportações brasileiras em 1910, no ano do “colapso”. Ainda assim, a elite da borracha era desprezada, uma vez que investia muito pouco dos seus lucros fora da região.

Como mercado consumidor, a Amazônia também tinha uma importância relativa, já que a maior parte de seus alimentos e produtos manufaturados era produzida localmente ou adquirida no exterior, além do fato da sua população ser pequena demais para que tivesse algum efeito sobre o consumo nacional. A borracha era um produto que precisava ser vendido quase que totalmente no exterior, já que o setor industrial no Brasil era incipiente. Mesmo no auge da expansão gomífera, a Amazônia ocupava uma posição periférica na economia nacional, o que ficou explícito com a negativa do Congresso Nacional em socorrer a elite comercial nos anos de 1910 (WEINSTEIN, 1993).

Bruno de Menezes, já, em 1944, sendo membro da Academia Paraense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico, e encontrando-se à Frente da Comissão Paraense de Folclore, além de ter uma larga experiência como servidor público estadual, em órgãos como o Tesouro do Estado e a Secretaria de Agricultura, possivelmente não desconhecia a posição periférica da região em relação ao Brasil e ao resto do mundo, assim seu poema não estava fazendo uma apologia ao fausto, mas uma crítica à cidade que apertou a mão “a todo mundo, porque não viste que os teus amigos eram os poetas e os românticos”. É bom destacar que o intelectual teve a vida marcada pela revolução na estética e na política, o que fez dele o poeta modernista mais admirado e respeitado pelas gerações seguintes.

Segundo Figueiredo (2001), sua poesia teve uma contribuição revolucionária, sempre demonstrando preocupação com as injustiças sociais. Logo, na “sensibilidade sentida” pelo literato, no poema “Belém, cidade que teve um passado”, “a formosa Belém das vaidades que se foram”, dos “álbuns feitos em Paris”, da *Belle époque*, era a

Belém onde poetas como ele, os pobres e os rios não tinham lugar; era uma cidade com a qual o poeta não tinha laços de afetividade e não evocava em suas saudades.

A historiadora Adriana Coimbra (2014), em estudo recente, buscou discutir a cidade de Belém a partir da figura de Francisco Bolonha, engenheiro fundamental ao projeto de modernização implementado por Antônio Lemos. Ao falar do surgimento da “decadência”, a historiadora afirma que a historiografia da Amazônia aponta para o surgimento de uma “ideologia decadentista” no final da década de 1910, no período que marcaria a falência total da economia da borracha na Amazônia.

Porém, a autora não aponta que historiografia é essa, embora cite a tese de doutorado de Aldrin Moura Figueiredo (2001) para confirmar que a região teria ficado “profundamente desconfiada de seu passado de glórias” (COIMBRA, 2014, p. 116). Em nota de rodapé (p.116, nota 212), ainda tendo por base a tese de Figueiredo, afirma que os “novos”, os intelectuais modernistas, “produziram narrativas memorialistas recheadas de saudosismo sobre a idealizada *Belle époque*”. Desse modo, não fica claro se para a autora esses intelectuais produziram obras desconfiadas da *Belle époque* ou se produziram obras saudosistas, que contribuíram para a construção de sua ideia.

Um grupo intelectual, como nos coloca Raymond Williams (1999), compartilha valores relacionados, geralmente, à afeição pessoal e ao prazer estético, valores que são capazes de fazer com que apresente um novo estilo literário e em que seus próprios componentes se vejam enquanto grupo, diferentemente dos outros e/ou dos “passadistas”. Mas isso não significa que todos os seus componentes tenham as mesmas raízes sociais e culturais e/ou a mesma formação e posição social.

A “Associação dos Novos”, que surge em 1921, como esclarece Figueiredo (2001, p.219-221), nasceu do encontro e das trocas de experiência de dois grupos de intelectuais, com histórias de vida bem diferentes: o grupo de Braguinha, Edgar Proença, Clóvis Gusmão, Abguar Bastos e Nunes Pereira, conhecido como “Academia ao ar livre”; e o grupo da “Academia do Peixe-frito”, composto por Bruno de Menezes, Rocha Júnior, Paulo de Oliveira, De Campo Ribeiro, Ernane Vieira, Muniz Barreto, Arlindo Ribeiro de Castro, Lindolfo Mesquita, Sandoval Lage e Rodrigues Ponnagé. Como foi possível perceber na discussão anterior, intelectuais como Bruno de Menezes

e De Campo Ribeiro não produziram obras idealizando a *Belle époque*, logo o grupo não pode ser compreendido com um todo uníssono.

Coimbra continua a afirmar que muitas são as narrativas que falam da saudade deste tempo de fausto econômico, embora cite apenas as memórias de Octávio Meira, no livro *Memórias do Quase Ontem*, e o pesquisador Fábio de Castro, com o trabalho *Cidade Sebastiana* – trabalho este que, para os historiadores, apresenta muitos inconvenientes, uma vez que o autor não utiliza nenhum tipo de fonte para embasar suas ideias, além de não discutir a historiografia da região que pesquisou o tema. Baseada em Meira e Castro, a autora conclui que os homens da primeira metade do século XX – possivelmente os intelectuais – se apegaram à imagem do fausto produzida sobre Belém, assim como parte da população, especialmente a mais instruída, que ainda hoje tem uma perspectiva idealizada sobre a cidade que um dia foi a “Paris nos Trópicos”.

O historiador Aldrin Moura Figueiredo (2001), citado por Coimbra, se propôs a investigar o grupo de intelectuais modernista paraense, “apelidado” pelo seu líder, Bruno de Menezes, de “Vândalos do Apocalipse”. Segundo Figueiredo, é no final da década de 1900 – e não no final de 1910 como colocou Coimbra – que tem início o lamento pela baixa do preço da borracha no mercado internacional. Como consequência disto, as décadas seguintes serão associadas a um tempo de decadência, decadência esta determinante nos fracassos sociais e culturais da cidade de Belém. Theodoro Braga, um dos pintores mais importantes do início do século e protegido do intendente Antônio Lemos, vai reinterar a ideia de decadência no seu livro sobre a pintura no Pará, afirmando que a oscilação econômica promoveu uma crise nas artes (FIGUEIREDO, 2011, p. 97).

Para artistas como Theodoro Braga, que em 1908 pintou e apresentou no Teatro da Paz a tela da fundação de Belém, a queda da borracha no mercado internacional e do projeto artístico-civilizador de Lemos era a materialização de um período de decadência. A *Belle époque* da cidade de Belém foi um projeto civilizador, empreendido e levado a cabo por Antônio Lemos, que protegia determinados artistas – não todos – e buscava dinamizar as belas artes, como parte de uma estratégia de autopromoção, que o credenciava a ser o mecenas da cidade civilizada, e nisso estão de acordo Aldrin Moura Figueiredo, Nazaré Sarges e Geraldo Mártires Coelho.

Ainda segundo Figueiredo, a maioria dos autores, intelectuais e literatos em cena nos anos de 1910 vai registrar esse momento como de “estiagem” na produção intelectual Amazônica, o que é questionado pelo autor, uma vez que, no final dos anos de 1910, no auge do declínio econômico, surge a primeira revista literária e semanal no Pará, de grande circulação, *A Semana*. A revista é forjada em meio a construção da ideia de decadência, em que muitos literatos que lá escreviam continuavam inconformados com a perda do passado faustoso (FIGUEIREDO, 2011, p. 98).

Maria Nazaré Sarges (2002), dando continuidade aos seus estudos sobre a cidade de Belém, propôs uma biografia de Antônio Lemos, na qual utiliza diferentes memórias construídas em torno do nome do intendente, com o objetivo de descortinar uma história que oficializou o tempo de Lemos como aquele da *Belle époque*, do progresso e da modernidade de todos os paraenses. Buscando desconstruir o mito lemistá, a autora atenta para os conflitos e as contradições da cidade, para a ambiguidade das diferentes e prováveis vivências, a partir de fontes pouco utilizadas pela historiografia oficial, que se ocupou tanto da biografia do intelectual como do entendimento da cidade de Belém na virada do século XIX para o XX. Dessa forma, a autora para tecer suas reflexões utiliza um grande aparato documental: as Ata do Conselho Municipal, do Senado Estadual, Relatórios da Intendência, jornais, panfletos e revistas da época.

De posse da gama documental, Sarges afirma que a administração de Lemos pode ser encontrada tanto nas manchetes políticas dos jornais *Folha do Norte* e *A Província do Pará*, quanto nas colunas policiais, nas quais a população contestava as normas implementadas pelo intendente. Os sujeitos silenciados pela história oficial são percebidos na pesquisa resistindo à repressão, ao controle e à vigilância do projeto civilizador proposto por Lemos, ao mesmo tempo em que também negociam com a intendência, que algumas vezes fazia concessões.

Concordamos com a autora quando diz que o mito da *Belle époque* da cidade de Belém foi construído *pari passu* com o mito da administração de Antônio Lemos, sendo a história da cidade “também um pouco a história do seu interventor”, tanto no projeto urbanístico quanto no poder constituído. É a partir da administração de Lemos que Belém se torna um canteiro de obras que deveria ser atrelado aos padrões da

estética europeia, o que se tornou possível em parte à economia do látex e aos empréimos do intendente. Durante os anos de administração lemista, a cidade era chamada de “Paris Tropical” e/ou de “Francesinha do Norte”, o que refletia, segundo a historiadora, a construção de um imaginário que as elites tentavam imprimir a partir da moda, dos comportamentos, dos hábitos importados da Europa (SARGES, 2002, p. 115).

O projeto político de Lemos foi o eixo fundamental para a implantação do “progresso” na cidade de Belém, segundo os padrões vindos de fora, como ocorreu nas outras cidades brasileiras, por meio da higienização e do ordenamento do espaço público. A estratégia lemista de saneamento implementada iniciou com a divisão da cidade em distritos sanitários, incumbindo médicos da vacinação e revacinação da população, dentre outras funções (SARGES, 2002).

O projeto de urbanização da cidade com a construção de praças, jardins, quiosques, palacetes, largas avenidas misturava-se com o cotidiano de “bota-abaixo” de cortiços e construções que não estavam de acordo com os novos padrões. Também envolvia a proibição de ambulantes em determinadas vias da cidade, o controle dos trabalhadores a partir da obrigatoriedade de matrículas e da multa ao carroceiro que conduzisse sua carroça de maneira inadequada. Era uma série de medidas que atingiam a população pobre e que fazia com que esta estivesse em confrontos diários com os representantes da Municipalidade (SARGES, 2002).

Segundo Sarges, apesar da política de concessões ser comum desde o período imperial, na administração de Antônio Lemos elas representavam barganha política, troca de favores. Os beneficiados eram, geralmente, seus familiares, amigos próximos e correligionários. No curso deste debate iniciado por Sarges, Coimbra (2014) problematiza as várias concessões feitas por Lemos aos seus aliados políticos, especialmente as adquiridas por Francisco Bolonha, a partir do que a historiadora chama apropriadamente de “negociatas vantajosas” (COIMBRA, 2014, p.53).

Partindo da análise do jornal opositor *Folha do Norte*, Coimbra problematiza como a intendência de Lemos optou por modernizar Belém, por meio da política de concessões irregulares, e foram muitas, como: a “Vila Bolonha”, o “Mercado Velho”, os quiosques – algumas das inúmeras concessões “dadas” ao Francisco Bolonha; as

concessões ao Salvador Costa; as concessões ao genro de Antônio Lemos, Joaquim Gonçalves Lalôr; além de Lemos ser acusado de estabelecer contratos de concessão irregulares com várias empresas.

O colapso econômico da borracha coincide com a turbulência política dos anos de 1910 a 1912 que levaram à queda de Antônio Lemos. Para Weinstein (1993), os problemas políticos foram intensificados devido ao “colapso” econômico ou o que ela chama de primeiros anos da decadência, embora a “quebra” não tenha nenhuma relação direta com Lemos. Para Sarges, a crise política que leva à queda de Lemos relaciona-se com os desentendimentos políticos deste com seus aliados, especialmente com Augusto Montenegro e Virgílio de Mendonça, e também com o fortalecimento da oposição à política de concessões do intendente entre os membros do Conselho Municipal.

A política de concessões, assim como as medidas saneadoras, prejudicavam as classes populares, que estavam em constante conflito com a ordem municipal. No final de 1910 os populares se rebelaram contra as latas de lixo, um dos objetos de concessão de Lemos. Este, seguindo à risca a política de padronização da cidade, exigiu que o lixo fosse colocado em latas herméticas. Os comerciantes, que contestavam o valor alto das latas de lixo agora de uso obrigatório, resistiam a sua utilização. Os populares, então, em sinal de protesto contra mais uma das obrigatoriedade da municipalidade, se rebelaram contra as latas de lixo, iniciando uma série de tumultos e rebeliões que marcaram a queda de Lemos (SARGES, 2002, p.70-71). Ou seja, a insatisfação com a política de concessões é a chave para que possamos entender como os desentendimentos políticos entre as elites ultrapassam os jogos pelo poder, chegando aos levantes violentos protagonizados pela população rebelde.

Embora a oposição tenha se valido dos jornais para incentivar as rebeliões, a partir dos periódicos *Folha do Norte* e *O Estado do Pará*, a população partiu para o levante, porque de fato era prejudicada pelas políticas do gestor, especialmente pela política de concessões. Objetivando ordenar, sanear e embelezar o espaço urbano, Lemos pouco se preocupava com as consequências de suas decisões para os menos favorecidos, já que estes, para o intendente, constituam-se em “classes perigosas”, tanto no sentido do perigo de contágio, como no sentido do perigo por serem incivilizados, bárbaros, arruaceiros (SARGES, 2002).

Para Coimbra, a destituição de Lemos do poder começa a ser efetivada com a revolta que provoca o incêndio de vários quiosques da concessão ao Bolonha, no ano de 1911. Era uma espécie de “despojo público do poder feito a Lemos” (COIMBRA, 2014, p. 96). Os quiosques foram queimados, segundo a historiadora, porque disputavam o espaço da cidade com os ambulantes, sempre em desvantagem.

Após os tumultos na cidade, o incêndio do prédio do jornal *A Província do Pará*, a humilhação pública de Antônio Lemos e a cruzada dos jornais oposicionistas ao ex-intendente, ocorre um silêncio, a partir de 1914, na imprensa da cidade de Belém em relação ao período lequista. Os anos de 1910, além de serem os anos de “colapso” da economia gomífera, com diversas falências comerciais na cidade, são também os anos em que se contrói uma memória “ruim” em relação ao Lemos, a partir de 1912, devido os acontecimentos políticos, quando seus adversários o reponsabilizaram juntamente com seus seguidores pelo motim popular que matou sete pessoas e feriu quinze (SARGES, 2002, 197-198).

Nos anos de 1920, ainda segundo Sarges, aflora uma outra memória em relação a Lemos. Esta memória, agora reparadora, relaciona o ex-intendente às obras que realizou na cidade, e que comprovavam a sua “grandiosidade” como gestor. Essa memória positiva, do grande urbanizador, se articulava com a construção do mito da *Belle époque* que estava sendo construído por memorialistas, intelectuais e articulistas. Para a biógrafa do intendente, entre 1910 e 1940, a memória de Antônio Lemos que circula na cidade de Belém não era uníssona. Estava relacionada à destruição, à violência, à morte, ao mandonismo e ao compadrio, mas também ao sentimento de perda de um passado faustoso.

Um exemplo utilizado pela autora é a homenagem que o IHGP (Instituto Histórico e Geográfico do Pará) fez ao ex-intendente em 1943, buscando restaurar uma memória positiva de um tempo que muitos de seus integrantes haviam vivenciado. Além dos periódicos e dos intelectuais do IHGP, algumas obras são apontadas como de fundamental importância para a construção da memória de Lemos como o grande gestor da *Belle époque*, como o livro de Humberto de Campos, editado em 1923, “Carvalhos e Roseiras”.

A partir dos anos de 1960, a memória do Lemos como o grande urbanizador se destaca com o surgimento de várias obras sobre a *Belle époque* de Belém. É quando ocorre o que a autora chama de “salvamento de uma memória coletiva”, mas que na verdade era a expressão da memória de um determinado grupo social, uma “elite” em estreita relação com o poder político e econômico local.

Em obras como a de Leandro Tocantins, *Santa Maria de Belém do Grão Pará* (1963); a de Corrêa Pinto, *Belém: Imagens e Evocações* (1968); a de Carlos Rocque, *Antônio Lemos e sua Época* (1973); a de Ernesto Cruz, *História de Belém* (1973); a história contada sobre Antônio Lemos enfatizava a memória do grande urbanizador da cidade, que transformou Belém na *Paris n'América*, diminuindo a importância da outra memória, a ruim, a memória de Lemos chefe político arbitrário, causador de motim e tragédia. A memória sobre Lemos não é mais vista em relação ao seu poder de mando na política local, mas é ligada à cidade, entendendo os autores destas obras ser necessário guardar, defender e difundir a memória do tempo da *Belle époque*, personificada no estadista Lemos.

Sarges conclui o estudo afirmando que Antônio Lemos e a *Belle époque* de Belém do Pará ainda é uma utopia, um mito, uma memória que se sobrepõem à história. Este mito foi construído junto com a ideia de decadência da cidade de Belém, justamente a partir da queda de Lemos. Se muitos intelectuais, especialmente os que experienciaram os anos de fausto, e a imprensa foram fundamentais para a construção do mito da *Belle époque*/Lemos e da decadência, é preciso considerar que os romances produzidos por Dalcídio Jurandir, nos anos de 1950, não colaboraram para essa construção, embora alguns estudiosos utilizem equivocadamente o romance *Belém do Grão-Pará* como “exemplo” da decadência da cidade de Belém.

A historiografia sobre a cidade de Belém nos anos de 1920 costuma utilizar, além do romance *Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio Jurandir, o estudo de geografia urbana de Antônio Rocha Penteado, de 1968, para confirmar o estado de decadência em que se encontrava a cidade. Penteado afirma, entretanto, que até 1920 a cidade de Belém viveu sob os efeitos do ciclo econômico da borracha. Embora deixasse de ser a capital da borracha, esta sobrevivia devido ao seu porto, ao seu centro comercial, e ao fato de ainda ser um centro cultural de grande importância, com escolas, biblioteca

pública, museu, teatros, e de ainda existirem a “colônia europeia” que se reunia no terraço do Grande Hotel e do Café da Paz e os inúmeros periódicos. Logo, conclui que Belém era uma cidade que “ainda acompanhava a evolução da civilização europeia” (PENTEADO, 1968, p. 160), e exatamente por isso, o autor afirma que nenhum aspecto de Belém configurava, ainda, uma imagem de decadência.

Segundo Penteado, porém, é entre 1920 e 1940 que Belém passa por uma das piores “fases de sua existência”, um período compreendido por ele como de estagnação econômica. A população chegou a diminuir, aproximando-se em 1940, do número de habitantes que possuía na primeira metade do século XIX. As fábricas continuavam a funcionar, embora os estabelecimentos industriais fossem poucos, já o centro comercial resistiu, “heroicamente”, à estagnação da cidade. Apesar da demora dos poderes públicos citadinos em solucionar problemas vitais para o desenvolvimento da cidade, como as deficiências do sistema de energia elétrica, do abastecimento de água potável, do saneamento das zonas úmidas e da circulação urbana, Belém podia ser considerada a “Metrópole da Amazônia”, centro importador, exportador, e que redistribuía as mercadorias pela região amazônica.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade se beneficiou com a instalação de bases militares, com a intensa circulação de pessoas no seu aeroporto e nos hotéis, porém era um sopro de “artificialidade da vida urbana” (PENTEADO, 1968, p. 182), uma vez que a população local passava por graves problemas econômicos e a pobreza das áreas periféricas era alarmante. Apesar de todos os problemas, Penteado conclui que Belém “não decaiu”, estava estagnada na sua evolução, à espera de um novo surto econômico que lhe colocasse de volta nos trilhos do progresso.

Dando continuidade aos estudos sobre Belém entre 1920-1940, a historiadora Vanessa Spinosa (2005), em pesquisa que objetivava perceber, a partir de uma larga documentação (revistas, processos-crimes, jornais e memórias), as vivências cotidianas dos belemitas, aliadas a um espaço de circulação de ideias entre as elites e as classes populares, problematizou a cidade e seus moradores nos anos de 1930 e sua relação com as décadas precedentes. Para Spinosa, Belém era uma cidade em crescimento e não uma cidade estagnada, como concluiu Penteado. Questionando o estudo de Penteado, especialmente quando este aponta o decréscimo populacional de Belém em relação ao

período da borracha, a autora conclui que, apesar do “esvaziamento espacial” que Belém sofreu, isto não facilitou as condições de vida e moradia dos sujeitos sociais.

Diferentemente de Penteado – que afirma que entre 1920 e 1940 Belém passa por uma “completa desorganização administrativa” (PENTEADO, 1968, p. 166) –, Spinoza nos diz que os governantes do Estado do Pará esforçaram-se em manter, mesmo com dificuldade, os serviços públicos e as obras de reforma e/ou inauguração na cidade. Para a autora, esta era, como foi na época de Antônio Lemos também, cheia de contradições, porém não estava em decadência nem em estagnação. Seu crescimento era sentido, mesmo que de maneira mais lenta do que nos áureos tempos do látex.

Percebemos, a partir do estudo de Spinoza, que os problemas apresentados por Belém nos anos de 1930 e denunciados por seus moradores, se assemelham àqueles vivenciados no período da *Belle époque*, os quais também eram reclamados pela população que não tinha a possibilidade de desfrutar do plenamento dos progressos da modernidade. O bonde, a luz elétrica, a água potável e o gás existiam, traziam benefícios para a cidade e para os seus habitantes, porém a sua qualidade era questionada pela população que convivia com tais serviços e se utilizava dele como necessidade básica. Ou seja, eram problemas antigos e novos desafios impostos aos gestores para que os serviços se tornassem um benefício da modernidade delegado a um maior número de habitantes.

A população de Belém, especialmente a que residia nos bairros da periferia, reclamava da qualidade dos bondes, do trem, da luz, da água, e até mesmo da inexistência da luz elétrica em alguns destes locais. Logo, Spinoza conclui que o crescimento da cidade, entre 1920 e 1940, não acompanhou o aprimoramento dos esforços públicos e privados para bairros suburbanos. A ampliação desse serviço para os bairros mais populares era algo raro e muitas vezes descontínuo. A autora também destaca que, mesmo nos bairros das elites, como Nazaré e Batista Campos, a precariedade dos serviços podia ser sentida, embora de maneira mais branda. Dessa forma, cresciam diariamente nos periódicos da cidade as queixas sobre os serviços oferecidos pelo Estado.

Spinoza questiona a ideia de um mapeamento socioeconômico das classes populares em áreas restritas, confinadas a determinados redutos. Há a predominância de

lavadeiras, carvoeiros, marítimos, cozinheiras em bairros periféricos, mas eles também podiam ser vistos, em número menor, nas áreas centrais, morando em bairros e ruas desvalorizadas.

As formas de construção e a organização das ruas eram pouco delimitadas, encontrando-se ainda em processo de ordenamento. As elites que possuíam casas e chácaras no bairro do Pinheiro ou em outras localidades mais afastadas do centro conviviam com a população pobre que lá residia e que apareceu nas colunas policiais e nos processos crimes estudados por Spinoza. Dito de outra forma, as casas das elites, muitas vezes, conviviam com as barracas de pessoas extremamente pobres, uma vez que, segundo o levantamento da autora, dos 236 mil habitantes belemitas (censo de 1930), apenas 80.784 viviam em casas de madeira ou alvenaria (próprias ou alugadas), isto é, 67% da população habitava outras formas de moradia, como as barracas, pensões, repúblicas ou quartos.

A partir dos processos crimes e das matérias jornalísticas, Spinoza percebe uma circularidade cultural entre os populares e a elite, que acabavam, muitas vezes, ocupando o mesmo espaço. É claro que havia uma estratificação social, que inclusive começava pelo próprio local de moradia, onde coexistiam, na mesma casa, o popular – a doméstica; a “agregada” – cria da casa; e a elite – médicos, advogados, industriais, funcionários públicos do alto escalão. Embora muitos populares não habitassem os bairros residenciais das elites de Belém, trabalhavam neles – eram vigias noturnos em Nazaré ou diaristas na Cidade Velha –, conviviam, experienciavam e tinham parte de suas referências vinculadas tanto ao seu local de moradia (periferia) quanto ao seu local de trabalho (espaço elitizado). A autora finaliza afirmando que havia interatividade entre as diversas camadas sociais de Belém – cidade que crescia, embora de forma lenta –, e essa interatividade caracterizava o tecido urbano, social e cultural da cidade. As fronteiras sociais eram fluidas e não estáticas, bem como suas demarcações e interações.

A historiadora Eva Dayna Felix Carneiro (2011), ao buscar compreender a experiência do cinema nos anos de 1920 na cidade de Belém, tem um posicionamento diferente de Penteadó (estagnação) e Spinoza (crescimento mais lento). Segundo Carneiro, a cidade de Belém se diferenciava das demais capitais brasileiras nos anos de 1920, justamente por ainda viver um período de fragilidade econômica, herdado dos

anos de 1910. O apogeu da crise econômica, para a autora, é o ano de 1923, marcado pela crise do funcionalismo público da capital paraense, especialmente dos professores, que tiveram longos atrasos de salário e passaram a ser identificados como profissionais sem prestígio (CARNEIRO, 2011, p. 21).

A crise se dava, em grande medida, como um reflexo da queda dos preços da borracha no mercado internacional, que intensificou o aumento dos gêneros alimentícios, do desemprego, dos problemas de abastecimento de água e dos meios de transporte. Para ratificar sua perspectiva, a autora cita o romance *Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio Jurandir:

A cidade de Belém, no início da década de 1920, amargava uma crise que se arrastava desde a década anterior. Dalcídio Jurandir no romance *Belém do Grão-Pará* caracteriza a cidade, naquele momento como “uma cidade acabada”, caracterizada pelo deterioramento de frotas de navio, caixas d’água vazias e enferrujadas, “avisos de guerra apodrecendo no curro velho”, e até mesmo o suntuoso mercado de São Brás, é lembrado aqui por sua “fachada encardida” (CARNEIRO, 2011, p.22).

Dalcídio Jurandir, como já problematizado na primeira parte deste estudo, escreve seus romances relacionando ficção (arte), seu engajamento político nos problemas sociais do seu tempo e sua experiência de vida, inclusive em Belém dos anos de 1920. Logo, a compreensão de história nos romances de Jurandir passa pela própria experiência de vida, experiência esta vivenciada nos bairros periféricos de Belém. Os romances do autor, como *Belém do Grão-Pará*, escrito em 1950, tinham um cunho de crítica política, e de maneira nenhuma buscaram ratificar a ideia de uma Belém de “fausto” no período de Lemos, e muito menos confirmam a “decadência do fausto” nos anos de 1920.

O olhar de Dalcídio Jurandir, a partir da sua experiência periférica, de “baixo”, é o olhar das classes populares que resistiram ao tipo de “progresso” e “modernização” que estava sendo imposto pelos gestores do Estado. Dalcídio Jurandir, no romance *Belém do Grão-Pará*, como veremos no próximo capítulo pormenorizadamente, compreende a história como um campo aberto de lutas, de conflitos sociais, de atritos. Isso não poderia ser diferente, já que era um intelectual com uma leitura de mundo a partir do Materialismo histórico e que buscou escrever um história na qual as classes oprimidas

tivessem voz. Por isso ele traz, para o centro dos seus romances, não o fausto e a decadência, mas os dramas da “aristocracia do pé no chão”.

A passagem utilizada por Carneiro não ratifica uma suposta ideia de decadência da cidade de Belém produzida pelo romance de Dalcídio Jurandir. Na trama existem núcleos de personagens diferenciados, e é do núcleo da família Alcântara, antigos correligionários de Antônio Lemos, que surge a afirmativa de que Belém “era uma cidade acabada” (JURANDIR, 2004, p. 153). Na trama dalcidiana, a família Alcântara vive o luto pela perda do fausto, uns inconformados, como a esposa de seu Virgílio, Dona Inácia, outros conformados como ele, sendo, inclusive a sua personagem que enumera os problemas pelo quais passava a cidade de Belém, citados também por Carneiro para confirmar a decadência da cidade.

Visse a flotilha da Amazon River criando bicho no Guajará, a Caixa-d'Água com as suas três painelas grandes sempre vazias se cobrindo de ferrugem sobre um bairro infeliz. Visse a Estrada de Ferro, o Mercado de São Brás, a fachada já tão encardida, os avisos de guerra apodrecendo no Curro Velho (JURANDIR, 2004, 153).

O que queremos dizer é que as falas de uma ou outra personagem não dão conta do entendimento da perspectiva de história contida nos romances de Dalcídio Jurandir, que não devem ser consultados como fonte histórica apenas para ratificar um suposto cenário/contexto de decadência da cidade de Belém nos anos de 1920. Entretanto, a autora insiste neste tipo de interpretação, ao se referir a uma outra passagem da obra, a caminhada da personagem Alfredo até o cinema Olympia, afirmando que Dalcídio Jurandir deixa “transparecer a decadência de alguns prédios da capital”, como o prédio do jornal *A Província do Pará*, em uma alusão do autor à decadência do Lemismo (CARNEIRO, 2011, p. 24). E mais, afirma que a crise econômica, ou a decadência da cidade, foi sentida por “toda a população cidadina”. Porém, ao problematizar o romance *Belém do Grão-Pará* de Dalcídio Jurandir, tal afirmativa não se sustenta, uma vez que as personagens do núcleo popular da trama não sentem a decadência deste fausto, não da mesma maneira que o núcleo beneficiado por ele.

Se Dalcídio Jurandir não colabora com a elaboração da ideia de fausto e decadência da história da cidade de Belém nas primeiras décadas do século XX, os

intelectuais e viajantes pesquisados pela historiadora Ângela Tereza de Oliveira Corrêa (2010) buscaram, estes sim, a partir dos anos de 1920, construir uma identidade para a cidade de Belém, filiando-a à cidade do passado, à Belém da *Belle époque*, criando uma memória idealizada e mitificada sobre o período anterior, os anos de apogeu gomífero. Possivelmente, a edificação desta memória é reforçada pela de Antônio Lemos como o grande gestor da *Belle époque*, responsável por materializar o projeto da Belém Moderna, construção memorialística da qual falou Sarges (2002).

Uma vez que a modernidade da *Belle époque* foi pautada na exclusão dos setores populares (SARGES, 2002; SOUTO, 2005; LACERDA, 2010; COELHO, 2011; COIMBRA, 2014), a memória criada em torno do período legitimava as ações empreendidas pelas elites, com destaque para a intendência de Antônio Lemos, ligando a cidade do passado lealista à cidade do presente (os anos de 1920), na tentativa de atender as suas novas necessidades. Estamos totalmente de acordo com Corrêa, quando esta afirma que a ideia de decadência foi gestada pelas elites e posteriormente reproduzida pela historiografia regional, baseada em uma visão europeizada de Belém e dos que pensavam ter existido o fausto na cidade dos tempos da *Belle époque* de Antônio Lemos.

Segundo Corrêa, a *Belle époque* amazônica está na memória dos belenenses como um período faustoso, em que Belém viveu um tempo muito melhor. Durante esse período, haviam locais requintados, onde se falava francês, comiam-se, bebiam-se e vestiam-se produtos vindos diretamente das principais cidades europeias; circulavam pela cidade bondes modernos e confortáveis; usufruía-se de energia elétrica, limpeza pública, saúde, educação; podia-se assistir a bandas de música tocando óperas e operetas, passear, frequentar o Teatro da Paz e ter o prazer de acompanhar grandes espetáculos, caminhar tranquilamente pelas ruas, praças e largos, e observar a população elegante, fina, aristocrática que transitava pela urbe. Para a autora, a historiografia regional, ao privilegiar o período como foco de suas análises, contribuiu de maneira decisiva para a consolidação dessa tradição (CORRÊA, 2010, p.18).

Com o fim da alta dos preços da borracha no mercado internacional, “certa nostalgia e algum lirismo em torno do passado da *Belle époque* tomavam posse das

almas dos moradores mais ilustres” (CORRÊA, 2010, p.18-19). Os intelectuais e viajantes pesquisados por Corrêa entre os anos de 1920-1940 sentiram a necessidade de buscar uma filiação para a sua modernidade na *Belle époque* da virada do século XIX para o XX. Logo, segundo a autora, esses intelectuais construíram novas identidades para Belém, porém filiadas à urbe de Antônio Lemos. Esta passou a ser caracterizada por sua exuberância e beleza natural, por seu povo receptivo e acolhedor, ganhando o título de “cidade morena”, “cidade das mangueiras”, “das sombras”, “da chuva”, “do sol”. Esse discurso foi também uma maneira, segundo a autora, de mascarar os conflitos e as tensões sociais existentes na cidade.

A autora chega a tais conclusões a partir da análise da obra de Edgar Campos Proença, “Minha Cidade Morena” (1941), e das crônicas do livro *Aruanda* (1957) *Banho de Cheiro* (1963), de Eneida de Moraes. Nas narrativas, imagens, ideias, valores e sentimentos cruzam-se, lembrando um passado de abundância, alegria, felicidade, melhor que o hoje. Ao evocarem o passado da *Belle époque*, Edgar Proença e Eneida de Moraes colaboram para a construção de uma tradição que ligava a Belém do presente (1920-1940) à cidade de outrora. A modernidade de meados do século XX parecia querer destruir, apagar a memória da cidade do passado, por isso havia urgência em evocá-la, para que ela não fosse perdida totalmente (CORRÊA, 2010, p.27).

A cidade empobrecida a que se refere Proença e Moraes em suas narrativas era a cidade das elites, com suas praças, ruas e avenidas, antes limpas, arborizadas e iluminadas, ou seja, era a cidade que usufruía dos benefícios da modernidade lemistá, com a qual os intelectuais mantinham laços afetivos e de identidade. A outra cidade, com ruas esburacadas, enlameadas, sem luz elétrica e transporte coletivo, não aparecia nas narrativas.

Corrêa, problematizando as obras literárias, afirma que estas não retratavam que na Belém de 1920-1940, assim como na Belém da *Belle époque*, o Estado não conseguia dar conta de estender os benefícios da modernidade para a grande parte dos setores populares. Esta Belém dos anos de 1920 a 1940 era uma continuidade do processo de urbanização e modernização iniciado na virada do século, mas agora o centro da cidade era tomado por “arranha-céus e bangalôs”, símbolos de uma nova

modernidade e de uma nova identidade que começava a ser forjada em Belém (CORRÊA, 2010, p. 27-28).

A história é um processo contínuo, no qual o passado é permanentemente reelaborado sob novas formas e novos contextos. Para compreender esse processo ou essa história processual, é preciso recuperar a experiência dos sujeitos sociais no seu fazer histórico, nas representações que estão adormecidas nos próprios sujeitos sociais e que são retomadas e rearticuladas por eles (THOMPSON, 1998), podendo se materializar em crônicas memorialísticas, como no caso de Eneida de Moraes, e em romances, como em Dalcídio Jurandir. Compreender a experiência de vida diferenciada dos dois literatos na cidade de Belém, pode nos ajudar a entender o fato de, mesmo ambos tenham vivido o movimento modernista e o movimento comunista, apresentam reminiscências opostas em relação a Belém do fausto e da decadência.

Eneida era moça “bem-nascida”, educada, teve todas as oportunidades, tendo sido alfabetizada aos 4 anos, em uma escola particular na Belém da *Belle époque*, como ela mesma nos conta em suas memórias (MORAES, 1989, p. 215). Porém, desde muito cedo despertou para a luta em defesa da liberdade dos oprimidos (SANTOS, 2005, p. 46). Sua biógrafa, a professora Eunice Ferreira dos Santos, afirma que é impossível qualquer interpretação sobre a sua obra sem conhecer a sua trajetória política, uma vez que ela rompeu com vários padrões impostos socialmente às mulheres em sua época, tanto como militante quanto como escritora, e tudo isto influenciou sua obra. Em suas crônicas sobre sua infância em Belém, a escritora assevera ter sido criada em liberdade, sem medos, sem choros. Seus pais – especialmente sua mãe – desde muito cedo buscaram despertar nos filhos a consciência crítica, a independência para tomar as suas próprias decisões.

Nos anos de 1920, Eneida estava envolvida com o jornalismo na capital paraense, trabalhando como secretária e colaboradora da revista *A Semana*. É a própria Eneida¹⁵⁸ que nos conta que seu primeiro livro, *Terra Verde* (1929), a colocou em contato com o grupo dos novos literatos paraenses, entre eles estavam Peregrino Júnior, Bruno de

¹⁵⁸ No livro *Banho de Cheiro*, escrito em 1963. MORAES, Eneida. **Aruanda/ Banho de Cheiro**. Coleção lendo a história do Pará, vol. 2. Belém: SECULT/FCPTN, 1989.

Menezes, Paulo de Oliveira e Abguar Bastos. Embora ela considere, em suas memórias, este seu livro inicial como ingênuo, impregnado apenas pelo amor que sentia por Belém, sem nenhum senso crítico sobre a política e a sociedade paraense, foi esta obra, esta sua “travessura”, que a fez ser parte integrante do seleto grupo que jantava no “Restaurante Reis”, com “os moços mais inteligentes” da intelectualidade do Pará.

Em 1930, com a subida de Magalhães Barata ao poder em Belém, a escritora muda-se para o Rio de Janeiro. Em 1932 ela ingressa no Partido Comunista Brasileiro, tornando-se uma militante disciplinada e atuante, deixando de lado, segundo Santos (2005), a sua origem burguesa. Pagou um alto preço por isso, foi perseguida, presa, torturada, afastada dos filhos, porém escolheu lutar pelo “outro marginalizado”, como um dever, já que ela compreendia que não existia nada que fosse completamente seu: “a própria vida é um grande bem coletivo” (MORAES, 1989, p. 27).

É exatamente este o ponto fundamental das obras memorialistas da autora: as classes populares para Eneida de Moraes são sempre o outro, o “outro marginalizado”, que precisava ser socorrido, salvo. A escritora dedicou a sua vida à luta contra o sistema capitalista, mas nas suas crônicas ela se identifica com as experiências da elite que viveu o fausto, enquanto as classes populares, os trabalhadores, são os injustiçados, a vítima, o outro, pelo qual era preciso lutar (WILLIAMS, 1999, p. 148-149).

A cidade de Belém, experienciada por Eneida nas primeiras décadas do século XX, foi a cidade da moça “bem-nascida”, que viveu no Palacete da Rua Benjamin Constant, o qual tomava todo um quarteirão, da menina que andava de bicicleta na Praça da República, que viveu a Belém do fausto e experienciou a modernidade da Batista Campos, dos bondes de luxo, da luz elétrica, da água encanada, dos cafés e teatros, dos passeios da modernidade. Suas lembranças são assim registradas:

A borracha alta, muito dinheiro, muita alegria. Meu pai rico, a casa grande e bela, o enorme quintal com sua enorme mangueira, abieiros, a caramboleira, a açuceneira debruçando-se na janela no meu quarto de dormir. Nos dois jardins que ladeavam a casa, floresciam rosas Monte Cristo, tão vermelhas e perfumadas, dalias de todas as cores, jasmims-bogaris enchendo com o seu cheiro espalhafatoso as noites (MORAES, 1989, p. 215).

Nos anos de 1940, quando a escritora volta a Belém, ela encontra uma outra cidade, uma cidade “terrivelmente morta” (p.217), decadente. Para quem foi filha de um

comerciante nos áureos tempos da borracha, vivendo sob os signos da modernidade, é compreensível que perceba Belém nos anos de 1940 como uma cidade em declínio, mantendo laços de afetividade com aquela outra cidade, a da *Belle époque*, do fausto. Dalcídio Jurandir, como já discutido na primeira parte deste estudo, não mantinha laços afetivos com o fausto belemita dos anos de Antônio Lemos. Sua experiência ordinária de caboclo pobre do Marajó e de menino pobre que viveu nos subúrbios da cidade de Belém não possibilitava ao autor um elo de identificação com essa realidade.

O olhar de Dalcídio Jurandir é o olhar da periferia, é o olhar dos que resistiam às imposições de um projeto de progresso excludente. Diferentemente de Eneida, a experiência ordinária do literato definiu o que era a literatura para ele e tornou o estudo dos seus romances fundamentais para a compreensão da cidade de Belém, a partir do olhar dos marginalizados como ele, já que testemunhou este mundo e construiu em seus romances uma interpretação política. Para Dalcídio Jurandir, a filiação no Partido Comunista foi importante, porque, em seus romances, nos quais não “arredou o pé de suas origens”, como afirma em entrevista à própria Eneida de Moraes, ele buscou representar os excluídos, dar-lhes voz, diante do progresso e da modernização, e só pôde ir mais fundo nesse entendimento quando encontrou filiação ideológica no marxismo.

Em *Belém do Grão-Pará* e em *Passagem dos Inocentes*, como veremos no próximo capítulo, a narrativa romanesca vai destacar a cidade suja, lamacenta, pouco iluminada e com um transporte coletivo precário, tanto na Belém do fausto como na Belém da suposta decadência. Nos dois momentos, o Estado não deu conta de estender os benefícios da modernidade aos setores populares. Durante o fausto, no interior da fachada da cidade moderna, da Paris n’América, se escondia a exclusão de amplos setores da população que não tinham acesso a muitos dos benefícios da modernidade propagandeados pelas elites. Dalcídio Jurandir era um deles, um desses muitos excluídos, mas ele transformou a sua experiência comum, ordinária, nos dez romances que compuseram o Ciclo do Extremo Norte.

Os anos de 1920 em Belém – Para além da decadência

A crise da borracha foi um grande “colapso”, uma “quebra”, um “cataclisma”, como vimos nos estudos de Santos (1980) e Weinstein (1983), o qual levou à falência a elite comercial envolvida com os negócios da goma elástica no Pará. Porém, a elite envolvida com a pecuária no Marajó e os donos de indústria em Belém não vivenciaram a crise econômica. Mas a crise econômica que se abateu sobre a elite da borracha e sobre a *Belle époque* de Belém – projeto político-urbano de modernização, inspirado nos padrões europeus, levado a cabo por Antônio Lemos – é inegável. Os beneficiados com o comércio da borracha, assim como a “corte” de Lemos, beneficiada pelas suas concessões e apadrinhamentos, vão lamentar o fim da era do ouro negro, lamento presente inclusive nos romances de Dalcídio Jurandir, *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*.

Se a crise econômica é inegável, a ideia construída sobre uma suposta decadência generalizada da cidade de Belém nos anos de 1920 não é, como vimos, consenso historiográfico. Para Santos e Weinstein, a cidade de Belém viveu sua decadência, mas esta precisa ser relativizada. Houve de fato a diminuição populacional, dificuldades entre o funcionalismo público devido à crise das receitas do Estado, e uma possível piora na situação das classes populares, uma vez que ocorreu a diminuição de empregos na zona portuária. Entretanto, os autores discordam em seus pontos de vista em relação à indústria. Para Santos, as indústrias em Belém estagnaram, diminuindo inclusive a oferta de empregos. Para Weinstein, pelo contrário, muitas prosperaram no decorrer dos anos de 1920, aumentando a oportunidade de empregos para a população.

Na historiografia mais recente, como vimos, também não há um consenso sobre o fato de os anos de 1920 serem anos de decadência da cidade de Belém. Segundo Penteadó (1968), estes foram momentos de estagnação econômica; para Spinoso (2005), foram anos de crescimento menos acelerado, se comparados aos anos do *boom* da borracha no mercado internacional; de acordo com Carneiro (2011), foram anos de decadência, sentida por toda a população da cidade de Belém. Conforme Corrêa (2010), a decadência da cidade de Belém nos anos de 1920 foi inventada por intelectuais e viajantes que sentiam uma enorme nostalgia dos tempos áureos do ouro negro, como já havia apontado em estudo anterior Aldrin Moura Figueiredo (2001), quando afirma que parte da intelectualidade vai registrar o final dos anos de 1910 como período de

decadência, inclusive de decadência intelectual, o que é desconstruído por ele, já que duas importantes revistas surgem nesse período, *A Semana* (1919) e *Belém Nova – Arte e Mundanismo* (1923).

É na revista *Belém Nova* que Bruno de Menezes consegue o feito de reunir, segundo Figueiredo, o que de melhor existia na literatura do Pará na época, reunindo assim os “passadistas” e os “modernistas”, de acordo com os conceitos da época (FIGUEIREDO, 2001, p. 202). Porém, os integrantes do grupo, que embora se vissem ou se quisessem ver como intelectualmente homogêneos, tinham origens e experiências de vida bastante diversas. Para alguns desses literatos, especialmente os “passadistas”, ficou a imagem de um tempo em que se investia nas artes e na literatura, o tempo da *Belle époque*, o tempo do “Velho Intendente”. Essa leitura da época de Lemos influenciou também muitos dos novos poetas, embora não todos, e contribuiu para a construção da ideia de que vivíamos anos de decadência.

Além dos intelectuais, os governadores do Estado dos anos de 1920¹⁵⁹ também vão lamentar constantemente em seus relatórios a crise econômica pela qual o Estado passava, embora também ofereçam um painel de medidas e esforços tomados pelas gestões para sair da crise. É o governador Lauro Sodré¹⁶⁰ que, em 1920, vai ratificar que a crise onerou o Estado, que estava praticamente falido, gerando um funcionalismo sem luxos e aumentando o número de necessitados, inferindo uma possível crise de fome entre as classes populares, “sendo já tão grande a massa dos que já não têm pão” (SODRÉ, 1920, p.7).

Isso lembra as conclusões de Santos (1980) de uma possível crise de fome entre as classes populares, devido ao aumento do valor dos alimentos. Porém, nem o governador Lauro Sodré, nem o estudioso Roberto Santos tem dados estatísticos que comprovem esta crise de fome entre as classes populares. Todavia, podemos inferir que

¹⁵⁹ Opção pela leitura e análise das mensagens dos governadores do Estado está relacionado com o fato dos mesmos darem um grande destaque para a cidade de Belém, e para o discurso da crise, embora neguem a decadência da cidade.

¹⁶⁰ SODRÉ, Lauro. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em 7 de setembro de 1920.

de fato, para os menos favorecidos, a situação, possivelmente, piorou, já que houve o aumento do preço dos alimentos.

Sobre as acusações constantes que recebia – especialmente mediante a oposição nos periódicos da cidade –, relacionadas com a sujeira que tomou as ruas da cidade de Belém, o governador assim justifica: “com a escassez de recursos que podemos dispor” (SODRÉ, 1920, p.45), é praticamente inviável manter o mesmo ritmo de limpeza da cidade. Porém, insiste que a sua gestão, apesar da crise, esforçava-se para sanar problemas higiênicos que geravam doenças como o impaludismo e a tuberculose.

Lauro Sodré critica os que mencionavam as gestões anteriores, possivelmente a gestão de Lemos, com “saúde”, “pesar” e “lamentos”. Afirma que estas pessoas que lamentam pela gestão anterior estavam cegas pela “paixão que não deixa tantas vezes ver a luz da verdade e vicia os julgamentos turvados da razão”. Para o governador, sua gestão não poderia ser culpada pela crise econômica e muitos menos pelo que Antônio Lemos deixou de fazer nos “tempos de prosperidades e abundância” (SODRÉ, 1920, p. 46). Uma dessas obras necessárias e que não foi feita era o hospital para tuberculosos, o qual, agora, em meio à crise econômica, o Estado estava impossibilitado de construir.

Apesar do período de crise, o governador destaca que não deixou de investir em saúde, aumentando a quantidade de leitos no leprosário e deixando encaminhada a construção de um leprosário maior, em um prédio totalmente novo. Fundou o Instituto Pasteur, intensificou os trabalhos de profilaxia à febre amarela, deixando em obras o posto de paludismo do Marco da Léguas (SODRÉ, 1920, p.51). O governador afirma que, apesar do momento de dificuldades, os “sacrifícios” não foram poupados para a manutenção dos hospitais de isolamento.

Desta forma, a partir do discurso de Lauro Sodré, percebemos que o projeto político de modernização, pautado no ordenamento e na higienização, não é abandonado pelo Estado nos anos da crise econômica da borracha. Embora com a receita bem mais apertada, reduzida para 5.517 em 1920 (SANTOS, 1980, p. 240), este esforçava-se por manter minimamente o aspecto de cidade urbanizada, higienizada, e mesmo que em uma escala reduzida, os serviços públicos e as obras de reforma e inauguração podiam ser percebidos, pelo menos no discurso do gestor.

Um bom exemplo disso é a fundação da Liga do Ensino em 1917 e a criação de escolas noturnas, com a finalidade de suprir as demandas escolares, investindo contra o analfabetismo da classe trabalhadora. Essas escolas localizavam-se em bairros operários¹⁶¹, para facilitar o seu acesso pelo público-alvo. O Governador, embora não quantifique os gastos com a escola normal, mostra-se também preocupado com o seu funcionamento, pelo menos no seu relatório.

Lauro Sodré afirma que, apesar de “profundamente ferido pela crise financeira, de que não temos podido sahir” (SODRÉ, 1920, p.61-62), o Estado priorizava a instrução pública, algo que se devia manter em boa qualidade. Entretanto, o governador “elogia” os professores que não se rebelaram ao verificar os seus salários, que haviam sido reduzidos pelo Estado. A crise do funcionalismo público, e especialmente dos professores, é algo consensual na historiografia que discute os anos de 1920 (CARNEIRO, 2011); (FIGUEIREDO, 2001); (COIMBRA, 1981); (PENTEADO, 1968), o que nos coloca perante as contradições do discurso do governador, que ao mesmo tempo em que insiste em divulgar os seus investimentos em educação, não tem como prioridade a comunidade de professores, que sofrem diretamente com a receita do Estado.

Ainda que o Estado como um todo passasse por necessidades, o governador afirma que mantinha funcionando a Escola Normal, o *Gymnásio Paes de Carvalho*, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, o Instituto Lauro Sodré, a Biblioteca Pública e a Academia de Bellas Artes de Belém, fundada em 1897 e fechada em 1918, a qual Sodré se dispunha a manter, embora não com os mesmos recursos de outrora.

Segundo o governador, a situação financeira do Estado era grave, uma vez que, desde a proclamação da República (1989), o Estado do Pará sempre dependeu dos impostos de exportação, do qual vinha a maior parte da sua receita. Com a queda dos preços da borracha no mercado internacional, houve uma falta total de verbas, que afetou os diversos setores, especialmente o funcionalismo público e o desenvolvimento de obras relacionadas ao serviço público (SODRÉ, 1920, p.100).

¹⁶¹ Embora o governador insista na existência dessas escolas noturnas em bairros operários, ele não aponta em seu relatório a localização desses bairros.

Ao concluir o relatório e o seu próprio mandato, Lauro Sodré, além de apontar o que fez e o que foi impossibilitado de fazer devido à crise econômica, critica a gestão do tempo do fausto – provavelmente referindo-se a Antônio Lemos –, afirmando que esta enfeitou a cidade com “adornos”, com “aparência de riquezas materiais”, escondendo, porém, a sujeira moral. O Estado, e principalmente a cidade de Belém, havia herdado problemas da gestão dos tempos do fausto, que “cobria de jardins as praças públicas”, mas escondia o mandonismo, a corrupção, a troca de favores, os “vícios” políticos (SODRÉ, 1920, p.126). Para Lauro Sodré, a crise econômica não era apenas culpa da baixa da borracha no comércio internacional, mas também da má administração de Lemos, a qual impossibilitou que uma transformação mais consistente, estrutural, tivesse ocorrido na urbe.

Lauro Sodré, porém, questiona e se posiciona contrário à ideia de decadência da cidade. Embora insista na gravidade e na longevidade da crise econômica que assolava o Estado, ele acredita ter tido um relativo sucesso em seu governo, pois havia vencido “uma parte da jornada”. No entanto, esta estava longe de ter um final feliz:

Os que que falam do Pará como terra em decadência, não sabem ou não querem ver que, si materialmente perdemos o degraão a que nos subiramos, moralmente somos ainda o mesmo povo luctador e forte, capaz dos maiores sacrificios para salvar sua honra e manter ilesos os seus brios, defendendo as suas liberdades e os seus direitos (SODRÉ, 1920, p.135).

Obviamente esta não era a conclusão dos seus adversários políticos. Em 1920 há o retorno do antigo periódico lealista, *A Província do Pará*¹⁶², tendo como editores-chefes o deputado federal Chermont de Miranda e o senador Ferreira de Sousa. *A Província* renasce advogando a “reabilitação necessaria, imprescindível e próxima da memoria do extinto senador Antonio Lemos, por parte dos que lhe foram inimigos ou adversários¹⁶³”, e o maior de todos os adversários de Lemos estava concluindo o seu mandato de governador naquele ano.

Era hora de esclarecer, segundo o articulista do periódico, a situação de decadência que a cidade se encontrava, sugerindo que a crise tinha relação direta com “o engano incutido no animo do povo, atribuindo ao grande reorganizador da cidade as

¹⁶² **Reaparecimento da Província.** *A Província do Pará*, Belém, 07 de julho de 1920.

¹⁶³ Reabilitação de Lemos. **A Província do Pará.** Belém, 07 de julho de 1920.

pechas aviltantes com que o feriram ao termo da sua carreira política e da sua vida”. O periódico não deu trégua ao último ano de governo de Lauro Sodré, apontando, diariamente, os escombros da decadência pela qual passava a cidade de Belém, que vivia uma realidade muito diferente da época do “saudoso” Lemos

O aumento da mendicância¹⁶⁴, a Estrada de Ferro de Bragança em ruínas¹⁶⁵, a falta de policiamento¹⁶⁶ nas ruas, os logradouros¹⁶⁷ sucateados, a péssima arborização¹⁶⁸ das avenidas, a péssima qualidade da limpeza pública¹⁶⁹, a agitação dos trabalhadores das classes populares¹⁷⁰, as Igrejas em ruínas¹⁷¹, a crise do funcionalismo público¹⁷², com destaque para a greve das professoras¹⁷³ e as péssimas condições de trabalho dos bombeiros¹⁷⁴, além da greve dos peixeiros¹⁷⁵, dos padeiros¹⁷⁶ e dos coveiros¹⁷⁷, os flagelados abandonados¹⁷⁸, o aumento da fome¹⁷⁹, enfim, revelavam que Belém era uma cidade em ruínas, totalmente desorganizada, bem diferente daquela

¹⁶⁴ Medicância. **A Província do Pará**. Belém, 08 de julho de 1920.

¹⁶⁵ EFB em ruínas. **A Província do Pará**. Belém, 11 de julho de 1920.

¹⁶⁶ Policiamento. **A Província do Pará**. Belém, 11 de julho de 1920.

¹⁶⁷ Logradouros Ruins. **A Província do Pará**. Belém, 23 de julho de 1920.

¹⁶⁸ Arborização. **A Província do Pará**. Belém, 26 de julho de 1920.

¹⁶⁹ Limpeza Pública. **A Província do Pará**. Belém, 8 de agosto de 1920; 11 de agosto de 1920; 13 de agosto de 1920.

¹⁷⁰ Empregados dos Botequins Agitam-se. **A Província do Pará**. Belém, 27 de julho de 1920.

¹⁷¹ Igrejas em Ruínas. **A Província do Pará**. Belém, 15 de agosto de 1920; Templos em Ruínas. **A Província do Pará**. Belém, 16 de agosto de 1920.

¹⁷² A crise do funcionalismo. **A Província do Pará**. Belém, 27 de agosto de 1920.

¹⁷³ Greve das Professoras. **A Província do Pará**. Belém, 16 e 17 de setembro de 1920.

¹⁷⁴ Bombeiros. **A Província do Pará**. Belém, 25 de agosto de 1920.

¹⁷⁵ Peixeiros em Greve. **A Província do Pará**. Belém, 17 de agosto de 1920.

¹⁷⁶ Greve dos Padeiros. **A Província do Pará**. Belém, 21 de setembro de 1920.

¹⁷⁷ Greve dos Coveiros. **A Província do Pará**. Belém, 02 de outubro de 1920.

¹⁷⁸ Lazaros sem Assistência. **A Província do Pará**. Belém, 22 de outubro de 1920.

¹⁷⁹ O arrocho da fome. **A Província do Pará**. Belém, 30 de novembro de 1920.

apresentada no relatório elaborado pelo governador Sodré, o qual apontava melhorias urbanas, inclusive em relação à educação, e mascarava os descontentamentos do funcionalismo.

Como que reunindo as “reclamações do povo” de maneira mais consistente e agressiva, o periódico criou uma coluna, no final de 1920, com o título “Aspectos Sórdidos de Belém¹⁸⁰”. Possivelmente a coluna foi criada, no mês de dezembro, para destacar as devidas diferenças entre um governo que vivia uma profunda decadência, o de Lauro Sodré, e o governo faustoso do aniversariante do mês, Antônio Lemos, que foi devidamente parabenizado, sendo lembradas as comemorações do seu aniversário, quando este estava na intendência e “recebia as homenagens devidas aos seus vultuosos merecimentos públicos¹⁸¹”.

O jornal destaca que Lemos foi “grandioso”, um “vulto da política, da administração e do jornalismo” na cidade de Belém, lembrando a todos que as suas obras estavam visíveis na cidade, a partir dos “grandiosos monumentos” que sobreviviam, apesar de os políticos da atualidade não cuidarem mais desta como Lemos, que cuidou, saneou e embelezou seus espaços. A Belém dos anos de 1920 era muito diferente da Belém de Lemos. Segundo o articulista de *A Província do Pará*, era uma cidade de “aspectos sórdidos” e por isso, conforme suas palavras: “diariamente, agora, publicaremos um sugestivo cliché dos aspectos sórdidos da cidade. Talvez assim consigamos alguma coisa¹⁸²”.

O objetivo da coluna, com já dito, era organizar as “reclamações do povo”, mostrando, a partir de textos e de imagens, aspectos decadentes da cidade de Belém, falhas na administração municipal que precisavam ser sanadas urgentemente e que diziam respeito ao ordenamento e à higiene da cidade, mas também ao comportamento das classes populares. Além disso, havia reclamações sobre obras incompletas, como da Avenida 15 de Agosto – e o surgimento de prédios velhos, sujos e populares na bela

¹⁸⁰ Aspectos sórdidos de Belém. **A Província do Pará**. Belém, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21 e 22 de dezembro de 1929.

¹⁸¹ Antônio Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 18 de dezembro de 1920.

¹⁸² Aspectos sórdidos de Belém. **A Província do Pará**. Belém, 13 de dezembro de 1920.

avenida¹⁸³; sobre os lugares mais frequentados, especialmente pelos visitantes – era a grande preocupação do articulista – como “caes”¹⁸⁴, os quais deveriam ser tratados com maior cuidado pelo Estado, mas estavam um “amontuado” de lixo; sobre o largo São José ao fim da Avenida 16 de novembro, abandonado com um “vergonhoso capinzal¹⁸⁵”, “foco de mosquito e deposito de lixo”, um “ponto frequentado da cidade e onde residem inumeras distintas famílias”.

O maior de todos os problemas, de acordo com o articulista de *A Província do Pará*, além do abandono da cidade, era que não havia a quem recorrer. O poder municipal e estadual fazia pouco caso das reclamações e não havia mais respeito às leis e às posturas municipais. A Intendência tudo permitia, desde a construção de pardieiros na Avenida 15 de Agosto até a transformação da Avenida Independência em uma grande feira popular, onde seus moradores mais ilustres não podiam chegar nem até suas janelas, devido ao barulho e os modos dos que faziam da Avenida uma feira imunda de peixe, descrição bem diferente de um outro frequentador da Avenida, De Campos Ribeiro, como vimos anteriormente. Enfim, Belém sem Lemos, a Belém de Lauro Sodré, a Belém dos anos de 1920, era uma cidade arruinada, decadente, imunda, imoral, com um administração pública inexistente.

E não há que nos ouça e não há quem ouça as justíssimas reclamações do povo, que além de ser caloteado, pelos Thezouros do Estado e do Município, nem mesmo tem o gosto de ver o dinheiro que se lhe deve aplicado em cousas uteis à coletividade¹⁸⁶.

Em 1921 o Pará tem um novo governador Antonio Emiliano de Sousa Castro. Este tem o mesmo discurso do anterior: a grave crise econômica, longa, em decorrência da *débâcle* da borracha, deixou o comércio em “pânico, completamente exausto”, sem organização bancária eficiente, com transações paralyzadas e com sucessivas

¹⁸³ Aspectos sórdidos de Belém. **A Província do Pará**. Belém, 16 de dezembro de 1920.

¹⁸⁴ Aspectos sórdidos de Belém. **A Província do Pará**. Belém, 21 de dezembro de 1920.

¹⁸⁵ Aspectos sórdidos de Belém. **A Província do Pará**. Belém, 22 de dezembro de 1920.

¹⁸⁶ Aspectos Sórdidos da cidade. **A Província do Pará**. Belém, 13 de dezembro de 1920.

falências¹⁸⁷. (CASTRO, 1921, p.4). Porém, apesar da crise, o governo Lauro Sodré e a “moral do povo de Belém” foram elementos responsáveis por não deixar que a cidade sucumbisse à decadência. O Estado, lentamente, iniciava a sua recuperação, atribuída por Sousa Castro à diversificação na agricultura. Segundo ele, os resultados com a policultura do algodão, da madeira e da castanha eram a saída para reerguer o Estado, que de mercado consumidor de produtos da lavoura passa a mercado exportador.

Mas a crise era grave e, segundo Sousa Castro, o novo governador assumiu o Estado no ano mais grave desta, 1921. Eram necessários então mais sacrifícios do “bravo povo do Pará”, a fim de conseguir pagar os salários de todo o funcionalismo. Usando deste discurso de crise e reorganização das finanças, Sousa Castro instaurou com urgência uma redução de despesas e contenção de gastos que resultou no Decreto de nº 3.806, de março de 1921. No decreto, o governador assim justifica a sua necessidade:

Em face da afflictiva situação actual, cuja a melhoria é impossível predizer para breve, o governo é forçado a diminuir as despesas, como a primeira e infelizmente a mais prompta de todas as providencias de que pôde lançar mão [...] pretende estimular e ajudar o reerguimento do Estado (CASTRO, 1921, pp.17-18).

Como seu antecessor, Lauro Sodré, a maneira que Sousa Castro escolheu para tentar sair da crise econômica que assolava o Estado, e a cidade de Belém em particular, foi diminuir as despesas com serviços que afetavam a população de maneira geral, assim houve, por exemplo, corte nos rendimentos do funcionalismo público, porém, tal reforma é mais drástica que a reforma do antecessor. Afeta o corte de gastos com a segurança pública e a manutenção do ordenamento da cidade de maneira mais acentuada, e também os investimento em saúde e educação. Segundo o governador, esta seria a maneira mais rápida de sair da crise, e seria apenas a primeira de uma série de ações que ele pretendia realizar tendo a erradicação da crise econômica como objetivo final.

Desta forma, Sousa Castro diminui os gastos com o serviço de água oferecido à população, também os gastos no ordenamento e na limpeza da cidade, reduz os

¹⁸⁷ CASTRO, Antonio Emiliano de Sousa. Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 7 de setembro de 1921.

investimentos no Instituto Gentil Bittencourt e Instituto Lauro Sodré, extingue o Instituto do Prata, diminui o investimento no Ensino primário e também nos serviços da Estrada de Ferro de Bragança, além acabar com a Imprensa Oficial, e de limitar, consideravelmente, os investimentos nas Forças Militares (CASTRO, 1921, p. 18-23).

Porém, isto não ocorreu sem que a população reclamasse. Se, no ano de 1920, foi possível levantar 27 notas de “reclamações do povo” no periódico *A Província do Pará*, em 1921, no mesmo jornal, o número de reclamantes passou para 61. A maioria das queixas referia-se aos péssimos serviço de limpeza da cidade, à falta de fiscalização, às ruas esburacadas e ao abandono das “valas e sarjetas”, em lugares como a travessa Pariquis, entre Jurunas e Apinajés¹⁸⁸. Há também reclamações sobre a extinção de escolas em Belém, o que segundo Sousa Castro foi necessário, uma vez que as sete escolas que foram extintas ficavam em localidades de baixo fluxo de número de alunos, e mantê-las seria uma contradição para um Estado que atravessava uma séria crise econômica. Não era esta, pois, a perspectiva do articulista de *A Província do Pará*:

O sr. intendente, para economizar, concorre para o argumento do nosso já vergonhoso coeficiente de analfabetismo, extinguindo escolas, algumas delas de bairros populosos e paupérrimos. E enquanto isto se faz, é muito possível que amanhã ou depois se dê, se já não se deu, um conto de réis a um grande finório que por aqui andou ou anda, intitulado-se de jornalista e redator de hypotheticas revistas¹⁸⁹.

Segundo o periódico, os pobres foram os que mais sofreram com o decreto de cortes no orçamento do Estado. Ao fechar o *Diário Oficial*, por exemplo, o governador transformou seus “operários” em desempregados que diariamente se dirigiam ao mesmo lugar para “implorar como mendigos a legitima recompensa de seus labores”¹⁹⁰, sem sucesso. Outra reclamação em destaque, e que afetava especialmente a população mais pobre, porém não só ela, era a extinção dos trabalhos profiláticos com o fim do governo de Lauro Sodré. Segundo o articulista de *A Província do Pará*, a cidade estava infestada

¹⁸⁸ Reclamações do Povo. **A Província do Pará**. Belém, 04 de maio de 1921.

¹⁸⁹ Extinções de Escolas. **A Província do Pará**. Belém, 26 de janeiro de 1921.

¹⁹⁰ **A Província do Pará**. Belém, 17 de março de 1921.

“de toda espécie de mosquitos que invadiram a cidade, mesmo nos bairros mais aristocraticos e higienicos¹⁹¹”.

Nas “reclamações” do povo no jornal *O Estado do Pará* do ano de 1921 são constantes também as denúncias sobre a grande quantidade de mosquitos que invadiu a cidade associada ao lixo, o qual a intendência deixava acumular, gerando insatisfações diversas. Dentre tais insatisfações estava, por exemplo, a nota dos moradores da rua Cameté queixando-se do lixo amontoado, responsável por promover a intensificação de pragas, além de exalar um cheiro insuportável, “privando as famílias que moravam no fim daquela rua a chegar às janellas de suas casas¹⁹²”.

No periódico *O Estado do Pará* encontramos, inclusive, 58 reclamações do povo, na coluna “Reclamações”, no ano de 1921, entre os meses de janeiro e março e de abril a novembro, com o mesmo tipo de reivindicações contidas no jornal *A Província do Pará*, endereçadas ao chefe municipal, responsabilizando-o pela sujeira das ruas – o grande número de capinzais e de mosquitos era o destaque –, pela desorganização, pela falta de saneamento, pelos problemas no abastecimento de água, especialmente em bairros da periferia, como o Jurunas, por protestos contra a *Pará Electric*, devido ao péssimo transporte público oferecido pela Companhia, também pelo número de doentes e pela diminuição da fiscalização municipal por toda a cidade. A cidade de Belém ainda sofria com os flagelados do Ceará, que se encontravam “vivendo” no mercado de São Brás, quase todos doentes, tendo inclusive uma mulher morrido de “impaludismo¹⁹³” no próprio local. O Estado conseguiu transferir alguns de volta para o Ceará, porém muitos ainda lá estavam, “enfermos e esquecidos vivendo ainda batidos pelas trovoadas, dormindo sobre um pântano, ‘à espera da morte’, segundo phrase de um pobre flagelado”.

O periódico *Folha do Norte*, no ano de 1921, embora aponte sempre para a crise econômica pela qual passava o Estado, dando destaque para a miséria no interior do

¹⁹¹ A Praga dos Carapanás. **A Província do Pará**. Belém, 17 de novembro de 1921.

¹⁹² Reclamações – A Limpeza Pública. **O Estado do Pará**. Belém, 25 de abril de 1921.

¹⁹³ Flagelados de São Brás. **O Estado do Pará**. Belém, 30 de janeiro de 1921.

Pará¹⁹⁴, destaca que a limpeza pública de Belém, assim como os reparos à cidade não cabiam apenas à administração local, eram também responsabilidade do cidadão comum. Se este não estivesse empenhado em tornar a capital um lugar civilizado, seria “sempre improficuo o trabalho para o bem colectivo¹⁹⁵”. Se a cidade era suja, o era mais por culpa dos munícipes do que por culpa do Estado. O Bairro do comércio, segundo o articulista, era o maior exemplo do fato de que todos os cidadãos que pagam devidamente seus impostos se sentiam no direito de sujar a cidade, como as diversas firmas comerciais, situadas na 15 de novembro.

Dessa maneira, sem negar a crise econômica, nem o aspecto sujo da cidade de Belém, muito menos o aumento da pobreza no Estado do Pará como um todo, o jornal *Folha do Norte* atribuiu a “decadência” da cidade não apenas ao Estado, mas também aos moradores responsabilizados pela sua manutenção diariamente. Possivelmente, a culpa do Estado é pelo fato de ter diminuído a fiscalização municipal sobre a plebe bárbara e ignorante, lembrando assim os discursos de Lemos, o qual os articulistas da *Folha* dificilmente mencionavam.

A crise econômica e o aspecto decadente da cidade são, como podemos perceber, uma constante nos periódicos de maior circulação. Nota-se que a falta de fiscalização por parte do poder municipal é, talvez, a maior queixa dos denunciantes e articulistas que escrevem nestes jornais, uma vez que, com a falta dela, o cidadão se sente livre para comprometer o aspecto já ruidoso da cidade, assim como comporta-se de maneira inadequada aos padrões da civilização.

Em *A Província do Pará*, ainda neste ano de corte de gastos públicos, 1921, o articulista vai lamentar o “desmoronamento geral” do comércio de Belém¹⁹⁶. As falências eram registradas semanalmente, não causando mais espanto entre os cidadãos. O que preocupava era “o futuro sombrio que nos aguarda¹⁹⁷”. O articulista mostra os

¹⁹⁴ A Miséria e a Fome. **Folha do Norte**. Belém, 03 de março de 1921.

¹⁹⁵ Reparos. **Folha do Norte**. Belém, 11 de março de 1921.

¹⁹⁶ A Fábrica de Cervejas Paraense. **A Província do Pará**. Belém, 23 de fevereiro de 1921.

¹⁹⁷ A “débâcle” do nosso commercio. **A Província do Pará**. Belém, 12 de março de 1921.

dados da falência de sete empreendimentos comerciais, entre janeiro e março de 1921, para ilustrar o fato.

Entretanto, segundo Augusto Meira¹⁹⁸, em artigo publicado em outro periódico, *Folha do Norte*, no mesmo ano, a crise comercial pela qual ainda passava o Pará tinha como causa primeira os abusos da Companhia *Port of Pará*. Tal Companhia, responsável pela comercialização intermunicipal dos produtos, estaria violando o contrato com o município e criando dificuldades múltiplas ao pequeno comerciante, com a cobrança “escandalosa” e diversas taxas, que sobrecarregavam este, que repassava o ônus aos cidadãos, os quais viam os produtos encarecerem desproporcionalmente. Era justo e necessário que o Estado chamasse às favas a Companhia, para que esta agisse com honestidade em suas transações.

Para Meira, era hora de as antigas concessões – possivelmente se referindo à época de Lemos, já que cita ironicamente a concessão do imposto sobre as galinhas, benefício de Francisco Bolonha na época do intendente – serem investigadas pela polícia, especialmente o contrato da Companhia do Porto, já que este, além de péssimo, e inconstitucional em muitos pontos, não era respeitado pela Companhia. Enquanto esta prática permanecesse, com o consentimento do Estado, os atos ilegais que contribuíam diretamente para a crise econômica que assolava a cidade não teriam fim, e o governo, em crise econômica grave, não conseguiria cumprir com os seus “compromissos mais sagrados com o funcionalismo público do Estado, sua magistratura, sua política, seu professorado”.

Embora seja perceptível que os artigos, notas e reclamações articulados no jornal *Folha do Norte* tendem a não contribuir para o enaltecimento da memória de Antônio Lemos – muitas vezes, ao contrário, atribuindo os problemas do presente à sua gestão “megalomaniaca”, “decorativa” e “corrupta” –, uma exceção se destaca ainda no ano de 1921. O articulista lamentando o crescimento da pobreza nas ruas da cidade de Belém, especialmente da “enorme e andrajosa multidão de mendigos¹⁹⁹”, relembra as ruas dos

¹⁹⁸ MEIRA, Augusto. A Port of Pará e a ruína do Estado. **Folha do Norte**. Belém 12 de agosto de 1921.

¹⁹⁹ Ultimo Appello. **Folha do Norte**. Belém, 12 de junho de 1921.

“tempos áureos” de “ruidosa alegria” e que se “metamorphosearam no doloroso cenário” a que, nos anos de 1920, todos assistiam; o empobrecimento e a miséria das ruas, dos prédios e da população de Belém.

O jornal *A Província do Pará* também destaca o mesmo assunto: “assumpto sobre o qual a imprensa muito tem blaterado, sem que a municipalidade tome uma providência, essa mendicância nas ruas da cidade”. No jornal *O Estado do Pará*, da mesma forma é possível encontrar artigos, além das reclamações do povo, que destacavam a crise e a pobreza da cidade de Belém²⁰⁰, o que nos leva a deduzir que a imprensa, dos anos de 1920, foi um importante veículo de divulgação da ideia de uma cidade em decadência.

O governador Sousa Castro, já no ano de 1922²⁰¹, ratifica a ideia inicial de que o Pará como um todo e Belém, especificamente, longe estão de uma ruína, “manifestando surtos de vida, no rumo certo de uma grandeza não remota” (CASTRO, 1922, p. 5). O governador se referia aos bons números da agricultura, da pecuária, da extração da borracha e do desenvolvimento das industriais no estado. Segundo suas palavras:

Conta já o Pará com fábricas de beneficiamento de cereais, oleos, algodão e borracha, de curtume, de calçados, botões, sabão, cigarros, chapéus de palha, pregos, moveis, cordas, estopilhas e barbante, biscoutos, doces, vinhos de fructas, massas alimentícias, cerveja, artefactos de cimento, vassouras, moitões, pinceis, etc. (CASTRO, 1922, p.22).

Além da indústria como aposta do governador para sair da crise, a castanha-dopará também é vista por ele com grande entusiasmo, por estar sendo um produto altamente cotado no mercado internacional. Apesar do otimismo no setor econômico, o representante político pontua que as obras públicas continuam comprometidas, uma vez que a verba estadual ainda é insuficiente. Sobre os serviços oferecidos pelo Estado, como as escolas públicas, o abastecimento de água, o combate às profilaxias, ele afirma

²⁰⁰ Flagelados em São Braz. **O Estado do Pará**. Belém, 30 de janeiro de 1921; Nuvens de Mosquito. **O Estado do Pará**. Belém, 28 de fevereiro de 1921. Os temporaes. **O Estado do Pará**. Belém, 01 de março de 1921; Indústrias sem capitais. **O Estado do Pará**. Belém, 12 de março de 1921. Crise Amazônica. **O Estado do Pará**. Belém, 20 de abril de 1921; Efeitos da Crise. **O Estado do Pará**. Belém, 28 de abril de 1921. Crises. **O Estado do Pará**. 01 de junho de 1928;

²⁰¹ CASTRO, Antonio Emiliano de Sousa. Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo, em 2 de setembro de 1922.

que todos os três serviços continuam sendo oferecidos aos cidadãos paraenses, embora a crise econômica e o apertado orçamento contribuam para que não ocorra o aprimoramento de sua oferta.

No ano de 1923²⁰², o governador destaca em seu relatório que as reformas mais urgentes estavam sendo feitas nos grupos escolares, porém, devido à crise econômica, uma reforma mais completa e o pagamento reajustado e em dia da classe de professores continuavam comprometidos. Quanto à saúde, sucintamente, apenas afirma que os pequenos surtos de doenças estavam sendo controlados, e que as obras no Leprosário do Prata estavam adiantadas (CASTRO, 1923, p. 50).

Nos periódicos da cidade, especialmente em *A Província do Pará*, nos anos de 1922 e 1923, as “reclamações do povo” são constantes. Além das referências às greves dos peixeiros²⁰³, dos carroceiros²⁰⁴ e dos geleiros²⁰⁵, o periódico continua a destacar as dificuldades de se viver em uma cidade arruinada, com invasão de carapanãs, o aumento da miséria e da mendicância, com problemas graves de habitação, péssimos serviços no fornecimento de água e na limpeza da cidade, e com o aumento da criminalidade²⁰⁶. Nos anos de 1923, o periódico inaugurou uma nova coluna, intitulada de “Reparos²⁰⁷”,

²⁰² CASTRO, Antonio Emiliano de Sousa. Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo, em 2 de setembro de 1923.

²⁰³ Greve dos Peixeiros. **A Província do Pará**. Belém, 10 de março de 1922.

²⁰⁴ Os carroceiros querem grevar. **A Província do Pará**. Belém, 21 de abril de 1922.

²⁰⁵ O caso dos geleiros. **A Província do Pará**. Belém, 07 de abril de 1922.

²⁰⁶ Invasão de caparanãs. **A Província do Pará**. Belém, 14 de março de 1922; Assistência Pública. **A Província do Pará**. Belém, 03 de julho de 1922; Mendicância em Belém. **A Província do Pará**. Belém, 5 de julho de 1922; Pobre. **A Província do Pará**. Belém, 13 de julho de 1922; Mendicância. **A Província do Pará**. Belém, 24 de julho de 1922; Gatunagem. **A Província do Pará**. Belém, 05 de agosto de 1922; Problemas de Habitação. **A Província do Pará**. Belém, 12 de agosto de 1922; Aspectos Urbanos. **A Província do Pará**. Belém, 05 de dezembro de 1922; Praça Batista Campos. **A Província do Pará**. Belém, 8 de janeiro de 1923; Belém Ignorada. **A Província do Pará**. Belém, 14 de janeiro de 1923; Mangas. **A Província do Pará**. Belém, 26 de janeiro de 1923; Fornecimento de água. **A Província do Pará**. Belém, 03 de fevereiro de 1923; Belém – Paraíso dos larâpios. **A Província do Pará**. Belém, 17 de fevereiro de 1923; Hótem e Hoje. **A Província do Pará**. Belém, 25 de março de 1923; A cidade. **A Província do Pará**. Belém, 06 de julho de 1923; Lamaçal. **A Província do Pará**. Belém, 16 de julho de 1923.

²⁰⁷ Reparos. **A Província do Pará**. Belém, 19 de abril de 1923; 21 de abril de 1923; 27 de abril de 1923; 28 de abril de 1923; 04 de maio de 1923; 08 de maio de 1923; 10 de maio de 1923; 12 de maio de 1923; 15 de maio de 1923; 23 de maio de 1923; 23 de junho de 1923; 25 de junho de 1923; 06 de julho de 1923; 22 de julho de 1923, 06 de agosto de 1923; 08 de setembro de 1923; 20 de outubro de 1923; 21 de outubro de 1923.

na qual o próprio articulista do jornal denunciava, em longos textos, a falência dos serviços oferecidos pela cidade, como o serviço da Companhia de Telephones e da Pará Elétrica, fazendo ainda severas críticas às ruas esburacadas, a sujeiras, ao trânsito, ao lixo e aos camelôs.

Um desses textos da coluna “Reparos²⁰⁸” nos chamou atenção pelo tom agressivo e moralista do articulista em relação às classes populares de Belém. Ele inicia o texto citando o livro de João do Rio “*A alma encantadora das ruas*”, opinado que o poeta sentiu nas ruas do Rio de Janeiro “a intensidade da vida, a perene alegria dos que sempre viveram satisfeitos, o sorriso encantador daquela gente sadia e limpa”. João do Rio teria encontrado na capital federal, além de uma cidade luz, “tipos populares inofensivos”, “boêmios aseados”, pessoas que mantinham “a linha correta” e que tinham “consideração pela estética da cidade”. Entretanto nós sabemos que João do Rio denunciou em seus textos jornalísticos que, ao lado da sociedade republicana de “aparências” do centro embelezado e saneado do Capital do país, havia uma realidade contundente que ganhava corpo, especialmente nos morros e nos arrabaldes da cidade, uma multidão de miseráveis que em nada diferiam dos miseráveis de Belém, possivelmente só pela quantidade e pela topografia da urbe.

Segundo Sevckenko (2003), a urbanização, o crescimento populacional, a crise econômica, os gastos militares para a consolidação do novo regime e a regeneração de Rodrigues Alves e Pereira Passos geraram graves consequências para a população mais pobre, como falta de moradia e alojamento; falta de condições sanitárias; moléstias de todo tipo, com alto índice de mortalidade; carestia, fome, baixos salários, desemprego, miséria. A elevação dos alugueis e dos alimentos forçaram os pobres a se deslocarem para os bairros mais distantes, o subúrbio carioca, o que agravava mais ainda a situação destas pessoas, uma vez que teriam mais despesas com transportes para poder trabalhar, já que a maioria dos empregos estava no centro. Muitos tumultos, greves e revoltas aconteceram no Rio de Janeiro nos primeiros anos da República, relacionados à carestia do custo de vida. Logo, diferentemente de como narra o articulista de *A Província do Pará*, o poeta João do Rio, que abordou em seus textos as contradições sociais da

²⁰⁸ Reparos. *A Província do Pará*. Belém, 28 de abril de 1923.

primeira República, não afirmava que a população vivia a “perene alegria dos que sempre vivem satisfeitos”.

A população miserável do Rio de Janeiro, que foi deslocada para as extremidades da cidade, dormia em hospedarias baratas, casas de cômodos, ou nas miseráveis zungas, descritas por João do Rio como “o aspecto extremo da agonia social” (citado por SEVCENKO, 2013, p. 79). Não era uma “gente sadia e limpa, que emprestava as ruas uma alma cheia de distinção e encanto”. Era uma gente que vivia em condições extremas, em lugares com péssimas condições de higiene, vigiados pela polícia, e tendo uma dura jornada de trabalho, que incluía também a prostituição e a gatunagem. É o próprio João do Rio que descreve uma visita às zungas no Rio de Janeiro – as hospedarias baratas (citado por SEVCENKO, 2003, p. 80):

A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gato trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar o cais os batelões que levassem ao cepto do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos. Grande parte desses pobres entes fora atirado ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormia sem ar, sufocado, na mais repugnante promiscuidade.

Desta forma, o articulista da *A Província do Pará* foi infeliz ao afirmar que João do Rio “constatou o carinhoso desvelo, a elevada consideração pela esthetica da cidade, pela saúde dos habitantes, pela hygiene publica, e, especialmente, pela moralidade indispensável dos bons costumes”. Talvez, o maior exemplo de que a população pobre do Rio de Janeiro não era passiva ao “bota a baixo” foi o episódio da Revolta da Vacina (1904), quando os populares, cansados do descaso e do autoritarismo dos gestores, vingaram-se destruindo os símbolos da civilização, os calçamentos das ruas, os bondes e os postes com a luz elétrica (SEVCENKO, 2010); (CARVALHO, 1987).

Segundo o articulista, caso João do Rio viesse a Belém, não conseguiria se inspirar uma vez que “nossas ruas têm o aspecto triste da mendiga andrajosa”, ao lado da gente elegante e civilizada, sendo possível verificar “o pedinte, o leproso, a rameira odiosa”. Diferentes do povo “alegre”, “satisfeito”, “sorridente”, “sadio” e “limpo” do Rio de Janeiro, “os nossos typos populares são ébrios, pornográficos, immoraes”. O

articulista resume as classes populares de Belém a desocupados, que circulavam pelas ruas a incomodar os cidadãos de bem. Ainda no artigo, ele aponta que muitos, como “dr. Belleza”, o “pornográfico Seabra”, a “Burra Céga Pustullenta”, a “imoralíssima e nojenta Odaléa”, vivem nos lugares mais concorridos pelas pessoas mais distintas de Belém, a praça da República, o Teatro da Paz e a Avenida Independência, além das paradas de bondes e das Igrejas, que vivem “atulhadas desses infelizes”.

Lamenta o articulista que o manicômio, o leprosário, o hospício dos alienados, o Asilo da Mendicância e a Colônia Correccional não tenham mais vaga para esse grupo de elementos, o qual assim classifica: “pernicioso que suja as nossas ruas e fere o pudor das nossas famílias”. Ou seja, esses tipos populares, segundo o olhar do responsável da coluna “Reparos”, colaboram a favor da decadência da cidade, uma vez que perambulam pelas ruas em espaços ainda refinados, incomodando as “pessoas de bem”. É uma denúncia, já que esta é a intensão da coluna, endereçar à municipalidade, que nada faz para recolher estes “marginais sociais” para os lugares que lhes cabiam, como fazia a gestão do saudoso Antônio Lemos.

Isso nos leva a pensar que tanto durante a *Belle époque*, como durante a suposta decadência, as classes populares não se consideravam excluídas da cidade, como nos alertou Pantoja (2005), pois, mesmo repreendidos pela imprensa e discriminados pelos segmentos sociais mais favorecidos, os populares participavam ativamente da constituição da dinâmica social urbana, deixando suas marcas nos espaços citadinos pelo tipo de ocupação que davam a certos territórios, em oposição ao que regulamentavam os códigos de postura e a imprensa.

Como já dito, o jornal *A Província do Pará*, de forma recorrente, lembrava os bons tempos da *Belle époque* de Belém, inclusive contribuindo para associar este fausto à memória do ex-intendente Antônio Lemos²⁰⁹, além de destacar, de maneira agressiva,

²⁰⁹ Matérias sobre Antônio Lemos encontradas no periódico *A Província do Pará* na década de 1920: Reabilitação de Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 07 de julho de 1920; Antonio Lemos. **A Província do Pará**. 29 de setembro de 1920; Antonio Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 01 de outubro de 1920; Antônio Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 03 de outubro de 1920; Reabilitação do busto de Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 17 de novembro de 1920; Antonio Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 18 de dezembro de 1920; Antonio Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 02 de outubro de 1921; Senador Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 17 de dezembro de 1920; Senador Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 03 de outubro de 1922; Discurso de Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 04 de outubro de 1922; Morte de Antonio Lemos. **A Província do Pará**. Belém, 02 de outubro de 1923.

as ruínas do tempo presente. Em artigo intitulado **Hontem e Hoje**²¹⁰, o articulista cria uma imagem de uma cidade que viveu tempos gloriosos, com inúmeros bondes, em rotas opostas, cheios de passageiros, “trajados de toilettes de passeio”, com automóveis enfileirados em frente ao Teatro da Paz, com uma “multidão ociosa” e elegante no *terrasse* do Grande Hotel divertindo-se, e ainda com aqueles que se dirigiam ao cinema “Olympia” e ao “Café Chic”.

Para o articulista, nesse tempo de fausto, as classes populares existiam, eram uma turba que ficava fora dos espaços reservados para a elite ociosa e elegante, porém que sabiam o seu lugar. Estavam a trabalhar no comércio das ruas embelezadas, e, embora “de asseio triste e mal vestidos”, não incomodavam os cidadãos de bem, bem diferente do que acontecia nos anos de 1920, quando se dividia espaço com estes, os de trajes e vocabulários inapropriados. Isso era também um símbolo da decadência do fausto para os articulistas do jornal *A Província do Pará*. Saudades se tinha dos tempos de Antônio Lemos.

Além das ruas esburacadas e enlameadas, dos camelôs, da mendicância, dos populares inapropriados, da crise do funcionalismo público, das escolas que eram fechadas pelo Estado, do ineficiente serviço de saúde, dos serviços precários de luz, bondes, fornecimento de água, Belém sofria, principalmente, com a falta de habitação. No coração da cidade, ou seja, nos lugares onde passavam as “varias linhas de bondes e próximos de todo o movimento comercial²¹¹”:

Vicejam hortas e capinzaes, cercados indecentemente de apodrecidas estacas, pantanosos refúgios de sapos, que, mal chega anoite, desatam numa vozeria infernal, dando-nos a impressão de que estamos a muitos quilômetros da civilização em plenos sertão do Acre ou Matto Grosso.

Se os bairros centrais, durante os anos de 1920, estão distantes da civilização de outrora, o que dizer dos bairros mais afastados, onde vivia a maioria da população pobre da cidade de Belém, segundo o articulista de *A Província do Pará*? Esses bairros tinham

²¹⁰ Hontem e Hoje. **A Província do Pará**. Belém, 25 de março de 1923.

²¹¹ O Problema da Habitação. **A Província do Pará**. Belém, 12 de agosto de 1922.

suas ruas tomadas por palhoças, barracas amontoadas, em lugares sem iluminação pública, construções que desde a sua construção estavam aptas a desmoronar a qualquer momento. Nestes lugares se concentrava a “multidão” de trabalhadores, que era obrigada a se deslocar para estes pardieiros devido à carestia dos aluguéis das áreas mais centrais da cidade. Tal realidade nos leva a corroborar com a perspectiva de Weinstein (1993) quando esta afirma que a diminuição da população de Belém para 40 mil habitantes e a falência da elite comercial da borracha que gerou o aumento de vagas habitáveis na área urbana central da cidade não melhoraram a vida dos trabalhadores mais pobres. Pelo contrário, para a autora, o colapso econômico da borracha aumentou a pobreza urbana.

Porém, mesmo que o periódico insista em ratificar que durante os tempos de outrora a vida era faustosa em Belém do Pará, a pesquisa de Coimbra (2014) mostra em direção contrária. Os bairros da periferia, como Guamá, Pedreira, São Brás, Jurunas, Umarizal, durante a *Belle époque* lealista eram tomados por palhoças e barracas, vivendo seus moradores em uma situação precária. (COIMBRA, 2014, p. 144). Tal fato nos leva a notar que, embora a pobreza possa de fato ter aumentado com a crise gomífera no mercado internacional, especialmente devido ao encarecimento dos alimentos, a situação de vida e moradia da população pobre, dos excluídos da modernidade e do progresso da Belém da *Belle époque*, mudou muito pouco.

No relatório do último ano de sua gestão²¹², 1924, Sousa Castro faz uma apanhado geral da situação do Estado. Segundo o governador, a situação não era tão próspera quanto ele gostaria, porém, ainda assim havia ocorrido uma perceptível melhora econômica, mérito da sua gestão, na qual, mesmo com poucos recursos, fez de tudo para melhor gerir as contas do Estado, investindo o que podia no aprimoramento do aspecto da cidade de Belém. Além da contenção de gastos proposta desde o início da sua gestão – a que ele atribui uma reorganização administrativa –, dois outros elementos o fazem acreditar em uma substancial melhora econômica para a região: a chegada da “Missão Norte Americana” que prometeu realizar “vultuoso empreendimento

²¹² CASTRO, Antonio Emiliano de Sousa. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1924.

industrial” (CASTRO, 1924, p.30) e as “atividades da seção da terra, que começam a crescer” (CASTRO, 1924, p.113).

Porém, o jornal *Folha do Norte* – periódico que como vimos tinha um discurso menos crítico em relação ao governo de Sousa Castro –, uma vez que Paulo Maranhão, o dono da *Folha*, era seu aliado político, discordou, em 1924, sobre os melhoramentos perpetrados pelo governador à cidade de Belém. Segundo o articulista da *Folha do Norte*, vivia-se em um matagal tão grande que brevemente Belém perderia o foro de cidade civilizada, uma vez que os transeuntes seriam impedidos até mesmo de se dirigirem aos seus lugares de trabalho, devido ao grande abandono do Estado no que diz respeito à limpeza pública. Nas palavras do articulista: “não resta dúvida que estamos reduzidos a miséria extrema; pois se não há dinheiro nem para capinar as ruas, etc.²¹³”. Entretanto, ele pondera a culpa do Estado, indicando que as terríveis chuvas de janeiro também eram responsáveis pelo estado “deplorável” em que a cidade se encontrava.

No decorrer da narrativa, chama atenção a observação do articulista da *Folha do Norte*, ao inferir que os paraenses não mantinham o hábito de fiscalizar nem de contestar o Estado, especialmente quando este afirmava que Belém estava “tranquila”, “confiante”, “ressurgindo”, se não fossem o descaso visível com o aspecto da limpeza pública e o crescimento cada vez mais acelerado do capinzal nas ruas da cidade. E o articulista vai além na sua ácida crítica, dizendo que o governo, quando decide eliminar o capinzal da via pública, deixa bem claro o que entende por democracia: elimina-se o capim das imediações dos palacetes, das praças e avenidas elegantes; “enquanto deixasse continuarem revestidas dessa consoladora cor as ruas dos menos favorecidos da sorte”. Isso nos leva a concluir, mais uma vez, que, tanto no fausto como na decadência, os “menos favorecidos da sorte” nunca estiveram entre as prioridades da “democracia” empreendida pelo governo republicano no Pará.

Em 1925, o Pará tem um novo governador, Dionysio Ausier Bentes. Segundo Carlos Rocque (1976, p. 183), na disputa eleitoral do ano de 1924, não houve oposição a Bentes. A máquina do laurismo havia desmantelado completamente as facções opositoras, e apesar da crise econômica grave e das medidas que prejudicavam a

²¹³ O Capim nas ruas de Belém. **Folha do Norte**. Belém, 27 de janeiro de 1924.

população tomadas por Sousa Castro, especialmente o funcionalismo público e os fornecedores do Estado, que passavam as piores privações, Bentes, que já havia sido membro do Conselho Municipal de Belém, ex-intendente da capital, ex-deputado federal e senador, foi escolhido para cargo de governador do Estado.

Como já mencionado na primeira parte deste estudo, Dionysio Bentes apresentou em sua plataforma política propostas inovadoras, baseadas na justiça social, no trabalho, na honestidade e na conciliação. Seus objetivos seriam: reerguer nossa agricultura, incentivar nossos principais produtos (borracha e cacau), revisar a legislação fiscal, sanear as contas do Estado, revisar a legislação de terra para garantir os interesses dos colonos e incentivar a imigração japonesa e nordestina para as zonas rurais do Estado, resolvendo, assim, o problema da mão de obra. E tudo isso evitando novos empréstimos e buscando sempre prestar contas à população por meio, especialmente, da imprensa.

Em seu primeiro relatório de governo²¹⁴, no ano de 1925, a nova autoridade política confirma a continuidade da crise econômica, apesar dos esforços dos gestores anteriores (BENTES, 1925, p. 7). De acordo com as suas propostas de campanha, destaca em seu relatório a necessidade da migração, especialmente de pessoas de “países, onde existem superpopulações, que se queiram deslocar” (BENTES, 1925, p. 23), uma vez que a causa da persistência da crise econômica estaria relacionada à pequena quantidade de habitante para um território tão extenso como o do Pará. Assim, fazia-se urgente o processo migratório, a partir de divulgação nos periódicos da região²¹⁵ e do amparo e patrocínio do Estado a estes indivíduos.

No relatório do ano de 1926²¹⁶, Bentes destaca seus feitos em relação à educação e à cultura, levando-nos a observar que, possivelmente, este foi um dado importante

²¹⁴ BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 7 de setembro de 1925.

²¹⁵ Os periódicos *Folha do Norte* (1918/janeiro de 1924), *O Estado do Pará* (1920-1922), e *A Província do Pará* (1920-1923) não estavam disponível para pesquisa, uma vez que ainda estavam passando pelo processo da microfilmagem no Centur. Todos as edições disponíveis dos três jornais nos anos de 1920 analisadas.

²¹⁶ BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 7 de setembro de 1926.

para que os intelectuais reunidos na revista *Belém Nova*, e, especialmente, Bruno de Menezes, apoiassem seu governo nos primeiros anos de mandato. Segundo o governador, a educação primária foi reorganizada em todo o Estado do Pará, e as escolas estaduais da Capital estavam no mesmo nível das escolas do Rio de Janeiro. Em seu primeiro ano de gestão, os professores tiveram sua “dedicação e seu esforço” retribuídos, com os pagamentos sendo feito em dia (BENTES, 1926, p. 16).

Bentes destaca uma sessão especial no seu relatório anual para a Biblioteca e para o Arquivo Público do Estado, no qual relata o acréscimo de livros e as atividades que vinha desenvolvendo. Algumas dessas ações foram a compra da biblioteca particular de Victorino Cabral e também o levantamento das obras desaparecidas. O governador afirma também que o Museu Emílio Goeldi “entrou numa era de relativo progresso” (BENTES, 1926, p.66), visto que se conseguiu pagar os funcionários e cuidar com esmero da conservação das coleções.

Mesmo com a tentativa de se colocar em um patamar diferente dos gestores anteriores, apontando as suas inovações e advertindo para o seu cuidado com a cidade, especialmente com as áreas de educação e cultura, Bentes não abandona o discurso da crise econômica e do seu esforço em cumprir com todos os seus compromissos, mesmo “luctando com deficiência de renda” (BENTES, 1926, p.70).

Apesar do discurso de crise, é importante ressaltar que, no relatório de 1927²¹⁷, o governo destaca que uma epidemia de varíola foi debelada no interior e na capital do Estado, e que alguns hospitais específicos para tratamento de enfermidades, como a própria varíola, passaram por reformas, sendo notável a fala do governador de que alguns hospitais se encontravam fechados por falta de doentes. (BENTES, 1927, pp. 51-52). O Hospício dos Alienados sofreu reformas assim como a Santa Casa de Misericórdia, com o auxílio de Antônio Faciola. (BENTES, 1927, p.54).

Isso nos leva a pensar que o discurso do Estado em crise, com as contas públicas apertadas, é também uma prática recorrente dos gestores, especialmente após a *débâcle*

²¹⁷ BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 7 de setembro de 1927.

da borracha. Nosso argumento ganha mais solidez quando o próprio Dionysio Bentes afirma que a Amazônia, no anos de 1927, passa a ser uma grande exportadora de madeira, contribuindo como uma grande fonte de renda para o Estado.

A partir de 1927, como já apontado anteriormente, as denúncias sobre a corrupção no governo de Dionysio Bentes, por meio do jornal *O Estado do Pará*, ganham uma proporção jamais vista anteriormente, especialmente no que se refere à questão das concessões de terra do Estado a colonos, associadas à criação e à disseminação da pequena propriedade rural, pauta essa que fazia parte da plataforma política do governador. O problema foi que Bentes, durante o seu governo, distribuiu as terras do Estado para latifundiários, parentes, amigos, correligionários e burocratas do governo, todos envolvidos em irregularidades. Quando os contratos vieram à tona, tiveram uma grande repercussão em todo o país, e na região, por meio dos jornais oposicionistas (FIGUEIREDO, 2011).

Nenhuma palavra sobre as suspeitas de corrupção foi proferida em seu relatório anual de 1927, apenas um destaque maior à situação calamitosa nas finanças, como fruto também do descrédito pelo qual a administração pública passava perante alguns paraenses e instituições financeiras (BENTES, 1927, p.67). Porém, sua meta era sair da crise por meio de ações que deveriam ser tomadas por ele, e por todos os paraenses, prosseguindo sempre “na estrada do trabalho e da virtude, a que nos habituaram, tradicionalmente, nossos antepassados” (BENTES, 1927, p.69).

Com certeza não foi o caminho do “trabalho” e da “virtude” aprendido por Bentes com os seus antepassados que o levou a responder às críticas dos intelectuais modernistas, especialmente às acusações do novo editor-chefe da revista *Belém Nova*, Paulo de Oliveira, com violência física. Em agosto de 1927, o jornalista sofreu uma emboscada, envolvendo capangagem e chicotada. O jornal *O Estado do Pará* denunciou o governador como o mandante do atentado contra o diretor da revista, e também a edição de n. 73 de *Belém Nova*, que foi às bancas no dia 30 de agosto de 1927, foi dedicada a denunciar o governador Dionysio Bentes, referido, dentre outros termos, como o “Mussoline paraense”.

No relatório anual de 1928²¹⁸, porém, Dionysio Bentes faz um balanço positivo de seu governo, uma vez que teria conseguido, segundo o próprio ponto de vista, realizar inúmeros feitos, apenas com os “parcos recursos do Estado, sem apello a qualquer emprestimo” (BENTES, 1928, p. 185). Sobre as melhorias relativas à cidade de Belém, afirma que optou por atender às obras de maior necessidade, como a reforma do Grupo Escolar Arthur Bernardes, do Instituto Gentil Bittencourt, do Instituto Lauro Sodré, do Palácio do Governo, da Biblioteca e do Arquivo Público. Destaca também que manteve o Serviço Sanitário aparelhado devidamente, com a “policia de fócios” (BENTES, 1928, p. 188), assim como normalizou o abastecimento de água na cidade, mesmo que alguns inconvenientes ainda ocorressem. (BENTES, 1928, p. 157).

Em 1929, assume o governo do Estado Eurico Freitas Valle, que segundo Coimbra (1981), tentou corrigir as injustiças e fraudes de seu antecessor, e sanear as contas do Estado, porém já era tarde. Havia, especialmente na capital paraense, e entre a intelectualidade, um clima de descontentamento e revolta em relação aos governos oligárquicos. Em seu relatório de 1929²¹⁹, ano da grande crise mundial com o crack da bolsa de Nova York, o governador inicia o seu balanço escrevendo sobre as “várias crises” pelas quais o Pará passou durante os anos anteriores, apontando como causa destas “crises” os anos de *boom* da borracha no mercado internacional, quando o dinheiro entrou fácil e foi desperdiçado, assim como o descontrole dos gastos públicos, que gerou um Estado endividado.

Para Valle, as gestões dos tempos áureos da borracha fundaram no Pará um aparelho político e administrativo baseado em despesas grandiosas, do porte das maiores unidades da federação. Quando o dinheiro da borracha faltou, desencadeou-se a crise, ou as crises, das quais o Pará ainda não tinha conseguido se reerguer por completo. Mas o governador era otimista, afirmando que o futuro do Pará seria a saída da ruína.

²¹⁸ BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em 7 de setembro de 1928.

²¹⁹ VALLE, Eurico Freitas. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em 7 de setembro de 1929.

Uma reflexão acerca dos anos da “decadência”

Desta forma, temos discursos que ora se opõem, ora se completam sobre a decadência do fausto na cidade de Belém do Pará nos anos de 1920. O discurso da imprensa é aquele da queda, da decadência, embora com variações de motivos. No periódico *A Província do Pará*, Belém era uma cidade de aspecto físico arruinado, os serviços oferecidos pelo Estado eram deficientes, e o pagamento do funcionalismo era falho. Se a crise tinha como causa a *débâcle* da borracha, sua continuidade se devia às péssimas administrações “lauristas”, que não se interessavam por escutar e resolver as “reclamações do povo”, bem diferente da época do saudoso Antônio Lemos.

De acordo com o periódico *O Estado do Pará*, especialmente a partir de sua coluna “Reclamações”, foi possível encontrar os motivos que faziam de Belém uma cidade decadente. Era urgente que seus gestores se posicionassem seriamente, uma vez que eram eles os maiores responsáveis pela sujeira das ruas, pelo aumento dos mosquitos e dos capinzais, pelo saneamento precário, pelo abastecimento de água insuficiente e pelo péssimo transporte público, que afetava, conforme o periódico, de maneira mais direta, a população dos bairros periféricos.

Já o jornal *Folha do Norte* centralizava sua narrativa-denúncia na miséria que assolava o interior do Estado. Quando se refere à cidade de Belém, o periódico associa a crise da economia à diminuição da fiscalização nesta, de responsabilidade do Estado, o que acabava gerando o aumento da sujeira e da depredação pública por parte dos cidadãos, apontados como os maiores culpados pelo aspecto decadente da urbe. Além dos cidadãos, eram culpadas pelo estado decadente da cidade a gestão de Antônio Lemos e as concessões que este havia feito a empresas como a Companhia *Port of Pará*, como advertiu o articulista Augusto Meira.

Como vimos acima, no discurso dos governadores do Estado, a crise econômica que afetava o Pará era grave e prolongada. Todos apontam a *débâcle* da borracha no mercado internacional como a grande causa da diminuição das receitas do Estado, o que gerou a diminuição dos investimentos na área urbana, em saúde, em educação, e também a redução e o atraso no pagamento dos servidores públicos. O governador Lauro Sodré culpa também a gestão de Antônio Lemos, uma vez que este não teria

investido na cidade com uma finalidade mais produtiva; assim como o governador Eurico Valle, que acusa os “lemistas” de descontrole dos gastos públicos, ao fundar um aparelho político e administrativo acima das possibilidades de manutenção do próprio Estado do Pará, o que gerou endividamento e as diversas crises pelas quais este passava desde os anos de 1900.

Se todos os governadores ratificaram a crise e justificaram a sua conduta na gestão do Estado a partir dela – inclusive utilizando seu discurso para emitir decretos como o nº 3.806 do governador Sousa Castro (1921), que reduzia mais ainda as despesas do Estado com a urbanização, as questões sociais e o funcionalismo – eles negavam que Belém fosse uma cidade decadente. Apesar da crise, os governadores destacavam em seus relatórios que continuavam investindo na cidade, embora com muita dificuldade, devido aos poucos recursos, enumerando suas obras urbanas e sociais e o melhoramento citadino.

O que nos chama atenção, porém, é a diversidade da economia apontada pelos governadores do Estado em seus relatórios. Embora a borracha nunca mais tenha tido o destaque que esperavam no mercado internacional, havia no Estado uma relativa prosperidade econômica apontada por eles na agricultura, no extrativismo da castanha-do-pará, na indústria, além da alta na extração da madeira no mercado internacional, após a primeira guerra mundial, quando a Amazônia passou a ser um importante produtor dessa matéria-prima para Europa.

Se economicamente, nos anos de 1920, os cofres públicos estaduais não detinham as quantias da época do fausto, possivelmente o discurso da crise econômica grave e lenta foi valorizado pelos governadores do Estado. Estamos de acordo com Spinoza (2005) quando a historiadora afirma que Belém cresceu, embora de maneira mais lenta do que no período de Antônio Lemos. Embora a autora se refira aos anos de 1930, consideramos possível, a partir da documentação levantada, inferir que o mesmo ocorreu nos anos de 1920.

Além do mais, os problemas apresentados por Belém na década de 1920 e que eram denunciados nos jornais *A Província do Pará* e *O Estado do Pará*, em colunas especiais, dedicadas às reclamações dos populares, assemelham-se bastante com as

denúncias dos populares da época da Belém do fausto, apontadas por Lacerda (2010) e Pantoja (2005). Como destaca a historiografia debatida neste estudo, o projeto de modernização e progresso de Lemos era um projeto excludente, no qual os populares deveriam ser mantidos distantes dos espaços reservados para os que podiam pagar pela modernidade, embora isso, quase sempre, não fosse possível.

A ideia de decadência de Belém foi sendo gestada pela elite política, que não dispunha mais das altas somas de dinheiro para investir no embelezamento da cidade; pela imprensa, que, fazendo oposição aos gestores da época, intensificava o aspecto de ruína da cidade de Belém, que já havia sido a *Paris n'América*, nos tempos faustos de Antônio Lemos; e por muitos intelectuais que viveram o período Lemos ou que se relacionavam com estes nas repartições públicas, nas oficinas jornalísticas, na confecção de revistas como *A Semana* e *Belém Nova*, ou nos encontros cotidianos fora do expediente de trabalho.

Ao experienciarem o capim e os carapanãs tomando conta da cidade, a intensificação dos buracos, bueiros e das ruas enlameadas nos lugares mais nobres, o aumento da mendicância no centro da cidade, a falta de manutenção nos símbolos da modernidade e a deterioração dos seus salários, uma saudade passou a tomar conta desses moradores mais ilustres, que haviam vivido os bons e velhos tempos do fausto lemistista.

Dalcídio Jurandir não nega “o tempo do velho Lemos, a borracha em alta, Belém fazendo cigarros com notas de quinhentos mil-réis”, houve para uma determinada classe um tempo em que “Belém encomendou bacharéis do Recife, óperas da Itália, jardineiros da França, os meninos ricos desconheciam o Rio porque só conheciam a suíça, os colégios alemães e as universidades inglesas”. Segundo Dalcídio Jurandir, esse tempo que ele não experienciou, foi “a *belle époque* do Pará” onde um grupo de letrados, era, na verdade, “uma corte em torno do Senador Lemos²²⁰”.

Esta não é a experiência de Dalcídio Ramos Jurandir. Muito menos é essa a perspectiva de história que está contida nos seus romances *Belém do Grão-Pará* e

²²⁰ JURANDIR, Dalcídio. Breve Nota Sobre o Pará. **Revista Para Todos**. Rio de Janeiro, julho de 1957

Passagem dos Inocentes, que propõem uma possibilidade de história para Belém a partir do olhar da periferia, dos excluídos do progresso e da modernização. É esta a história do último capítulo deste estudo, o próximo.

Capítulo II – A decadência do fausto e a “aristocracia do pé no chão” na cidade de Belém de Dalcídio Jurandir

A visão que tive como romancista era a visão de que a realidade social é feita de lutas. De forma que eu tomei uma posição política. Meu romance é um romance político. Fui menino de beira-rio, do meio do campo, banhista de Igarapé. Passei a juventude no subúrbio de Belém, entre amigos, nunca intelectuais, no salão da melhor linhagem que são os clubinhos de gente da estiva e das oficinas, das doces e brabinhas namoradas que trabalhavam na fábrica. Um bom intelectual de cátedra alta diria: são as minhas essências, as minhas virtualidades. Eu digo tão simplesmente: é a farinha d’água dos meus beijos.

Dalcídio Jurandir²²¹.

Os romances de Dalcídio Jurandir são compreendidos neste estudo como um lugar de memória, sendo possível, a partir da sua narrativa sobre Belém, “viajar” por diversos lugares, tempos e “cidades” (Guamá, Covões, São Brás, Nazaré, Mercado do Ver-o-Peso, Umarizal, etc.). Se a memória do autor pode nos levar a estes lugares múltiplos, descontínuos e lacunares, ela também constrói uma continuidade, algo que é único, que é real, e que é baseado na sua experiência política. Ele cria os romances fundamentado na própria experiência memorialística, mas também na sua visão de mundo e nas vivências do momento presente em que produzia a sua narrativa. Sua memória constrói

²²¹ Entrevista de Dalcídio Jurandir concedida ao Antônio Torres, Haroldo Maranhão e Pedro Galvão. JURANDIR, Dalcídio. Um Escritor no purgatório. **Revista Escrita**, Ano I, nº6, s/p, 1976.

o que para ele seria o real dos anos de 1920 em Belém, muito mais do que resgata um passado de “fausto” e/ou um período de “decadência”.

Os romances de Dalcídio Jurandir, “frutos de sua memória, do seu pensamento e do seu sangue” (NUNES; PEREIRA; REOLON PEREIRA, 2006, p.50), tomavam partido, o partido da “aristocracia do pé no chão”, dos milhões de seres humanos que faziam história à luz ou à sombra do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. Negociando, resistindo, cedendo, perdendo, os grupos populares faziam história durante o “fausto” e a “decadência” da cidade de Belém. Possivelmente, a maior importância dos romances de Dalcídio Jurandir, como documento histórico, é que estes nos possibilitam recuperar a interpretação daquilo que o literato vivenciou os anos de 1920, a partir da perspectiva das classes populares, e que utilizou em sua experiência para narrar ficcionalmente as suas histórias. É o próprio escritor que nos alerta sobre seus romances: “foi a tentativa inicial de transmitir, em termos de ficção, o que vive, sente e sonha o homem marajoara²²²”.

Dalcídio Jurandir recria, a partir das suas personagens populares, o universo vivenciado por ele nos anos de 1920, ao dar voz a mãe Ciana, ao seu Lício, aos roceiros do Guamá, a Isaura e seus irmãos operários, ao Alfredo, a Libânia, a Antônio (personagens de *Belém do Grão-Pará*); a Dona Celeste, a seu Antonino Emiliano, a Belerofontes, ao sapateiro anarquista perna-de-pau (personagens de *Passagem dos Inocentes*) – todos personagens ficcionais de seus romances, mas que poderiam ter sido inspirados em pessoas reais, como “dr. Belleza”, o “pornográfico Seabra”, a “burra cega pustulenta”, a “imoralíssima e nojenta Odaléa²²³”, os peixeiros, os carvoeiros, os geleiros, carroceiros, os operários empregados e desempregados, os professores que sofriam com o arrocho salarial e o atraso nos pagamentos durante a Belém dos anos de 1920, todos narrados pelos articulistas dos jornais *A Província do Pará*, *O Estado do Pará* e a *Folha do Norte*.

²²² Entrevista de Dalcídio Jurandir concedida ao Antônio Torres, Haroldo Maranhão e Pedro Galvão. JURANDIR, Dalcídio. Um escritor no purgatório. **Revista Escrita**. Rio de Janeiro, Ano I, nº6, s/p, 1976.

²²³ Reparos. **A Província do Pará**. Belém, 28 de abril de 1923.

Como sabemos, Dalcídio Jurandir pesquisava, especialmente em jornais da região, tipos humanos, levantes, ofícios, famílias, informações de modo geral, que lhe possibilitassem retratar os choques, os conflitos, “os atritos”, da cidade de Belém, posicionando-se sempre politicamente, já que este era seu ideal e seu compromisso maior de vida. Isso lhe proporcionava liberdade de seguir adiante em uma realidade difícil de ser vivida por ele, devido às grandes injustiças sociais que assolavam o Brasil dos anos de 1950, quando escrevia os romances analisados neste estudo. Nos seus romances encontramos a sua origem, o seu pessoal “miúdo”, a sua “aristocracia do pé no chão”, os excluídos da modernidade, que viviam nos subúrbios de Belém, nas barracas e palhoças de taipa, tanto durante o “fausto” quanto durante os anos de “decadência”.

Entretanto, é justamente esse tempo presente, os anos de 1950, que lhe enchem de esperança, afirmando que “o povo começou a caminhar, ninguém lhe barra o passo firme, são milhões que caminham²²⁴”. Era momento em que Dalcídio Jurandir escrevia os romances aqui analisados, que ele relembra, “uma noite escura em Belém do Pará” dos anos de 1920, e o brio da população citadina, descendente da nobreza Cabana – em mais uma de suas várias referências ao movimento cabano do século XIX:

Mais de trezentas e sessenta mil pessoas, com os salários e ordenados que ganham, sofrem, de fato, miséria. As crianças continuam morrendo, o rosto do povo no mercados e nas feiras, nos ônibus e trens, está cada vez mais magro, cada vez mais chupado. Mas que povo, êsse que coragem, para lembrar que tem memória e no coração a raça dos cabanos! Êsse despertar de massas para a luta política, hoje, no Brasil, é uma realidade. É certo que há ainda muito engano, muito confusão (...) Mas o povo anda com boas oiças, olhar agudo. A vida tem lhe ardido muito na carne magra, o coração ganhou conhecimento que já não podem enganar mais²²⁵.

Uma possibilidade de leitura da cidade em Dalcídio Jurandir: *Belém do Grão-Pará* – Para além da “decadência”

²²⁴ JURANDIR, Dalcídio. Conversa na rua escura. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1955.

²²⁵ JURANDIR, Dalcídio. Conversa na rua escura. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1955.

Se as luzes da modernidade e do progresso europeu se apagaram com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, na trama *Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio Jurandir, elas tiveram um fim não só antecipado, mas também dramático. Em agosto, de 1912, a cidade de Belém foi palco de uma multidão amotinada, que entre tiros e dinamites decidiu colocar fim na *Belle époque* do Norte, expulsando Antônio Lemos do poder e ateando fogo ao seu jornal, *A Província do Pará* (SARGES, 2002, p.15). O intendente foi então “enxovalhado, vaiado e cuspidor” (JURANDIR, 2004, p. 221), e assim as luzes se apagaram para a elite econômica ligada à economia da borracha e para parte da elite política ligada a Lemos e seus correligionários. Para estes, novos tempos iniciavam-se, o tempo da “decadência”.

Segundo Benedito Nunes, o romance *Belém do Grão-Pará*, escrito nos anos de 1950, é o romance dos Alcântara, cuja decadência simbolizava a decadência da cidade de Belém como um todo, após o fim do “ciclo” da borracha. Esta cidade em declínio teria sido aquela vivenciada por Dalcídio Jurandir nos anos de 1940 (NUNES, 2010-2011, p.73). Se de fato os Alcântara ocupam mais extensivamente o enredo do livro, como afirma outro estudioso do romance, Paulo Nunes (2007, p. 73), isso não significa, entretanto, que, segundo a perspectiva histórica proposta pelo autor da trama, haja uma decadência vivenciada por toda a cidade de Belém. Compreendemos que a perspectiva de história de Jurandir aponta para um “fausto” perdido apenas por um núcleo que compõe a trama, a família Alcântara, que simboliza os ex-correligionários de Antônio Lemos, porém, as demais personagens da narrativa não vivenciam a nostalgia do tal “fausto”.

Para o professor Paulo Nunes (2007, p.187), “a casa” – ou “as casas” – é uma das construções que mais provoca o leitor da trama dalcidiana, por ser a representação da “decadência”. Dialogando com Furtado (2010), ele afirma que a pesquisadora chama atenção para criação de um romance da Amazônia derruída após o ciclo da borracha, e o grande ícone desse espaço derruído seria justamente a casa, que se transforma em um espaço opressor, como a casa de seu Barbosa, padrinho de Alfredo, ou a casa da família Alcântara, em Nazaré, que ruiu literalmente, no final da narrativa.

Conforme Furtado (2002, p. 90-91), Dalcídio Jurandir utiliza uma técnica próxima da técnica do romance histórico, que consiste em pôr em primeiro plano personagens fictícios – a família Alcântara e Alfredo –, como pretexto para traçar em um plano mais distante as personagens históricas, como o Senador Lemos, e a reconstituição do momento em que se passa a narrativa, ao qual os acontecimentos, históricos ou fictícios, se predem. Porém, na compreensão de Furtado, Dalcídio Jurandir traz à tona os tempos áureos da borracha e do lemismo em Belém, em contraste com aquela pobreza do laurismo dos anos de 1920, a partir do enfoque da derrocada final da família fictícia dos Alcântara e das ilusões do menino Alfredo.

Todavia, temos que ter cuidado com esta afirmação, uma vez que o “fausto” e o “universo derruído” são vivenciados apenas pelo núcleo que viveu os bons tempos do lemismo – a família Alcântara. Existe no romance a personagem Alfredo, agregado da família, visto pelos estudiosos da obra de Jurandir como o *alter ego* do romancista, que testemunha essa “decadência” de longe, sem ter experienciado o “fausto”. Além disso, há um outro núcleo, outros acontecimentos que ocorrem paralelos à vida das personagens que viveram e lamentam o “fausto”, e neste núcleo, no núcleo dos levantes sociais, ninguém está lamentando a queda de Lemos, o fim do “fausto”, nem a “decadência” da cidade, como veremos adiante.

Não negamos que o romance *Belém do Grão-Pará* está repleto de sinais, metáforas, e símbolos que configuram a ideia de uma cidade em decadência. Porém, como assevera Willi Bolle (2008, p. 100), é preciso investigar mais a fundo como a temática da decadência é integrada à construção do romance. Concordamos com o estudioso, quando este afirma que Dalcídio Jurandir “fala da época do auge da borracha sem empatia, mas com distanciamento”; acreditamos haver esse distanciamento, principalmente, por sua história de vida, por seu vínculo com a “aristocracia do pé no chão”, e por seu engajamento no Partido Comunista.

Para Bolle, o próprio título dado pelo autor é uma possibilidade para pesarmos em sua não filiação à ideia de uma cidade decadente. “Belém do Grão-Pará”, e não apenas “Belém”, sugere um tempo histórico mais abrangente, além do tempo narrado (reminiscências do “fausto” e tempo da “decadência”), buscando a época da fundação

da cidade e destacando estruturas de longa duração que permaneciam vivas e que perpassaram o tempo de Lemos, os anos de 1920, e o tempo em que o literato escrevia o romance, os anos de 1950.

Partilhamos com Bolle a ideia de que as escolhas de Jurandir o levaram a escrever a história da cidade a partir de parâmetros não convencionais para a época, os anos de 1950. Dessa forma, o escritor não contribuiu, como parte da intelectualidade da cidade de Belém analisada por Ângela Corrêa (2010), para criar em seus romances uma imagem que buscava um prolongamento da cidade do fausto, uma filiação à *Belle époque* de Antônio Lemos. Dalcídio Jurandir também não compreende a história da cidade do mesmo modo como a historiografia clássica analisada por Sarges (2002). Tal historiografia a partir dos anos de 1960 buscou destacar a memória de Lemos como o grande urbanizador de Belém em diversas obras sobre o período da *Belle époque*, como *Santa Maria de Belém do Grão Pará* (1963), de Leandro Tocantins; *Belém: Imagens e Evocações* (1968), de Corrêa Pinto; *Antônio Lemos e sua Época* (1973), de Carlos Rocque; *História de Belém* (1973), de Ernesto Cruz.

Acreditamos que, quando Dalcídio Jurandir aponta para a decadência física da cidade, ele refere-se à decadência de um projeto político civilizacional, o qual ruiu com o “colapso” da borracha no mercado internacional e o qual, invariavelmente, ele associa ao Lemos, do mesmo modo como fez parte da historiografia analisada por Sarges. Todavia, a perspectiva de Jurandir não é de apologia ao fausto, mas de crítica ao projeto “excludente” empreendido na cidade pelo “Velho Senador”. O Escritor interpreta a urbe a partir das contradições e dos atritos, perspectiva esta bem diferente da história contada pelos historiadores clássicos de Belém. Logo, quando o pesquisador Paulo Nunes (2007, p.76) destaca o fato de o narrador da trama não ser neutro, levantando o questionamento se seria este um opositor ao “lemismo” ou apenas alguém com um olhar crítico, ficamos com a segunda opção, uma vez que consideramos o narrador uma criação do próprio autor do romance, Dalcídio Jurandir, ambos são críticos tanto dos anos do “lemismo”, quanto dos anos do “laurismo”.

É mais uma vez importante destacar que este estudo, ao eleger os romances de Dalcídio Jurandir, *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*, como as principais

fontes de pesquisa deste capítulo, não tem a intenção de realizar um estudo literário, isto é, uma investigação da obra em função dela mesma. Nossa proposta, como já ratificado em outros momentos, é recuperar a interpretação da experiência do literato e analisar como esta foi utilizada por ele para criar uma perspectiva de história sobre a cidade de Belém nos anos de 1920, nos anos em que escrevia os romances (1950), diferente da perspectiva dos intelectuais que escreviam na mesma época, inclusive de historiadores.

Se Dalcídio Jurandir buscava fragmentos de sua memória, para construir a sua narrativa a partir do menino que foi, com os pés fincados em Cachoeira do Arari, olhando Belém sempre como “casa alheia” (JURANDIR, 2004, p. 96-97) e pintando os seus romances com as cores de um testemunho histórico de um caboclo marajoara, logo, a sua perspectiva não poderia ser a mesma dos intelectuais que viveram a modernidade da cidade de Belém, com seu centro europeizado, seus bondes modernos e confortáveis, com seus cafés, teatros, quiosques, bulevares e candelabros parisienses.

No romance *Belém do Grão-Pará* o “fausto” é associado, como já dito, ao governo do intendente Antônio Lemos, às transformações no espaço central da cidade, ao Teatro, ao Cinema, às programações que vinham de fora, à *Pará Elétric*, ao Mercado de São Brás, à Estrada de Nazaré, ao piano, ao barulho do trem, o que não significa dizer que todas as personagens experienciaram esse fausto lealista da virada do século XIX para o século XX; e, menos ainda, que todas vivenciavam uma cidade em decadência nos anos de 1920, onde é ambientado o romance de Jurandir.

A Família Alcântara – o símbolo da decadência do fausto no romance de Dalcídio Jurandir:

A personagem Emília Alcântara, filha do casal Dona Inácia e seu Virgílio, narra com nostalgia o fausto dos tempos de Antônio Lemos, quando os preços da borracha haviam disparado no mercado internacional, e só na Amazônia havia borracha para alimentar o progresso de todo o mundo capitalista (JURANDIR, p.61). A família, correligionários de Lemos, são na trama o símbolo da decadência do fausto dos tempos pós-Lemos, olhando a cidade de 1920, a partir da perspectiva “dos sinais do desabamento dos preços da borracha”.

Como já dissemos, no romance de Dalcídio Jurandir, a famosa *Belle époque*²²⁶²²⁷ de Belém aparece identificada pelas personagens que fizeram parte da elite política e econômica da cidade durante as duas décadas finais do século XIX, especialmente a partir do momento em que há o *boom* dos preços da borracha no mercado internacional (WEINSTEIN, 1993), e durante a primeira década do século XX, constituindo-se o governo de Antônio Lemos como a maior referência na trama do fausto amazônida (SARGES, 2010).

Sabemos que a inserção da Amazônia, e especialmente de Belém, na Segunda Revolução Industrial é anterior a 1880, assim como a queda dos preços da borracha no mercado internacional é anterior à queda de Lemos do cenário político paraense, como sugere o narrador do romance de Dalcídio Jurandir, o que nos leva a inferir que o autor pesquisou a história da região, inclusive econômica, para construir o romance. Já entre 1850 e 1870 vai haver um aumento crescente das exportações da borracha (BATISTA, 2004), ampliando os recursos dos cofres públicos que foram empregados no melhoramento material da cidade: surgem os primeiros bancos, algumas ruas passam a ser pavimentadas, constroem-se prédios e a Capitania dos Portos, há um crescimento de estabelecimentos comerciais, como as tipografias e lojas de fazenda, e o aumento do número de casas onde se alugavam as seges.

É claro que, com o aumento sempre crescente da borracha no mercado internacional e com o advento da República e do regime federalista, o Estado passou a ter mais recursos e autonomia para investir na urbanização e no embelezamento da cidade, ou melhor, numa face central desta cidade, em que se vivenciavam o luxo e o esplendor do progresso burguês. Era preciso seguir os passos do discurso do progresso e da civilização europeia, logo era inevitável e necessária a mundialização da Amazônia, sempre com o discurso de que traria benefícios para todos os seus habitantes. Lauro

²²⁶ No romance *Belém do Grão-Pará*, em nenhum momento o narrador se refere ao período como *Belle époque*, mas como um momento de modernização e progresso da cidade de Belém do Grão-Pará para uma classe específica. Utilizamos a expressão, pois, além de ser algo consagrado na historiografia, acreditamos, a partir da bibliografia levantada, que a classe econômica e política ligada ao comércio da borracha, e especificamente ao intendente, tenha vivido bons tempos, o fausto, e acreditava que esses tempos eram anos de *Belle époque* francesa no Norte.

Sodré, primeiro governador eleito (1891-1897) após a “aclamação” da República no Pará (FARIA, 2013), e seus aliados vão defender um governo científico, afirmando que a democracia deveria começar pela liberdade de consciência, só adquirida com a instrução pública e gratuita.

Era notória a relação entre desenvolvimento cultural e crescimento material, no transcurso das transformações operadas no cenário europeu especialmente a partir de 1870. O estabelecimento de uma vanguarda científica na área do conhecimento, centrada ao redor das ciências naturais, esteve por trás de todos os fenômenos que revolucionaram a Europa (SEVCENKO, 1983, p.81).

Assim, os republicanos paraenses vão acusar a Monarquia pelo analfabetismo e pela falta de formação adequada para os setores produtivos da sociedade, sendo a construção do Lyceu de Artes e Officio Benjamin Constant (1892) parte da lógica republicana de que a ciência salvaria a Amazônia da incivilidade. Esta crença no poder da educação escolar acompanhou Lauro Sodré durante seu primeiro – e também no segundo – mandato como governador, quando investiu na fundação e reorganização de instituições de ensino e pesquisa, uma vez que se fazia cada vez mais necessário uma sociedade educada, civilizada e preparada para o mercado de trabalho.

Estas reformas educacionais e a criação do Lyceu de Artes e Officio Benjamin Constant foram um espaço importante para a construção da hegemonia republicana. Os alunos e professores exaltavam a República de várias maneiras, principalmente com discursos inflamados na defesa dos grandes homens do regime e por meio de obras de arte cuja temática era republicana (FARIA, 2013, p.203).

A filosofia positivista foi bem expressiva entre os políticos paraenses, reverberando nas suas práticas administrativas nos anos da *Belle époque*. Mas cabe lembrar que esse discurso científico do progresso foi redefinido no Brasil no final do século XIX, ganhando características próprias, havendo por isso mesmo a necessidade de se relacionar ciência e literatura, uma vez que ambas eram pensadas como as grandes virtudes do sujeito social do tempo do Progresso e da Civilização (COELHO, 2014, p. 15). Há nesse momento a organização da Sociedade Filomática Paraense (1866), a

constituição da Mina Literária (1895) e a instituição do Museu Etnográfico de História Natural, que na República transformou-se em Museu Emílio Goeldi.

Como já comentado em capítulo anterior, é na virada do século XIX para o XX, sob a intendência de Antônio Lemos, que os investimentos do Estado na modernização e urbanização de Belém vão conferir à cidade uma feição cosmopolita (COELHO, 2014), e possivelmente este é um dos fatores que fez o nome do intendente ser o mais lembrado e exaltado desta época (SARGES, 2010). Lemos governou a cidade de 1897 a 1911, e em seu projeto civilizador, que obedecia às leis do Positivismo e ao movimento urbano da Europa, buscou transformar Belém, considerada ainda “bárbara” e “atrasada”, em uma grande metrópole europeia nos trópicos (SARGES, 2010).

O Intendente também buscou associar a sua imagem às Artes e à intelectualidade, o que lhe credenciava junto ao mundo civilizado burguês a ser o grande transformador da Amazônia (SARGES, 2002). E foi justamente o que aconteceu ao se rodear em seu jornal, *A Província do Pará*, de redatores e colaboradores de grande credibilidade perante a opinião pública, intelectuais que asseguravam o seu prestígio. Sendo assim, patrocinou inúmeras exposições de pinturas e obras literárias. Na sua administração, escritores, poetas e pintores tiveram uma atenção especial devido à lógica do seu projeto de civilização, pois esses homens representavam a modernidade artística e intelectual de Belém.

O Estado passa a investir nos ícones do progresso burguês: grandes avenidas, jardins, praças, monumentos, mais serviços de saneamento e higiene. A partir da transformação material do centro da cidade, da propaganda nos jornais e dos Álbuns feitos em Paris, a *Belle époque* da borracha vai firmando “suas imagens, expandindo seus mitos, enraizando suas legendas” (COELHO, 2014, p. 17). Este tempo de beleza também vai ser enaltecido por homens de letras que viveram as realidades intelectuais e sociais desta Belém abarrotada de ouro negro. Eram eles Humberto de Campos, Theodoro Rodrigues, Eustáquio de Azevedo, Paulinho de Brito e João Lúcio de Azevedo, dentre outros, que produziram crônicas de suas memórias exaltando este tempo social que viveram (COELHO, 2014, p.18-19).

Com o fim dos bons tempos surge então uma sensação melancólica de perda, que vai ser disseminada em uma “intersubjetividade social bem mais ampla, ao longo do século XX” (CASTRO, 2010, p.26-27), atingindo os demais setores da população. Esta disseminação seria então responsabilidade de obras memorialistas, obras ficcionais e de cunho histórico, que serão produzidas ao longo do mesmo século. Segundo Castro (2010), o látex foi a grande oportunidade de Belém – possivelmente ele se refere à elite e a políticos – de fazer parte da modernidade que triunfara na Europa no final do século XIX. Porém, poucos anos depois ocorre a queda, tão profunda que Belém deixa de ser a capital que pretendia, e tanto o fausto como a decadência foram mitificados de forma dramática pelo imaginário local.

Todavia, como podemos perceber nos romances de Dalcídio Jurandir, nem todos os belenenses foram atingidos pela sensação melancólica de perda do passado faustoso, assim como nem todas as obras ficcionais da primeira metade do século XX são responsáveis por disseminar a ideia de um fausto belimita, em que todos teriam se beneficiado com o progresso e a modernização empreendidos por Lemos. Inclusive, como vimos no capítulo anterior, a própria historiografia, a partir dos anos de 1990 do século XX, desconstrói a perspectiva de um passado de fausto, homogêneo, entendendo o projeto modernizador de Lemos como excludente. Nesse sentido, estamos de acordo com o próprio Dalcídio Jurandir quando este afirma que os seus romances valem como “um depoimento, uma memória, uma denúncia, uma antecipação²²⁸”.

No romance de Jurandir a família Alcântara ficou de fato profundamente abatida com a queda de Antônio Lemos e do fausto belemita. Ela representa não todos os belemenses, mas todos os lemistas que faziam a corte para o “Velho Intendente” e que saíram perdendo com o fim de sua era. Dona Inácia, personagem-símbolo maior desse inconformismo, era então a “mulher das ruínas, dos luxos mortos, das coisas acabadas do lemismo”, como aponta o narrador, em um tom de crítica a um projeto político excludente (JURANDIR, 2004, p.158). Com a derrocada de Lemos e o fim da *Belle époque*, sua família teve que se mudar da Vinte e Dois de Junho, para uma das três casas iguais, com uma porta e duas janelas, na Gentil Bittencourt, sem calçamento, no trecho

²²⁸ Entrevista de Dalcídio Jurandir concedida ao Antônio Torres, Haroldo Maranhão e Pedro Galvão. JURANDIR, Dalcídio. Um Escritor no purgatório. **Revista Escrita**, Ano I, nº6, s/p, 1976.

onde passava o trem, atrás do quartel dos 26 caçadores. Situava-se ente a 14 de Março e a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, porém, o quintal da casa ficava em um baixada. A casa da Gentil, o entre-lugar do qual fala Paulo Nunes (2007, p. 75-76), era para a família Alcântara o símbolo maior da decadência.

Para a personagem Dona Inácia a queda do intendente Lemos, ou do Senador, como se refere, era a causa de tudo: a borracha subiu no mercado internacional graças ao Senador, que estava em seu Palácio, administrando todo o Progresso material da capital da Amazônia, e quiçá do mundo. Quando este foi traído, humilhado, espezinhado, a borracha despencou, caiu como consequência da queda do Senador, e agora vivia-se a decadência dos tempos áureos (JURANDIR, 2004, p.63). Porém, ela é alguém que não se preocupa de fato com o estado da cidade de Belém, com o seu “aspecto derruído”, com a diminuição dos investimentos nas obras de saneamento urbano e nas obras de cunho social, sua revolta está relacionada ao que a família perdeu com o fim do fausto, dos figos, do bacalhau, do champanhe, das festas luxuosas, da vida social ativa.

Para vingar-se do seu infortúnio político, a personagem Dona Inácia falava mal de quem estava no poder, no caso o grupo que seguia Lauro Sodré, os “lauristas”, e torcia pelos levantes sociais que estavam ocorrendo na trama, a chamada “rebelião dos roceiros do Guamá”, não por empatia com o sofrimento das classes populares, mas por vingança. Essa rebelião, segundo o narrador da trama, eclodia no interior do Estado do Pará e reverberada nas páginas do jornal *Folha do Norte*.

A queda de Lemos, como já mencionado, é então para Dalcídio Jurandir a ruína de uma classe econômica ligada ao comércio da borracha de forma direta ou indireta, e de uma elite política ligada ao intendente; é o símbolo do declínio do fausto da *Belém do Grão-Pará* e da fantasmagoria do seu progresso e da sua modernização, sendo percebido dessa forma como uma experiência frágil da modernidade (ACEVEDO; CHAVES, 2007). A elite econômica da borracha e a elite política ligada a Lemos se limitaram a celebrar as novidades trazidas pelo progresso, sem questionar sua fragilidade e fugacidade. Era necessário materializar a modernidade a partir da construção de obras públicas que refletissem o movimento urbano vindo da Europa e

seu modelo ideal de sociedade. Celebrava-se, então, seus símbolos na Belém “lemista” e *bellepoqueana* reformada, ignorando-se que o caminho para o progresso burguês era, na verdade, a catástrofe (BENJAMIN, 2012, p.16-17).

Como já discutido na primeira parte deste estudo, acreditamos que Dalcídio Jurandir tem um entendimento de história similar à compreensão do filósofo alemão Walter Benjamin, o que nos leva à possibilidade de interpretação de que, para o literato, a elite política e econômica de *Belém do Grão-Pará*, ao imitar os europeus, material e ideologicamente, acreditou no discurso burguês do progresso tecnológico e científico. Este discurso afirmava que o progresso cosmopolita tinha como finalidade a dominação do homem sobre a natureza em benefício de todos, sem levar em consideração os consequentes retrocessos da modernização, relacionados com o fato de o homem que produz a mercadoria, por meio do seu trabalho nas fábricas, não ser mais detentor desta produção. Segundo Benjamin, a crença dogmática neste progresso levou à construção de uma realidade preenchida por um “tempo homogêneo e vazio”, uma realidade falsa, haja vista que não cumpre o que promete, já que nem todos se beneficiaram com o “fausto”. (BENJAMIN, 2012, p.15).

Dessa forma, para Dalcídio Jurandir, o projeto político de progresso e modernização empreendido por Antônio Lemos era mecânico, automático, acrítico, excludente, era, portanto, um “fausto” falso, uma vez que as classes populares dele não participaram. Porém, se o progresso é falso, o sentimento de modernidade e civilização não o é, ele de fato existe na trama, assim como o sentimento de ruína e decadência, sentimentos associados à família Alcântara. Dalcídio recorrentemente nos deixa claro qual o papel de cada personagem nas engrenagens da *Belle époque* e da “decadência”, como veremos no tópico seguinte.

As reminiscências do passado do fausto ainda sobreviviam na Estrada de Nazaré e no seu entorno, dessa forma era para lá que a personagem Emília Alcântara desejava ir para solucionar o problema do seu futuro. Mas havia um empecilho: a casa da Estrada estava, assim como sua família, em ruínas (JURANDIR, 2004, p.255). Apesar dos destroços e do cupim, para a personagem Emília era preferível a mudança, morar no 34 e enfrentar os fantasmas do fausto lemista. Já instaladas na Estrada de Nazaré, uma

solidão vai envolver as personagens na casa em degradação, como se fosse o resto, as sobras, os rastros de uma outra cidade, a cidade do fausto que não mais existia para os Alcântara. A vida dos Alcântara era, então, as cinzas deste passado faustoso, uma amostra microscópica do que aconteceu à elite da borracha com a queda de Antônio Lemos.

Chega o momento na trama em que o crítico narrador nos fala em “desagregação das coisas” (JURANDIR, 2004, p.410). Entre as reminiscências da personagem Virgílio Alcântara – quando tomado pelo ciúme que sentia de sua esposa, a Dona Inácia, com o Senador Lemos, em dúvidas se ela fez parte das “cortesãs” deste último –, está a lembrança de uma matéria do jornal *Folha do Norte* que falava sobre a greve de 1918 dos trabalhadores da *Pará Electric*. Segundo o jornal, a greve tinha o objetivo da “desagregação das coisas”. A personagem Virgílio e o próprio narrador têm, porém, um entendimento diferenciado sobre a greve, compreendendo-a como legítima, pois, já que o “inglês explorava a luz e os bondes de Belém”, então era justo que aumentasse o salário dos trabalhadores.

E assim é posta a questão da “desagregação das coisas” na trama, ficando o problema a ser respondido: será a cidade de Belém dos anos de 1920, na perspectiva de história de Dalcídio Jurandir, um lugar onde as coisas estavam em desagregação no sentido de catástrofe, revolução, rebelião e um novo começo, como proposto por Walter Benjamin? Ou estas estavam em desagregação devido ao fim da modernização e do progresso após a queda do Senador, entendendo o literato a desagregação no sentido da decadência da cidade de Belém, como os jornais da época (anos de 1920), e parte da intelectualidade (1920-1940) e dos historiadores (1960-1990)?

O almoço do Círio de 1922 na casa em ruínas dos Alcântara nos leva a uma possibilidade de entendimento da percepção do autor sobre o que seria esta “desagregação das coisas”, sobre o “fausto” e a “decadência” dos anos de 1920.

Convidado a participar do almoço dos Alcântara, a personagem Seu Lício²²⁹, encadernador, revolucionário e escritor do jornal *O Semeador*, foi levado a expor sua “Chama libertária”, e é esta personagem que nos leva à “agregação” do sentido de história dado ao romance por Dalcídio Jurandir.

Diz-nos o narrador, com certa simpatia, que o jornal *O Semeador* tinha pouca tiragem, mas ferozes resultados, “relampejando entre os operários da Federação dos Trabalhadores” (JURANDIR, p.397). Lá a personagem Seu Lício escrevia as ideais que aprendera com os europeus e “escarrava na cara dos burgueses” (JURANDIR, p.397). Já no almoço, o encadernador reviveu as greves das quais participara, especialmente a de 1918, quando os trabalhadores reclamavam do inglês que “explorava a luz e os bondes de Belém” e se negava a aumentar o salário deles, enquanto a imprensa, leia-se o jornal *Folha do Norte*²³⁰, posicionava-se ao lado dos empresários estrangeiros e afirmava que a greve era um dos indícios da “desagregação das coisas” (JURANDIR, p. 410). A personagem Seu Lício então queixa-se do marasmo social que Belém vivia em 1922, mas tinha confiança que um dia o povo iria acordar, pois este povo era descendente da “fidalguia Cabana”.

Dessa forma, inferimos que o sentido de história atribuído por Dalcídio Jurandir ao mencionar a “desagregação das coisas” na cidade de Belém é oposto ao de decadência do fausto lealista. A desagregação seria a revolução social no sentido atribuído por Walter Benjamin (2012). A Belém do “fausto” vivia nos anos de 1920 a catástrofe, devido à crença num progresso mecanicista e linear, num tempo homogêneo e vazio, que não beneficiou a sociedade como um todo e que trouxe como consequência a ruína do mundo em que se vivia, e essa ruína do mundo no romance era simbolizada

²²⁹ Como já mencionado na primeira parte deste estudo, deduzimos que Dalcídio Jurandir se inspirou no poeta Bruno de Menezes ao criar a personagem Seu Lício, anarquista, operário e rebelde, como o próprio poeta na sua juventude, e que escrevia no jornal alternativo *O Semeador*, espaço em que aquele de fato escreveu. Nos cadernos manuscritos de Dalcídio Jurandir, quando está criando o romance *Belém do Grão-Pará*, há referências diretas a Bruno de Menezes, quando da criação de Seu Lício e das personagens operárias. O caderno manuscrito pode ser encontrado no Acervo Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, nos Documentos Pessoais, código DJ Pi 50.

²³⁰ Mais um dos indícios de que Dalcídio Jurandir pesquisava em jornais antigos para construir os seus romances, uma vez que, como vimos, o jornal *Folha do Norte*, durante os anos finais de 1910 e 1920, tinha um posicionamento favorável aos “lauristas” que estavam no poder.

pela família Alcântara e pelo centro da cidade de *Belém do Grão-Pará* nos anos de 1920.

Na compreensão de história de Dalcídio Jurandir, era preciso que os militantes revolucionários, como a personagem Lício e as classes populares não beneficiadas com o progresso de outrora “escovassem a história a contrapelo” e fizessem com que a revolução interrompesse a caminhada para a catástrofe final e total da cidade de Belém – uma vez que a consequência final do progresso burguês para Benjamin e também para Jurandir era a catástrofe –, enchendo nos tempos do “agoras” os cidadãos de esperança (BENJAMIN, 2012). A esperança utópica de que a revolução pudesse ocorrer a qualquer momento, como uma possibilidade aberta pelo presente histórico, alimenta o romance *Belém do Grão-Pará* e as classes populares, a partir da rebelião dos roceiros do interior do Estado, em São Miguel do Guamá.

Enquanto o mundo da burguesia da borracha estava em ruínas, em decadência, como simboliza o desabamento da casa na Estrada de Nazaré, restando o piano na rua, debaixo da mangueira, como um símbolo dos escombros do fausto lemista (JURANDIR, 2004, p.524); no interior da *Belém do Grão-Pará*, a rebeldia dos roceiros do Guamá “desagregava as coisas” e enchia de esperança as personagens nos “agoras” de 1922. A caminhada da cidade de Belém nadava contra a corrente do progresso burguês, logo a solução para a crise que sofria o Pará há nove anos era a rebelião dos roceiros, a qual criativamente unia os pontos separados no tempo histórico da *Belém do Grão-Pará*, ou seja, do auge da borracha no mercado internacional em 1880, à decadência do fausto nos anos de 1920 e à Cabanagem de meados do século XIX, porém abrindo a possibilidade de algo completamente novo em meados do século XX.

Os roceiros do Guamá: desagregação, revolução e esperança²³¹

Dalcídio Jurandir, em cadernos manuscritos em que fazia apontamentos sobre a construção do romance *Belém do Grão-Pará*, fez várias referências e anotações sobre lavradores falidos que, com fome, decidiram assaltar o comércio e sítios do interior do Estado do Pará, com destaque para a cidade de São Miguel do Guamá, como o exemplo registrado abaixo:

Um bando de lavradores falido pela fome assalta o comércio e os sítios do Guamá. Colocar este assunto e o assalto do Guamá com a conversa dos Samicos – levantes de lavradores – 24 de fevereiro de 1921.

X

O preto Juvenal Agapilo – aqui o tio José pode vir do Guamá.

X

Examinar esta agitação no Guamá Vila: Ver O Estado do Pará – de fevereiro de 1921.

O depoimento dos comerciantes. Só assaltavam casas de comércio. Empunhavam armas²³².

Seguindo os rastros apontados pelos manuscritos do literato, fizemos o levantamento dos jornais da época sobre a rebelião dos roceiros. Segundo o periódico *Folha do Norte*, era terrível a situação no interior do Pará, onde um grupo de “bandoleiros” assaltava os comerciantes e colocava pânico na população. Eram urgentes a ação do Estado e a “condenação formal da opinião pública contra esses bandidos que

²³¹ Como já referido em outro momento, Dalcídio Jurandir, dedica boa parte de seus cadernos manuscritos para a criação da história dos roceiros do Guamá. Nos cadernos existem cópias das informações dos jornais *Folha do Norte*, *A Província do Pará*, e *O Estado do Pará*, com os depoimentos e nomes do comerciantes e cidades envolvidas na rebelião dos bandoleiros, ao mesmo tempo que percebemos que o romancista começa a criar personagens ficcionais, como por exemplo, o suposto líder da rebelião, o ruivo Jerônimo: “Pede-se a captura do ruivo Jerônimo de tal, com um gama XI às costas. É o chefe dos bandoleiros de São Miguel do Guamá, e consta ter passado aqui, rumo de Belém (...)”. Em nenhum jornal da capital consta qualquer referência ao ruivo Jerônimo, que na trama será ajudado por outros personagens, inclusive Seu Lício. Logo, acreditamos que Dalcídio Jurandir cria a sua própria versão sobre as revoltas dos roceiros que ocorreu no interior do Pará no ano de 1921, embora tenha utilizado os jornais da capital como referência histórica. Este caderno manuscrito de Dalcídio Jurandir encontra-se no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, nos Documentos Pessoais, código DJ Pi 50.

²³² Este caderno manuscrito de Dalcídio Jurandir encontra-se no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, nos Documentos Pessoais, código DJ Pi 50.

depredam e atacam as propriedades²³³". Ainda conforme o jornal, os "bandidos" em atos "selvagens" eram motivados não pela fome, mas pelo espírito de perversidade. Entende-se que a publicação apenas reproduz a perspectiva dos comerciantes de São Miguel do Guamá e das demais localidades atingidas, como Itaituba, Ourém, Capanema, Gurupá, e silencia sobre algo que recorrentemente estampava nas suas manchetes: a miséria e a fome que assolavam o interior do Pará.

No periódico *O Estado do Pará*, as matérias vinculadas aos "saqueadores" e "bandoleiros", na coluna diária "Graves Sucessos no Interior", afirmavam que eles estavam causando pânico entre os comerciantes e a população não apenas de São Miguel do Guamá e Irituia, mas também de Ourém, e a tendência era de que se espalhassem por todo interior do Estado. Embora o jornal mencionasse a miséria e a fome entre as causas da rebelião, também condenava os bandoleiros, como assaltantes perversos que colocavam a população em risco²³⁴. Porém, a publicação não mostrou nenhum depoimento de populares atacados pelo grupo de "bandoleiros".

²³³ Os acontecimentos do Guamá. **Folha do Norte**. Belém, 24 de fevereiro de 1921; Os sucessos do Guamá. **Folha do Norte**. Belém, 26 de fevereiro de 1921; Os acontecimentos do Guamá. **Folha do Norte**. Belém, 01 de março de 1921; Os acontecimentos do Guamá. **Folha do Norte**. Belém, 04 de março de 1921; Os bandoleiros de Capanema. **Folha do Norte**. Belém, 07 de março de 1921; Os sucessos do Guamá. **Folha do Norte**. Belém, 10 de março de 1921; Os sucessos do Guamá. **Folha do Norte**. Belém, 11 de março de 1921; Os sucessos do Guamá. **Folha do Norte**. Belém, 23 de março de 1921; Os bandoleiros do Guamá. **Folha do Norte**. Belém, 25 de março de 1921; Os sucessos de Gurupá. Os sucessos do Guamá. **Folha do Norte**. Belém, 30 de março de 1921.

²³⁴ Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 22 de fevereiro de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 22 de fevereiro de 1922; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 24 de fevereiro de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 26 de fevereiro de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 27 de fevereiro de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 01 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 02 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 03 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 04 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 05 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 06 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 07 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 08 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 09 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 10 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 11 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 12 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 13 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 14 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 15 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 16 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 17 de março de 1921; Graves Sucessos no interior. **O Estado do Pará**. Belém, 18 de março de 1921.

O jornal *A Província do Pará*, também em uma coluna intitulada “Anarchia no Interior²³⁵”, vai condenar os rebeldes, chamando-os de “criminosos”, que, “assaltando várias casas comerciais” em bandos armados, desorganizavam a vida e o comércio no interior. Embora o periódico afirme que muitos homens se juntavam ao grupo sob ameaça de morte, sem ter como comprovar tal afirmativa, é uma informação importante, uma vez que nas matérias dos três jornais é recorrente a fala de que os bandos cresciam e que mais cidades eram saqueadas pelo interior do Pará, o que nos parece ter sido um movimento que incomodou bastante o Estado e os grupos que estavam no poder. Segundo o articulista de *A Província do Pará*, “a força da brigada que se acha em São Miguel, 37 praças, não é suficiente para reprimir o movimento de desordem, visto que o numero de desordeiros aumenta cada vez mais, sendo que muitos se agrupam ao bando sob ameaça de morte”.

Dalcídio Jurandir, apesar da pesquisa que fez nos periódicos da região, constrói uma outra perspectiva de história sobre a rebelião dos roceiros do interior do Estado do Pará. Diferente dos periódicos, que deu voz apenas ao Estado, à chefatura de política e aos comerciantes, em seu romance o escritor vai dar voz para as personagens que se envolveram com a rebelião dos roceiros do Guamá, rebelião esta que se sobrepunha, paulatinamente, na trama, à Belém dos escombros lemistas, possivelmente porque o romancista percebia a história como um campo de lutas, de atritos sociais entre classes antagônicas, e tinha um compromisso com a maioria explorada, compromisso que podia ser visto em suas obras, uma vez que fazia um romance político, e este romance seria a sua contribuição para a transformação do mundo, assim pensava. Era preciso mostrar para os oprimidos a possibilidade da “desagregação das coisas”, através da escrita da história “a contrapelo”. (BENJAMIN, 2012, TESE 8, p.13).

²³⁵ Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 24 de fevereiro de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 26 de fevereiro de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 27 de fevereiro de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 02 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 03 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 04 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 06 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 07 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 09 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 11 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 12 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 13 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 15 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 17 de março de 1921; Anarchia no Interior. **A Província do Pará**. Belém, 18 de março de 1921.

Compreendemos também que, ao se referir recorrentemente à Cabanagem – tanto em *Belém do Grão-Pará* como em *Passagem dos Inocentes* –, Dalcídio Jurandir apresenta o presente “decadente” da *Belém do Grão-Pará* (nos anos de 1920), iluminado pelo seu passado cabano rebelde, a partir da rebelião dos roceiros. Era da Cabanagem que os rebeldes do século XX deveriam tirar os aprendizados e fortalecer no seu presente a sua rebelião. Dalcídio Jurandir, o “cronista” que astuciosamente denunciava as mazelas de sua época (BENJAMIN, 2012, TESE 3, p.10), vai arrancar do passado cabano a esperança do presente da cidade de Belém em ruínas, como uma “recordação que relampeja como um clarão no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2012, TESE 6, p. 11).

Nasce então um novo sol na *Belém do Grão-Pará* a partir da humanidade oprimida e faminta do interior do Estado, que tem a possibilidade de redimir os cabanos, milhares de homens e mulheres anônimos que haviam sido condenados à obscuridade e ao silêncio, inclusive pela própria historiografia. Ao trazer a cabanagem para o presente, o literato fala em nome dos que a História havia calado, no próprio passado cabano, no “fausto” lealista, nos anos de 1920 (os jornais que silenciam a perspectiva dos roceiros do interior) e no momento em que ele escrevia o romance.

Buscar compreender as classes populares que viveram nos tempos de “fausto” e “decadência” em Belém não significa reconstruir o passo a passo destes milhões de excluídos do progresso, mas buscar compreendê-los a partir do panorama que o romancista, cronista do cotidiano amazônico, nos fornece, levando sempre em consideração sua experiência de homem pobre do Marajó, sua filiação política de esquerda, seu compromisso com a ficção e com a revolução social, e o momento no qual ele escreve, os anos de 1950, anos em que também tinha um projeto ligado à questão cultural, a partir do qual seria possível transformar o mundo por meio de um movimento cultural continental, sendo seus romances parte disto²³⁶.

A personagem mãe Ciana é o elo entre o *alter ego* de Dalcídio Jurandir, a personagem Alfredo e a rebelião dos roceiros no Guamá, que “desagregava a

²³⁶ Em 1953, Dalcídio Jurandir viaja ao Chile para participar do Congresso Continental de Cultura, junto com uma delegação de intelectuais comunistas, onde entra em contato com outros escritores de toda a América Latina, como Pablo Neruda (NUNES; PEREIRA; PEREIRA, 2006, p.91).

decadência do fausto” na *Belém do Grão-Pará* nos anos de 1920. O narrador da trama vai nos contar, com empatia, a vida de mãe Ciana desde sua origem africana, a separação de seus familiares negros que se espalharam por Araquicaú, Santana e o engenho de boca do Arari, que não mais existia e que havia sido pertencente aos frades, “sítio dos brancos” (JURANDIR, 2004, p. 185).

O narrador nos relata que mãe Ciana vivia durante o tempo da Belém do fausto “na Bernaldo Couto, olhando o muro lateral da Santa Casa”. Bem diferente dos palacetes de mármore e granito importados da Europa, mãe Ciana morava numa barraca, “beiral de palha, como uma pestana, sobre a única janelita envergonhada” (JURANDIR, 2004, p. 185). Nesses tempos vivia com a personagem Seu Lício, mas a história de ambos é mais antiga, não datando o narrador, mas deixando com que os rastros nos façam inferir que por volta do final do XIX e início do XX os dois já estivessem juntos.

Mãe Ciana é definida pelo narrador como uma mulher de uma dedicação apaixonada. Mais cafuza que preta, com roupa sempre limpa, não tinha medo de pegar no pesado, e quando enviuvou do primeiro marido, amassou e vendeu açaí na Domingos Marreiros, com a bandeira na porta, faxinou muita casa de branco, vendeu tacacá, e, nos idos de 1922, fazia “cheiro de papelinho para freguesia certa, certas casas da Independência, Rui Barbosa e Reduto” (JURANDIR, 2004, p. 184).

O vai e vem desta labuta, as inúmeras atividades nas quais as mulheres como mãe Ciana se envolviam, nos sugere a dura luta pela sobrevivência das mulheres das classes populares do final do século XIX e início do século XX, muitas chefes de família, como registrou Leticia Pantoja (2005) em estudo discutido no capítulo anterior. As mulheres tinham pouca possibilidade de empregos regulares, uma vez que raras eram as que trabalhavam como balconistas no comércio de alguma loja (DIAS, 1995), sobrando para elas o comércio mais pobre, a venda de gêneros alimentícios. É possível inferir também que muitas destas mulheres eram mal vistas neste momento em Belém, uma vez que o seu lugar social não era as ruas, mais o íntimo do lar, cuidando da casa e da prole (LEAL, 2008).

Mãe Ciana, a personagem que não apanhava o bonde, que rodava a cidade entregando seus cheiros a pé, fazia desta uma de suas mais marcantes características, como que, implicitamente, o autor quisesse mostrar o brio da aristocracia da qual ele era descendente, “a aristocracia do pé no chão”: a pé a personagem procurava os parentes no Ver-o-Peso, a pé foi madrinha de muitas crianças, de batismo e de fogueira, a pé ficou conhecida e conheceu os pajés, frequentava de vez em quando o terreiro de Dr. Luís França na Cremação, conheceu de feitiçaria, de encantos e de ervas maravilhosas. Mas sua sina era estar sempre em busca de Seu Lício pela cidade, com os dois pés fincados no chão, na sua realidade de trabalho duro. O narrador afirma que, embora devota da virgem de Nazaré, acompanhando todos os anos a transladação, era com Nossa Senhora do Rosário que mãe Ciana se pegava de fato, ela e “a pretada inteira” se pegavam com a imagem da santa, na Igreja construída pelos escravos (JURANDIR, 2004, p.472).

Por meio das memórias da personagem Seu Lício, companheiro de mãe Ciana, vamos tecendo, na trama, o lugar das classes populares no “fausto” da *Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio Jurandir. A personagem narra que viu mãe Ciana pela primeira vez em um carimbó, no Pinheiro, voltava ele de Mosqueiro, da Baía do Sol, depois de vários dias de “vadiação” pelos “terreiros e chãos de festa, velório e serenata” (JURANDIR, 2004, p. 398). Mãe Ciana, muito cheirosa, estava de “chinelinho no pé, bata branca, pente alto na cabeça” e dançava como ninguém ao som do carimbó.

Mas é o caminho do carimbó a casa de mãe Ciana que nos chama atenção. As personagens populares da trama de Dalcídio Jurandir não passaram por nenhum dos símbolos do progresso burguês. Havia o poço, de onde a população tirava sua água que não era encanada, havia lama e não ruas pavimentadas, haviam palhoças e não palacetes, haviam mulheres trabalhando na peneira da tapioca para fazer beijus, e não banquetes europeus e nem mulheres tocando piano. Narrando o período longo em que tentava convencer mãe Ciana a aceitá-lo, Seu Lício vai nos mostrando o quanto a vida desta mulher era feita de “labutas das casas desses brancos, trabalhar no tacacá”, mas também no cheiro, na banca do peixe, na mercearia. Na festa de Nazaré, “longe dos

luxos e do muito caro das barracas e das diversões do Largo”, estava mãe Ciana trabalhando como mingauzeira no “cu da festa, que era atrás do arraial, aquele arraialzinho da maior pobreza” (JURANDIR, 2004, p. 399).

Para Dalcídio Jurandir, essa “aristocracia do pé no chão” era o que de melhor existia na *Belém do Grão-Pará*. Independente dos tempos, era ela que fazia pulsar a cidade a partir das ruas, dos cheiros, das danças, da música, das comidas, das feiras, da arte, do brio, da dedicação, da honestidade, da determinação, da força, da inteligência. É esta gente de pé no chão que contradiz a ideia de decadência da cidade de Belém, uma vez que para esse grupo de indivíduos também não existiu uma época de fausto. Estavam sempre trabalhando duro, servindo aos brancos, lutando pela sobrevivência, o que não significa que fossem desesperançados.

A função do intelectual materialista era libertar o presente do passado que o oprimia, para salvá-lo de uma história oficial, na qual existia a empatia apenas com o vencedor. Na história de Belém de Dalcídio Jurandir sua empatia é voltada às classes populares, que conheciam a sua realidade de opressão e luta, mas resistiam e se dedicavam na busca de um bem maior para a sua humanidade, fosse como mãe Ciana ao dedicar-se aos seus, fosse como Magá ao dedicar-se ao melhor tempero, fosse como Alfredo ao dedicar-se às letras no Barão (Grupo Escolar), fosse como Seu Lício, dedicando-se a uma causa.

A personagem Seu Lício, ainda bem jovem, participou da Abolição da escravatura recitando o poema de Castro Alves, “Navio negreiro”; foi adepto da República, simpatizante da maçonaria, até conhecer uns estrangeiros portugueses e espanhóis que lhes ensinaram as ideias revolucionárias da época. Seus pais foram como ele e como milhões dos quais falava as ideias revolucionárias, trabalhadores manuais que conheceram uma vida bem difícil. O pai havia sido vidraceiro, caldeireiro, e morreu em uma explosão. A mãe, embora branca na cor, tinha a condição social dos negros, acabou-se em cima de uma tábua de roupa de passar (JURANDIR, 2004, p.396).

Se a personagem mãe Ciana não era dada às letras como Seu Lício, sendo analfabeta, era, pois, também mulher da desagregação das coisas. Com seu cesto de cheiro e com as suas devoções a vários santos e várias religiões, ajustou as contas com o

“fausto” burguês do Senador Lemos, incendiando com tantos outros de pés no chão o prédio do jornal *A Província do Pará*, sendo capaz de incendiar novamente, “invadir o palácio, entrar na Basílica e pedir as contas aos padres, do dinheiro, tanto, tanto, dado pelo povo para a construção da Igreja de Nossa Senhora” (JURANDIR, 2004, p. 397). A revolução de mãe Ciana era feita diariamente, na sua luta pela sobrevivência. E esta luta não conhece o “fausto” e nem a “decadência” deste fausto na cidade de Belém.

Já a vida revolucionária Seu Lício, segundo o narrador da trama, havia sido feita com poucos perigos verdadeiros, até aquele momento, já que a personagem estava envolvida com a rebelião dos roceiros e com a fuga de seu líder, Jerônimo, rapaz que havia sido cercado pelos policiais e separado do seu bando, mas que conseguiu fugir em um “pau de bubuia, escondendo-se em uma local de bicho, apanha um barco”. (JURANDIR, 2004, p.240).

Dalcídio Jurandir, em oposição às manchetes dos periódicos de Belém de 1921, a partir do olhar crítico e atento da personagem mãe Ciana, escreve a sua versão da história dos “bandoleiros do Guamá”. Segundo a personagem, estes lutavam porque não tinham nem o que comer, porém as autoridades e os periódicos definiam a rebelião apenas como um “distúrbio local”, afirmando que os roceiros queriam comer sem trabalhar, por isso roubavam e saqueavam as lojas dos comerciantes, “os homens de bem”. Para a personagem mãe Ciana, o olhar na trama das classes populares, a perspectiva dos jornais não passava de “invenção” (JURANDIR, 2004, p. 232).

Para Dalcídio Jurandir, o motivo da rebelião dos roceiros no Guamá era então a fome gerada pelas péssimas condições de vida, ainda piores no interior do Estado do que na cidade de Belém, (JURANDIR, 2004, p. 262), consequência das gestões administrativas, “lemistas” e “lauristas”, que excluía a população pobre. A expropriação das condições materiais de sobrevivência dos trabalhadores se constituiu em uma experiência comum aos roceiros do Guamá, e como consequência eles passaram a sentir e articular uma identidade de interesses entre si (THOMPSON, 2011, pp.9-10), interesses comuns que compartilhavam contra outros homens, os comerciantes – brancos –, cujos interesses se opunham aos seus.

Na trama, o branco comerciante, muitas vezes descendente de português, era para os roceiros o grande explorador do seu trabalho e o culpado direto pelas perdas materiais e humanas que estavam acontecendo. São Miguel do Guamá é descrito como uma cidade miserável, onde as pessoas estavam morrendo de fome e de doenças geradas não apenas pela debilidade orgânica, mas também pelo fato de não se ter nem o que comer. As mães que perdiam seus filhos ainda de colo não conheceram o “fausto”, mas viviam diariamente os tempos de ruína da Amazônia, onde os poderes públicos cortavam as verbas para as questões sociais. A solução encontrada pelos roceiros foi a “desagregação das coisas”, ou seja, se rebelar contra quem os explorava diretamente, para evitar que os seus continuassem indo a óbito. Para as autoridades do Pará e a imprensa, os roceiros rebeldes eram “ladrões” e “saqueadores”; para Dalcídio Jurandir, eles eram uma esperança para os tempos de miséria e decadência pelos quais passava o Pará.

Lendo a história a contrapelo, trazendo as classes populares para o centro da trama narrativa, Dalcídio Jurandir nos diz que o progresso burguês da cidade de *Belém do Grão-Pará* gerou a decadência do fausto nos anos de 1922. A solução encontrada para os tempos de miséria não estava na cidade de Belém, nem nos políticos citadinos, mas no interior do Estado, nos roceiros pobres que lutavam sem uma organização, trazendo a revolução cabana para o século XX como a solução para a decadência da sociedade paraense. Era preciso desagregar as coisas de uma vez por todas, e desta desagregação surgiriam a revolução e um novo começo cheio de esperança para a Amazônia.

É apropriado lembrar que o “sonho de adolescência” de Dalcídio Jurandir, que o acompanhou por toda a sua vida, a luta por um país menos desigual, o atingiu especialmente após ter entrado em contato com as histórias da coluna “Prestes”, que havia caminhado por todo o sertão “abatendo generais, rompendo cercos²³⁷”. Luís Carlos Prestes e seu bando encheram de esperança o adolescente Jurandir, que em 1950 ainda recordava o impacto das notícias da coluna em sua vida. Eram os “cavaleiros”, “roceiros”, “cabanos”, “guerrilheiros”, “militantes”, que cobriam os sonhos de um Brasil mais justo para o literato, com uma realidade cada vez mais crescente.

²³⁷ O documento encontra-se no Arquivo Museu da Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, Pasta 3, Subsérie DJ Político.

Sendo assim, diferente da nota explicativa da edição do livro *Belém do Grão-Pará* de 2004, na página 278, o substantivo “cabanagem” no romance não foi usado apenas como um sinônimo de revolta, rebelião. Havia um entendimento sobre esse movimento cabano para Dalcídio Jurandir, que em vários momentos vai se reportar ao que ele chama de “fidalguia cabana”, para construir uma perspectiva de mudança para o “agora” em que vivia a sociedade nos anos de 1920 e para o momento em que ele escrevia o romance.

Nos anos em que Dalcídio Jurandir escrevia o romance o movimento cabano ainda era visto pela historiografia ora como uma anarquia, uma sedição, a rebelião de uma canalha maltrapilha que matou os honrados do Pará, no sentido atribuído por Domingos Antônio Raiol; ora em uma perspectiva mais atual, como a atribuída por Jorge Hurley durante as comemorações dos cem anos do movimento cabano (1935) no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), em que a Cabanagem é vista como a opressão de certas autoridades enviadas ao Pará pela ordem imperial. Desta perspectiva os líderes cabanos eram ingênuos, não estavam preparados para liderar com a massa, nem para exercer o poder; já o povo cabano era apenas o reflexo de suas lideranças, sendo exatamente por isso que ela não deu certo, uma vez que seu mentor, Batista Campos, única liderança preparada, morreu antes de ser deflagrada a luta (RICCI, 2001).

Na visão de Dalcídio Jurandir, a Cabanagem não era nem sedição de um povo inculto, nem reflexo de suas lideranças, mas sim uma revolução feita por um povo miserável, mas cheio de brio, contra as condições de vida impostas pelos brancos. Os caboclos sabiam guerrear, calculavam os combates, perseguiram os brancos que os exploravam com táticas militares, vingavam-se. Tem-se que respeitar a Cabanagem. No interior do Marajó, Cachoeira do Arari, Santana, Muaná, o rio virou cabano. Os brancos “borrados de medo” tentavam escapar pelos rios, mas eram capturados. Os rebeldes, já naqueles tempos, queriam acabar com a escravidão dos negros, uma vez que negros, índios e caboclos se misturavam, eram um só, uma gente de “boa raça”, de “boa brabeza” (JURANDIR, *Passagem dos Inocentes*, p. 259, 1963).

Ora, se como Thompson (1998) nos coloca, é preciso decodificar o comportamento das camadas populares, atentando para as suas formas simbólicas de expressão, podemos inferir que o simbolismo da rebelião dos roceiros para o literato era também a construção de sua própria versão a respeito da história cabana. Esta versão era construída possivelmente em muitas histórias que ouviu no interior do Estado, onde por muitos anos morou e trabalhou.

Em *Belém do Grão-Pará*, os “brancos” exploradores que sofrerão com o ataque dos roceiros serão os comerciantes da cidade de São Miguel do Guamá, que terão suas mercearias invadidas e saqueadas, uma vez que a população está morrendo de fome. Embora o literato fosse militante comunista, experienciando um momento de endurecimento do regime socialista no início de 1950 sob o domínio de Stálin e do realismo socialista – como debatido em capítulo anterior –, em nenhum momento percebemos uma cabanagem feita por “um herói sobre humano” ou por “homens cultos”, que tinham “consciência de classe” e consciência da necessidade de implementar uma sociedade socialista na Amazônia.

A Cabanagem de Dalcídio Jurandir, tanto a do século XIX, como a do século XX, simbolizada na rebelião dos roceiros, é uma revolução feita pelo povo pobre, humilde, que, necessitado de tudo, se envolveu no levante contra os que os exploravam diariamente. Os roceiros, como os cabanos, eram “analfabetos”, “esqueléticos”, “esfaimados” e “maltrapilhos”. Tinham lideranças que se fizeram na própria luta, como Jerônimo, indivíduo alto e de bigode ruivo, “chefe dos bandidos de São Miguel do Guamá”, diziam os jornais da trama e o narrador (JURANDIR, 2004, p. 282).

A rebelião dos roceiros no Guamá reeditava a saga cabana: fome, miséria, maus-tratos, sublevação, saque, violência, enfrentamento, tiroteio, fuga para a mata, interiorização da rebelião; zomba-se das autoridades e tem-se a participação feminina. Os motivos dos roceiros-cabanos para Jurandir eram muitos, mas fundamentalmente o fato de ainda se viver na Amazônia como nos tempos da escravidão do Grão-Pará, embora oficialmente ela tivesse chegado ao fim em 1884.

A partir dos acontecimentos dos rebeldes do interior do Estado, Dalcídio Jurandir nos faz perceber uma outra cidade de Belém, uma cidade que não era apenas as ruínas

de um tempo de “fausto” estampadas nos aspectos físicos das ruas e nos monumentos do passado recente, mas que estava dentro das pessoas, dos sentimentos e das lutas da “aristocracia do pé no chão”. Se a Belém do progresso era agora ruína, escombros do passado faustoso, Dalcídio vai ao encontro da Cabanagem no século XIX para reeditar um novo começo para a decadência do fausto: era preciso dar voz à “aristocracia do pé no chão”, para que ela tomasse as rédeas da história e mudasse a natureza das coisas.

O resultado final da rebelião dos roceiros nos anos de 1920 ou da Cabanagem no século XIX, na *Belém do Grão-Pará*, não importava, mas sim o sentido atribuído por Dalcídio Jurandir em meados do século XX: para o literato era necessário e urgente mudar as condições sociais, e isto só seria possível a partir de uma revolução. Em Belém as classes populares tinham possibilidade de fazer isto, uma vez que eram descendentes de uma fidalguia nobre, a fidalguia dos homens das cabanas, que colocaram abaixo as estruturas sociais no século XIX e mudaram o destino de muitos negros, tapuios, índios, e da própria elite branca, que pagou com a vida por seus desmandos (RICCI, 2006).

Nas palavras da personagem Seu Lício, ao comentar sobre a rebelião dos roceiros e a greve dos motorneiros para D. Inácia:

Minha senhora, eu sou da plebe. Este seu plebeu aqui teve por um instante uma das chaves de transformador para apagar as luzes da cidade. Preguei boletins no muro, na cara dos praças embalados. Eu sou, sim, pela desagregação das coisas (JURANDIR, 2004, p. 501).

As luzes do progresso da cidade se apagaram. Iniciou-se a escuridão decadente, mas em meio à escuridão um raio de esperança, vindo do interior do Estado, iluminou a *Belém do Grão-Pará*, ela, a rebelião dos roceiros do interior do Estado, de São Miguel do Guamá, que reeditou a Cabanagem e desagregou a catástrofe final da Amazônia. Seria então um novo começo para a “aristocracia do pé no chão”, uma possibilidade de revolução nos “*agoras*” *benjaminianos* do tempo presente dos anos de 1920. Seria uma esperança de revolução para o comunista Dalcídio Jurandir, nos *agoras* do tempo presente de meados do século XX, com a revolução cubana (1959), e o início dos anos de 1960, com o governo trabalhista de João Goulart, em que muitos comunistas

estariam presentes. O tempo dos *agoras* trazia para o romancista esperança, a esperança na revolução da sua linhagem, a “aristocracia do pé no chão”. Desagregação, Revolução, Esperança e Socialismo para Dalcídio Jurandir eram, então, o destino inevitável da humanidade²³⁸.

A Cidade Amotinada da Passagem dos Inocentes

– Se você fosse indicar seu melhor romance, qual seria?

– Meu melhor romance? Pergunta, por sua vez, Dalcídio, para lembrar um episódio marajoara:

– Isto me fez lembrar a conversação que tive com um vaqueiro em Soure. Dizia este, velho lançador de trinta anos: Lançar é a arte que a gente morre nunca sabendo.

E conclui:

– É uma lição de ofício que este me deu nesta minha obstinação de fazer romance. Por isso espero que me perguntem: Qual o seu pior romance?

Dalcídio Jurandir²³⁹

Ao entrar em contato com os cadernos manuscritos²⁴⁰ do romancista Dalcídio Jurandir, percebemos que, pelo menos nos anos finais de 1940 e durante toda a década de 1950, o romancista estava empenhado em escrever, ao mesmo tempo, os romances *Linha do Parque*, *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*. Concordamos com Paulo Nunes (2007, p. 94), quando o pesquisador afirma que o livro *Passagem dos Inocentes* “não é um romance belemense, ao menos não nos moldes de *Belém do Grão-Pará*. Na verdade, a cidade está no enredo como causa e consequência dos dramas existenciais de dona Celeste”. Mesmo assim, é possível perceber a voz das classes populares no enredo, além do núcleo de Dona Celeste como o núcleo decadente de um período faustoso.

²³⁸ Afirmou isto em uma carta destinada à sua amiga Divina, que morava em Goiás, em 1954: “É verdade que desejo o socialismo porque é o regime inevitável destinado pela história à humanidade” (IN: NUNES; PEREIRA; PEREIRA, 2006, p. 96.).

²³⁹ MORBACH, A Bastos. Dalcídio fala dos outros e de si. **Folha do Norte**. Belém, 23 de outubro de 1960.

²⁴⁰ Este caderno manuscrito de Dalcídio Jurandir encontra-se no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, nos Documentos Pessoais, código DJ Pi 50.

Em *Passagem dos Inocentes* (1963), a empatia do romancista e do narrador, assim como em *Belém do Grão-Pará*, é com as classes oprimidas, e permeia toda a narrativa romanesca, na qual encontraremos críticas à escravidão negra e indígena na Amazônia, à condição de vida de ambas as etnias no tempo presente no Pará, ao desinteresse dos poderes públicos em relação ao saneamento dos bairros mais pobres, ao abandono da saúde pública dos mais necessitados. Há críticas também à própria história que era ensinada nos liceus e ginásios da capital paraense, totalmente discrepante da realidade da maioria da população da região.

Na trama *Passagem dos Inocentes*, como que cansada daquela situação de omissão dos poderes públicos, de exclusão social e de falência total, a população se reuniu no centro de Belém, na praça da República, ao redor do maior símbolo dos tempos da *Belle époque* de Antônio Lemos, para reivindicar uma solução para o caos que se abateu sobre a cidade devido à paralisação do funcionamento do forno da Usina da Cremação, responsável pela incineração do lixo da cidade. Com o forno parado, o lixo se espalhou pelas ruas de Belém, causando uma “moléstia” nas crianças das classes populares, a qual os médicos não sabiam diagnosticar.

E assim, o romance de Jurandir dá voz aos silenciados pela história da primeira metade do século XX, a partir de suas personagens rebeladas no centro de Belém, reivindicando melhores condições de saneamento e higiene para a periferia, com uma clareza nítida do olhar de quem experienciou esta exclusão, e é exatamente isso que se pretende problematizar nesta trama dalcidiana. É apropriado comentar que o literato perdeu seu primeiro filho aos 11 meses, vítima de febre e doença que desconhecemos, quando ainda morava em Belém, no ano de 1937.

Segundo Benedito Nunes (2010-2011, p.71), em *Passagem dos Inocentes*, Dalcídio Jurandir vai evitar o monólogo completo, porém há mais introspecção dos personagens do que em *Belém do Grão-Pará*. Durante estas conversas consigo mesmo em relação aos acontecimentos do enredo e às outras personagens, é posta a visão de mundo de cada uma das personagens que compõem a trama, e isso leva à adesão da voz do narrador às falas destas, aproximando-se muito o ato de narrar e a maneira de ver e sentir a cidade de Belém da primeira metade do século XX, pelo próprio autor. Cada

uma das personagens do romance, Dona Cecé, Seu Antonino Emiliano, o marido, o bêbado falador Cara-Longa, Alfredo, e Seu Lício, que reaparece vindo a engrossar a ala dos rebeldes.

Para Benedito Nunes (2010-2011), é a partir de *Passagem dos Inocentes* que a “voz do narrador tende a ser neutralizada pela das personagens, a que dá plena iniciativa nos diálogos”. Ainda segundo o filósofo e crítico literário, nos romances seguintes, como *Ponte do Galo*, a dialogação vai conduzir a narração, confundindo-se com a maneira de ver o mundo de cada personagem da trama, e assim a história de Alfredo se desdobra em várias outras histórias sobre a cidade de Belém.

Parte da crítica literária da época corrobora a perspectiva de Benedito Nunes. Segundo o colunista da *Gazetinha Literária*²⁴¹ (1963), “há no romance de Dalcídio Jurandir uma capacidade especial de mimetismo em relação a maneira de falar do povo da região”. Este mimetismo acabou gerando uma tal identificação do autor com as personagens e a paisagem que o livro formou um todo só, o que gerou a maior autenticidade da obra. O crítico também destaca o fato de o livro contribuir para “apresentar a ainda desconhecida” Amazônia, “com cores e nuances de um vigoroso retratista”, de um “observador atento daquela humanidade”.

Um outro crítico, em jornal não identificado²⁴², ainda no ano do lançamento do romance, 1963, percebe que Dalcídio Jurandir “viu a Amazônia de dentro para fora, partiu de sua intimidade, trabalhou-lhe a essência para dali elaborar uma forma literária”. Este é um dos poucos críticos que percebem a humanidade como o que mais se destaca nos romances de Jurandir, inclusive em *Passagem dos Inocentes*.

²⁴¹ *Passagem dos Inocentes*. (S.I) 5 de novembro de 1963. Coluna *Gazetinha literária*. O documento se encontra no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu da Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa. Pasta 1. Subsérie: *Passagem dos Inocentes*.

²⁴² *Humanidade Paroara*. (S.I) 1963. O documento se encontra no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu da Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa. Pasta 1. Subsérie: *Passagem dos Inocentes*.

Para o crítico Rodrigues de Melo²⁴³, o conteúdo do romance é a crônica de uma família que se arruína com o colapso da borracha no mercado internacional. Esta é “como a própria crônica do povo todo e como o retrato de toda a região do extremo norte em meio a contemplativa Belém do Grão-Pará”, cidade conformada com sua própria ruína. Como problematizado na análise do romance anterior, discordamos desta perspectiva. Veremos que em *Passagem dos Inocentes* o realismo e a ação política acompanham a criação do romance, sendo possível, inclusive, inferir que uma das intenções de Dalcídio Jurandir era criticar a conduta do então governador do Estado do Pará, entre 1921-1924, Antonino Emiliano de Sousa Castro, que instaurou uma redução de despesas e de contenção de gastos públicos, o Decreto de nº 3.806, que fez com que todos os paraenses pagassem pela crise econômica da *débâcle* da borracha, afetando profundamente os mais pobres.

Durante os anos de governo de Antonino Emiliano de Sousa Castro, como vimos em capítulo anterior, as reclamações do povo em colunas de jornais da oposição aumentaram intensamente, e eram direcionadas, fundamentalmente, à falta de ordenamento, saneamento e limpeza na cidade, que aumentou de maneira desordenada o lixo, as valas, os bueiros, os capinzais, os mosquitos, e conseqüentemente as doenças. Também denunciavam o grave problema do abastecimento de água nas zonas periféricas e os protestos contra o péssimo serviço de transporte oferecido pela *Pará Electric*. Embora o governador negasse a “ruína” do Pará, afirmava que eram necessários sacrifícios para que este pudesse sair da grave crise econômica que o assolava há mais de uma década.

A escritora e crítica literária Eneida de Moraes²⁴⁴ conseguiu compreender com muita acuidade o vínculo do novo romance de Dalcídio Jurandir com os anos de 1920. Segundo Eneida, o Pará e a cidade de Belém são apresentados no romance com as suas

²⁴³ MELO, Rodrigues de. *Passagem dos Inocentes*. (S.I) 1963. O documento se encontra no Acevo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu da Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa. Pasta 1. Subsérie: Passagem dos Inocentes.

²⁴⁴ MORAES, Eneida. Coluna Encontro Matinal. (S.I) 1963. O documento se encontra no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu da Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa. Pasta 1. Subsérie: Passagem dos Inocentes.

grandezas e suas misérias, “cada personagem carregando o seu destino profundamente vinculado com o meio em que viviam”. Afirma também a autora que a qualidade de descrever o Pará melhorava a cada romance do literato, e que em *Passagem dos Inocentes* temos assim um Dalcídio Jurandir “apurado” na arte de compreender as grandezas e as misérias do povo paraense.

Na trama dos Inocentes, existem duas histórias que se destacam e que também se cruzam: a da personagem do menino Alfredo, como já referido inúmeras vezes, *alter ego* do escritor, e a da personagem de Dona Celeste. Dona Celeste era dona da palhoça na Passagem miserável do Umarizal, onde Alfredo passou a morar após a ruína dos Alcântara. Ela vive entre os sonhos e as evocações do passado faustoso, do seu casarão de azulejos em Muaná, Marajó, que estava se desfazendo na realidade dos anos de 1920, devido à ruína de sua família; e a lembrança da sua fuga no navio-gaiola para casar com o seu marido, que acreditamos ter intencionalmente o mesmo nome do governador do Estado, Antonino Emiliano.

O símbolo do fim do fausto na nova trama dalcidiana é um vestido. Conta-nos o narrador que Dona Celeste, ou Cecé, de família tradicional do interior do Pará, os Oliveira de Muaná, foge para casar, porém, no caminho da fuga pelos rios da Amazônia, quando o navio “apitou, soa o telegrafo, expiram os bofes do Trombetas”, guiada pelo comandante, Assunção (JURANDIR, 1963, p. 141-142), ela desce em Currálinho com o comandante atrás de uma loja que este afirma ali existir, a do Coronel Serra (JURANDIR, 1963, p. 143). O motivo: encontrar o tal vestido, muito antigo, importado de Paris, na época do apogeu da borracha. Ao chegar ao comércio, o antigo coronel do barracão é alguém “amarelo da febre e da ruína”, acuado no balcão de um “comércio morto”, cheirando a mofo (JURANDIR, 1963, p.144).

No interior da Amazônia, os comandantes de embarcações e os comerciantes de modo geral sentiam o mofo da decadência dos tempos áureos da borracha, viam a época perdida, a outra Belém-Manaus que não mais existia. O vestido-símbolo teria vindo de Paris, trazendo a notícia da baixa dos preços da borracha no mercado internacional, fazendo com que os preços da seringa não fossem mais suficientes para comprar nem os mantimentos de primeira necessidade, muito menos o vestido importado da última

moda parisiense. O vestido mofou anos, assim como a Amazônia, e agora iria ser resgatado, para servir a uma “flagelada” de Muaná. Será que haveria esperança também para a Amazônia flagelada e mofada? Possivelmente sim, mas desta vez a esperança estava nas classes populares da cidade de Belém, para onde iria Dona Celeste.

Segue a narrativa do mistério e do azar do vestido adquirido pela personagem Dona Celeste, assim como o mistério e o azar da decadência da Amazônia com a diminuição do preço da goma elástica, uma vez que durante toda a década de 1910, entre a elite e os políticos, ainda se tinha esperança da volta do fausto. Dona Celeste leva em sua mala este e outros vestidos do tempo do fausto e vê a sua vida se arruinando cada dia mais, assim como os comerciantes da borracha. Assim nos diz o narrador: “moça de outrora do vestido de Paris que foi sempre seu e assim arrastou de uma vez para o fundo festas, navios e fortunas” (JURANDIR, 1963, p.154). Mas ainda existia dentro dela e dentro de muitos outros moradores da Amazônia uma saudade dos tempos de outrora.

A personagem Celeste que passou a morar em Belém nos covões do Umarizal, onde abrigou a personagem Alfredo, era também detentora do segredo das quartas-feiras pelas ruas da cidade, por onde perdia-se no seu flunar. O ápice da ruína está no final da trama quando seu marido, Antonino Emiliano, vende sem que ela soubesse, os últimos azulejos do seu casarão de Muaná, herança de sua família dos bons tempos do fausto.

São o azar e o mistério de Dona Celeste que levam Alfredo a conhecer a outra Belém, a da febre, das moscas, dos anjos, dos becos, dos covões, da miséria, do abandono, da multidão amotinada, a dos “incivilizados”. Ao se encontrar com a cidade amotinada da trama de *Passagem dos Inocentes*, a personagem Alfredo despede-se do menino que um dia foi, cheio de sonhos de conhecer a Belém dos bons tempos do teatro, do bosque, do museu, do arraial de Nazaré, das garças, junto com o pai, major de pele branca, e a mãe de cor preta, de braços dados, desfilando pelos ícones do progresso. Isso tudo já fazia muito tempo que não mais existia, e deste tempo o narrador afirma que Alfredo sentia “inveja, ciúme, saudade”, “ressentimento” por não o ter vivido (JURANDIR, 1963, p. 46).

O historiador Pierre Ansart (2004), ao refletir sobre o tema do ressentimento, indica-nos que é preciso que os historiadores considerem em suas pesquisas os rancores, as invejas, os desejos de vingança, pois os ressentimentos representam exatamente isso. É por ser a parte sombria da história que é preciso compreendê-lo e explicá-lo. Mais interessante ainda é, pois, que a sua problemática parte de um ensaio de Nietzsche de 1887, *La genealogia de la morale* (ANSART, 2004, p. 16-17). Este filósofo vai ser o primeiro a denunciar o caráter nefasto da ideologia do progresso burguês, profetizando sua consequência, que seria “um mundo de guerras, levantes e explosões” (HOBSBAWM, 2013, p 419).

Nietzsche vai polemizar com a era da burguesia triunfante ao definir, de maneira enigmática e profetizadora, o conceito de ressentimento. Ansart afirma que para o filósofo historicamente este seria o resultado longínquo de um conflito, de uma ação conduzida no início de nossa era, pela religião judaico-cristã contra os guerreiros aristocratas, que possuíam o privilégio de poder exprimir livremente e realizar a sua vontade de poder no exercício de sua dominação. Evocando vários tempos históricos desta guerra civil, afirma que o que ela tem em comum, em todos os períodos históricos, é o fato de ser sempre a sublevação dos inferiores sobre os dominantes, marcada por situações precisas e que geraram, por exemplo, o declínio do Império Romano, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa e a ascensão de Napoleão.

Nesta longa história *à la Nietzsche*, Ansart diz que este enfatiza a história do ódio, pois o que anima os inferiores é sempre esse sentimento, assim como a inveja, o ciúme e o desejo de vingança. Este ódio, interiorizado e recalcado por aqueles, degenerado pelo que representa e metamorfoseado em valor positivo, transforma a inferioridade da maioria em humildade resignada, disfarçando a fraqueza com o amor à justiça, o ódio recalcado em ódio de si mesmo e não da minoria. Ao mesmo tempo, esse ressentimento estaria na origem do igualitarismo democrático destruidor, na raiz dos movimentos populares, como o socialista, comunista e anarquista, e na origem da decadência das sociedades ocidentais (ANSART, 2004, p. 16).

Podemos depreender, desta forma, que a inveja, o ciúme, o ódio, o ressentido, recalcados em Alfredo, segundo o narrador, personagem que não viveu o tempo do

fausto de Antônio Lemos, transformou-se em saudade e também na busca por uma Belém dos bondes elétricos. Nesta busca por um tempo passado, ele encontra o tempo presente e com ele esta outra cidade, a cidade dos amotinados, da maioria excluída, que traz dentro de si também o ressentimento, mas o ressentimento destruidor que quer acertar contas com aquele “fausto” que para ela é falso, uma vez que não o experienciou.

É um novo tempo, o tempo da decadência profetizado por Nietzsche, é outra cidade, a cidade das classes populares, dos covões, das doenças, da miséria humana. Mas é também o tempo das esperanças, da desagregação das coisas, da destruição, em que Dalcídio Jurandir propõe um novo começo para a cidade de Belém em suas tramas, uma vez que a função do intelectual materialista como ele, e que escreve romances políticos, era libertar o presente do passado que o oprimia, nem que fosse apenas para negar a história oficial, na qual existia a empatia apenas com o vencedor.

Em *Passagem dos Inocentes*, romance editado em 1963, Dalcídio vai nos levar ao encontro de várias cidades em uma só: a Belém da primeira metade do século XX. É seu *alter ego*, a personagem Alfredo, que sublimado, em um misto de espanto, medo e perplexidade (BRESCIANI, 1984), vai nos apresentar uma cidade que ele ainda não conhecia, aquela já mencionada pela personagem mãe Inácia, sua madrinha, em *Belém do Grão-Pará*: a cidade dos “covões”. Se para Inácia a Gentil já era decadência, os covões de São Brás seriam a ruína total. Porém, na trama criada por Jurandir, os covões que a personagem Alfredo irá conhecer no novo romance situar-se-á no Umarizal, na *Passagem Mac-Donald*, segundo os sonhos da proprietária da barraca, Dona Celeste, mas de fato eram conhecidos como *Passagem dos Inocentes*. É o narrador que descreve os covões do Umarizal:

Alfredo tentava desviar - se da lama. O pau, na vala, com o seu único dente, embora já lá atrás, a modo que o seguia aqui na frente, o dente rindo. As palhoças penduravam seus beiços de palha por onde escorriam os gatos miando. E chovendo em cheio em cima dos viajantes os carapanãs num zinido, em grosso, disparavam de todos os lados [...] Encafudado em si mesmo, sob o chuveiro, Alfredo mal andava, se abanando. Entrava-se pela Curuçá, passava-se por ali, saía-se onde? A noite muito baixa, espremia no escuro o palhoçal, comia aquela população ali entocada como sapo. Uma e outra míngua de claridade por baixo das portas, das frestas, fugiu pelo buraco da parede. [...] E aqui o poste, cadê luz? Dali em diante, sem um clarume,

que-que era que não se enxergava? Onde? Porta de inferno, te abre, te apresenta, casa do são nunca (JURANDIR, 1963, p. 81).

É nesta outra Belém que a personagem Alfredo vai entrar cada vez mais em contato com as dores dos pobres citadinos, que eram cuidadas com muita reza, crenças, defumações e com a sabedoria dos antigos, já que médicos quase nunca chegavam até eles. Segundo o narrador, os pobres tinham tão pouco ou nenhum conhecimento sobre estes doutores que não os respeitavam, duvidando deles, assim como da Santa Casa de Misericórdia, de onde escutavam-se muitas histórias, lugar de onde poucos anjos saíam com vida, uma vez que havia era muita “mortandade”, muita “defuntaria”.

A mãe de Alfredo, a personagem Dona Amélia, contou que pariu na Santa Casa como pensionista, descansou, foi bem tratada, mas viu o que era ter filho lá como indigente, sendo preciso rezar, pedir a Deus que não desse a ninguém este azar (JURANDIR, 1963, p.78). Azar era viver no tempo do progresso burguês, que excluía a imensa maioria da população dos seus benefícios; azar dos que não podiam se inserir nesta cidade moderna; azar dos que tinham agora que dividir a conta deste progresso, vivenciando a crise econômica de uma dívida que não fizeram.

Quem seriam os personagens inocentes na trama de Dalcídio Jurandir? Os moradores dos covões? Dona Celeste, que inocente estava em relação à ruína de seu casarão azulejado em Muaná, ou de seus passeios nas quartas-feiras, ou mesmo da queda do preço da goma elástica trazida pelo vestido da borracha? Seria Alfredo, o inocente que veio do Marajó acreditando que iria morar na Passagem *Mac-Donald* no Umarizal, mas acabou naquela passagem de lama, mosca, carapanã e lixo?

Possivelmente todos eram inocentes na percepção de história do literato, uma vez que não tinham culpa do azar de viver na Belém nos anos de 1920; mas também era inocente a multidão amotinada que tomou as ruas do centro da cidade para reivindicar o fim da epidemia de febre trazida pelas moscas que levava os “inocentes” recém-nascidos para longe de suas mães, também inocentes. É o momento em que percebemos mais apropriadamente a percepção de Dalcídio Jurandir a respeito da cidade de Belém nestes anos de crise econômica. A partir das vozes de milhões de anônimos amotinados na trama, vamos vê-lo cobrando a conta do descaso das autoridades com a saúde

pública, que ceifava a vida de milhares de inocentes diariamente em Belém e no interior do Pará, na primeira metade do século XX.

Se a epidemia de 1923, o “mal das moscas”, conhecida popularmente como “tiaguite²⁴⁵”, inspirada no nome do Intendente Municipal da Cidade dos Inocentes, Tiago, era uma ficção da literatura dalcidiana, os problemas de saúde pública no Pará e no Brasil, como citamos, não o eram, e se arrastavam desde muito tempo, fazendo-se presente tanto no momento em que o autor escrevia, os anos de 1950, como no momento ao qual se reportava, os anos de 1920, na cidade de Belém. É o próprio Dalcídio que escreve sobre a miséria e o descaso do poder público no Pará em 1955, em artigo publicado no periódico *Imprensa Popular*, afirmando que Belém vivia uma grave epidemia “desconhecida” e que vinha levando a óbito muitas crianças:

Já não falo da infinita miséria que lava o Pará. A fome decretou a morte em massa de crianças. Disseram que era uma doença misteriosa. Misteriosa epidemia, essa, que mudou de nome, pois o seu batismo é fome, miséria velha e extrema. Uma estatística afirma que das trezentas e oitenta mil pessoas que têm atividade remunerada no Pará apenas vinte e poucas mal ganham o suficiente e gratificante para viver²⁴⁶.

As primeiras epidemias registradas na região datam da chegada dos colonizadores portugueses, tendo ceifado a vida de milhares de populações indígenas que aqui viviam, especialmente com os surtos de varíola. Só no século XVIII podemos verificar surtos epidêmicos em vários momentos, como nos anos de 1702, 1723, 1724, 1727, 1729, 1730, 1732, 1735, 1744, 1761, 1768, 1775, 1780, 1784 (SILVA, 2009, p. 33). No século XIX não foi diferente, as epidemias continuaram causando terror entre os moradores da região, com especial destaque para as doenças como febre amarela, a cólera e a conhecida e temida varíola. O poder público, que neste momento viva uma situação completamente diferente do século XVIII, buscou transformar este quadro epidêmico,

²⁴⁵ Alfredo de Oliveira, ao narrar as memórias de Belém entre 1955-1960, isto é, mais ou menos no período em que Jurandir dava vida aos inocentes das Passagens, nos fala de uma epidemia que assolou a cidade e que tinha como causa o lixo e as moscas. As classes populares deram a ela o apelido de “Celcite”, em homenagem ao prefeito Celso Malcher. A epidemia matou muitas crianças das classes populares por meio de seu efeito, a diarreia. Ou seja, isto corrobora a nossa argumentação de que Dalcídio Jurandir se inspirava em suas experiências e nas pesquisas que fazia sobre a cidade de Belém para construir suas tramas (OLIVEIRA, Alfredo, 1986, p. 176-177).

²⁴⁶ JURANDIR, Dalcídio. Conversas na rua escura. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1955.

uma vez que era necessário mostrar aos investidores internacionais uma cidade saneada e segura para o livre desenvolvimento econômico, baseado na comercialização da borracha.

Como no resto do Brasil e do mundo burguês civilizado, o Estado, particularmente no período da gestão de Antônio Lemos, passou a associar a ideia de modernidade, progresso e bela época vivida especialmente na cidade de Belém a padrões de higienização e salubridade, baseados nas teorias higienista da época, creditadas como científicas. Uma das teorias que mais surtiu efeito em Belém foi a dos miasmas, defendida pelos médicos infeccionistas, que acreditavam que os objetos em putrefação desencadeavam doenças pelo ar (SILVA, 2009), logo era necessário basear todo o remodelamento da cidade em espaço onde houvesse grande possibilidade que este ar circulasse, assim como construir moradias distantes de lugares alagadiços, pois acreditava-se que estes também eram responsáveis por transmitir as doenças epidêmicas.

Todavia, essas reformas urbanas e essas escolhas de moradia, como já tivemos a possibilidade de verificar, eram possíveis apenas para uma pequena parcela da população, esta parcela que tinha recursos para participar do fausto. A imensa maioria da população não tinha como se enquadrar nessas transformações urbanas e sanitárias.

O discurso higienista do Estado vai, porém, atingir especialmente os que não podiam se enquadrar no progresso burguês. Esta população será culpada pela proliferação das epidemias, uma vez que não obedecia às normas de higiene da modernidade. Ora, na Belém dos Inocentes esta percepção ainda não havia sido modificada, uma vez que os jornais e o Estado afirmavam categoricamente na trama que a culpa do surto da “tiaguite” – e das demais doenças infecciosas e não ficcionais – era dos pobres, pois eram estes que viviam em condições precárias e desconheciam a educação sanitária (JURANDIR, p. 177).

O intendente de Belém, da trama dos Inocente, segundo o narrador, havia iniciado, pessoalmente, uma campanha com o objetivo de eliminar o “mal das moscas” – “mal das moscas” para a intendência, “tiaguite” para as classes populares –. Mas além da praga das moscas, a nota oficial afirmava que havia em Belém outro surto, o de

disenteria bacilar com alta letalidade. Esta atacava principalmente os recém-nascidos e crianças pobres, que eram subnutridas e desidratadas. De quem era a culpa, segundo a intendência e os jornais da trama, tanto do “mal das moscas” como da “disenteria”? Dos pobres, pois eram eles que não alimentavam corretamente as crianças, eram mal-educados sanitariamente e viviam em condições precárias.

O processo de modernização da cidade de Belém, como anteriormente mencionado, obedeceu à lógica do movimento urbano que vinha da Europa e que transformou materialmente o aspecto das principais cidades europeias. As transformações materiais geraram paulatinamente a formação de uma nova sensibilidade baseada em diversas percepções contraditórias a respeito destas cidades. Desta maneira, o trabalho de Maria Stella Bresciani (1984/1985; 1994) nos abre várias possibilidades de análise, uma vez que esta estuda os homens cultos do século XIX para compreender as dimensões desconhecidas das transformações que estavam ocorrendo com a modernidade. O progresso gerou a sensação de que o homem tinha a sua vida organizada por um imperativo inédito e exterior a ele, a máquina, e este imperativo a ele exterior vai gerar consequências também inéditas: a Cidade burguesa e a Multidão miserável.

A cidade moderna é o apogeu das perdas humanas trazidas pelo progresso material do capitalismo (perdas como a do tempo regido pela natureza; a do trabalho sem patrão; e a perda do habitat tradicional nos vilarejos), é o símbolo maior do luxo e da ostentação burguesa, em que as condições fabricadas, artificiais, imperam. É também nesta cidade que as consequências contraditórias do capitalismo vão ser mais visíveis, especialmente com o surgimento da Multidão, descrita pelos intelectuais contemporâneos analisados por Bresciani como “caos, sujeira, alcoolismo, promiscuidade, agressão, selvageria, irracionalismo, inferno, formigueiro, oceano, floresta, doença”.

Esses intelectuais foram sensíveis às transformações modernizadoras trazidas pelas máquinas e também à consequência dessas transformações: a miséria das multidões. Mas não podemos esquecer que eram homens do seu tempo, do século XIX, cujo olhar era o olhar de fora, de longe, do estudioso. Entretanto, foi a partir desses

homens que os burgueses conheceram os bairros pobres e criaram meios de “civilizar” o que eles compreendiam como uma “turba irracional”. É interessante perceber a dialética que existia entre as transformações materiais, a visão dos literatos sobre essas transformações em relação constante com a visão de mundo dos burgueses, os grandes beneficiados com todo este processo.

No final do século XIX, a burguesia “civilizada” passou a advogar, perante as sublevações da multidão, que era necessário educar politicamente as massas, com o objetivo de controlá-las, civilizá-las, para manter a ordem, pois só com a ordem se teria o tão almejado progresso, “homogêneo e linear”, do qual falava Walter Benjamin. Todavia, isto não foi fácil, pois a burguesia, na sua ânsia de assumir uma identidade própria, distanciou-se das suas origens, ou seja, dos trabalhadores, seus antigos companheiros de ofício. Os códigos de postura burgueses não atingiram os operários de forma total, nem permanente, muito pelo contrário. A força desses trabalhadores crescia constantemente, e, ao resistirem, organizavam-se para lutar por melhores condições de vida, aumentando cada vez mais o abismo entre as *Duas Nações*.

Nos romances de Dalcídio Jurandir, ao buscarmos compreender a cidade de Belém da virada do século XIX para o século XX, durante o nosso processo de modernização e embelezamento baseados nas teorias higienistas burguesas, assim como durante a suposta “decadência”, os anos de 1920, vamos nos encontrar com esta multidão amotinada, a qual sofre no seu cotidiano com as consequências deste progresso burguês seletivo. A população que foi excluída da modernização do centro de Belém vai pagar caro por não conseguir se inserir neste processo, porém, também vai resistir, amotinando-se, contestando, desagregando as coisas.

Se para os literatos do século XIX analisados por Bresciani a multidão significava “caos, sujeira, alcoolismo, promiscuidade, agressão, selvageria, irracionalismo, inferno, doença”, para Dalcídio Jurandir, que fazia parte desta multidão excluída, que diariamente fazia a passagem e vivia nas Passagens – ou covões –, esta população eram os Inocentes, inocentes em relação ao “fausto” lealista e à “decadência” laurista, e das consequências destes dois tempos. Entendemos que, para o escritor, segundo o olhar das classes populares ou da sua “aristocracia do pé no chão”, houve na verdade um tempo

de “fausto falso” (era Lemos) e uma tempo de uma “suposta decadência” (os anos de 1920), e, nos dois tempos, eles eram os mais prejudicados.

Eram inocentes e eram vítimas, mas eram também sujeitos de sua própria história. Compreendiam o que ocorria e tinham em suas mãos a possibilidade de mudar a História e escrever um novo começo. E é sobre isto que nos falam os romances de Dalcídio Jurandir, sobre a possibilidade da desagregação das coisas pela “aristocracia do pé no chão”, a sua esperança nas classes populares, a esperança de com eles escrever uma nova história, a contrapelo.

O enredo dos amotinados do romance *Passagem dos Inocentes* está relacionado com a Usina da Cremação. Esta havia sido construída no período da intendência do Senador Lemos, distante da cidade reformada, em um trecho pouco edificado, que permitia a facilidade do transporte de lixo e de animais mortos, cuja incineração se fazia a partir dos processos regulados pela moderna teoria de higiene. Sendo longe do núcleo urbano dos bem-nascidos, livrava esta elite dos riscos trazidos pela presença de lixo e animais mortos, segundo os preceitos médicos em vigor na época que afirmavam que muitas doenças eram transmitidas pelo ar. Com o crescimento da cidade de maneira desordenada, os populares expulsos do centro acabaram migrando para as redondezas da Usina, formando o hoje conhecido e populoso bairro da Cremação, periferia de Belém.

No romance de Dalcídio Jurandir, o forno da Usina da Cremação era mais um dos símbolos da decadência do fausto lemistista. O forno, que já vinha apresentando aspectos de ruína, havia parado de vez, estava reduzido à ferrugem, e não tendo mais a população onde incinerar seu lixo, este espalhou-se pelas ruas. Como consequência surge uma “moléstia” nas crianças que os médicos não sabiam como diagnosticar. Era uma febre que “levava embora” os inocentes. Na trama, o narrador deixa explícito que os médicos não sabiam sua causa, mas a voz dos populares amotinados afirmava qual era a causa da moléstia: o descaso das autoridades de Belém com o lixo, por isso o apelido da epidemia, “tiaguite”, em homenagem ao intendente Tiago.

Santa Izabel era o cemitério que havia sido criado para receber os indigentes durante um surto de varíola em 1874, uma vez que o Cemitério da Soledade, por ser

muito perto do perímetro urbano reservado para os ricos, no atual bairro da Batista Campos, poderia transmitir doenças aos bem-nascidos, segundo a teoria dos miasmas já citada. Logo, os mortos por doenças infecciosas não poderiam ser enterrados em perímetro tão nobre. O cemitério Santa Izabel, em seus primeiros tempos, vai receber os cadáveres dos pobres, dos escravos e das vítimas de epidemias, mostrando que a segregação na cidade de Belém envolvia até os mortos (SILVA, 2004, p.58).

Na Belém dos Inocentes, o narrador também afirma que os mortos pelo “mal das moscas” eram direcionados para o cemitério Santa Izabel, enquanto os médicos nada sabiam sobre esta epidemia que assolava a Belém dos miseráveis. Como nas epidemias do início do século XX estudadas por Silva (2009; 2014), os pobres eram os mais suscetíveis às doenças, porque a miséria, a fome, a falta de recursos, o trabalho pesado, a insalubridade dos lugares onde moravam e o descaso das políticas públicas com esta parcela da população enfraqueciam seus corpos, como percebe, segundo o narrador, a personagem Alfredo, na cidade que se mostrava para ele:

Alfredo se deu conta: sim, sim, o inocente. E aquele da Oliveira Belo, o caixãozinho azul, alto, de flores, na salinha clara, uma velha ao pé, o cachorro ganindo como se chorasse o anjo. Mas pensou ser o trivial em Belém no que tocava à mortandade de crianças. Não era assim em Cachoeira? A lei não entrou no Chalé e não tirou de lá Mariinha? [...] Mas começa a morrer mais criança? Também lá na Caripunas, seu Lício nos trouxe a novidade. A doença, que os médicos não sabem, dava nas crianças de menos de dois anos. O Intendente avisou que passou a comandar, pessoalmente, a grande campanha desenvolvida com o objetivo de eliminar a praga das moscas... Ora meu Deus! A grande campanha! São as notas oficiais (JURANDIR, 1963, p.177).

O tom de ironia do narrador em relação à campanha contra o surto epidêmico não é à toa. Uma das críticas mais contundentes feitas por Dalcídio Jurandir na trama está justamente relacionada à competência do saber médico científico e ao desconhecimento deste em relação à população. Recorrentemente o literato, nos diversos romances que compõem o *Ciclo do Extremo Norte*, nos indica que a população pobre, com pouco ou nenhum acesso aos médicos, cuidava de suas enfermidades por meio dos saberes de cura popular, tradicionalmente herdados da cultura dos africanos e indígenas, que tratavam as enfermidades com ervas e rezas.

A medicina no início do século XX tinha dificuldade em definir um diagnóstico preciso, em função da falta de conhecimento em relação à etiologia das principais

doenças da época. Ora, na trama os médicos não chegam a um diagnóstico preciso sobre o “mal das moscas”, e pior ainda, como veremos adiante, vão culpar a população pela epidemia. O desconhecimento dos médicos, o autoritarismo científico e a ineficiência das suas orientações em relação às doenças vão gerar um grande descontentamento popular, levando a multidão às ruas.

A vingança dos inocentes: O povo contra a “tiaguite”

As luzes do fausto se apagaram na cidade de Belém quando os preços da borracha despencaram no mercado internacional e o “Velho Senador” Lemos caiu. Vivia-se o caos que será conhecido pela personagem Alfredo ao seguir os rastros do mistério das quartas-feiras da personagem Dona Celeste, e assim nos encontraremos com a multidão “amotinada”, “incivilizada”, “selvagem”, no centro da *Belém dos Inocentes* a desafiar a ordem da intendência municipal, dos médicos, e a questionar até mesmo a padroeira dos paraenses, Nossa Senhora de Nazaré. Ao seguir Dona Celeste, Alfredo busca tirar a limpo as acusações do bêbado, a personagem Cara-Longe, que a difamava nos botecos do Umarizal, colocando sua honra em dúvida publicamente.

E assim o narrador da trama, muitas vezes se misturando às vozes das demais personagens, nos leva a uma Belém de outros tempos, com rastros do passado faustoso lealista, ainda tão recente, e da decadência do fausto, além do próprio presente, simbolizado nas péssimas gestões lauristas. Dona Celeste e a Cidade de Belém são misteriosamente azaradas e donas de uma nostalgia que a todo tempo se faz presente, como que num estado de espírito afrancesado que não se foi. Se a *Belle époque* de ambas havia terminado, dentro do peito delas ainda pulsava uma saudade, a saudade do fausto.

O narrador nos conta que Dona Celeste, seguida por Alfredo, apanha o circular, passando pela “Dois de Dezembro, depressa pelo Hidroterápico, o largo de Nazaré, o Barão, dobrou a Gentil, ladeou o soledade” (JURANDIR, 1963, p.193). A passageira misteriosa salta no largo da Pólvora e na esquina da João Alfredo apanha um “curro bagageiro” desembestado e salta no Reduto, onde residia a madame Yara, que trazia de volta o amor separado, destruía malefícios, curava embriaguez, mudava a sorte, etc.

Mas não, Dona Celeste apenas olhava as vitrines, não foi tentar mudar sua sorte visitando madame Yara.

Durante um bom tempo ficou em frente à chapelaria, lembrando Alfredo, agora também narrador, que um dos desejos da misteriosa personagem era um chapéu que cobrisse parte de seu rosto, talvez a vergonha por ter fugido com Antonino Emiliano, contra a vontade de sua família, vergonha por ter deixado com que o marido a levasse à ruína, vergonha pelos velhos vestidos que se desfaziam, pela morada nos covões, por ter perdido as garças. Sim, as garças, símbolo dos tempos de riqueza que se foram. O que restou das plumagens da Belle époque de Dona Celeste? Apenas ela própria, a flunar pela cidade, porém as duas já não estavam mais tão afrancesadas como antes. Não se viam mais os bons tempos nem na misteriosa Celeste, nem na misteriosa Belém, restando apenas em ambas alguns rastros das plumagens do passado, agora sem lagos, escondidos em baixo das muitas ruínas da decadência do fausto do centro belemita.

A personagem Antonino Emiliano, possivelmente, é um dos símbolos mais marcantes da decadência do fausto da personagem Celeste. Desobedecendo a sua família, ela fugiu para se casar, no tempo áureo da borracha, com ele. Quando já era marido de Dona Celeste, foi lapidando seu patrimônio, endividando-se, entregando tudo, até sobrar apenas os azulejos do casarão, que mal a inocente sabia já estavam vendidos para a nova empreitada de Antonino Emiliano: tentar a sorte na África, na busca de esmeraldas para um suposto novo tempo de fausto.

Antonino Emiliano, como já dito, era também o nome do governador do Pará nos anos de 1921-1925, médico e governador dos anos da decadência do fausto não ficcional que Jurandir havia experienciado na periferia de Belém. Se a ruína de Dona Celeste estava relacionada à doença, a covões, à crise financeira, à medicina e a um Antonino Emiliano, Belém também tinha sua ruína associada à doença, a covões, à crise financeira, à medicina e a um Antonino Emiliano, o governador, que cortou despesas com saúde, saneamento e educação durante a sua gestão, gerando um caos ainda maior na cidade de Belém, não ficcional.

Ora o narrador da trama, ora Alfredo como narrador, nos conta que Dona Cecé seguiu para o largo da Trindade, com Alfredo em seu rastro. Este viu a casa do padrinho

Barbosa ainda mais decadente, com as paredes escurecidas e as portas descascando, parecia ainda mais agachada ao lado da antiga casa do governador Augusto Montenegro (JURANDIR, 1963, p.200). Distraiu-se e perdeu Dona Cecé. Correu para o largo da Pólvora, não percebeu os cartazes do Olímpia, avistou a perseguida, mas ficou encajado, devido à multidão de gente que se aglomerava nas ruas do centro da cidade.

A aglomeração deixou a personagem Alfredo zozzo, espremido, perdido defronte ao Teatro da Paz. Muitas pessoas com bandeiras em punho invadiam “parte do antigo luxo da borracha”, nos diz o narrador. A correnteza levou Alfredo para o colo das mulheres que, barulhentas, abriam várias faixas, gritavam palavras de ordem e exigiam providências das autoridades competentes. É o povo nas ruas cobrando as contas do descaso social, é Dalcídio Jurandir lendo a história a contrapelo e nos mostrando a consciência que o povo humilde da cidade tinha a respeito das condições de vida que lhe foram impostas (JURANDIR, 1963, p. 202).

É na manifestação contra a epidemia que havia se alastrado na Belém dos Inocentes que o literato dará voz às classes populares, voz esta que dificilmente encontramos nas análises de história da primeira década do século XX. Diferente do que encontramos também nos jornais da época, a doença, na perspectiva de história do romance, era consequência do descaso das autoridades com a população pobre da cidade, e estava “comendo as nossas criancinhas”, afirmava a voz de um amotinado.

É bom lembrar que, saindo da ficção, o literato participou das manifestações em apoio à Intentona Comunista em 1936, em Belém, sendo preso por isso. Vivia-se a primeira “onda anticomunista” no país, com uma intensa campanha na imprensa da época e nos meios religiosos católicos que criaram imagens caricatas sobre os “maléficos” comunistas de Moscou (SÁ MOTTA, 2002). Belém não fica de fora desta “onda”, e os jornais em 1936, especialmente a *Folha do Norte*, vão fazer repercutir a versão anticomunista do governo Vargas (MAIA, 2009). No Brasil, país imensamente católico, a igreja teve papel fundamental na divulgação das ideias anticomunistas. Padres liam e explicavam cartas para os fiéis, nas missas de domingo, mostrando que os comunistas se opunham aos postulados básicos da religião católica. Era por isso necessário se ter cuidado com “suas criancinhas”.

Durante a construção dos romances nos anos de 1950, Dalcídio Jurandir estava envolvido com a imprensa e com a militância comunista, como vimos na primeira parte deste estudo. Se na vida prática ele era um “devoto ardente” do Partido, nos romances, embora politizados, tendendo sempre o narrador a ser empático com as classes populares, não percebemos as orientações do “Partidão” na escrita literária do autor. E sabemos também que Jurandir, em artigos publicados na imprensa comunista, se esquivou de discutir religião e temas mais caros à sociedade brasileira, como o aborto e o divórcio.

Possivelmente o único artigo escrito por Dalcídio Jurandir sobre a religião católica, pelo menos encontrado em nosso extenso levantamento documental, foi uma carta que acreditamos ser endereçada a sua amiga Divina, de Goiás, uma vez que observamos algumas anotações manuscritas do escritor com o mesmo teor, referindo-se a ela²⁴⁷. No artigo cujo título era “Carta a uma militante católica²⁴⁸”, já comentado na primeira parte desta pesquisa, o literato afirma que não há oposição entre fé católica e o programa do Partido Comunista Brasileiro. Embora este tenha por base a filosofia marxista-leninista, não seria necessário aderi-la na íntegra.

Os inimigos dos militantes comunistas como ele não eram os católicos, mas os latifundiários, os grandes empresários, os grupos econômicos norte-americanos, os corruptos que participam das negociatas do governo brasileiro. Os católicos e comunistas, embora lutassem com distintivos diferentes, poderiam ser companheiros na luta por um Brasil menos desigual. Era preciso apenas ter coragem para problematizar as questões sociais e para querer enxergar além do que lhes era mostrado. Era este “enxergar além” que estava nos romances de Dalcídio Jurandir, por isso mais uma vez

²⁴⁷ Cartas e referências manuscritas à Divina foram encontradas no Acervo de Dalcídio Jurandir, no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, nos Documentos Pessoais, código DJ Pi 50.

²⁴⁸ O documento encontra-se no Arquivo Museu de Literatura Brasileira, na Fundação Casa de Rui Barbosa, Pasta 3, Subsérie DJ Político, apenas com a data: Rio de Janeiro, 18 de março de 1954. Não consta em que jornal foi publicado.

ratificamos que concordamos com ele, quando afirmou que suas obras valem como “um depoimento, uma memória, uma denúncia, uma antecipação²⁴⁹”.

A aristocracia do pé no chão e a República borrifada

Sobre uma manifestação tomada por mulheres raivosas, nos conta o narrador, algumas reclamando no pedestal da estátua da República, outras em cima dela, algumas borrifando bosta de passarinho nos seus peitos de bronze, barrete e adornos. A República olha de cima, como sempre em Belém, alta, distante, surda, com o facão contra a praça, contra o povo nas ruas. Na manifestação, a revolta popular sugere a falta de competência dos médicos, a distância destes em relação às classes populares, o descaso das autoridades com o socorro dos menos favorecidos.

A República implantada no Brasil no final do século XIX trouxe a modernidade, a ordem e o progresso à custa da exclusão dos menos favorecidos, tanto nas questões sociais como nas manifestações culturais, como a capoeira, o boi-bumbá, o samba, o batuque, as religiões afro e as curas tradicionais, manifestações estas vistas todas como “incivilidade”, bagunça, tumulto, ofensa à moral, transformadas pela Constituição republicana em caso de polícia (LEAL, 2008).

Entretanto, essas práticas continuaram existindo, resistindo, criando mecanismos de sobrevivência, mesmo que denunciadas pelos incomodados, e muitas vezes punidas pela República, surda e cega, tudo olhando de cima do seu pedestal. Aliás, a República tinha vergonha de ser negra, índia, cabocla, tapuia, por isso varreu, para o Umarizal, Cremação, Jurunas, São Brás, Telegrafo e Guamá, o lixo e os covões do seu progresso que agora vinham à cena cobrar-lhe as contas. Cremos que para Dalcídio Jurandir era hora de profanar os símbolos da *Belle époque*, mostrando quem de fato pagou pelo luxo que se foi. Era preciso cobrar também porque era o trabalhador pobre e perseguido o mais atingido pelas epidemias que ocorriam na cidade.

²⁴⁹ Entrevista de Dalcídio Jurandir concedida ao Antônio Torres, Haroldo Maranhão e Pedro Galvão. JURANDIR, Dalcídio. Um Escritor no purgatório. **Revista Escrita**, Ano I, nº6, s/p, 1976.

Na trama de Dalcídio Jurandir, o narrador vai descrever que as ruas do centro de Belém foram tomadas por vivas, alaridos, confusões, tumulto, gritos de guerra: “chamem um sábio da Alemanha para saber que doença é, o nosso imposto não paga?” “Os coveiros querem ganhar mais e enterrar menos”. E de repente surgem as faixas dos operários da construção civil, dos caldeireiros de ferro, dos coveiros do Cemitério de Santa Isabel, dos funileiros navais.

No estandarte dos funileiros, a personagem Alfredo percebe um rosto conhecido, era do pai de sua prima Isaura, da Rui Barbosa, a costureira. Eram todos excluídos do progresso burguês, eram todos populares pobres, porém, não eram “caos, sujeira, alcoolismo, promiscuidade, agressão, selvageria, irracionalismo, inferno, formigueiro, oceano, floresta, doença”, como os descreveu os intelectuais analisados por Bresciani, nem eram vadios, meliantes, desocupados, como apontavam os jornais de Belém em diversas matérias, especialmente o periódico *Folha do Norte*. Nas inúmeras faixas que compunham o cenário da trama, pediam melhores salários, a remoção do lixo, uma solução para salvar as crianças da morte.

Entretanto, o destaque dado pelo autor do romance era às mulheres, “aos punhos contra os doutores, contra aquela República de facão no meio do jardim que parecia ver pela primeira vez”, nos diz com empatia o narrador (JURANDIR, 1963, p.204-205). Possivelmente ele se inspirava naquelas mulheres do comício da Pedreira, que vivenciou em uma noite em Belém do Pará, nos anos de 1920. Segundo a experiência do autor, “aquelas mulheres na rua escura da Pedreira possuem coração claro, voz sincera, começam a separar a mentira da verdade. Falavam entre si, modestamente, como se a sua opinião não valesse, como se não fosse decisiva a sua palavra²⁵⁰”. Mas na Belém dos inocentes, criada ficcionalmente por Jurandir, elas tinham voz, suas palavras escreviam a história, e elas eram muitas, algumas “festeiras”, outras “encabuladas”, muitas “receosas”.

O fato era que estas mulheres estavam todas solidárias, unidas, comprometidas, com as mães que haviam perdido seus inocentes. É possível que, ao improvisarem a sua

²⁵⁰ JURANDIR, Dalcídio. Conversa na rua escura. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1955.

sobrevivência nas ruas da cidade, estas mulheres trocassem experiências, confidências, e se identificassem umas com as outras. Vinham de uma mesma condição, eram muitas vezes vistas como os demais “desclassificados” sociais, vagabundos, capoeiras, meretrizes (algumas realmente meretrizes, mas não vagabundas), por não estarem onde deveriam estar segundo o Estado, dentro de suas casas cuidando de seus inocentes. A necessidade fazia com que improvisassem ocupações, circulando pelos espaços sociais a vender seus serviços, o de lavadeira, cozinheira, costureira ou um serviço mais íntimo, o do seu próprio corpo. Elas, as meretrizes, estão em Dalcídio Jurandir, em Bruno de Menezes, em De Campo Ribeiro, e são vistas como mulheres que, sem oportunidade, improvisaram a sua própria sobrevivência, sem serem julgadas pelos literatos.

A manifestação contra a “tiaguite” e/ou “mal das moscas” na trama de Dalcídio Jurandir vai além da exigência da erradicação da epidemia. As classes populares se uniram, na sua experiência de exploração e de exclusão. Resistindo, identificando-se, foram às ruas e se solidarizaram com a miséria pela qual passavam. É também o momento em que o personagem Alfredo experiencia outra cidade da qual ele só havia ouvido falar no ano anterior, na *Belém do Grão-Pará* da madrinha mãe Inácia, nos jornais da vizinha da Gentil, na casa dos primos, nas fofocas sobre aquela cidade do interior do Pará, São Miguel do Guamá, dos roceiros rebeldes.

Esta Belém amotinada era para a personagem Alfredo uma outra cidade, ao lado dos maiores ícones do fausto lealista, a praça, o teatro, o cinema, o largo da pólvora, mostrando a contradição inerente do progresso burguês: de um lado as construções majestosas, imponentes, grandiosas; do outro uma multidão maltrapilha, faminta, doente, miserável, que era, segundo o narrador, uma gente “suada”, “suja”, de “peito aberto”, “vestindo trapos, cheirando a cal e tinta”. Era a Belém “das caldeiras, da graxa, do ferro, da cova” (JURANDIR, 1963, p. 205). Empunhava uma bandeira encarnada e branca, nela não tinha caveira, mas duas mãos que se apertavam, e “quem a carregava tinha no peito, nos braços, um cabelume de bicho, molhado, faiscando ao sol”.

A VOZ DO CABELUDO, EMPUNHANDO A BANDEIRA:

Decifrem a doença ou a doença devora o que geramos. Marchemos sobre o Palácio, primeiro varrer aquela conferencia, varrer a canalha! (JURANDIR, 1963, p.205).

Na perspectiva de história de Dalcídio Jurandir, a multidão era pensante, extremamente humana, e sabia exatamente a razão de estar nas ruas. Sua reação não era instintiva, estava sim relacionada não apenas com a epidemia do “mal das moscas”, mas também com outras questões, de duração mais longa, como miséria, a fome, o descaso com a saúde e a educação, com a questão salarial e o desemprego. Eram os homens que compunham o Estado a verdadeira “canalha” para a “aristocracia do pé no chão”.

Além dos canalhas do Estado, haviam os ricos, que vivam em seus palacetes limpos, desinfetados, saneados, e empurravam a pobreza para periferia, exatamente como fez a reforma urbana de Antônio Lemos. A manifestação é feita por homens e mulheres trabalhadores, com faixas que caracterizam muito bem as suas funções, e com a bandeira encarnada – possivelmente vermelha, em uma alusão aos partidos de esquerda, comunista e anarquista.

Na Belém dos inocentes, os espoliados fazem tremer a República. Alguns desses personagens nos eram velhos conhecidos, como Seu Lício, que havia estudado, segundo o narrador, na escola Francisco Ferrer, onde Bruno de Menezes, o poeta modernista do nosso *Batuque*, havia ensinado as primeiras letras para os operários e também sobre revolução. Era a personagem Seu Lício, a voz dos operários espoliados:

A Palácio! Jogar aquela conferencia no lixo! A Palácio! O gordo agitando o chapéu de palha, empapado de suor, lançou o dedo ao facão da República e Alfredo viu-lhe o anel grosso no dedo, desconfiou: Seu Lício? Seu Lício! [...]

– O Herodes dessa matança, o Herodes desse decreto, mães, pais, irmãos, o Herodes? É o capital! O capital!

Alfredo morde o dedo, a unha no peito, a mão nas costas molhadas, quem? O Capital? Mais mistérios aqui que os de dona Celeste [...].

– Meu compadre forneiro de fundição, conte, conte como expirou o meu afilhado Ismael. Me convidou para padrinho e fui eu mesmo que tive que batizar, no ultimo alento, o pagão. Padre, quem disse? Onde ficaram, onde estão os padres? Abençoando a conferencia, arrastando a batina nos tapetes do Palácio? Encomendendo os anjos na Basílica esta que quanto mais entra dinheiro aí que a obra nunca se acaba? (JURANDIR, 1963, p. 207).

O personagem Lício retorna, era “A Voz”: a voz dos operários explorados, a voz do anarco-comunismo da Belém dos Inocentes, a voz dos literatos e tipógrafos de O

Semeador, a voz das classes populares; ele surge afirmando que o Herodes da matança das criancinhas indefesas da cidade era “O Capital”. Ora, enquanto Herodes, o governador da Judéia, na época em que Jesus Cristo nasceu, mandou matar todos os meninos da Belém com menos de dois anos de idade, para assim evitar problemas futuros com o surgimento de um ou do próprio Messias salvador, “O Capital” estava dizimando as criancinhas da Belém dos inocentes, também com o objetivo de evitar que futuramente algum desses infelizes decidissem se tornar o Messias salvador dos espoliados.

Quem era “O capital”, este grande culpado pela miséria e morte das crianças das classes populares? “O capital” era quem comprava a força de trabalho dos proletários (no sentido de que a única coisa que tinham era a sua prole, ou seja, seus filhos), que havia sido transformada em mercadoria no momento em que os trabalhadores foram expropriados dos seus meios de produção por este mesmo “O Capital”.

O problema era que, e a personagem Lício sabia muito bem disso, havia aprendido na sua experiência de luta pela vida que o valor do salário dos trabalhadores era menor do que o produto do seu trabalho, o que gerava grandes lucros para “O Capital” a partir da *mais-valia*, as horas que eram trabalhadas por estes proletários e não eram pagas, ou seja, a lógica do capital, a *mais-valia*, era a exploração da força de trabalho desses indivíduos, por isso mesmo sua miséria era culpa de “O Capital” (MARX, 2011, p.212). “O Capital” era o Herodes da Belém dos Inocentes, era ele que, ao explorar os trabalhadores, gerava miséria, fome, os covões, a insalubridade e as epidemias. Era preciso acabar com “O Capital”.

Dalcídio Jurandir, misturando realidade e ficção, faz o narrador nos contar que Lício e os operários pobres aprenderam um “poucozinho” na escola Francisco Ferrer, fundada pela Federação das Classes Trabalhadoras, onde lecionava Bruno de Menezes. Segundo Alonso Rocha (2006), o literato foi muito importante para o movimento operário nos anos de 1910, uma vez que as suas ideias despertaram o entusiasmo das massas assalariadas, assim como essa sua experiência com os trabalhadores também foi importante para sua produção, uma vez que definiu a sua escrita literária posterior, conforme Figueiredo (2001).

Na Belém dos inocentes, “O Capital” vinha ceifando a vida dos companheiros operários em suas lutas, e nessa luta havia apenas opressores e oprimidos, em constante oposição, vivendo em uma guerra ininterrupta, ora aberta, ora camuflada, e que só teria fim com uma transformação revolucionária (MARX; ENGELS, 1999, p.7). E a revolução entre as classes populares em Belém tinha uma feição, um tempo e muitas histórias, a história da Cabanagem. Havia chegado a hora de fazer com “O Capital” “o que os cabanos faziam com os inimigos. Capavam, dependuravam os grãos dos capados no pescoço das viúvas” (JURANDIR, 1963, p. 208).

A personagem Alfredo, atordoado em meio aos seus muitos questionamentos dos amotinados, refletindo sobre os mistérios das faixas, dos gritos e discursos, concluiu que na sua escola as professoras nunca iriam explicar sobre o que seria este “O Capital” ou por que o Estado não colocava o forno da Cremação em funcionamento. A Escola, em meados do século XX, assim como a perspectiva de história oficial dos livros didáticos estavam muito longe do cotidiano da população inocente dos covões de Belém e de suas faixas, de seus cartazes, suas dores e lutas. As professoras não eram nem saberiam ser “professoras do mundo”, uma vez que deste mundo nada conheciam. Ficavam sempre distantes, no seu pedestal, como a República na Praça, vacinadas, cheirosas, sedutoras. Alfredo fica então se perguntando se de fato valeu a pena todo o esforço de vir estudar em Belém, já que nas aulas não se conhece nada deste mundo das ruas, desta Belém misteriosa, com o seu “bicho” também misterioso, “O Capital” (JURANDIR, 1963, p.208).

Em um cartaz, Alfredo se depara com mais um mistério: “Estamos no século do operariado (Gladstone)”. E nos perguntamos por que Dalcídio Jurandir, ao escrever um romance nos anos de 1950, afirma que o século XX é o século do operariado? Possivelmente, porque os sujeitos sociais que constroem a história política são representantes de interesses diversos e que são próprios da sua realidade humana, da sua experiência. Logo, o sujeito social Dalcídio Jurandir era, ao mesmo tempo, o romancista do *Ciclo do Extremo Norte*, o jornalista, mas também o comunista engajado nas lutas do seu tempo. E as lutas do século XX tiveram como protagonistas os operários.

Essa perspectiva de Dalcídio Jurandir de que o século XX é o século do operariado foi fortalecida com o crescimento do PCB no pós-Segunda Guerra Mundial

e com o crescimento da imprensa comunista no Brasil, como vimos em capítulo anterior; mas, principalmente, com a Revolução Russa de 1917. O século XX é o século do operariado para Dalcídio, devido à enorme importância, “ardorosa” importância que dava à “Revolução Mundial²⁵¹”.

A Revolução bolchevique era o modelo a ser seguido, assim como a liderança de Lênin. Foi esta revolução que construiu as bases da cultura política comunista do século XX no Brasil, da qual o escritor compartilhava no Rio de Janeiro junto com seu grupo de amigos, intelectuais que também militavam no PCB – como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré, Astrogildo Pereira, Emílio Corrêra, Oswaldalva Peralva, Diógenes Arruda, dentre outros–, no momento em que escrevia *Passagem dos Inocentes*.

No final dos anos de 1950 as greves se intensificaram no Brasil, como consequência da grave crise econômica, mas também da maior conscientização dos trabalhadores, uma vez que a grande novidade destes anos foram as greves políticas, notadamente as greves gerais que eram convocadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), além de algumas greves de solidariedade, nas quais categorias entravam em greve em solidariedade a outras (MOTTA, 2002, p. 254). Possivelmente, as mobilizações dos operários brasileiros, no tempo em que Dalcídio Jurandir escrevia o romance, também o fizeram destacar o século XX como o século do operariado.

Voltando à trama dos Inocentes, o narrador afirma que, de repente, surgiu um alvoroço na praça e um grito:

O governo federal acaba de fechar a União Geral dos Trabalhadores! Chegou telegrama! Para a sede! Para a sede! Para a dr. Moraes! E aquele corpo de gente se movimentou, rodou, Alfredo de bubuia no arremesso rumo da sede, espalhando-se pela Piedade, São Jerônimo, ganharam a dr. Moraes, os espalhados se juntavam, de novo o corpo se unia e colava os mil pés e mãos e bocas... (JURANDIR, 1963, p. 213).

Segundo o narrador, a população que caminhava mais lentamente comentava que estavam reunidos no Palácio, o governador do Estado, o Comandante da Região, o

²⁵¹ Embora seja Hobsbawm (1994) que defina a Revolução bolchevique, como Revolução mundial, acreditamos que Dalcídio Jurandir tinha um entendimento sobre a importância desta revolução bem próximo ao entendimento do historiador comunista.

Inspetor do Arsenal, o Comandante da Flotilha do Amazonas, o Secretário Geral do Estado, o Comandante da Brigada Militar, o presidente da Câmara, o Intendente Tiago, o Desembargador Chefe de Polícia, e em outra sala os médicos conferenciavam, buscando uma solução. A manifestação continuava em meio à apreensão popular, a cidade escurecia e o lixo a esfumaçava, os populares cantavam canções desconhecidas pela personagem Alfredo, mas que empolgavam os participantes. É quando se ouvem tiros e gritos, surge a cavalaria dispersando os manifestantes. O receio das personagens populares e do próprio narrador da trama se materializa, a “aristocracia do pé” no chão é tratada como caso de polícia.

Na perspectiva de história construída por Dalcídio Jurandir na trama dos Inocentes, o Estado que divulgava o progresso e a modernidade, mesmo em meio à crise econômica dos anos de 1920, perseguia os que não conseguiam se inserir nos novos tempos, prendia os capoeiras, as meretrizes, os que eram vistos como vagabundos de toda espécie. O que este Estado trouxe para esses homens miseráveis, para essas mães lavadeiras, passadeiras, amassadoras de açaí, tacacazeiras, vendedoras de cheiro, costureiras, cozinheiras, para os milhares de operários que estavam nas ruas a suar de sol a sol? O “fausto falso”? A saída para a crise econômica laurista dos anos de 1920? O que era o progresso na trama *Passagem dos Inocentes*? O narrador de Dalcídio Jurandir nos responde: “O progresso é mosca, e anjo morrendo” (JURANDIR, 1963, p. 217).

Mas era preciso não perder a esperança. Nos anos de 1950, Dalcídio Jurandir percebia que, na “simplicidade e firmeza²⁵²” dessa gente, que vivia uma “dura existência”, era em que se poderia confiar o “poderoso lastro do nosso ainda incerto e balouçante barco da liberdade”. Era a “aristocracia do pé no chão” o “lastro que evitava que o barco virasse”. Esse povo estava despertando da “escória política” que “saltava as línguas da calúnia e da mentira”. Agora, com “sede de saber coisas”, com “fome de aprender a escolher”, esse povo tinha a necessidade de sair do “atoleiro da fome, da exploração da miséria e da opressão”. É também sobre essa crença na “aristocracia do pé no chão”, é sobre essa certeza e esperança que tratam os dois romances analisados

²⁵² JURANDIR, Dalcídio. Conversa na rua escura. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1955.

neste estudo, que compreendem a decadência da cidade de Belém a partir da experiência desta gente descalça, que não vivenciou o famoso fausto lemista, mas que pagou as contas durante os anos da suposta decadência do fausto da cidade de Belém.

CONCLUSÃO

As cidades de Belém de Dalcídio Jurandir

Em Belém do Grão-Pará, está muito do meu primeiro amor à cidade e um pouco do meu desprezo e enjoo pelo que a enfeita. Utilizei uma expressão, vamos dizer, mais limpa, mais aproximadamente adequada ao que tento comunicar. Em *Passagem dos Inocentes* e *O Ginásiano*, aquele na editora e este já na metade, falo de Belém suburbana e assim são cidade diferentes que vejo e imagino²⁵³.

Como observamos neste estudo, Dalcídio Jurandir compreende a história do “fausto” e da “decadência” de Belém nos romances *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*, utilizando a sua experiência, assim como a memória da região, para compor a sua perspectiva de história sobre a cidade. Na sua história de vida, ele experienciou os campos miseráveis do Marajó, os subúrbios de Belém, o movimento modernista, as prisões pela Intentona Comunista, a militância nos periódicos de esquerda da capital federal, a visita a Moscou, os anos do *Zdhanovismo*. Logo, foi fundamental situá-lo no processo histórico em que atuava ativamente a partir da militância política e da literatura “participando dos acontecimentos”, “respirando o ar

²⁵³ JURANDIR, Dalcídio. Entrevista à Eneida de Moraes. **Folha do Norte**. Belém, 23 de outubro de 1960.

do tempo a que me sentia um pouco alheio”, e aceitando “a responsabilidade de minha parcela de luta pela liberdade²⁵⁴”.

Para Dalcídio Jurandir existiam duas cidades em Belém do Pará na primeira metade do século XX. A primeira era a cidade do fausto da borracha, a cidade embelezada e urbanizada por Antônio Lemos, seguindo um projeto político excludente, um progresso mecânico, automático e acrítico, associado à ideia de um tempo homogêneo e vazio, indiferente e infinito, sem conflitos nem contradições sociais. Os comerciantes que se beneficiaram com o látex, os políticos, os amigos e os correligionários de Antônio Lemos acreditaram neste progresso, neste fausto, nesta *Belle époque*, e o experienciaram. Mas com a queda do “Velho Senador”, foram-se os sonhos da Paris na América, dos figos, do piano, do vestido importado, dos gansos, dos azulejos, dos candelabros de cristal, etc.

Mas existia também a cidade enlameada, das barracas, das palhoças, da falta de saneamento, das ruas esburacadas, sem pavimentação, das moscas, do lixo, das doenças, do trabalho duro, das lavadeiras, vendedoras de cheiro e de açaí, dos operários, tipógrafos, dos intelectuais do peixe-frito; era a cidade que resistia ao descaso do poder público. Foi a cidade experienciada por Dalcídio Jurandir entre os anos de 1920 e 1940, e pela sua humanidade, a “aristocracia do pé no chão”. Podemos chamar esta cidade de “cidade do do fausto falso”, onde a história social era um campo aberto de lutas, de conflitos sociais, de atritos. Se o fausto falso era uma experiência trágica da modernidade burguesa, era preciso interromper a caminhada para a catástrofe e escrever a história a contrapelo, como não era escrita nos manuais escolares, desagregando as coisas, e transformando o pessimismo em esperança utópica (BENJAMIN, 2012). Acreditamos que assim fez Dalcídio Jurandir nos romances analisados nesse estudo.

A história em Dalcídio Jurandir, assim como em Walter Benjamin ou em E.P. Thompson, é uma história que privilegia a multiplicidade do real e as especificidades

²⁵⁴ Referência ao texto citado na abertura da Introdução deste estudo, “Sobre o centenário do Manifesto Comunista”, artigo de Jurandir encontrado na revista *Literatura*, Rio de Janeiro, ano 3, n.7, jan/fev. 1948. A Revista encontra-se disponível no Acervo Literário da Fundação Casa de Rui Barbosa, nos anos de 1946, 1947 e 1948. O periódico era editado pela Editorial Vitória, que entre 1944 e 1964 foi a editora brasileira comunista mais importante, vinculada diretamente ao Partido Comunista Brasileiro. Esta foi organizada em moldes empresarial, fazendo parte de uma rede de órgãos de divulgação do partido, que incluía jornais, revistas, editoriais e entidades culturais (MAUÉS, 2013, p. 121-122).

das experiências, atentando para a permanente contradição que as envolve, sempre pensando o presente, seja este presente a “rebelião dos roceiros de São Miguel do Guamá”, ou a “multidão amotinada contra a ‘tiaguite’”, como uma contínua reelaboração multifacetada do passado, do passado Cabano, desses milhões de anônimos que formavam a mais nobre fidalguia da “aristocracia do pé no chão” na cidade de Belém do literato marajoara.

Dalcídio Jurandir, o cronista do cotidiano das classes populares, pensava o tempo como uma construção social, e era nesse tempo dos “*agoras*”, do presente, em que ele escrevia os romances, que, ao desagregar a história oficial e escrevê-la a contrapelo, libertava todos os miseráveis da “condescendência da posteridade”.

A Belém de Dalcídio Jurandir onde os Inocentes faziam a Passagem enterrava os sonhos da personagem, ainda menino, Alfredo – entendido pelos estudiosos como alter-ego do escritor – de uma Belém faustosa que ele nunca conheceu e nunca conhecerá. Diz-nos o narrador:

Queria saborear com sua saudade um chão e um rio que lhe parecia perdidos para sempre, vistos agora com o olhar de quem viu duas cidades (ou três?); o coração desabotoava-se, quero que navegues, ilha veleira (JURANDIR, 1963, p.240).

Acreditamos que, quando Dalcídio Jurandir aponta nos romances para a decadência física da cidade, ele refere-se à decadência de um projeto político civilizacional, que ruiu com o “colapso” da borracha no mercado internacional e, o qual, invariavelmente, ele associa ao Antônio Lemos, do mesmo modo como fez parte da historiografia analisada por Maria de Nazaré Sarges (2002). Entretanto, a perspectiva de Jurandir não é de apologia ao fausto, mas de crítica ao projeto “excludente” empreendido na cidade pelo intendente. O escritor interpreta a urbe, como já referido, a partir das contradições e dos atritos, perspectiva esta bem diferente da história contada pelos historiadores clássicos de Belém. Nos romances, o narrador das tramas de Dalcídio Jurandir critica a política empreendida pela classe que está no poder na primeira metade do século XX, seja ela “lemista” ou “laurista”.

Os romances de Dalcídio Jurandir sobre a cidade de Belém nos anos de 1920, tomavam partido, o partido das pessoas comuns, do olhar das classes vindas de baixo,

dos oprimidos, dos que a história da primeira metade do século XX havia calado. Possivelmente, a maior importância dos romances de Dalcídio Jurandir, como documento histórico, é que estes nos possibilitam recuperar a interpretação daquilo que o literato experienciou na primeira metade do século XX, a partir da perspectiva das classes populares, e que utilizou para narrar ficionalmente nas suas histórias.

Mas é mais que isso, enquanto escrevia os romances, Dalcídio Jurandir buscou mudar a história, através da sua experiência política de militante, subindo os morros do Rio de Janeiro para explicar o que era o comunismo para a gente mais simples de pé no chão²⁵⁵, e também através de viagens, conferências, palestras, estudos e artigos. Nos anos de 1950, enquanto escrevia *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*, Dalcídio Jurandir era um materialista que acreditava na revolução e no povo que a faria, com ardor e esperança, tendo a cidade como palco principal para o grande espetáculo revolucionário do século XX, afinal estávamos “no século do operariado (Gladstone)”. (JURANDIR, 1963, p. 208).

Amigo pessoal de Dalcídio Jurandir, e companheiro de partido, Moacir Werneck de Castro, afirmou que duas tarefas de vida absorviam o escritor: os romances e o cumprimento de seu dever como militante político. As posições políticas nos romances, segundo Moacir Werneck de Castro, posições de “vanguarda”, contribuíram para que seus livros não alcançassem o sucesso e reconhecimento merecidos, uma vez que o conflito político estava sempre no centro da narrativa em uma época que a Guerra Fria “exacerbava os ânimos dos intelectuais”. (NUNES; PEREIRA; REOLON PEREIRA, 2006, p.203). Ainda segundo o amigo Mociar Werneck de Castro, Dalcídio Jurandir se manteve sempre coerente com o que acreditava, desprezando a riqueza, evitando se corromper a qualquer tipo de luxo. O seu ganha pão era o jornalismo, político, engajado nas lutas do seu tempo. Resistiu à tentação do emprego público para não se desviar da saga marajoara dos romances, mesmo que isso tenha comprometido uma melhor condição de vida para a sua família. (NUNES; PEREIRA; REOLON PEREIRA, 2006, p.200)

²⁵⁵ JURANDIR, Dalcídio. Um debate no morro. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1952.

As palavras de Moacir Werneck de Castro nos levam de volta à Gurupá²⁵⁶, vila à margem do Amazonas, lugar de extrema miséria, sofrimento e abandono, onde Dalcídio Jurandir fez duas promessas a ele mesmo, observando aquela gente marajoara muito pobre: a sua comadre Veríssima, “carregada de filhos”, os seringueiros, os cortadores de cana de timbó, os pescadores e as lavadeiras. Prometeu, primeiramente, que trabalharia para ser o mais simples possível e, também, que estudaria para conhecer a grande revolução bolchevique da Rússia, ou melhor, conhecer a “verdade” sobre esta revolução. Dalcídio Jurandir, um sujeito social complexo, acompanhou as transformações do processo histórico, e mesmo nem sempre fazendo as escolhas mais acertadas com a sua consciência, buscou cumprir as promessas que fez para aquela gente miserável de Gurupá.

Como vimos no caminho percorrido pelo autor neste estudo, ele não deixou de militar pela revolução bolchevique com um ardor que chegou a falta de senso crítico nos anos do Stalinismo, ao mesmo tempo em que soube reconhecer os erros do “Partidão”, em 1956, posicionando-se a favor de debater as denúncias de Krushev sobre Stálin e sobre o próprio PCURSS, propondo novos caminhos para o marxismo-leninismo. Como ao escrever a seu irmão Ritacínio, em 1956:

O marxismo-leninismo é uma verdade universal que deve adquirir as mais numerosas formas e matizes segundo as características de cada país. Já disse isso Lenin. Houve muita fraude, impostura, mentira, traição mesmo. Cumpre, porém, ver que isso faz parte do largo e complexo processo histórico de mudança de uma sociedade no espaço de um século. (NUNES; PEREIRA, REOLON PEREIRA, p.93)

Era preciso buscar a “verdade” como jornalista ético, e assumir seus arrependimentos, como o de ter colocado as obrigações do “Partidão” acima do olhar crítico, sem investigar mais a fundo as contradições que o regime bolchevique apresentava, calando-se. Mas a crença na revolução marxista-leninista o acompanhou, por toda a vida, era a sua “verdade universal”, entretanto, a partir de meados dos anos

²⁵⁶ JURANDIR, Dalcídio. Notas de viagem à União Sociética: Uma vez à beira do Amazonas – Um verso de Miguel Hernandez – Moscou em festa. Imprensa Popular. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1952, P. 2.

de 1950, poderia adquirir diversas versões, formas, matizes, como propunha inclusive em muitos de seus artigos analisados neste estudo.

Já aquela primeira promessa, à margem do rio Amazonas, em Gurupá, a de ser o mais simples possível, “na vida, na arte e no trabalho”, esta acreditamos que ele cumpriu com a eficiência dos nobres fidalgos de pé no chão, buscando sempre “captar o trivial, o não heroico, o dia-a-dia” da vida daquele povo pobre que “parece tão coisa nenhuma e é, no entanto, tão de todo o mundo”. Não aceitou o rótulo de “romancista da Amazônia” em vida, afirmando sempre que era um escritor marajoara, “é mais restrito, mas mais exato”. Acreditava que a sua obra era concebida “com franqueza e muito trabalho”, uma obra modesta, menor, bem diferente dos grandes clássicos literários, mas que precisava ser tirada do purgatório, uma vez que tinha consciência do seu talento, e da importância do que escrevia e sobre quem escrevia. O que interessava ao Dalcídio Jurandir era “fabricar a obra, um trabalho diário que importava na renúncia de todas as coisas²⁵⁷”.

Em seus romances, Dalcídio Jurandir buscou mudar o sentido de história, para fazer a história daquela gente de Gurupá, história da gente miúda. “Sou de lá, sempre fiz questão de não arredar o pé das minhas origens, e para isso, ou melhor, para enterrar o pé mais fundo, pude encontrar uma filiação ideológica que me dá razão²⁵⁸”, o marxismo-leninismo, a luta de classe, a dialética, o atrito, a resistência, o conflito político. Os temas selecionados pelo “escritor marajoara”, tinham vínculos com a política, mas também com a cultura da “aristocracia do pé no chão”:

Os temas dos meus romances vem do meio daquela quantidade de gente de canoas, dos vaqueiros, dos colhedores de açaí. Uma das coisas que eu considero válida na minha obra é caracterização cultural da região. Acumulei experiências, pesquisei a linguagem, o falar paraense, memórias, imaginação, indagações. Para um escritor pobre, sem vantagens e ócios remunerados, o esforço foi, às vezes, de desesperar, de tão braçal. Mas foi ao mesmo tempo uma delícia, uma forma de satisfeita revolta contra o magro ganha-pão, o sucesso fácil, a cômoda posição pessoal no mundinho. Os meus livros, se nada

JURANDIR, Dalcídio. Um escritor no Purgatório. Revista **Escrita**, Ano I, nº 6, 1976.

²⁵⁷ JURANDIR, Dalcídio. Um escritor no Purgatório. Revista **Escrita**, Ano I, nº 6, 1976.

²⁵⁸ JURANDIR, Dalcídio. Um escritor no Purgatório. Revista **Escrita**, Ano I, nº 6, 1976.

valem, valem por serem o documentário de um situação que ainda tinha caráter cultural²⁵⁹.

Esse “esforço de desesperar” encontramos registado em seus muitos cadernos manuscritos, onde anotava as peculiaridades da região, as informações jornalísticas, misturando-as com a sua memória e imaginação. Quis que seus livros ficassem “como o instrumento de uma cultura” que estava sendo destruída pelo que ele chamava de “invasão da Amazônia”. Dalcídio Jurandir propôs e conseguiu fazer com que seus romances virassem um lugar de memória da região, um registro da cultura da “aristocracia do pé no chão”, que segundo ele estava sendo destruída. Destruía-se os costumes, mas sem levar os benefícios à população. Se o quadro cultural estava mudando, o quadro de pobreza persistia, afirmava Dalcídio Jurandir, “a situação social e humana vai para pior. Existe o progresso técnico, mas para destruir, para manter a exploração²⁶⁰”.

Diante do quadro de miséria, pobreza e invasão da Amazônia, Dalcídio Jurandir acreditava que os homens reagiriam, resistiriam, com “uma vitalidade, uma solidariedade capaz de reagir a esse desmatamento cultural. Eu tenho esperança²⁶¹”. Esperança movia o homem, o sujeitos social Dalcídio Jurandir, nas lutas do seu tempo, esperança na sua humanidade. Esperança estampada nos seus romances sobre a Amazônia, e especialmente os sobre a cidade de Belém, *Belém do Grão-Pará* e *Passagem dos Inocentes*, onde a esperança vinha dos descalços como ele.

Por isto mesmo, Dalcídio Jurandir, nas suas histórias sobre a cidade de Belém, buscou “desagregar as coisas”, propor um novo começo, escrever a história a contrapelo, enchendo nos tempos do “*agoras*” os cidadãos de Belém de esperança, em uma continua reelaboração multifacetada do passado, do passado Cabano, do passado da rebelião do roceiro de São Miguel do Guamá, do passado onde as classes populares tomaram o protagonismo na história e tocaram fogo no projeto de progresso burguês

²⁵⁹ JURANDIR, Dalcídio. Um escritor no Purgatório. Revista **Escrita**, Ano I, nº 6, 1976.

²⁶⁰ JURANDIR, Dalcídio. Um escritor no Purgatório. Revista **Escrita**, Ano I, nº 6, 1976.

²⁶¹ JURANDIR, Dalcídio. Um escritor no Purgatório. Revista **Escrita**, Ano I, nº 6, 1976.

que a excluía. Era um exemplo para libertar, no presente, os populares da “condescendência da posteridade”. Ainda é um exemplo apropriado para o século XXI, onde se faz urgente e necessário acordar a “aristocracia do pé no chão” que existe dentro dos cidadãos de Belém, descendentes dos “nobres fidalgos cabanos”, necessitados de uma revolução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes pesquisadas:

Periódicos

Belém – Sessão de microfilmagem e obras raras da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”.

A Província do Pará, Belém, 1920-1924.

Folha do Norte, Belém, 1918, 1920-1921, 1923-1924.

O Estado do Pará, Belém, 1920-1922.

Revista Belém Nova, Belém, 1923-1929.

Revista Terra Imatura, Belém, 1938-1942.

Rio de Janeiro – Hemeroteca digital e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 1951-1959.

Voz Operária, Rio de Janeiro, 1949-1953, 1958,1959.

Revista *Literatura*, Rio de Janeiro, 1946-1948.

Revista *Problemas*, Rio de Janeiro, 1947-1956.

Revista *Fundamentos*, Rio de Janeiro, 1948-1953.

Revista *Para Todos*, Rio de Janeiro, 1956-1958.

Revista *Escrita*, Rio de Janeiro, 1976.

Documentos do Acervo Dalcídio Jurandir – Arquivo Nacional de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro:

Produção Intelectual;

Produção na Imprensa;

Pasta 1 Sobre Dalcídio Jurandir;

Pasta 2 Sobre Dalcídio Jurandir;

Pasta 3 De Dalcídio Jurandir;

Pastas 4,5,6 – Recortes sobre a Região Norte;

Pasta 7 – Assuntos Diversos.

Mensagens dos Governadores do Estado:

SODRÉ, Lauro. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em 7 de setembro de 1920.

CASTRO, Antonio Emiliano de Sousa. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado. Em 7 de setembro de 1921.

CASTRO, Antonio Emiliano de Sousa. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1922.

CASTRO, Antonio Emiliano de Sousa. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1923.

CASTRO, Antonio Emiliano de Sousa. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1924.

BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado em 7 de setembro de 1925.

BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado em 7 de setembro de 1926.

BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado em 7 de setembro de 1927.

BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado em 7 de setembro de 1928.

VALLE, Eurico Freitas. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em 7 de setembro de 1929.

Fontes Literárias:

JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão-Pará**. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004.

_____. **Passagem dos inocentes**. São Paulo: Martins, 1963.

JURANDIR, Dalcídio. Sobre o centenário do Manifesto Comunista. **Literatura**, Rio de Janeiro, ano 3. n. 7, jan./fev. 1948.

MENEZES, Bruno. **Belém, cidade que teve um passado**: poesias esparsas. Belém: SECULT, 1993. v. 1.

MORAES, Eneida. **Aruanda/Banho de Cheiro**. Belém: SECULT/FCPTN, 1989. (Coleção Lendo a história do Pará, v. 2).

RIBEIRO, De Campos. **Gostosa Belém de outrora**. Belém: Secult, 2005.

Monografias, Dissertações e Teses:

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais**: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870. 2004 Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CARNEIRO, Eva Dayna Felix. **Belém entre filmes e fitas**: A experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos de 1920. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

COIMBRA, Adriana. **A cidade como narrativa**: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém (1897-1938). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2014.

CORRÊA, Ângela Tereza de Oliveira. **História, cultura e música em Belém**: décadas de 1920 a 1940. 2010. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. **Eternos modernos**: uma história social da arte e da literatura, 1908-1920. 2001. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MAIA, Maíra. **O desencantamento do mundo**: literatura, existencialismo e Psicanálise em Belém (1945-1951). 2007. Monografia (Especialização em História Social da Amazônia) - Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

_____. **Jogos políticos na Terra Imatura**: as experiências políticas dos modernistas paraenses (1930-1945). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NUNES, Paulo Jorge Martins. **Um estudo do romance Belém do Grão-Pará de Dalcídio Jurandir**. 2007. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PANTOJA, Letícia Souto. **AU JOUR LE JOUR**: cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910). 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em história social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PERES, Carlos Roberto Cardoso. **Linha do Parque de Dalcídio Jurandir**: romance histórico, social e proletário (a gênese do movimento operário no Extremo Sul do Brasil). 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Núcleo de Informação e Documentação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, 2006.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. **Da Mereba-ayba à varíola**: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará (1884-1904). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

_____. **Em busca da cura**: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925. 2014. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SPINOSA, Vanessa. **Pela navalha**: cotidiano, moradia e intimidade (Belém 1930). Dissertação de mestrado. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (Res) sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. _____. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- _____. Sobre alguns temas em Baudelaire. _____. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Sobre o conceito de História. In: BARRETO, João. **Walter Benjamin**: o anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOLLE, Willi. Belém, porta de entrada da Amazônia. In: CASTRO, Edna (Org.) **Cidade na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.
- _____. Paris na Amazônia: um estudo de Belém pelo prisma das passagens. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. **Walter Benjamin**: rastro, aurea e História. Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2012.
- _____. Uma margem da literatura brasileira: o Ciclo do Extremo Norte de Dalcídio Jurandir. In: BASTOS, Élide Rugai Bastos; PINTO, Renan Freitas (Org.). **Vozes da Amazônia II**. Manaus: Valer e Edua, 2014.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BRESCIANI, Maria Stella. A cidade das multidões, a cidade terrorizada. In: PECHAMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.
- _____. Metrôpole: As faces do mostro urbano: as cidades no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8-9, p. 35-68, set. 1984/ abr. 1985.

CANCELA, Cristina Donza. Dramas de amor na Belém do século XIX. In: ALVARES, Maria Luzia; SANTOS, Eunice Ferreira; D'INCAO, Maria Ângela (Orgs.) **A mulher e a modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEN/CFCH/UFPA, 1997.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de Teoria e História Literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. A Revolução de 1930 e a cultura. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr.1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Fábio Fonseca. **A Cidade Sebastiana**: era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Belém: Edição do autor, 2010.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. **A História contada**: capítulos de história social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHAVES, Ermani; ACEVEDO, Rosa. Imagens de Belém: paradoxo da modernidade. In: XIMENES, Teresa (Org.). **Perspectiva do desenvolvimento sustentável**: uma contribuição para a Amazônia. Belém: UFPA/ NAEA, 1997.

COELHO, Geraldo Mártires. **A lira de Apolo**: o mecenato em Antônio Lemos e Augusto Montenegro (1897-1912). Belém: Estudos Amazônicos, 2014.

_____. Na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910): dirigindo olhares. **Revista Escritos**, ano 5, n. 5, 2011.

COELHO, Marinilce Oliveira. **O grupo dos novos**: memórias literárias de Belém do Pará. Belém: Edufpa; Unamaz, 2005.

COIMBRA, Creso. **A Revolução de 1930 no Pará**: análise, crítica e interpretação. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. v. 2.

DEGALDO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 3.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart entre a memória e a história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FIGUEIREDO, A. M. Querelas esquecidas: o modernismo brasileiro visto das margens. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio. **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Os vândalos do apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20**. Belém: IAP, 2011.

GINZBURG, Carlo. Apêndice: provas e possibilidades (Posfácio de Natalie Zemon Davis. O retorno de Martin Guerre. In: GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURET, François. O encanto universal de outubro. In: FURET, François. **O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX**. São Paulo: Siciliano, 1995.

FURTADO, Marlí Tereza. **Universo corroído em Dalcídio Jurandir**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

GERRATANA, Valentino. Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo. In: HOBBSAWM, Eric. **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v. 9.

GOMES, Ângela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

_____. População e sociedade. In: _____ (Coord.). **Olhando para dentro: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

FARIS, William Gaia. A República no Pará: os primeiros momentos. In: SARGES, Maria de Nazaré; RICCI, Magda (Orgs.). **Os oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura**. Belém: Açai, 2013.

HADMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEGEDÜS, András. A construção do Socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a nova política econômica. In: HOBSEBAWM, Eric. **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. v. 7.

HOBSEBAWM, Eric. **A Era do Capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. Sapateiros politizados. In: HOBSEBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LAFETÁ, João Luís. **1930**: a crítica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 1.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **A Política da Capoeiragem**: história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará Republicano (1888-1906). Salvador: EDUFBA, 2008.

LEWIN, Moshe. Para uma conceituação do stalinismo. In: HOBSEBAWM, Eric. **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. v. 7.

LIMA, Henrique Espada. Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg. **ArtCultura**: Revista de História, Cultura e Arte, v. 9, n. 15, jul./dez. 2007.

LUCAS, Fábio. **O caráter social da ficção no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

LUMATTI, Paulo Teixeira. **Caio Prado Júnior**: uma trajetória intelectual. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MCNEAL, Robert. As instituições da Rússia de Stalin. In: HOBSEBAWM, Eric. **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. v. 7.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **A dinâmica de um pensamento crítico**: Caio Prado Júnior (1928-1935). São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWAECEZ, Lilian Moritz (Direção?). **História do Brasil Nação 1808-1910**. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre; Objetiva, 2012. v. 3: A abertura para o mundo (1889-1930).

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWAECZ, Lilian Moritz (Direção). **História do Brasil Nação 1808-1910**. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre; Objetiva, 2012. v. 3: A abertura para o mundo (1889-1930).

MAUÉS, Flamarion. A Editorial Vitória e a divulgação das ideias comunistas no Brasil (1944-1964). In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França**. Cotia, SP: Ateliê; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

MEDVEDEV, Roi A. O socialismo em um só país. In: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. v. 7.

MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

MOREIRA, Eidorfe. Prefácio. In: LADISLAU, Alfredo. **Terra imatura**. 2. ed. rev. Belém: Livraria Clássica, 1925. (Coleção literatura paraense. Série Inglês de Souza).

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A cultura política comunista. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Minas Gerais: UFMG, 2011.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

_____. A verdadeira pátria dos trabalhadores: A URSS e as edições comunistas. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2005.

NEVES, Margarida de Souza. Pierre Nora (1931-). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história: de Ricoeur a Chartier**. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Frenando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013. v. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.

NUNES, Benedito (Org.). **O amigo Chico, fazedor de poetas**. Belém: Secult, 2001.

_____. Dalcídio Jurandir: as oscilações de um ciclo romanesco. **Asas da Palavra:** Revista de Graduação em Letras, v. 13, n. 26, 2010-2011.

_____. (Org.). **Dalcídio Jurandir, romancista da Amazônia:** literatura e memória. Local: SECULT/FCRB/IDJ, 2006.

_____. **O tempo na narrativa.** São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Alfredo. **A pedra verde.** Belém: Falângola, 1986.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará:** estudo de Geografia Urbana. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo, v. 1).

PINTO, Sumara Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República.** Rio de Janeiro: Aperj, 1998.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolin. A borracha na economia brasileira da primeira República. IN: PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolin. **História geral da civilização brasileira.** 2. ed. São Paulo: Difel, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação: memória, história, autoritarismo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários:** legitimidades, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil entre a memória e a história. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Ditaduras militares:** Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

RICCI, Magda. Dos sentidos aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. **Anais do Arquivo Público do Pará**, Belém, v. 4, t. 1, p. 241-274, 2001.

ROCQUE, Carlos. **Depoimentos para uma História Política.** Belém: Mirograph, s/ano.

_____. **História de A Província do Pará.** Belém: Mirograph, s/ano.

ROXO, Marco; MOURÃO, Mônica. Jornalismo, memória e clientelismo: o pacto entre comunistas e imprensa conservadora no Brasil. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Comunistas brasileiros:** cultura política e produção cultural. Minas Gerais: UFMG, 2011.

SALLES, Vicente. Chão de Dalcídio. **Asas da Palavra**: Revista de Graduação em Letras, v. 13, n. 26, 2010-2011. Semestral.

_____. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

SANTOS, Eunice Ferreira. **Eneida de Moraes**: militância e memória. Belo Horizonte, v.9, p. 99-106, dez. 2005.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a belle-époque. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2000.

_____. **Memórias do “velho” intendente (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SECCO, Lincoln. Leituras comunistas no Brasil (1919-1943). In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Edição e revolução**: leituras comunistas no Brasil e na França. Cotia, SP: Ateliê; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 3: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.

SEIXAS, Jacy Alves. Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção: uma reflexão (in) atual para a história? **Proj. História**, São Paulo, n. 24, jun. 2002.

_____, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (Res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SOUZA JUNIOR, José Alves. **Tramas do cotidiano**: religião, política, guerras e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: Ed.Ufpa, 2012.

STRADA, Vittorio. Do “realismo socialista” ao zhdanovismo. In: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v. 9.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. v. 1. A Árvore da Liberdade.

VIDAL, Elizabete de Lemos. Literatura e crítica: vozes dissonantes em torno de Dalcídio Jurandir. **Asas da Palavra**: Revista de Graduação em Letras, v. 13, n, 26, 2010-2011.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia**: Expansão e Decadência (1850-1920). Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira.-São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. Col. Estudos Históricos.

WILLIAMS, Raymond. Base e Superestrutura na Teoria da Cultura Marxista. In: _____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. A cultura é algo comum. In: _____. **Recursos da esperança**. São Paulo: Unesp, 2015.

_____. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. A Fração Bloomsbury. **Plural**, São Paulo, n. 6, p.138-168, 1999.

_____. A Revolução Russa. In: _____. **A política e as letras**. São Paulo: Unesp, 2013.